

REDE URBANA E A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE: condicionantes e desafios para o desenvolvimento regional

Orientador: Prof. Dr. Rogério
Leandro Lima da Silveira

MARIA DO ROSÁRIO SÁ ARAÚJO



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MARIA DO ROSÁRIO SÁ ARAÚJO

**REDE URBANA E A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO
SUPERIOR E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA
REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE:**
condicionantes e desafios para o desenvolvimento regional

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Mestrado e Doutorado, Área de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Santa Cruz do Sul

2024

CIP – Catalogação na Publicação

Araújo, Maria do Rosário Sá

Rede Urbana e a interiorização do Ensino Superior e da formação de professores na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense: condicionantes e desafios para o desenvolvimento regional / Maria do Rosário Sá Araújo. – 2024.

289 f. : il. ; 15 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira.

1. Rede Urbana. 2. Interiorização do Ensino Superior. 3. Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense. 4. Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. I. Silveira, Rogério Leandro Lima da . II. Título.

MARIA DO ROSÁRIO SÁ ARAÚJO

**REDE URBANA E A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO
SUPERIOR E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA
REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE:**

condicionantes e desafios para o desenvolvimento regional

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Mestrado e Doutorado, Área de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira
Professor Orientador – PPGDR/UNISC

Dra. Grazielle Betina Brandt
Professor examinador – PPGDR/UNISC

Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi
Professor examinador – PPGDR/UNISC

Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves
Professor examinador (externo) – UEMASUL/MA

Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Professor examinador (externo) – PPGGEA/UVA

Santa Cruz do Sul

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À meu esposo, que sempre esteve ao meu lado neste desafio, pelo companheirismo, pelo carinho e por sempre acreditar em mim;

Aos meus filhos pela compreensão e apoio no período da pandemia;

Aos meus pais in memória;

Ao meu orientador, que muito tem contribuído na construção da pesquisa, com muita serenidade e compreensão enquanto leituras e construção da literatura;

Ao PPGDR pela humanidade nos momentos difíceis;

Aos professores pelo exemplo de esforço e dedicação à pesquisa e às secretárias pelo sempre eficiente atendimento;

Aos colegas do curso de mestrado e doutorado pelas horas de apoio, de trocas de conhecimentos, de conselhos e de descontração;

À UEMASUL pela bolsa de estudos que permitiu a realização desta pesquisa e ainda a participação em outras que somaram conhecimento e possibilitaram inúmeros momentos de aprendizado;

A todos, meu muito obrigado!

RESUMO

O caso recente e particular da interiorização da Educação Superior no Estado do Maranhão converge para a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL em 2016, com efetiva autonomia no ano de 2017 na cidade de Imperatriz, segundo centro mais relevante do Estado. Tal processo vem acompanhado, também no ano de 2017, da reformulação da lei de criação da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense - RMSM que, entre as suas diretrizes e base de atuação, está o compartilhamento de recursos com vistas à educação e a qualificação de recursos humanos. Ambos os movimentos são, inegavelmente, constituídos a partir de uma delimitação regional historicamente circunscrita, mas também são fruto de ações políticas de regionalização, que sobrepõem forças motrizes com vistas a otimização de potencialidades com base na expansão da educação superior. E desta forma, eles se centralizam na cidade de Imperatriz, centro polarizador de maior expressão urbano-regional, o que representa no bojo de transformações advindas, não apenas transformações no Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, mas também na constituição de fluxos espaciais e migrações de estudantes residentes em municípios não contemplados com instalações universitárias. A RMSM surge como uma criação do Governo do Estado do Maranhão que, a partir de estratégias próprias apresenta sua própria proposta de metropolização para 22 municípios. A RMSM é, desta forma, estruturada a partir da centralidade urbano-regional de Imperatriz, é estabelecida pela conexão de municípios que fazem parte de 4 regiões geográficas imediatas e tem na UEMASUL o seu principal instrumento de interiorização da educação, mesmo que, seu papel, nem sempre estejam claros nos documentos norteadores da região metropolitana. Na pesquisa se estabelece a interiorização da educação superior a partir de Imperatriz enquanto objeto de estudo e os municípios da RMSM o recorte espacial. É estabelecido desta forma, como premissa inequívoca, a interiorização da educação superior como estratégia relevante e fundamental no desenvolvimento regional. Desta forma, a presente pesquisa visou, compreender como as inter-relações entre a interiorização do ensino superior no Maranhão, com foco na formação professores e a configuração da rede urbana, condicionam e repercutem o desenvolvimento da RMSM. De forma específica, a pesquisa pretendeu: a) conhecer os processos históricos de desmembramento territorial dos municípios que compõem a RMSM e sua relação com a centralidade regional da cidade de Imperatriz; b) discutir o processo recente de interiorização da educação superior no Maranhão; c) analisar o papel da UEMASUL no processo de interiorização da Educação Superior, na RMSM; e d) identificar as complexas relações de polarização e subordinação na rede urbana RMSM, a partir dos cursos de formação de professores estabelecidos pela UEMASUL. Metodologicamente, a pesquisa busca a partir de uma abordagem quantitativa, seguida de exame qualitativo analisar dados secundários oficiais sobre a Educação Superior e transformações recentes dessa por meio dos cursos de licenciatura da UEMASUL na RMSM. Os dados produzidos foram sistematizados no formato de mapas, gráficos, quadros e tabelas e permitiram compreender transformações recentes do papel da instituição objeto na área de estudo.

Palavras-chave: Rede urbana. Interiorização do ensino superior. Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense. Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão.

ABSTRACT

The recent and particular case of the internalization of Higher Education in the State of Maranhão converges to the creation of the State University of the Tocantina Region of Maranhão - UEMASUL in 2016, with effective autonomy in 2017 in the city of Imperatriz, second most relevant center in the state. This process has been accompanied, also in 2017, by the reformulation of the law of creation of the Metropolitan Region of Southwest Maranhense - RMSM which, among its guidelines and base of action, is the sharing of resources for education and qualification of human resources. Both movements are, undeniably, constituted from a historically circumscribed regional delimitation, but are also the result of political actions of regionalization, forces with a view to optimizing potentialities based on the expansion of higher education. And thus, they are centered in the city of Imperatriz, polarizing center of greater urban-regional expression, which represents in the midst of transformations arising, not only transformations in Teaching, Research, Extension and Innovation, but also in the constitution of spatial flows and migrations of students living in municipalities not contemplated with university facilities. The RMSM emerges as a creation of the Government of the State of Maranhão that, from its own strategies presents its own proposal for metropolization for 22 municipalities. The RMSM is thus structured from the urban-regional centrality of Imperatriz, is established by the connection of municipalities that are part of 4 immediate geographic regions and has in UEMASUL its main instrument of internalization of education, even if, its role, are not always clear in the guiding documents of the metropolitan region. The research establishes the internalization of higher education from Imperatriz as object of study and the municipalities of the RMSM the spatial cut. It is established in this way, as an unequivocal premise, the internalization of higher education as a relevant and fundamental strategy in regional development. Thus, this research aimed to understand how the interrelationships between the internalization of higher education in Maranhão, focusing on teacher training and the configuration of the urban network, condition and impact the development of the RMSM. Specifically, the research intended: a) to know the historical processes of territorial dismemberment of the municipalities that make up the RMSM and its relationship with the regional centrality of the city of Imperatriz; b) discuss the recent process of internalization of higher education in Maranhão; c) analyze the role of UEMASUL in the process of internalization of Higher Education in the RMSM; and d) identify the complex relationships of polarization and subordination in the urban network RMSM, from the teacher training courses established by UEMASUL. Methodologically, the research seeks from a quantitative approach, followed by qualitative examination to analyze official secondary data on higher education and recent transformations of this through the undergraduate courses of UEMASUL at RMSM. The data produced were systematized in the form of maps, graphs, four and tables and allowed to understand recent transformations of the role of the object institution in the study area.

Keywords: Urban network. Interiorization of higher education. Metropolitan Region of Southwest Maranhense. State University of the Tocantina Region of Maranhão.

RESUMEN

El caso reciente y particular de la interiorización de la Educación Superior en el Estado de Maranhão converge para la creación de la Universidad Estadual de la Región Tocantina de Maranhão - UEMASUL en 2016, con efectiva autonomía en el año 2017 en la ciudad de Imperatriz, segundo centro más relevante del estado. Tal proceso viene acompañado, también en el año 2017, de la reformulación de la ley de creación de la Región Metropolitana del Sudoeste Maranhense - RMSM que, entre sus directrices y base de actuación, está el intercambio de recursos con vistas a la educación y la calificación de recursos humanos. Ambos movimientos son, innegablemente, constituidos a partir de una delimitación regional históricamente circunscrita, pero también son fruto de acciones políticas de regionalización, que sobrepasen las fuerzas motrices con vistas a la optimización de potencialidades sobre la base de la expansión de la educación superior. Y de esta forma, ellos se centralizan en la ciudad de Imperatriz, centro polarizador de mayor expresión urbano-regional, lo que representa en el bulto de transformaciones advindas, no solo transformaciones en la Enseñanza, Investigación, Extensión e Innovación, sino también en la constitución de flujos espaciales y migraciones de estudiantes residentes en municipios no contemplados con instalaciones universitarias. RMSM surge como una creación del Gobierno del Estado de Maranhão que, a partir de estrategias propias presenta su propia propuesta de metropolización para 22 municipios. La RMSM es, de esta forma, estructurada a partir de la centralidad urbano-regional de Imperatriz, es establecida por la conexión de municipios que forman parte de 4 regiones geográficas inmediatas y tiene en la UEMASUL su principal instrumento de interiorización de la educación, aunque, su papel, no siempre estén claros en los documentos orientativos de la región metropolitana. En la investigación se establece la interiorización de la educación superior a partir de Imperatriz como objeto de estudio y los municipios de la RMSM el recorte espacial. De este modo se establece como premisa inequívoca la interiorización de la educación superior como estrategia relevante y fundamental en el desarrollo regional. De esta forma, la presente investigación buscó, comprender cómo las interrelaciones entre la interiorización de la enseñanza superior en Maranhão, con foco en la formación docente y la configuración de la red urbana, condicionan y repercuten el desarrollo de la RMSM. De forma específica, la investigación pretendió: a) conocer los procesos históricos de desmembramiento territorial de los municipios que componen la RMSM y su relación con la centralidad regional de la ciudad de Imperatriz; b) debatir el reciente proceso de interiorización de la educación superior en Maranhão; c) analizar el papel de la UEMASUL en el proceso de interiorización de la educación superior en la RMSM; y d) identificar las complejas relaciones de polarización y subordinación en la red urbana RMSM, a partir de los cursos de formación de profesores establecidos por la UEMASUL. Metodológicamente, la investigación busca a partir de un abordaje cuantitativo, seguido de examen cualitativo analizar datos secundarios oficiales sobre la educación superior y transformaciones recientes de ésta por medio de los cursos de licenciatura de la UEMASUL en la RMSM. Los datos producidos fueron sistematizados en el formato de mapas, gráficos, cuadros y tablas y permitieron comprender transformaciones recientes del papel de la institución objeto en el área de estudio.

Palabras clave: Red urbana. Interiorización de la educación superior. Región Metropolitana del Sudoeste Maranhense. Universidad Estatal de la Región Tocantina del Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Porto de Imperatriz e vista da cidade (1960).....	39
Figura 2 – Ciclos econômicos de Imperatriz.....	40
Figura 3 – Bernardo Sayão em campo.....	53
Figura 4 – Presidente da República Juscelino Kubitschek e a diretora da Escola Santa Teresinha, Madre Glória (1961)	54
Figura 5 – Uma tipologia possível para as cidades médias.....	99
Figura 6 – Linha do tempo de estudos do IBGE (1966-1987)	113
Figura 7 – Linha do tempo de estudos do IBGE (1993-2007)	114
Figura 8 – Esquema de níveis hierárquicos	115
Figura 9 – Periodização histórica de evolução do Ensino Superior no Brasil.....	138
Figura 10 – Estrutura do Sistema de Ensino Superior Brasileiro.....	149
Figura 11 – Distribuição das vagas, de acordo com a Lei nº 12.711/2012.....	152
Figura 12 – Principais eventos no desenvolvimento da Educação Superior no Maranhão	162
Figura 13 – Principais eventos históricos na criação da UEMASUL	182
Figura 14 – <i>Campi</i> da UEMASUL de Imperatriz, Açailândia e Estreito	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do PIB por setor econômico, em Porto Franco, Maranhão (1999-2018).....	67
Gráfico 2 – Evolução do PIB por setor econômico, em Campestre do Maranhão, Maranhão (1999-2018)	68
Gráfico 3 – Evolução do PIB por setor econômico, em São João do Paraíso, Maranhão (1999-2018)	69
Gráfico 4 – Evolução do PIB por setor econômico, em Montes Altos, Maranhão (1999-2018).....	71
Gráfico 5 – Evolução do PIB por setor econômico, em Ribamar Fiquene, Maranhão (1999-2018)	73
Gráfico 6 – Evolução do PIB por setor econômico, em Lajeado Novo, Maranhão (1999-2018)	74
Gráfico 7 – Evolução do PIB por setor econômico, em João Lisboa, Maranhão (1999-2018)	76
Gráfico 8 – Evolução do PIB por setor econômico, em Senador La Rocque, Maranhão (1999-2018)	77
Gráfico 9 – Evolução do PIB por setor econômico, em Buritirana, Maranhão (1999-2018)	78
Gráfico 10 – Evolução do PIB por setor econômico, em Açailândia, Maranhão (1999-2018)	80
Gráfico 11 – Evolução do PIB por setor econômico, em Itinga do Maranhão, Maranhão (1999-2018)	81
Gráfico 12 – Evolução do PIB por setor econômico, em São Francisco do Brejão, Maranhão (1999-2018)	82
Gráfico 13 – Evolução do PIB por setor econômico, em Cidelândia, Maranhão (1999-2018)	84
Gráfico 14 – Evolução do PIB por setor econômico, em São Pedro da Água Branca, Maranhão (1999-2018).....	86
Gráfico 15 – Evolução do PIB por setor econômico, em Vila Nova dos Martírios, Maranhão (1999-2018)	87

Gráfico 16 – Evolução do PIB por setor econômico, em Governador Edison Lobão, Maranhão (1999-2018)	89
Gráfico 17 – Evolução do PIB por setor econômico, em Davinópolis, Maranhão (1999-2018)	91
Gráfico 18 – Evolução percentual da população urbana e rural de Imperatriz, Maranhão (1950-2010)	120
Gráfico 19 – Evolução do número de matrículas no Ensino Superior, em Imperatriz, Maranhão (2003-2019)	122
Gráfico 20 – Evolução do número de vagas em IES públicas e privadas (1960, 1965, 1970 e 1980)	142
Gráfico 21 – Número de IES: rede pública e privada (1980-1989)	143
Gráfico 22 – Número de IES de acordo com organização acadêmica (Brasil, 2021)	146
Gráfico 23 – Evolução do número de matrículas por rede administrativa (Brasil) ...	150
Gráfico 24 – Evolução no número de matrículas na rede pública (Brasil)	151
Gráfico 25 – Evolução no número de matrículas via FIES (Brasil)	154
Gráfico 26 – Número de matrículas via bolsas Prouni (Brasil)	155
Gráfico 27 – Evolução no número de IES integradas ao Reuni (2000-2013)	158
Gráfico 28 – Evolução no número de IES federais no Brasil	159
Gráfico 29 – Evolução no número de matrículas em IES federais (2003-2013)	159
Gráfico 30 – Evolução no número de vagas nas Universidades Federais (Brasil) ..	160
Gráfico 31 – Número de IES de acordo com organização acadêmica (Maranhão, 2021)	174
Gráfico 32 – Evolução do número de matrículas por rede administrativa (Maranhão)	175
Gráfico 33 – Evolução do número de cursos (Maranhão)	176
Gráfico 34 – Evolução do número de vagas por categoria administrativa (Maranhão)	177
Gráfico 35 – Evolução do número de ofertas de vagas da UEMASUL	187
Gráfico 36 – Matrículas na Educação Superior pública e privada, no Brasil (1980-2020)	201
Gráfico 37 – Crescimento de IES no Brasil (2010-2021)	202

Gráfico 38 – Titulação de docentes em exercício das IES públicas brasileiras (2011-2021)	203
Gráfico 39 – Titulação de docentes em exercício das IES privadas brasileiras (2011-2021)	204
Gráfico 40 – Cursos superiores no Brasil, por modalidade (2010-2021).....	205
Gráfico 41 – Indicador de adequação da formação docente para o Ensino Fundamental: Anos Iniciais, na RMSM (2013-2022).....	218
Gráfico 42 – Municípios com maiores avanços no Grupo 1, no Ensino Fundamental: Anos Iniciais, na RMSM (2013-2022)	219
Gráfico 43 – Municípios com maiores quedas no Grupo 5, no Ensino Fundamental: Anos Iniciais, na RMSM (2013-2022)	220
Gráfico 44 – Indicador de adequação da formação docente para o Ensino Fundamental: Anos Finais, na RMSM (2013-2022).....	221
Gráfico 45 – Municípios com maiores avanços no Grupo 1, no Ensino Fundamental: Anos Finais, na RMSM (2013-2022).....	222
Gráfico 46 – Municípios com maiores quedas no Grupo 5, no Ensino Fundamental: Anos Finais, na RMSM (2013-2022).....	222
Gráfico 47 – Indicador de adequação da formação docente para o Ensino Médio, na RMSM (2013-2022)	223
Gráfico 48 – Municípios com maiores avanços no Grupo 1, no Ensino Médio, na RMSM (2013-2022)	224

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Imperatriz, Maranhão	32
Mapa 2 – Frentes de ocupações no Maranhão	36
Mapa 3 – Área urbana de Imperatriz (1938).....	45
Mapa 4 – Área urbana de Imperatriz (1964).....	55
Mapa 5 – Extensão da Rodovia Belém-Brasília (BR-010).....	57
Mapa 6 – Localização de Imperatriz no sudoeste maranhense	64
Mapa 7 – Localização e desmembramentos territoriais de Porto Franco, Campestre do Maranhão e São João do Paraíso, Maranhão	66
Mapa 8 – Localização e desmembramentos territoriais de Montes Altos, Ribamar Fiquene e Lajeado Novo, Maranhão	70
Mapa 9 – Localização e desmembramentos territoriais de João Lisboa, Senador La Rocque e Buritirana, Maranhão.....	75
Mapa 10 – Localização e desmembramentos de Açailândia, Itinga do Maranhão e São Francisco do Brejão, Maranhão	79
Mapa 11 – Localização e desmembramento territorial de Cidelândia, Maranhão	83
Mapa 12 – Localização e desmembramento territorial de São Pedro da Água Branca, Maranhão	85
Mapa 13 – Localização e desmembramento territorial de Vila Nova dos Martírios, Maranhão	87
Mapa 14 – Localização e desmembramento territorial de Governador Edison Lobão, Maranhão	88
Mapa 15 – Localização e desmembramento territorial de Davinópolis, Maranhão ...	90
Mapa 16 – Distribuição territorial das cidades médias no Brasil	102
Mapa 17 – Cidades médias, segundo níveis de centralidade na rede urbana	103
Mapa 18 – Cidades médias (Maranhão) e níveis hierárquicos.....	107
Mapa 19 – Níveis hierárquicos na rede urbana	116
Mapa 20 – Rede urbana do Maranhão.....	119
Mapa 21 – Maranhão: índice geral de atração para consumo de bens e serviços diversos e Ensino Superior.....	124
Mapa 22 – Mapa dos municípios da RMSM (2005)	129
Mapa 23 – Mapa dos municípios da RMSM (2017)	131

Mapa 24 – Quadro geral de distribuição de cursos superiores públicos e presenciais no Maranhão (2023)	195
Mapa 25 – Expansão da UEMASUL a partir do programa <i>Caminhos do Sertão</i>	198
Mapa 26 – RMSM frente às regiões geográficas imediatas	228
Mapa 27 – Origem e destino dos estudantes no curso de Ciências Biológicas Licenciatura da UEMASUL (2018-2023)	230
Mapa 28 – Origem e destino dos estudantes no curso de Física Licenciatura da UEMASUL (2018-2023).....	231
Mapa 29 – Origem e destino dos estudantes no curso de Matemática Licenciatura da UEMASUL (2018-2023)	233
Mapa 30 – Origem e destino dos estudantes no curso de Química Licenciatura da UEMASUL (2018-2023).....	234
Mapa 31 – Origem e destino dos estudantes no curso de Geografia Licenciatura da UEMASUL (2018-2023).....	235
Mapa 32 – Origem e destino dos estudantes no curso de História Licenciatura da UEMASUL (2018-2023).....	237
Mapa 33 – Origem e destino dos estudantes no curso de Letras Inglês da UEMASUL (2018-2023).....	238
Mapa 34 – Origem e destino dos estudantes no curso de Letras Português da UEMASUL (2018-2023).....	239
Mapa 35 – Origem e destino dos estudantes no curso de Pedagogia da UEMASUL (2018-2023).....	241

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais projetos destinados à região amazônica.....	46
Quadro 2 – Atributos para análise e caracterização das cidades média.....	100
Quadro 3 – Cidades de porte médio na rede urbana maranhense	117
Quadro 4 – Data de criação das primeiras universidades brasileiras.....	140
Quadro 5 – Características básicas do sistema de Ensino Superior.....	144
Quadro 6 – Cursos ofertados na UEMASUL.....	183
Quadro 7 – Cursos e vagas ofertados no programa <i>Caminhos do Sertão</i> , da UEMASUL.....	199
Quadro 8 – Aspectos do retorno de acadêmicos recém-formados pela UEMASUL a seu município de origem	242
Quadro 9 – Aspectos da permanência, em Imperatriz, de acadêmicos recém- formados pela UEMASUL	243

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de cidades médias por faixa de população (2020).....	104
Tabela 2 – Dados socioeconômicos dos municípios pertencentes à RMSM	132
Tabela 3 – 15 principais graduações em licenciatura, no Brasil, conforme número de matrículas (2021).....	186
Tabela 4 – Número de matrículas de graduação em licenciatura	205
Tabela 5 – Docentes com formação em licenciatura, no Ensino Fundamental e Médio, no Brasil (2022)	206
Tabela 6 – Titulação dos docentes com formação em licenciatura, no Ensino Fundamental e Médio, no Brasil (2022).....	207
Tabela 7 – Número de docentes no Ensino Fundamental Regular, por titulação, na RMSM (2010-2022)	216
Tabela 8 – Síntese da atuação da UEMASUL na RMSM, a partir dos cursos de Licenciatura (2018-2023).....	246
Tabela 9 – Municípios com menor influência dos cursos de formação de professores na RMSM.....	247

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ALEMA	Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE/MA	Conselho Estadual de Educação do Maranhão
CEFET	Centro(s) Federal(is) de Educação Tecnológica
CELMAR	Celulose do Maranhão
CESA	Centro de Estudos Superiores de Açailândia
CESI	Centro de Estudos Superiores de Imperatriz
CIDA	Companhia Industrial de Desenvolvimento da Amazônia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (antigo Conselho Nacional de Pesquisas)
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
<i>DBRFU</i>	<i>Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas</i>
EaD	Educação a Distância
EMAPA	Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACIMP	Faculdade de Imperatriz/Wayden
FAI	Faculdade do Vale do Itapecuru
FAMA	Faculdade Atenas Maranhense
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (atualmente Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão)
FEI	Faculdade de Educação de Imperatriz
FESI	Faculdade de Ensino Superior de Imperatriz
FESM	Federação das Escolas Superiores do Maranhão
FEST	Faculdade de Educação Santa Terezinha
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FUIM	Fundação Universidade de Imperatriz
GECTEC	Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IA	índice de atração
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEMA	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IES	Instituição(ões) de Ensino Superior
IESMA	Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão
IF	Instituto(s) Federal(is)
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEE/MA	Plano Estadual de Educação Básica do Maranhão
PGC	Projeto Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PL	Projeto de Lei
PND	Plano de Desenvolvimento Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
<i>REGIC</i>	<i>Regiões de Influência das Cidades</i>
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

	Universidades Federais
RODOBRÁS	Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília
RMSM	Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense
SECTEC	Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia
SECTI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UDF	Universidade do Distrito Federal
UEEI	Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz
UEI	Universidade Estadual de Imperatriz
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMSul	Universidade Federal do Maranhão do Sul e dos Cocais
UMA	Universidade do Maranhão
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEDI	Unidade de Ensino Descentralizada de Imperatriz
UNICEUMA	Universidade Ceuma
UNISULMA	Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão
UNIVIMA	Universidade Virtual do Estado do Maranhão
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	23
2 O SUDOESTE MARANHENSE ENTENDIDO A PARTIR DE IMPERATRIZ.....	32
2.1 Frentes de ocupação, fundação e as primeiras dinâmicas econômicas em Imperatriz, Maranhão	34
2.2 Belém-Brasília, crescimento econômico e desenvolvimento municipal	50
2.3 Desmembramentos territoriais e caracterização dos municípios do sudoeste maranhense que, anteriormente, pertenciam a área de Imperatriz.....	63
3 IMPERATRIZ: DE CIDADE MÉDIA A PRINCIPAL CENTRALIDADE URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE.....	94
3.1. Cidades médias e seu papel na oferta de serviços urbanos	95
3.2. A relevância da rede urbana de Imperatriz no sudoeste maranhense	108
3.3. A Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense	125
4 DESENVOLVIMENTO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E MARANHÃO.....	136
4.1 Contexto histórico e características do Ensino Superior no Brasil	137
4.2 Políticas e ações afirmativas de expansão do Ensino Superior no Brasil	151
4.3 Aspectos do desenvolvimento e interiorização da Educação Superior no Maranhão.....	162
5 REDE URBANA E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA RMSM.....	179
5.1 A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) enquanto estratégia de interiorização do Ensino Superior	180
5.2 A formação de professores enquanto indicador de desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense	201
5.3 Polarização e centralidade dos fluxos de estudantes de licenciatura na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense	225
6 CONCLUSÃO.....	249
REFERÊNCIAS.....	255

APÊNDICE A.....	268
APÊNDICE B.....	269
ANEXO A.....	270
ANEXO B.....	276
ANEXO C.....	287

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

A compreensão de desenvolvimento se baseia na perspectiva sistêmica de avanços e evoluções no sentido de atingir resultados em uma rede de inter-relações e forças propulsoras, transformando uma circunstância em outra, melhor. Essa concepção não estaria limitada unicamente a eficiência econômica, mas órbita em torno de outras esferas da vida humana, como a social, ambiental, política, cultural, simbólica, remetendo inegavelmente a temas como desigualdade social, participação, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, cultura cívica dentre outros.

Para Fochezatto (2010), o conceito de desenvolvimento regional estabelece abordagem que estuda relações mesoeconômicas, tendo a região como seu foco e busca de desenvolver um ambiente com potencial competitivo e integrado com outras regiões e com os países. Desenvolver a região significa potencializá-la, absorvendo e reaproveitando seus recursos próprios, promovendo dinamização da economia, qualificação das políticas públicas e na qualidade de vida, como também nas esferas sociais, culturais, econômicas e assim por diante.

Desta forma, o desenvolvimento regional apresenta de forma interdisciplinar a busca teórica e metodológica de diversos fatores de ordem social, ambiental, políticos, econômicos, culturais, simbólicos tendo a região como recorte analítico, criando assim aproximações e diferenciações para tal.

Neste universo, o desenvolvimento regional é delimitado dentro das discussões sobre desenvolvimento, região e regionalização. A região, categoria chave na ciência geográfica, assume importância fundamental na análise da realidade a partir do momento que ela delimita, recorta e cria perspectivas a partir de particularidades, similaridades e diferenciações.

Neste sentido, a construção da região geográfica, parte da descrição, da caracterização das particularidades, das individualidades, da identidade de cada região, buscando sintetizar a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente e suas relações. É neste contexto de mundo conectado e fragmentado, dividido e unificado pelo capitalismo que se reinicia o debate sobre a natureza da

região. A fragmentação exprime-se na divisão territorial do trabalho que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, e por características sociais, culturais e políticas espacialmente variáveis, enquanto a conexão “exprime-se pelos diversos fluxos materiais e imateriais que percorrem a superfície terrestre, integrando pontos e áreas diversos” (CORRÊA, 1997, p. 189).

A regionalização é um ato social, historicamente criado a partir do conhecimento das características do meio geográfico, do conjunto de transformações ocorridas/realizadas pela sociedade no espaço, por elementos que aproximam e separam. O processo de regionalização, entretanto, implica na análise de vários fatores/características e compreende diferentes critérios, métodos e abordagens: a regionalização como diferenciação de áreas; onde a paisagem geográfica é o método de regionalização e a região é uma determinada paisagem geográfica. A regionalização como classificação, explicada na medida em que o espaço terá tantas regiões – ou regionalizações – quantas forem as classificações adotadas para analisá-lo. A regionalização como instrumento de ação, que está diretamente vinculada com as teorias econômicas de desenvolvimento regional e de localização, sendo o conceito de região aplicado a qualquer parte do território a partir de propósitos quaisquer. E a regionalização como processo, partindo do pressuposto de que as diferenciações regionais são frutos de processos sociais e econômicos, e que se modificam com o tempo (FERREIRA, 2000; TALASKA, 2011).

Considerando a regionalização como espaço de ação, e desta forma, como uma estratégia de transformação, este instrumento tem sido amplamente utilizado no Brasil com vistas a descentralizações político-administrativas, onde a região é entendida como “sinônimo de espaço econômico”, sendo homogênea ou funcional e como tal, possivelmente potencializado a partir de determinadas ações e recortes.

Neste contexto, entendendo a interiorização da Educação Superior no país, como componente fundamental para o desenvolvimento regional, o Estado Brasileiro em 2001 lançou o programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) com vistas não apenas a construção de novas instituições, mas sobretudo, o aumento de vagas, seja na iniciativa pública, como na privada.

As universidades influenciam a dinâmica de determinada região na qual estão

inseridas, contribuindo para o seu desenvolvimento na medida em que há uma participação na dinâmica econômica da região, seja por meio de geração de emprego e renda, fomento a financiamento e projetos, dentre outros, mas também por apresentar impactos indiretos, relacionados à produção e difusão de conhecimentos que influenciam nas mudanças socioculturais da região (HOFF; SAN MARTIN; SOPEÑA, 2011).

Não é por outra razão que a construção de bases de conhecimento está diretamente associada à criação de vantagens competitivas, sendo a região o lócus por excelência das inovações. É precisamente nesse âmbito que a capacidade inovadora é forjada, as redes de agentes inovadores são estabelecidas e as atividades econômicas são organizadas e coordenadas. Diante desse quadro, as universidades, em função de suas características intrínsecas e do seu reconhecido potencial, têm sido consideradas não apenas como atores regionais estratégicos, mas também como ativos essenciais e inestimáveis de suas próprias regiões (SERRA; ROLIM; BASTOS, 2018).

Assim, Ensino, Pesquisa e Extensão, os tripés universitários, em conjunto com processos de inovação e difusão de conhecimento são, de fato, componentes essenciais das Universidades, mas essenciais também ao desenvolvimento das regiões em que elas se inserem, na medida em que eles contribuem para formação e desenvolvimento de capital humano qualificado por meio da formação (ensino) universitária, promovendo propagação de competências e habilidades através dos cursos superiores, o que permite a transformação socioeconômica por meio da transferência de conhecimento através de seus egressos. Nesta forma, inegavelmente, as IES ao promoverem especialização através da formação, criam condições para o desenvolvimento de economias regionais mais eficientes e dinâmicas, sobretudo nas áreas mais deficitárias, ou de vocação regional.

Este é sem dúvidas, um momento de ruptura na Educação Brasileira, que perpassa por vários níveis institucionais e atinge o Estado do Maranhão, que absorve as ações federais e também inicia, mesmo que mais lentamente, o seu próprio processo de interiorização centrado na reformulação de sua agência de fomento, a FAPEMA e expansão, inicialmente da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) que posteriormente é dividida e criada a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

O caso mais recente e particular da interiorização da Educação Superior no Estado do Maranhão converge para a criação da UEMASUL em 2016, com efetiva autonomia no ano de 2017 na cidade de Imperatriz, segundo centro mais relevante do Estado. Tal processo vem acompanhado, também no ano de 2017, da reformulação da lei de criação da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM) que entre as suas diretrizes e base de atuação está o compartilhamento de recursos com vistas à educação e a qualificação de recursos humanos.

Ambos os movimentos são, inegavelmente, constituídos a partir de uma delimitação regional historicamente circunscrita, mas também são fruto de ações políticas de regionalização, que sobrepõem forças motrizes com vistas a otimização de potencialidades com base na expansão da Educação Superior. E desta forma, eles se centralizam na cidade de Imperatriz, centro polarizador de maior expressão urbano-regional, o que representa no bojo de transformações advindas, não apenas transformações no Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, mas também na constituição de fluxos espaciais e migrações de estudantes residentes em municípios não contemplados com instalações universitárias.

A RMSM surge como uma criação do Governo do Estado do Maranhão que, a partir de estratégias próprias apresenta sua própria proposta de metropolização para 22 municípios. Embora a data de criação da mesma seja no mesmo ano em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lança suas novas regionalizações, que são as Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, aparentemente, pouco se considerou na metropolização maranhense.

A RMSM é desta forma, estruturada a partir da centralidade urbano-regional de Imperatriz, é estabelecida pela conexão de municípios que fazem parte de 4 regiões geográficas imediatas e tem na UEMASUL o seu principal instrumento de interiorização da Educação, mesmo que, seu papel, nem sempre estejam claros nos documentos norteadores da região metropolitana.

Em especial, no quadro analítico da pesquisa, se insere a formação de professores através dos cursos de licenciatura como componente básico fundamental na capacitação de recursos humanos dentro da expansão do ensino superior. E pelo entendimento básico em torno do papel da educação básica na formação de competências gerais, específicas que servem não apenas como ferramenta de reflexão do indivíduo como ente no mundo, mas também como *homo faber* que

transforma sua própria realidade através do trabalho, da ciência da tecnologia.

Neste contexto, é assim estruturada a pesquisa aqui apresentada: a RMSM (e seus 22 municípios) enquanto recorte regional da pesquisa, considerada fundamentalmente a partir do papel de centralidade histórica exercida pela cidade de Imperatriz. A UEMASUL como objeto de análise a partir de seu papel na interiorização da educação através da formação de professores por meio dos seus cursos de licenciatura (Geografia, Matemática, Química, Física, Pedagogia, Letras Português, Letras Inglês, Biologia e História).

Todavia, é fundamental considerar que as relações entre a RMSM, Imperatriz, UEMASUL e a formação de professores enquanto instrumentos analíticos e de compreensão do contexto regional estejam conectados, e desta forma sendo observados sempre sob aspectos históricos que se conectam e explicam acontecimentos do agora.

O contexto da pesquisa se qualifica na medida em que propõe a fazer uma pesquisa até então não realizada na RMSM, sobretudo a partir do processo recente de criação da UEMASUL, se tornando neste contexto pioneira na discussão da formação de professores na região a partir das dinâmicas urbano-regionais.

De forma particular, a justificativa para a pesquisa parte da experiência de três décadas como professora da educação básica e superior pela pesquisadora na região recorte de pesquisa. A pesquisadora tem atuado em cursos de formação de professores e tem conhecido de perto a realidade que se apresenta historicamente na educação regional. Ademais, cabe ressaltar que a mesma esteve presente em parte significativa do processo de interiorização da educação no interior do Maranhão, a partir de Imperatriz e conheceu o processo de transição para criação da primeira universidade regional autônoma no interior do Maranhão, a UEMASUL.

Neste sentido, a presente pesquisa visou, compreender como as inter-relações entre a interiorização do ensino superior no Maranhão, com foco na formação professores e a configuração da rede urbana, condicionam e repercutem o desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

De forma específica, a pesquisa objetivou: a) conhecer os processos históricos de desmembramento territorial dos municípios que compõem a RMSM e sua relação com a centralidade regional da cidade de Imperatriz; b) discutir o processo recente de interiorização da educação superior no Maranhão; c) analisar o papel da UEMASUL

no processo de interiorização da Educação Superior, na RMSM; e d) identificar as complexas relações de polarização e subordinação na rede urbana RMSM, a partir dos cursos de formação de professores estabelecidos pela UEMASUL.

Além desta introdução e a conclusão o presente trabalho está estruturado em 4 capítulos que, interdependentes, buscam responder os questionamentos que se originaram a partir dos objetivos de pesquisa. O capítulo 2 “*O sudoeste maranhense entendido a partir de Imperatriz*” proporciona, a partir de reconstrução espaço-temporal, o papel contínuo que a cidade e Imperatriz apresenta em meio aos processos de estruturação urbana que se seguem na região, e reitera as conexões intermunicipais que existem dentro da RMSM a partir do contexto de formação territorial historicamente compartilhando entre a maioria dos municípios que compõem a região metropolitana.

Este capítulo neste sentido, apresenta panorama do sudoeste maranhense a partir da formação da cidade de Imperatriz. Sem negligenciar características socioeconômicas dos municípios que integram a RMSN e suas respectivas localizações geográficas. Estes aspectos são fundamentais para situar o leitor sobre o quadro regional que se apresentam os municípios da área recorte.

Metodologicamente, foram utilizados acervos fotográficos, expressiva produção cartográfica e sistematização de dados secundários através de gráficos, quadros e tabelas. Recorre-se, também, a dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Os principais autores que norteiam este capítulo são Valverde e Dias (1967); Coutinho (1994); Gonçalves (2001); Franklin (2005, 2008); Lima (2008); Trovão (2008); Sousa (2009; 2015); e Mesquita et al. (2015).

Em seguida, no capítulo 3 “*Imperatriz: de cidade média a principal centralidade urbana da região metropolitana do sudoeste maranhense*” é apresentada, como sequência do capítulo anterior, o papel das cidades médias na construção de centralidades no Brasil, discutindo assim conceito tão complexo.

No capítulo é discutido o papel dos serviços na construção de hierarquias e subordinações no país, a partir da metodologia desenvolvida pelo REGIC, além de discutir o processo de metropolização da RMSM, a partir dos instrumentos legais e seus dois marcos legais principais, o de 2005 e 2017.

Metodologicamente, o capítulo utiliza dados secundários do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE) e as categorizações fornecidas pelo estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC), produzido pelo mesmo órgão (IBGE, 2008; 2020). Além disso, recorre-se à produção cartográfica, a construção de esquemas, gráficos e figuras que sistematizam as informações encontradas nesses dois instrumentos. Os principais autores que embasam este capítulo são: Amorim Filho (2007), Amorim Filho e Serra (2001), Corrêa (1989; 1997; 2006; 2007), Santos (1993; 1999), Santos e Silveira (2001), Sousa (2009; 2015) e Spósito (2004; 2010). Também são abordadas a Lei Complementar nº 89, de 17 de novembro de 2005, e a Lei Complementar nº 204, de 11 de dezembro de 2017.

No capítulo 4 “*desenvolvimento e interiorização da Educação Superior no Brasil e Maranhão*” é estabelecida relação entre os movimentos recentes de expansão da Educação Superior no Brasil, principalmente em direção aos interiores, além da própria interiorização da Educação do Maranhão, ocorrida a partir dos últimos vinte anos. Este capítulo também proporciona resgate histórico do processo de desenvolvimento da Educação Superior no Maranhão.

Metodologicamente, o capítulo sistematiza os dados bibliográficos e estatísticos em gráficos, tabelas, esquemas e quadros, além de construir uma linha do tempo dos principais eventos que se sucedem em diversos níveis e escalas nacionais. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) se apresenta como a principal base de dados deste capítulo. Os principais que fomentam a discussão são Sampaio (2000); Durham, 2003; Cunha (2007); Barreyro (2008); Santos, Cerqueira (2009) além de dados das Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

Por fim, em “rede urbana e interiorização do Ensino Superior e da formação de professores na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense” é feita a articulação entre aspectos da rede urbana em face da centralidade de Imperatriz e como isso se reverbera em fluxos de estudantes em busca de formação superior. O capítulo discute o papel da UEMASUL enquanto principal elemento de formação de professores no contexto regional e sua relevância a partir do entendimento da formação de recursos humanos na melhoria dos indicadores sociais.

Apresenta também dados recentes da adequação de docentes na sala de aula

nos municípios da RMSM em período posterior a criação da UEMASUL, como estratégia de verificar de forma recente o impacto de formação de professores nestes municípios. Nele também são expressas as relações entre origem e destino dos estudantes dentro do cenário urbano e regional.

Metodologicamente, tratou-se de construção estatística baseada em dados secundários e oficiais, como nos capítulos anteriores, estabelecendo a partir de produção cartográfica, gráficos e tabelas dados oficiais sobre a análise aqui apresentada. Enquanto fonte de dados, são utilizadas a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) além de entrevistas semiestruturadas com estudantes, professores e gestores.

A pesquisa aqui se apresenta como uma pesquisa de base na geografia quantitativa. Tal nome é dado a uma corrente do pensamento geográfico que surge na década de 1950 e é caracterizada pelo uso de métodos quantitativos como técnicas estatísticas e matemáticas.

Algumas de suas principais características são a base do conhecimento através da experiência, defendendo os métodos científicos e matemáticos para a explicação de diversos fatores relacionados ao espaço geográfico (através dos seus recortes territoriais ou regionais). A geografia quantitativa possui como outra característica importante uma base técnica e planejada, tendo como foco o desenvolvimento capitalista e as diferenciações e desníveis que se agrupam territorialmente e regionalmente.

Dessa maneira o uso de modelos matemáticos serve como análise do espaço para agir sobre o meio, ou seja, fortalece investimentos governamentais ou privados sobre áreas específicas em que a natureza possa representar uma funcionalidade, analisando meios estatísticos. No Brasil a geografia quantitativa é um elemento abordado principalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde é possível notar em seu próprio nome o uso dos estudos matemáticos para a ciência geográfica.

O papel que o IBGE desenvolve na pesquisa brasileira e na aqui apresentada não se trata apenas de uma representação do fornecimento de dados, ele representa um modelo de pesquisa científica, estabelecido na geografia quantitativa que se difundiu por outras instituições nacionais que tem estado no cerne central da

divulgação acadêmica, como outros órgãos utilizados nesta pesquisa como: IPEA, IMESC, INEP e outros.

Enquanto método, a pesquisa desta forma traz consigo o método hipotético dedutivo. O método hipotético-dedutivo é um método de abordagem, que Karl. R. Popper (1975) desenvolveu no livro “A lógica da investigação científica”, como uma crítica radical ao método indutivo. Ele consiste na eleição de proposições hipotéticas, que possuem certa viabilidade, para responder a um problema – ou uma lacuna – do conhecimento científico.

Desta forma, tal método objetiva o combate ao erro e, muito mais que uma busca por uma verdade absoluta, visa eliminar sucessivamente os erros até se alcançar maior proximidade com a realidade. Na busca deste rigor metodológico, com os aspectos da geografia quantitativa, buscou-se uma análise consistente de dados estruturados para a compreensão de diversas realidades regionais aqui expostas sobre o aspecto da rede urbana e a interiorização da Educação Superior no Maranhão.

No Brasil recentemente, houve uma intensa expansão de instituições conforme os números mostraram, notadamente, em boa parte do território brasileiro, inclusive no Estado do Maranhão, tanto nas instituições privadas como nas instituições públicas, mas, que em todas essas instituições desenvolveram políticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão que efetivamente proporcionaram uma interiorização, uma inserção do Ensino Superior no território, com o território.

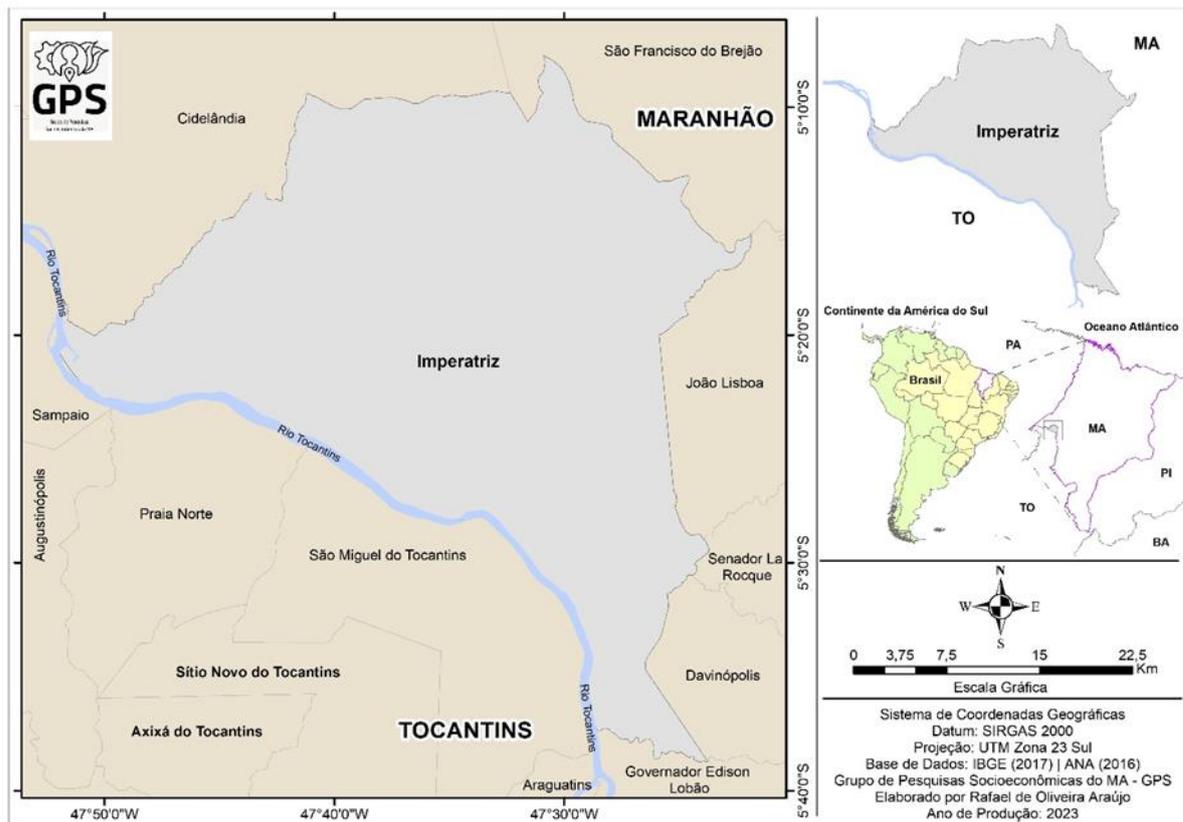
As discussões que se seguem neste trabalho apresentarão não panorama do quadro regional que se apresenta a metropolização em questão, mas também a fragilidade com que a maioria dos municípios que dela fazem parte se encontram. E mais do que permitir discussão sobre o desenvolvimento de regiões periféricas a partir da formação de professores, evidenciar o panorama da RMSM a partir da criação e atuação recente da UEMASUL evidenciando condicionantes regionais que se reproduzem nos desdobramentos da formação de estudantes e distribuição de professores no sul do Maranhão.

Capítulo 2

O SUDOESTE MARANHENSE ENTENDIDO A PARTIR DE IMPERATRIZ

Localizado no sudoeste maranhense, o município de Imperatriz apresenta-se conurbado com outros sete municípios: João Lisboa, Senador La Rocque, Davinópolis, Buritirana, Governador Edison Lobão, Montes Altos e Ribamar Fiquene. Trata-se de uma área com predomínio de formação florestal mista, entre o domínio morfoclimático amazônico e do Cerrado, e às margens do Rio Tocantins, o qual divide os estados do Maranhão e do Tocantins.

Mapa 1 – Localização do município de Imperatriz, Maranhão



Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

Dentro do quadro urbano-regional, a cidade se apresenta enquanto Capital Regional C (IBGE, 2008; 2020a), evidenciando forte e direta polarização sobre número significativo de municípios do estado do Maranhão, e de estados

circunvizinhos, como Pará e Tocantins. Isso implica compreender que, mesmo sob diversas regionalizações que possam ser estabelecidas no estado – Região Tocantina do Maranhão; Região Geográfica Imediata e Intermediária de Imperatriz; Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM); Região Geográfica Imediata de Açailândia; Região Geográfica Imediata de Barra do Corda; Região Geográfica Imediata de Balsas – a cidade apresenta profunda relevância socioeconômica e política em todo o Sudoeste e até mesmo no sul maranhense.

O papel de relevância que a cidade apresenta deve ser entendido, obrigatoriamente, como resultado de transformações espaciais que se sucederam ao longo do tempo, não apenas dentro de sua área territorial, mas, sobretudo, a partir de movimentos econômicos que se reverberaram no Estado do Maranhão e na Região Amazônica. Esse aspecto de Imperatriz pressupõe considerar que os processos que originaram seus atuais contornos são amplos e não se limitam apenas ao município.

Muitos são os movimentos econômicos e políticos que se sucederam ao longo dos anos, principalmente na segunda metade do século XX, que contribuíram para o desenvolvimento de Imperatriz e a constituição territorial com que o sudoeste maranhense agora se apresenta. Eles são parte integrante de fluxos de transformação, modernização e periferização que mudaram o cenário socioeconômico, político e urbano de Imperatriz. E, dentro de um quadro enorme de contradições, esses fluxos transformaram um número significativo de cidades, vilas e povoados que existem na região.

Movimentos de implantação da fronteira agrícola amazônica, estratégias políticas dos programas estatais de *marcha para o oeste*, grandes projetos de infraestrutura de transportes, além de ciclos econômicos regionais como do arroz, borracha e ouro contribuíram para a construção do quadro atual em que se inserem a cidade de Imperatriz e o sudoeste maranhense. Assim, mais do que entender a fundação de Imperatriz no estado, observa-se a importância do entendimento acerca dos desdobramentos territoriais que se sucedem, ao longo dos anos, na constituição dos municípios que hoje fazem parte da RMSM.

Esse entendimento obrigatório nos aponta não apenas para a visualização da relevância da Imperatriz atual, mas também para a formação histórica de vários municípios que, anteriormente, faziam parte da unidade territorial de Imperatriz. São municípios que, ao longo dos anos, foram se emancipando, criando novos centros

urbanos, os quais, mesmo autônomos politicamente, continuam, fortemente, dependentes do dinamismo econômico da principal cidade da região.

Neste breve contexto, o presente capítulo tem por objetivo, além de situar, geograficamente, a pesquisa, *conhecer os processos históricos de desmembramento territorial dos municípios que compõem a RMSM*. E isso implica considerarmos, também, uma breve análise socioeconômica dos municípios que se desmembraram de Imperatriz. Para isso, este capítulo se divide em três tópicos principais.

O primeiro tópico, intitulado de *Frentes de ocupação, fundação e as primeiras dinâmicas econômicas em Imperatriz, Maranhão*, tem por objetivo discutir, historicamente, os primeiros movimentos de ocupação, povoamento e fundação de Imperatriz, dentro do contexto do sudoeste maranhense. O segundo, de nome *Belém-Brasília, crescimento econômico e desenvolvimento municipal*, objetiva abordar o papel que os movimentos estatais de modernização das infraestruturas de transporte tiveram sobre a modernização econômica da região e, em especial, de Imperatriz, considerando o papel de ciclos econômicos regionais nas transformações da cidade.

Por fim, em *Desmembramentos territoriais e caracterização dos municípios do sudoeste maranhense que, anteriormente, pertenciam o território de Imperatriz*, convidamos o leitor a se situar, geograficamente, quanto à localização dos municípios que compõem o sudoeste maranhense. Além disso, discute-se parte dos processos de desmembramento territorial que resultaram no quadro atual municipal, bem como uma breve caracterização socioeconômica dessa nova configuração. Dos 22 municípios que compõem a RMSM, 18 deles fizeram parte, no passado, do território pertencente à Imperatriz. Focaremos em abordar esses 18, dadas as fortes relações históricas de pertencimento e dependência.

2.1 Frentes de ocupação, fundação e as primeiras dinâmicas econômicas em Imperatriz, Maranhão

O Maranhão é um estado de colonização tardia. Desde sua criação, enquanto capitania hereditária, em 1534, até 1600, a região maranhense era pouco povoada, devido às dificuldades de acesso e de interiorização, visto que, além da mata fechada, havia a presença dos nativos indígenas, que rechaçavam a presença portuguesa. A economia que se desenvolvera à época era baseada na exportação de produtos

agrícolas.

No Maranhão colonial, tinha-se o algodão e a cana-de-açúcar como principais produtos exportados para a Europa. Já o arroz, a mandioca, dentre outras culturas de pouco interesse europeu, eram destinados ao consumo interno. Todos esses produtos tinham como características a monocultura, o latifúndio e o trabalho escravizado (AZEVEDO, 2003).

Para Trovão (2008), até o início do século XX, havia um vazio – sobretudo no centro-sul do estado – favorável à ocupação de migrantes, resultante de brechas entre os espaços ocupados pelo avanço das frentes de expansão litorânea e pastoril, no Maranhão. Ainda que de forma inicialmente tímida, deu-se início a uma penetração de nordestinos.

Na primeira década do século XX [...] nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e da dificuldade de mão-de-obra no próprio Nordeste, usaram como “portas” de entrada três lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas pelo Vale do Paraíba, tendo como entrada Floriano e Teresina.

Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu Estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas (TROVÃO, 2008, p. 24-25, grifo do autor).

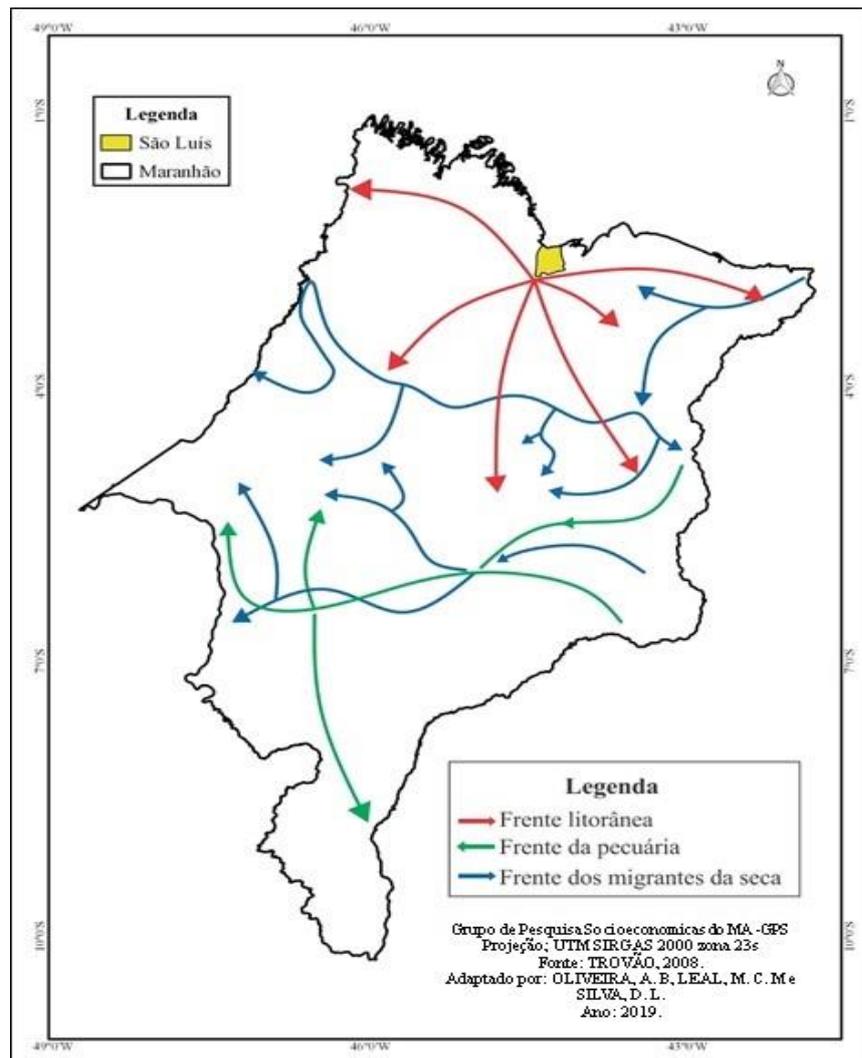
Ainda de acordo com Trovão (2008), a colonização do território maranhense se deu, principalmente, a partir de três frentes (**Mapa 2**) de ocupação distintas: Frente de Expansão Litorânea, sendo a mais antiga iniciada por volta de 1600; Frente Sertaneja, iniciada em meados de 1750; e Frente de Ocupação dos Migrantes da Seca e dos Expropriados do Nordeste, em 1910. Apesar de a literatura indicar a existência de outros movimentos populacionais, essas três frentes foram as que mais contribuíram para a ocupação maranhense, em especial da porção sul-maranhense, o que, conseqüentemente, fomentou o desenvolvimento da cidade de Imperatriz.

Mesmo que houvesse a presença de colonos, a região era pouco explorada e praticamente ignorada pela Coroa Portuguesa. Essa realidade começou a mudar com a primeira frente de ocupação, nomeada *litorânea*, iniciada em 1600. Esta tinha como objetivo firmar a presença portuguesa no território, tendo em vista as ameaças de invasão colonial por outros impérios, como o francês.

Partindo de São Luís, essa frente se dividia em seis ramificações, formadas por portugueses e indígenas *domesticados*, assim como por missões religiosas de

jesuítas, visando à catequização indígena. As ramificações mais importantes da Frente Litorânea foram aquelas que seguiram ao longo do litoral por vias marítimas e fluviais, em direção oeste, originando cidades como Gurupi, Guimarães, Turiaçu e Carutapera.

Mapa 2 – Frentes de ocupações no Maranhão



Fonte: Oliveira, Silva e Leal (2019), com base em Trovão (2008).

Outra ramificação seguiu pelo litoral leste, com o objetivo de desenvolver a pecuária, explorar salinas, assim como manter comunicação com Ceará e Pernambuco. Em um terceiro movimento, houve a penetração do interior maranhense, singrando o Rio Itapecuru, cuja grande extensão permitiu alcançar outros estados, a exemplo de Piauí e Bahia (TROVÃO, 2008; FRANKLIN, 2008).

Com esse movimento de interiorização e o povoamento dos vales férteis dos

Rios Itapecuru, Munim, Mearim e Pindaré, houve a criação de grandes fazendas, que escoavam a produção por esses rios até São Luís. Esta se tornou uma cidade comercial, da qual se exportava a produção para o mundo. Posteriormente, essa frente de ocupação alcançou a região de Pastos Bons, localizada no sul maranhense, local cuja Frente de Ocupação Sertaneja avançava para o interior maranhense.

A Frente de Ocupação Sertaneja foi realizada por interesses privados e responsável pela diminuição do ostracismo sul-maranhense, no final do século XVIII. Criadores de gado oriundos da Bahia chegaram à região e fundaram o distrito de Pastos Bons, em 1779, posteriormente elevado à categoria de vila, em 1820. Além desta, foram criados os povoados de São Pedro de Alcântara (atual cidade de Carolina), Porto de Caraíbas (atual Balsas), Barra do Corda e Riachão (TROVÃO, 2008; FRANKLIN, 2008).

Avançando para o sul do Maranhão, os criadores da “frente sertaneja”, que desde a segunda metade do século XVI seguiram pelas margens do rio São Francisco, sob patrocínio da Casa da Torre, chegam, na primeira metade do século XVIII, às margens do Parnaíba; atravessaram esse rio e fundaram o arraial de Pastos Bons, de onde partiram as expedições de conquista e ocupação dos sertões sul-maranhenses (FRANKLIN, 2008, p. 23-24, grifo do autor).

Com o aumento dos rebanhos de gado, era necessário buscar pastagens e terras férteis, avançando e povoando a região sul do Maranhão, em direção ao norte do estado. Os criadores de gado encontraram muitas dificuldades para alcançar a região centro-oeste do estado, devido à presença dos indígenas timbira, grupo cujos Canela, Gavião e Krikati unidos lutavam contra os colonos.

Apesar disso, a partir da segunda metade do século XIX, os colonizadores se impõem e alcançam o sudoeste maranhense, onde se encontram e têm exercido influência observável até os dias atuais, na cultura e economia local. Essa frente colonizadora ficou conhecida como Sertaneja, Nordestina ou Pastoril (TROVÃO, 2008; FRANKLIN, 2008).

A terceira frente, denominada por Trovão (2008) como Frente de Ocupação dos Migrantes da Seca e dos Expropriados do Nordeste, teve início nas primeiras décadas do século XX, com a penetração de nordestinos oriundos de vários estados, em busca de terras devolutas e fugindo das grandes secas que castigavam aquela região. Essa frente também se dividiu em três ramificações diferentes.

A primeira, com ponto e entrada em Parnaíba/Araiozes, marchou em direção

sul até Codó, transpassando e revivendo a economia de vales então decadentes, como o próprio Parnaíba. Uma segunda ramificação, com entrada em Teresina/Caxias, direcionava-se de leste para oeste, passando por Barra do Corda e distribuindo-se pelas margens dos Rios Mearim, Grajaú e Pindaré; avançando ainda mais para oeste, em direção ao Rio Tocantins e se espalhando entre os municípios de Carolina e Imperatriz.

Já a terceira ramificação, cuja entrada se deu por Floriano/Barão de Grajaú, também se dirigia para oeste, em direção a Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras e Riachão, até alcançar o município de Carolina. Também dedicada à pecuária, essa ramificação foi responsável pelo surgimento de vários municípios, como Paraibano, Presidente Dutra, São João dos Patos, dentre outros (TROVÃO, 2008).

Apesar do avanço dessas frentes, importantes para a colonização maranhense como um todo, a fundação de Imperatriz se deu somente em 1852, em uma frente denominada de *Paraense*. Essa frente, da qual fazia parte o frei Manoel Procópio do Coração de Maria, estava sob o comando do tenente-coronel João Ayres Carneiro. Exploravam o território maranhense navegando pelo Rio Tocantins, em busca de riquezas, assim como para melhorar a navegação entre Pará e Goiás, por meio da pacificação e aldeamento dos indígenas, principalmente os timbiras, e da remoção de obstáculos naturais, como cachoeiras ao longo do rio (FRANKLIN, 2005; 2008).

A primeira tentativa de se fundar a Colônia Militar de Santa Teresa se deu próximo às extintas cachoeiras de Itaboca, local onde hoje está a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, mas que fracassou devido ao rigoroso inverno, forçando os desbravadores a continuar subindo o Rio Tocantins. Posteriormente, uma nova tentativa se deu na tríplice fronteira entre Pará, Goiás e Maranhão, à margem esquerda do Rio Tocantins, em território goiano, a qual também falhou devido à hostilidade dos nativos Apinajé que habitavam aquela localidade (FRANKLIN, 2008).

Em um terceiro momento, foi finalmente fundada, à margem direita do Rio Tocantins, a Colônia de Santa Teresa, em 1852. Elevada à condição de vila em 1856, por meio da Lei Provincial nº 398, recebeu o nome de Vila Nova de Imperatriz, em homenagem à imperatriz Teresa Cristina, esposa do imperador Dom Pedro II. Conforme o percurso até a fundação de Imperatriz, o Rio Tocantins é, notadamente, grande referencial histórico na formação e desenvolvimento do município, além de ser

a principal rota de movimentação de pessoas e cargas, já que, durante muitos anos, a cidade não teve estradas adequadas para circulação até os principais centros.

Figura 1 – Porto de Imperatriz e vista da cidade (1960)



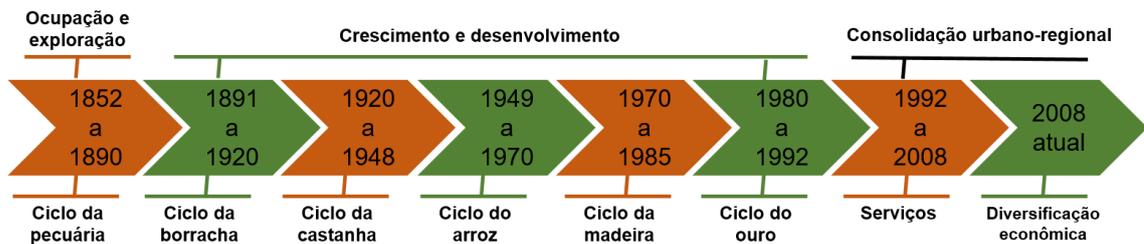
Fonte: Sanches (2003).

Nesse contexto, destacam-se três grandes momentos do desenvolvimento de Imperatriz, a partir de ciclos econômicos abordados aqui neste recorte. O primeiro momento é relativo à ocupação e exploração (1852-1890), vinculado, especialmente, sobre a pecuária e o extrativismo vegetal. O segundo diz respeito ao crescimento e desenvolvimento (1891-1992), mais diversificado que o anterior, voltado para a agricultura, extrativismo e mineração. O terceiro e último momento (1992-atualidade) é quando a cidade se consolida regionalmente, a partir da sua capacidade de ofertar serviços em diversos segmentos (COUTINHO, 1994; SANCHES, 2003; FRANKLIN, 2005, 2008; LIMA, 2008; SOUSA, 2009; 2015; SANTOS; NUNES, 2018).

Tais recortes sobre o desenvolvimento de Imperatriz e seu entorno se dividem em uma série de ciclos econômicos¹ (**Figura 2**) que, embora, nem sempre originários do município maranhense, impactaram, significativamente, em seu desenvolvimento.

¹ Embora não exista total consenso sobre o início e o término de todos os ciclos, o recorte apresentado esboça a busca por uma síntese resultante da análise dos autores referenciados na imagem. É importante destacar que os anos que são utilizados como marcações para início e o fim do ciclo não significam, necessariamente, que tais atividades econômicas se findaram nos anos em destaque, apenas que deixaram de ter a centralidade no cenário econômico regional.

Figura 2 – Ciclos econômicos de Imperatriz



Fonte: a autora (2022) com base em Coutinho (1994); Sanches (2003); Franklin (2005; 2008); Lima (2008); Sousa (2009; 2015); Santos; Nunes (2018).

Erigida pelos paraenses como uma colônia portuária, entre Pará e Goiás, tornou-se rapidamente uma importante região maranhense para a qual se dirigiam os fazendeiros oriundos da Frente de Ocupação Sertaneja. Em poucos anos, nesse primeiro momento, os grandes fazendeiros e colonos tornaram a Vila Nova de Imperatriz um polo de criação de gado e porto fluvial estratégico para comercialização com Goiás e Pará. A esse respeito, Franklin explica que:

[...] Menos de dez anos depois da chegada de frei Manoel Procópio [fundador de Imperatriz], já havia grandes fazendas de gado e muitos milhares de bovinos. A prosperidade econômica dos fazendeiros e colonos se mostrava surpreendente e propícia, em vista das facilidades de comércio através do grande rio, por onde frequentemente desciam os botes de Goiás (FRANKLIN, 2005, p. 54).

Entretanto, essa prosperidade dos criadores de gado era antagônica à vida na Vila Nova de Imperatriz, que não possuía o básico em infraestrutura e cuja população local vivia da produção agrícola. Ainda segundo Franklin:

Além da criação de gado, os imperatrizenses do final do século XIX dedicavam-se também a atividades agrícolas, artesanais e industriais. Cultivavam arroz, milho, mandioca, algodão, cana-de-açúcar, tabaco e produtos destinados ao consumo familiar. Produziam peças artesanais com o couro do boi. Fabricavam farinha, açúcar, rapadura, cachaça, fumo e diversos outros derivados da produção agrícola (FRANKLIN, 2005, p. 65).

A pecuária, principal atividade econômica entre 1852 e 1890, foi responsável pela chegada dos primeiros habitantes no sul do estado do Maranhão e, por consequência, na área territorial de Imperatriz. Franklin (2008, p. 36) ressalta: “Nas duas primeiras décadas de fundação da Vila de Santa Teresa, multiplicava-se o número de fazendeiros oriundos do velho território dos Pastos Bons [...]”. Nesse período, marcado pela predominância econômica da pecuária, houve expansão da

atividade agrícola, centrada principalmente na subsistência e autoconsumo.

Ao final do século XIX, foi descoberta, nas matas do Pará, a *Castilloa ulei*, árvore da qual se extrai látex para fabricação de borracha, a qual estava em alta no mercado internacional. Devido ao grande fluxo de pessoas da Bahia, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Maranhão para essas matas, deu-se a (re)fundação da cidade de Marabá em 1894, ao passo que Imperatriz servia de entreposto comercial para o abastecimento dos exploradores.

A descoberta da borracha, na zona amazônica, sobretudo na porção paraense, viabilizou, nos anos seguintes, novos movimentos de dinamismo econômico. Não porque a Vila Nova de Imperatriz fosse o centro de produção extrativista do látex, o que, de fato, não era, mas porque era o centro mais próximo do emergente núcleo de extração da região, servindo de cidade mantenedora, cujo papel principal era fornecer gêneros alimentícios e comércio em geral.

Na condição de porto e localidade mais próxima do emergente burgo, a vila de Imperatriz tornou-se o ponto de entrada para a leva de imigrantes que sonhavam em enriquecer na extração do caucho. Fez-se, também, nos primeiros anos, seu principal abastecedor de gêneros alimentícios (FRANKLIN, 2008, p. 45).

Assim, aglomerações que antes possuíam o caráter de vila começaram a tomar formas urbanas, com seu desenvolvimento e hierarquia totalmente vinculados ao comércio da borracha. Feito através dos rios, esse comércio condicionava a localização das cidades às margens de tais rios, em uma rede urbana de características dendríticas. “Em sua forma mais simples, a rede dendrítica é orientada pela rede fluvial: os centros urbanos localizam-se junto ao rio principal, preferencialmente junto à foz de seus afluentes mais importantes” (CORRÊA, 2006, p. 39).

O passo seguinte do desenvolvimento dessa rede urbana caracterizou-se pelas migrações e o surgimento de uma estrutura urbana primaz. Foi nesse momento que Belém e Manaus ganharam significativa importância regional, sendo que a primeira centralizava a população e os recursos financeiros, enquanto a segunda foi responsável pela interiorização econômica, por meio das frentes de exploração da borracha.

É nessa fase também que a forma de reprodução urbana desigual começa a mostrar sua face, quando se desenvolvem centros sem infraestrutura urbana,

caracterizados por equipamentos de uso coletivo, déficit de empregos e moradias, aumento da violência, dentre outros. Portanto, essas dinâmicas foram os primeiros passos da urbanização amazônica, dando origem a uma incipiente rede proto-urbana de padrão dendrítico. Sobre esse período, Gonçalves faz algumas colocações:

Em torno da borracha se deu indiscutivelmente o mais importante fluxo de povoamento para a Amazônia. Já desde a década de 1860 que as casas aviadoras estimulavam a implantação de seringais em terras longínquas que, inclusive, ficavam fora do território brasileiro, como os cales do Juruá e do Purus, até então considerados territórios bolivianos pelo próprio governo brasileiro, conforme se lê no Tratado de Ayacucho de 1867 (GONÇALVES, 2001, p. 85).

Sobre o intenso fluxo migratório que se desenvolveu para essa região, especialmente da região nordestina, o autor complementa:

Nordestinos, sobretudo dos sertões do Ceará e do Rio Grande do Norte, tradicionalmente produtores de gado e algodão, foram agenciados para se dirigirem para aquelas regiões, desde a crise ensejada pela retomada da produção de algodão norte-americano após o fim da Guerra Civil. Essa migração se tornará ainda mais intensa com as secas que atingem esses mesmos sertões no final da década de 1870. Fala-se de 300 mil a 500 mil migrantes nordestinos para a Amazônia durante o período de 1860 a 1912 (GONÇALVES, 2001, p. 86).

Em relação à expansão e revigoramento da incipiente rede urbana desse período, Corrêa (1987) explica que a ampliação da área ocupada e da produção de borracha, resultado inevitável do aumento de uma produção baseada no extrativismo, iria gerar a necessidade de novos núcleos urbanos. “O revigoramento dos núcleos preexistentes é consequência, também, da revalorização econômica de suas respectivas hinterlândias” (CORRÊA, 1987, p. 49).

Quando chegada a década de 1920, a atividade exploratória da borracha finda-se por não conseguir superar a concorrência com os seringais asiáticos. Já Imperatriz não conseguiu se desenvolver nesse meio tempo, vista a leniência do poder público. Não obstante possuir uma população de apenas 823 pessoas, em 1924, foi elevada à categoria de cidade, pela Lei nº 1.179, de 22 de abril (FRANKLIN, 2005).

Nesse período, houve uma nova descoberta extrativista no Pará, a *Bertholletia excelsa*, também conhecida como castanha-do-pará, cujo principal ponto de extração se dava, novamente, em Marabá. Assim, em 1927, o porto de Imperatriz dinamiza-se mais uma vez, e a população masculina abandona a cidade para se embrenhar nas

matas paraenses e coletar castanhas.

Mas os sonhos de riqueza da população local são de novo frustrados, visto que os lucros dessa atividade se concentravam nas mãos dos comerciantes e proprietários dos castanhais. Nesse caso, houve um pioneiro, Simplício Moreira, que foi comerciante, político e proprietário de castanhais. Figura importante da política local, hoje seu nome é lembrado em uma das principais ruas da cidade.

Assim como a borracha, o ciclo da castanha-do-pará (1920-1948) resultou de atividades econômicas realizadas na porção paraense da Amazônia Legal, e não necessariamente em Imperatriz. A influência desse ciclo econômico, na formação da cidade, deu-se pela migração sazonal de trabalhadores da atividade, a qual, embora extremamente degradante, proporcionou uma extensão do comércio de especiarias na região amazônica, tendo a cidade de Imperatriz como entroncamento comercial (FRANKLIN, 2008).

Então, Imperatriz se caracterizava como uma cidadezinha inexpressiva e isolada do resto do estado do Maranhão, assim como do Brasil. Qualquer contato só era possível com aquelas cidades que também margeavam o rio Tocantins, a exemplo de Carolina, Boa Vista (atual Tocantinópolis), Porto Franco, Marabá e Belém. Isso se devia à falta de infraestrutura viária, como estradas.

Do segundo momento histórico, aqui destacado, fazem parte os ciclos de rizicultura e de atividades madeireira e aurífera. Todo esse período tem como caráter essencial o fornecimento das bases para a consolidação atual de Imperatriz. Foi no período compreendido por essas três atividades que Imperatriz, já então elevada à categoria de município e adotando o nome simplificado Imperatriz, passou a ter maior destaque no cenário regional. A rizicultura logo passou a ser o alicerce da economia (SANTOS; NUNES, 2018).

O ciclo do arroz foi responsável pelo primeiro grande crescimento experimentado por Imperatriz, um crescimento tanto relacionado a estruturas, quanto a mudanças profundas na área urbana e no contingente populacional (SANTOS; NUNES, 2018). Dessa forma, o “[...] desordenado crescimento populacional e econômico, para o qual não houvera previsão nem planejamento, fez surgir problemas de diversas naturezas, como os de saúde, habitação e abastecimento de gêneros alimentícios [...]” (FRANKLIN, 2008, p. 129).

Na década de 1960, a economia municipal era baseada na agricultura,

sobretudo no cultivo da rizicultura. A atividade “[...] teve maior impulso com a chegada das frentes agrícolas e pecuaristas que intensificaram a ocupação da região de Imperatriz a partir de 1950 em virtude principalmente do processo de expansão da fronteira amazônica” (SOUSA, 2009, p. 134).

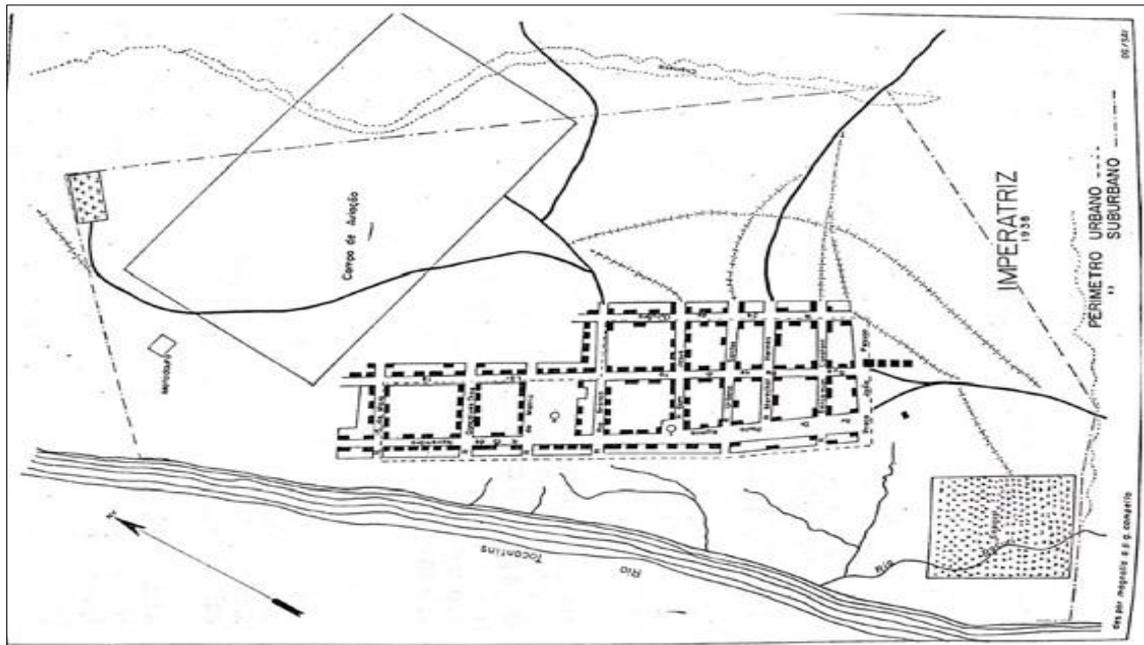
Para Santos (2018), caracterizavam-se dois segmentos na estrutura da produção do arroz, em Imperatriz. De um lado, uma força de trabalho constituída pelos trabalhadores rurais, sem a propriedade da terra, os posseiros e os pequenos produtores. E, do outro lado, estavam os proprietários dos meios de produção: grandes extensões de terra, equipamentos agrícolas, máquinas de beneficiamento, transporte, recurso financeiro, sementes e bens de consumo não duráveis.

A atividade modificou a estrutura produtiva local, na medida em que ampliou o incremento de pequenas usinas e maquinário para o beneficiamento de arroz, além de intensificar a mobilidade de pequenos produtores que se destinavam ao centro urbano para beneficiarem o arroz, em troca de percentual que ficava nas usinas. Assim, o plantio do arroz apresenta uma forte contribuição no povoamento do sudoeste maranhense, em especial na expansão dos núcleos urbanos, uma vez que os produtores de arroz dependiam, cada vez mais, das usinas para o beneficiamento e, por isso, acabavam por construir pontos de apoio para moradia.

Até a metade do século XX, Imperatriz contava com apenas 14.064 habitantes, sendo que 12.588 pessoas se concentravam na zona rural e apenas 1.075 pessoas na urbana (FRANKLIN, 2008). Suas poucas ruas (**Mapa 3**) demonstram a falta de dinamismo local. Ainda que possuísse um campo de pouso para o Correio Aéreo Nacional, seu isolamento do restante do país se mantinha devido à falta de estradas.

Esse isolamento começou a diminuir a partir dos anos 1950, devido às políticas de valorização da região amazônica, com as quais o Governo Federal iniciou um intenso processo de colonização e implementação de projetos de exploração das riquezas da região. Tal processo fomentou a dinâmica urbana regional e de Imperatriz, visto que, além de sua população se destinar a tais projetos, a cidade também era, e ainda continua sendo, um importante entreposto comercial.

Mapa 3 – Área urbana de Imperatriz (1938)



Fonte: Valverde e Dias (1967, p. 203).

O então sudoeste maranhense, limitado com áreas dos estados do Pará e do Tocantins, fez parte da então demarcação da Amazônia Legal. De forma inevitável, tal região foi incluída nos processos de modernização (industrialização, projetos de matriz energética e infraestrutura de transporte) que passavam no país e, em especial, no Maranhão, o que acarretou transformações nos povoados e pequenas cidades existentes, além de intensificação da urbanização.

Mas foi a partir da década de 1960 que a região amazônica passou por intensas transformações socioespaciais, devido às estratégias socioeconômicas do Governo Federal, que visavam à consolidação de sua soberania, assim como dinamizar a região. A esse respeito, Trindade Jr. afirma que:

A partir da década de 1960, especializou-se no território amazônico um novo padrão de ocupação territorial, comandado pelo Estado e pelos grandes projetos. Buscava-se a inserção do espaço regional à nova lógica de produção através de novas oportunidades de investimentos pautadas na política dos polos de desenvolvimento, sendo necessário, para isso, a estruturação de um ambiente geograficamente atrativo, inclusive com a implantação de novas franjas urbanas avançadas (TRINDADE JR., 2003, p. 136-137).

Durante o regime militar, iniciado em 1964, criou-se um discurso de que a Amazônia seria a panaceia que resolveria, rapidamente, todos os problemas do Brasil – econômicos, sociais e mesmo políticos. Nesse contexto, era necessário implementar

políticas de desenvolvimento, de modo a maximizar as vantagens econômicas. Serra e Fernández explicam que:

O regime militar tinha um projeto de modernização, permeado pela doutrina de segurança nacional, cujo objetivo geral era tornar o Brasil uma nação equiparável aos países desenvolvidos. Neste sentido, com o propósito de modernizar o país, os sucessivos governos procuraram realizar vários objetivos específicos, que variaram desde as reformas institucionais, como, por exemplo, a criação do Banco Central, até o estímulo à economia e ao povoamento e à integração da região amazônica (SERRA; FERNÁNDEZ, 2004, p. 111).

Vários foram os projetos destinados à região, a partir da década de 1950, sendo que os mais importantes estão listados no **Quadro 1** abaixo.

Quadro 1 – Principais projetos destinados à região amazônica

Ano	Programa	Objetivo
1953	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)	Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia. Elaborou o primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia, em 1955.
1960	Banco da Amazônia (Basa)	Viabilizar financeiramente os projetos da SUDAM.
1960	Rodovia Belém-Brasília (BR/010)	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país.
1966	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)	Coordenar e supervisionar planos e programas no contexto regional da Amazônia.
1970	Programa de Integração Nacional (PIN)	Expansão da rede rodoviária e implementação de projetos de colonização em áreas da SUDAM/SUDENE.
1970	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Executar estratégias de distribuição controlada de terras no país.
1970	Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I e II)	Adequar a estrutura territorial do país a uma nova proposta de industrialização. Responsável pela criação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Construção das rodovias: Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Manaus-Porto Velho.
1974	Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia)	Concentrar recursos visando o estímulo de fluxos migratórios em áreas selecionadas na Amazônia.
1980	Programa Grande Carajás (PGC)	Explorar de forma integrada e em grande escala os recursos minerais e agroflorestais na Amazônia.

Fonte: Monteiro e Coelho (2004); Sousa (2015).

Nesse período, buscou-se realizar políticas de *interiorização do país*, por meio do Plano de Desenvolvimento Nacional (PND), representado pela construção de Brasília, no Planalto Central, e a abertura de rodovias, como a Belém-Brasília (BR-010) e a Rodovia São Paulo-Cuiabá-Porto Velho (BR-364). Ambas são importantes

vias de comunicação da região amazônica com o Centro-Oeste, onde está localizada Brasília, e com o Sudeste, região onde se localiza São Paulo. Nesse novo contexto, o padrão dendrítico de transporte é substituído pelos eixos viários. Valverde e Dias expressam a importância dessas rodovias, ao dizerem que:

A integridade de um país só está assegurada quando as fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Este princípio de Geografia Política é válido tanto para os países desenvolvidos, como para os subdesenvolvidos. Nesta última hipótese, embora o conjunto da economia do país esteja na dependência de um ou mais mercados exteriores, é necessário que a drenagem econômica se faça através de centros localizados dentro dos limites do mesmo país. De outra maneira a coesão do país estará seriamente ameaçada (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 341).

Tais políticas vinham responder às necessidades do Estado de intervir nessa região, visto que uma de suas características problemáticas era o baixo índice demográfico. Por isso, fez-se necessária a criação de políticas públicas de incentivo fiscal e financeiro, assim como de infraestruturas que pudessem valorizar a região, para atrair pessoas e capital econômico.

Além disso, para a ideologia oficial, essa interiorização traria vários benefícios, tais como a melhoria de vida do caboclo, do nordestino, assim como de outros brasileiros das regiões Sul e Sudeste, principalmente aqueles que não dispunham de terras para a agricultura, devido ao esgotamento da fronteira agrícola ou mesmo pelas tensas relações no campo. Amaral, Câmara e Monteiro, sobre essa questão, enfatizam que:

À medida que as estradas pioneiras eram construídas em terra firme novas aglomerações foram surgindo, muitas já sob a forma de cidades. As aglomerações ribeirinhas foram marginalizadas, com exceção daquelas cortadas pelos novos eixos de circulação terrestre, e as capitais foram revigoradas pelo influxo migratório (AMARAL; CÂMARA; MONTEIRO, 2001, p. 4).

Foi durante o governo militar de Castelo Branco que se criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a partir da Lei 5.173, de 1966, que também delimitou, dentro de um caráter econômico, os limites da Amazônia Legal. Conforme a lei, a Amazônia Legal constituía-se pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins e Pará, além da porção do território do Maranhão a oeste do Meridiano 44º. Dentre as várias atribuições da SUDAM, pode-se destacar:

[...] elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover a sua execução, diretamente, ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas; [...] coordenar a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia a cargo de outros órgãos ou entidades federais; [...] prestar assistência técnica a entidades públicas na elaboração ou execução de programas ou projetos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, a critério da SUDAM; [...] promover e divulgar pesquisas, estudos e análises visando ao reconhecimento sistemático das potencialidades regionais (BRASIL, 1967, p. 12-13).

Lira (2005) discorre, com propriedade, acerca de um dos primeiros planos da SUDAM, que não alcançou seus objetivos principalmente porque faltava controle sobre os recursos financeiros destinados aos setores de infraestrutura. Conforme o autor:

É nessa ótica que foi concebido o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da SUDAM. Este plano voltava-se basicamente para a implantação do modelo econômico de substituição de importações da região amazônica pari passu aos imperativos geopolíticos de ocupação humana. Para a consecução desses objetivos, os investimentos públicos e privados deveriam ser alocados por setores econômicos específicos, o que possibilitaria à economia regional uma libertação econômica da agricultura extrativa e do comércio (LIRA, 2005, p. 96).

Os objetivos de desenvolvimento e diminuição dos desequilíbrios regionais preconizados pela SUDAM foram alcançados, e a região se integrou ao espaço nacional. Entretanto, houve um nefasto aprofundamento das desigualdades, representado pela concentração do capital, assim como de terras.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, a SUDAM foi extinta sob o argumento oficial de que a instituição tinha se transformado em uma extensa rede de corrupção. Argumentava-se, também, que a imprensa e a população civil exigiam que se tomassem providências urgentes, culminando no fim. Foi durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) que essa superintendência voltou a ter suas funções reativadas, pela Lei Complementar nº 124 (BRASIL, 2007b).

Também durante o governo militar, buscou-se a abertura de rodovias. Nesse período, uma das maiores e mais controversas ações foi a criação da Rodovia Transamazônica (BR-230), que liga a região Nordeste (Cabedelo, na Paraíba) à

Amazônia (Lábrea, no Amazonas), em um traçado de leste para oeste. Mediante a abertura de rodovias, tornava-se imprescindível o incentivo à colonização da região amazônica. Assim, foram desenvolvidos planos de colonização sob o lema de *integrar para não entregar*, como é o caso das iniciativas do Decreto nº 68.153/71, que aprovara dois importantes projetos de colonização.

O primeiro era o Projeto Integrado de Colonização (PIC), com o qual o Governo Federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fazia distribuição de lotes de 100 ha, destinados ao apoio de famílias que migravam de outras regiões. Já o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) se destinava especificamente a profissionais liberais que possuíam recursos financeiros. Os lotes distribuídos pelo PAD, destinados à produção, variavam em tamanho, entre 250 a 1000 ha.

Também foi na década de 1970 que a Eletronorte iniciou a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com o objetivo de aproveitar o potencial hídrico para a geração de energia. Na primeira etapa, sua capacidade energética era de 4.000 MW, sendo que, quando completa em 2010, o potencial energético subiu para 8.340 MW. Boa parte de seu consumo é representada pelos estados do Pará, Tocantins e Maranhão.

Com a implementação das políticas de integração nacional, houve um favorecimento para a implantação de grandes projetos de exploração mineral e vegetal na região, como o controverso Projeto Jari (1967), no Amapá, que tinha como objetivo a extração de madeira para a fabricação de celulose e, posteriormente, reflorestar a área explorada. Ainda pode-se citar a Mineração Rio Norte (1976), o Projeto Trombetas (1962) e o Projeto Grande Carajás (PGC) (1980), que objetivavam a extração de recursos minerais.

A maioria desses projetos era constituída por *joint-ventures* (união com risco), ou seja, associações de empresas com fins lucrativos para a exploração de determinada atividade, com nenhuma das empresas perdendo sua personalidade jurídica. Tais investimentos, em geral, vinham de empresários oriundos de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, por isso eram (e são) chamados de *sulistas*. Esses empresários, muitas vezes, possuíam associação com capital estrangeiro, principalmente norte-americano, francês e japonês.

Com os projetos, surgiram, também, as *company-towns* (cidades-empresa), infraestruturas destinadas a atender as necessidades de residência dos trabalhadores

e familiares dessas empresas. Sousa (2009) pontua bem a reprodução desse fato na Amazônia, quando explana sobre as *company-towns*. Segundo ele:

As experiências oferecidas através das *company-towns* (cidades empresa) expressam com propriedade o papel dos polos de crescimento econômico inaugurados na Amazônia a partir de 1960. As *Company-towns* representam uma expressão concreta das estratégias de polarização difundidas na Amazônia (SOUSA, 2009, p. 164).

Essa intensa ocupação da região amazônica, aliada ao crescimento e difusão dos núcleos urbanos, tem caracterizado a transição do modelo de urbanização primaz para dar lugar à urbanização de caráter complexo. Essas transformações vão ser, inevitavelmente, fortificadas a partir da modernização da infraestrutura de transportes, o que vai proporcionar significativa modificação na dinâmica econômica, não só do Maranhão, mas da porção oriental da Amazônia Legal.

Tais processos apresentados e que se irá apresentar foram conflituosos e vieram acompanhados de profundos contrastes e transformações, mudando não apenas o padrão de reprodução econômica e de “progresso” que se encontrara Imperatriz e sua região, mas também os processos culturais e políticos locais.

Há nos anos de “modernização” transformações regionais que vem acompanhadas de intensificação das desigualdades e dos problemas historicamente já existentes. Conflitos de terra, violência e pobreza urbana além de inflação são alguns dos aspectos que vão se observar conjuntamente com a modernização regional.

2.2 Belém-Brasília, crescimento econômico e desenvolvimento municipal

Na segunda metade do século XX, o Maranhão foi inserido em um novo processo de *integração* econômica e regional. Orientado pela centralidade política do centro-sul do Brasil, esse processo direcionou as políticas macroeconômicas para a construção de infraestruturas de transportes. Visava-se integrar as regiões e promover crescimento econômico, com base num ideário de conexão entre as regiões, com vistas a produzir e transportar matéria-prima pelo país recém-industrializado (OLIVEIRA; PAZ; ARAÚJO, 2021).

Nessa época, a economia de fronteira, característica da dinâmica socioeconômica brasileira, foi intensificada pelo Estado, a partir da expansão da

materialidade técnica das infraestruturas de transportes, em especial as rodovias. Nesse sentido, houve uma aceleração na transformação espacial brasileira, sobretudo orientada para exploração e transporte de matéria-prima para as indústrias de bens de produção e de consumo. Assim, é no contexto de integração de recursos naturais que há intensificação da modernização econômica do Maranhão (OLIVEIRA; PAZ; ARAÚJO, 2021).

O Projeto Marcha para o Oeste, dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), era fruto da política de substituição de importações e vislumbrava a promoção da indústria nacional, a partir da fabricação e consumo de manufaturas e insumos fundamentais ao Brasil. O projeto refletiu em programas de ampliação de setores essenciais para a atividade industrial, principalmente a infraestrutura de transporte rodoviário.

O transporte rodoviário fora também apropriado pelo Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (JK), perdurado de 1956 a 1961. O referido presidente via, na intensificação dos fluxos de bens e serviços, em conjunto com a ampliação de infraestrutura nacional, a partir de empréstimos de capital estrangeiro, uma das diretrizes de seu governo.

Entretanto, a grande mudança que marcou Imperatriz e a transformou no que é hoje foi, sem dúvida, a abertura da Belém-Brasília (BR-010). Fruto do Plano de Metas do presidente JK, cujo slogan era *50 anos de desenvolvimento em 5 de realizações*, a BR-010 fazia parte de um projeto rodoviário que visava articular todas as regiões do país, assim como interligá-las à nova capital, Brasília, que estava sendo construída no Cerrado goiano.

As rodovias resultaram, assim, de estratégias de integração e desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, atenderam às necessidades do mercado internacional do petróleo, por meio da expansão da indústria automobilística, de combustíveis, pneus e asfalto. E o principal: possibilitaram a mobilidade de capitais pelo país, sobretudo matéria-prima (MESQUITA et al., 2015). Tornaram-se, portanto, a base material para a aceleração e o reordenamento de fluxos e processos de ocupação na Amazônia Legal (como a maranhense), especialmente a partir do fim da década de 1970, sob o ideário da fronteira agrícola.

Esse pensamento, fortemente amparado por programas estatais de desenvolvimento regional e órgãos governamentais – como a SUDAM e a

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) –, permitiu o aprofundamento das bases capitalistas hoje presentes na fronteira agrícola brasileira: frentes de agricultura comercial impulsionadas por mercados de núcleo dinâmico da economia e afetadas por políticas de incentivo e pela expansão da infraestrutura na fronteira (SICSÚ; LIMA, 2000).

Nesse momento, foi criada a rodovia popularmente conhecida como Belém-Brasília, que recebeu o nome de Rodovia Bernardo Sayão ou BR-010, também chamada de Rodovia Transbrasiliana quando considerado todo o trecho do Rio Grande do Sul ao Pará. Sua construção permitiu a modernização de diversas cidades e a dinamização econômica – destacando-se o setor de serviços, o extrativismo e a agropecuária –, principalmente na porção tocantina da Belém-Brasília. A rodovia é o principal eixo de ligação rodoviária da região Norte com o restante do país. Em Goiás e parte do Tocantins, recebe a designação de BR-153; no Pará, de BR-010 e BR-316, e no Maranhão, de BR-010. Ainda no Tocantins, ela também é chamada de BR-226 (OLIVEIRA; PAZ; ARAÚJO, 2021, p. 5).

Considerando as ambições do projeto de modernização do país e a demanda por maior circulação de matéria-prima, insumos e mercadorias, tornou-se fundamental a construção de uma rodovia longitudinal que ligasse a capital ao norte do país, cortando as extensas áreas de floresta amazônica e Cerrado. Os Decretos nº 43.730, de 15 de maio de 1958, e nº 43.909, de 16 de junho de 1958, criaram a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRÁS) e estabeleceram normas especiais para a sua construção (ARRAIS; CASTILHO; AURÉLIO NETO, 2016).

Esse eixo viário permitiu que a comunicação com a porção central do país se estendesse até à porção sul, acabando de vez com o isolamento histórico do Maranhão e da região amazônica, como um todo. Fez surgir uma nova dinâmica de migrações que não se limitava mais à região Norte-Nordeste.

A construção de uma estrada para Belém cujo objetivo era abastecer o mercado com produtos agropecuários, assim como, com a chegada de imigrantes procedentes de outros estados nordestinos fugidos da seca contribuíram para que Imperatriz se tornasse um dos mais importantes centros da região, ligado ao Pará e a Goiás, hoje atual estado do Tocantins. [...] A implantação da rodovia BR-010, a Belém-Brasília provocou intensas transformações no sudoeste maranhense sendo a primeira rodovia federal construída no território maranhense (SOUSA, 2015, p. 315).

Em 1958, Imperatriz começou a receber grande quantidade de trabalhadores, desde engenheiros, como o então muito famoso Bernardo Sayão (**Figura 3**) – que comandava os trabalhos de abertura floresta a dentro, – a trabalhadores braçais de

várias regiões do país. Sobre esse período, explica Franklin:

Esse empreendimento transformou a pequena Imperatriz. Aviões, helicópteros e máquinas passaram a fazer parte do cenário cotidiano da cidade. A derrubada das matas ocupava centenas de pessoas, em diversos pontos diferentes. Chegavam homens, às vezes com suas famílias, de diversas partes do Brasil, mas principalmente do Nordeste. Aconteceu a primeira grande explosão demográfica do município (FRANKLIN, 2005, p. 85).

Um ano após o início, as obras seguiam em ritmo intenso, o que exigia a presença de todo o corpo técnico no local. Foi quando, no dia 15 de janeiro de 1959, aconteceu um trágico acidente no qual uma árvore caiu sobre a barraca do engenheiro chefe Bernardo Sayão. Estando ele na floresta, em local ermo e de difícil acesso, não foi possível prestar os devidos socorros em tempo hábil. Sua morte se deu naquele mesmo dia, na cidade de Açailândia.

Figura 3 – Bernardo Sayão em campo



Fonte: Arquivo Público do DF/Divulgação (2021).

Dois anos depois, no dia 25 de janeiro de 1961, finalmente era inaugurado o trecho maranhense da BR-010, contando com a presença do próprio presidente JK em Imperatriz. Já no dia 29, o presidente inaugurou a ponte que ligava o então estado de Goiás ao Maranhão, na cidade de Estreito, última das grandes obras do seu Plano de Metas. Na **Figura 4**, é possível observar um registro da passagem do presidente por Imperatriz.

Figura 4 – Presidente da República Juscelino Kubitschek e a diretora da Escola Santa Teresinha, Madre Glória (1961)



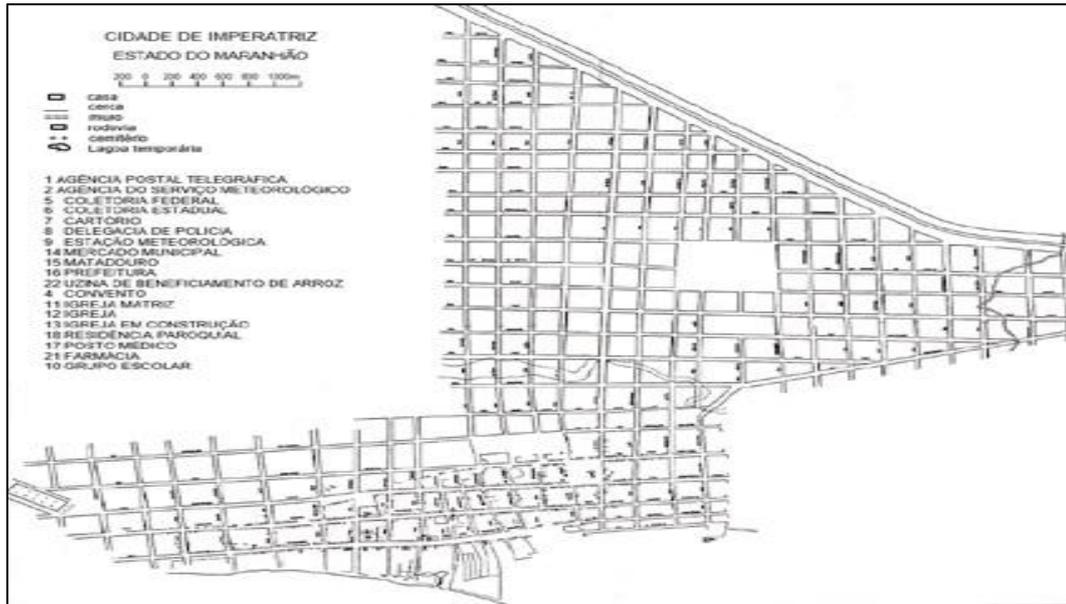
Fonte: Arquivos da Biblioteca da Escola Santa Teresinha (CUNHA, 2018).

A despeito de toda essa dinâmica, a *Enciclopédia de Imperatriz* registra que:

A decisão de Juscelino Kubitschek, de construir – como efetivamente fez, em dois anos – a rodovia Belém-Brasília tornou-se o principal marco histórico-econômico da vida do município. Pode-se afirmar que, fundada em 1852, Imperatriz foi “refundada” em 1960 (SANCHES, 2003, p. 44, grifo do org.).

A refundação de Imperatriz, na década de 1960, como resultado das políticas de transportes de JK, permitiu que aquele pequeno núcleo urbano localizado às margens do rio se expandisse por mais de dois km, para alcançar a rodovia (**Mapa 4**), estendendo-se para além desta, nos anos seguintes. Foi a partir desse momento que os ciclos econômicos do município se destacam enquanto períodos bem definidos dos processos evolutivos da cidade.

Mapa 4 – Área urbana de Imperatriz (1964)



Fonte: Valverde e Dias (1967).

Ainda na década de 1960, sob influência das frentes agrícolas e da inauguração do trecho maranhense da Belém-Brasília, há significativo aumento da população do município, principalmente na zona rural. Dos 12.434 habitantes da zona rural, passou-se a 30.182, ao passo que, na cidade, a população subiu de 1.630 para 8.987 pessoas. Esse aumento era o resultado do fluxo de pessoas do Maranhão, assim como de outros estados, para Imperatriz, que se caracterizava pela prevalência da população rural sobre a urbana, condição que se repetia em todo o país.

Com o crescimento econômico e populacional desordenado, começam a surgir vários tipos de problemas urbanos, como os existentes na prestação de serviços de saúde, habitação, abastecimento comercial, dentre outros. No campo, a realidade não era diferente, e os conflitos agrários multiplicavam-se. Sobre esse período, Franklin complementa:

Começa a construção da Rodovia Belém-Brasília, em 1958, e o fluxo migratório se intensifica. Muitos dos que não conseguem trabalho na Rodobrás vão se dedicar à agricultura, aumentando a demanda por terras e o volume da produção agrícola, tanto no município de Imperatriz quanto na outra margem do Tocantins, terras goianas. O espaço urbano sofre a demanda de abertura de novas ruas e espaços públicos. A Prefeitura não dispõe de estrutura necessária para atender às inúmeras e diversificadas demandas que se apresentam (FRANKLIN, 2008, p. 130).

A expansão econômica do arroz também contava com produção, em menor

escala, de mandioca, feijão, milho e cana-de-açúcar. Tal produção se destacou em vários municípios da região, mas foi em Imperatriz que teve seu apogeu entre as décadas de 1950 e 1960, sendo o arroz o principal produto comercializado (SANCHES, 2003) e que, novamente, intensifica a expansão da malha urbana da cidade e a atração de migrantes.

Nos cinco primeiros anos dessa década, segundo Censo do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] de 1960, o município de Imperatriz recebeu 4.247 migrantes, quase a metade de toda a sua população à época [...]. Nos três anos seguintes ao Censo, chegaram mais 7.536, mais que dobrando a população municipal existente antes do início da construção da Rodovia Belém-Brasília (FRANKLIN, 2008, p. 128).

Coutinho (1994), sobre esse crescimento urbano e suas relações com a rizicultura, reforça que as grandes safras de arroz tiveram início a partir da década de 1950 e perduraram até toda a década de 1960. A produção contribuiu para a construção de novos arruamentos, vias e travessias, como a Estrada do Arroz, importante via de ligação da zona rural às usinas encontradas no centro urbano da cidade.

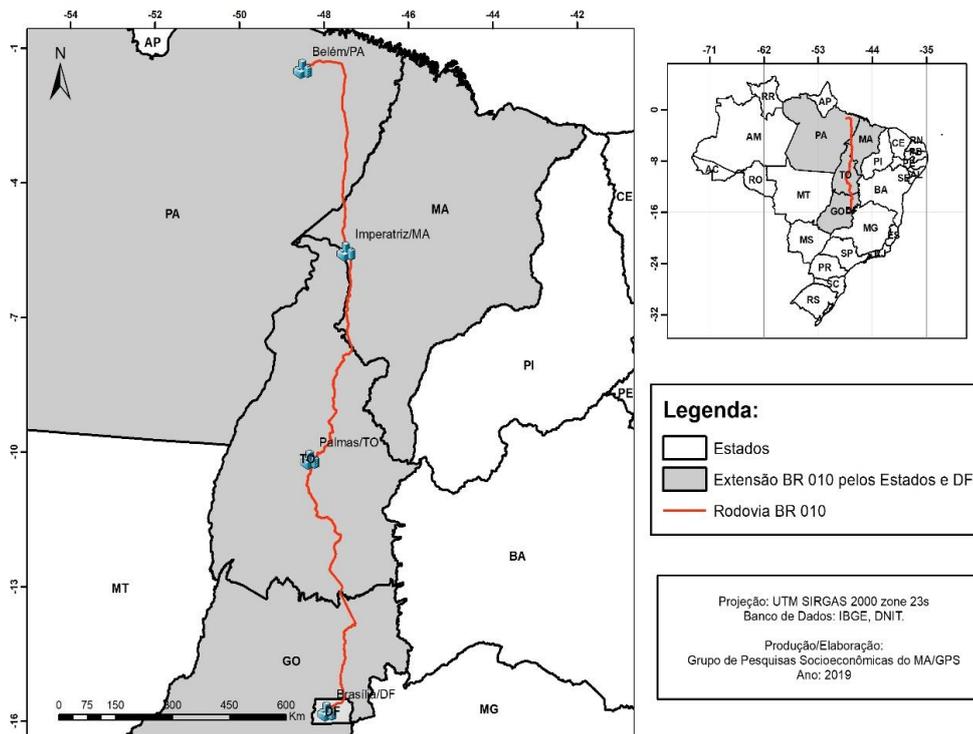
No começo da década de 1970, o Maranhão era o segundo maior produtor de arroz do Brasil, capitaneado por Imperatriz e os vales do Mearim e Pindaré. Mas, a partir de meados da década de 1970, a produção de arroz começa a declinar, devido à falta de subsídios para os pequenos proprietários de terra e à expansão das grandes fazendas de gado. Este último fator se deu de várias maneiras: compra das pequenas propriedades por fazendeiros ricos de outros estados, pressão e dilapidação, grilagem e mesmo a prática da pistolagem.

Assim, expulso das suas terras, ao pequeno produtor só restava fugir com a família para os subúrbios da cidade de Imperatriz, multiplicando os problemas urbanos já existentes. Via de regra, o pequeno produtor estava em grande desvantagem. Geralmente, eram posseiros e não possuíam titularidade das terras:

A fragilidade dos posseiros se dava principalmente porque a quase totalidade dos que migraram para o sudoeste maranhense era de camponeses analfabetos ou pessoas de pouca instrução, sem noção legal de posse ou propriedade; para quem a terra devoluta, sem produção e sem reclamante, era território de quem nele se atrevesse a derrubar, queimar, plantar e colher; que tivesse disposição e coragem para a lida da roça. Documentação de terra não era objeto de sua preocupação (FRANKLIN, 2008, p. 135).

O processo de construção da Rodovia Belém-Brasília (**Mapa 5**), iniciado em 1950 e concluído em 1974, estimulou que pontos de apoio emergissem com status de cidade, provocando a fragmentação e o surgimento de centralidades interurbanas nas áreas que margeiam a estrada, a exemplo de Imperatriz, Estreito, Carolina, Itinga do Maranhão, Açailândia e Porto Franco, no Maranhão, além de Paragominas e Dom Eliseu, no Pará.

Mapa 5 – Extensão da Rodovia Belém-Brasília (BR-010)



Fonte: IBGE/DNIT. Elaboração: Grupo de Estudos Socioeconômicos do MA (2019).

A Rodovia Belém-Brasília permitiu que insumos, bens e mercadorias fossem transportados com maior facilidade, acelerando a mecanização do campo e o aumento na produção agrícola e na pecuária. Atraiu, também, a implantação de empresas de diversos segmentos que ampliaram a oferta de serviços na região. Nesse momento, houve, inegavelmente, maior penetração de capitais na região, sobretudo tendo em vista a integração regional, centrada, nesse caso, na mobilidade de matéria-prima.

Devido ao isolamento a que a região Norte esteve, historicamente, submetida, o sistema de transporte comum era o fluvial, facilitado pela grande quantidade de rios na região. Essa característica não era diferente para Imperatriz, que, isolada de outras

idades, até mesmo da capital São Luís, tinha sua comunicação limitada àquelas cidades também localizadas às margens do rio Tocantins, como é o caso de Belém e Marabá.

Nesse período, há a ampliação do setor madeireiro, por meio da implantação de empresas do sul do país focadas em explorar o potencial madeireiro da região, principalmente ipê, jatobá, maracatiara e mogno. Nesse “[...] primeiro período, exportava-se a madeira em toras, transportada em caminhões abertos, ao mesmo tempo em que se instalavam no município dezenas de serrarias de pequeno e médio porte” (FRANKLIN, 2008, p. 140), demandando que a estrutura da cidade fosse cada vez mais urbanizada.

No ano de 1970, já se observava o surgimento de um segundo ciclo econômico dominante em Imperatriz e região, baseado na extração da madeira e produção de carvão vegetal. Por esse motivo, o novo ciclo ficou conhecido como o da madeira. Ao devastar as matas, essas atividades abriam espaço para as plantações de pasto e, conseqüentemente, viabilizavam a expansão das grandes fazendas de gado.

Assim, a construção de estradas como a BR-010 possibilitou o acesso a recursos florestais em florestas densas de terra firme, ricas em madeiras de valor comercial, destacando-se espécies como mogno (*Swietenia macrophylla*), ipê (*Tabebuia sp.*), cedro (*Cedrela odorata*), freijó (*Cordia sp.*), cerejeira (*Torresia sp.*), cumaru (*Dypterix sp.*), jatobá (*Hymenaea courbaril*) e maçaranduba (*Hymenaea courbaril*) (VERÍSSIMO; PEREIRA, 2014).

Segundo Ferreira (1995, p. 125), “devido à implantação de indústrias ligadas à extração vegetal o aproveitamento da madeira (extração e beneficiamento) na região Tocantina a partir de 1970 elevou consideravelmente a utilização deste produto”. Corroboram com essa afirmação dados de Franklin (2008), de que havia, na época, mais de 300 estabelecimentos industriais ligados ao setor madeireiro, cuja produção se destinava a vários estados como o próprio Maranhão, Pará, Goiás, Piauí, Bahia, Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O ciclo madeireiro, registrado a partir da abertura da Rodovia Belém-Brasília até o final da década de 1970, acelerou o movimento migratório destinado para a extração da madeira. Esta provocou o desmatamento e, conseqüentemente, liberou espaços para interessados na agricultura e na pecuária. A forma predatória e desorganizada com que a dinâmica madeireira foi utilizada na região permitiu grande

crescimento econômico, mas também rápido declínio (SANTOS, 2018).

A complexa logística de derrubada e transporte da madeira dificultava a inserção de exploração comercial por pequenos produtores e lavradores. Como resultado, a atividade concentrava-se nos médios e grandes comerciantes, e nos atravessadores. Ao pequeno proprietário de terra restava a venda da madeira para aqueles que possuíam capacidade para a retirada. Tal processo intensificou os conflitos de terra para a agricultura, entre os diversos migrantes que se instalavam na região e os grupos de empresários e grandes latifundiários (COUTINHO, 1994; VERÍSSIMO; PEREIRA, 2014; SANTOS, 2018).

A abertura da Rodovia Belém-Brasília permitiu que a madeira explorada no município de Imperatriz chegasse ao sul do país, onde a demanda estava vinculada ao chamado *milagre econômico*. Basicamente, buscava-se o crescimento econômico a partir do aumento dos investimentos em setores diversos; conseqüentemente, a demanda por matéria-prima era alta, especialmente a madeira.

O município de Imperatriz também começou a receber muitos investidores de todas as regiões do país, o que significou várias transformações em seu padrão cultural. Tornava-se uma cidade bastante diversificada e mais atrativa que o campo, dando início a uma transferência do capital rural, intensificação do êxodo rural e o domínio do campo pela cidade.

Essas transformações foram, em parte, fomentadas pelo papel do Estado, que conduziu, por meio da SUDAM e da SUDENE, a Lei de Terras², promulgada pelo Governo Sarney. A lei dificultou o acesso à terra pelo pequeno produtor, mas foi permissiva com a extração e exportação de madeira de forma ilegal, por grupos madeireiros ilegais como: Galleti, Cikel, Carajás, Madeireira Daniel, Sudoeste do Maranhão, Vener Line e Morais Madeira Ltda. (LIMA, 2008; NASCIMENTO, 1998 apud SANTOS, 2018).

Em Imperatriz, o processo do êxodo rural foi muito intenso e trouxe vários problemas para a cidade, a exemplo do esgotamento da capacidade da infraestrutura e dos equipamentos urbanos. Como consequência, houve uma segregação social acompanhada de urbanização desordenada, cujas consequências podem ser

² Em 17 de junho de 1969, o então governador do Maranhão José Sarney aprovou na Assembleia Legislativa do Maranhão a Lei Nº 2.979, conhecida como “Lei Sarney de Terras”. A Lei de Terras do Governo Sarney sob o mito do “maranhão que se modernizava” aumentou o poder oligárquico, dificultou o acesso de pessoas de baixa renda às terras, impossibilitou a reforma agrária e contribuiu para a intensificação dos conflitos de terra no Maranhão.

facilmente observadas na atual estrutura urbana da cidade.

O ciclo da madeira contemplou o período considerado de franca desorganização espacial pelo fato de ter surgido através do oportunismo desfrutado pelos fluxos migratórios, condicionados principalmente pelas redes familiares durante o acesso à farta floresta primária (SANTOS, 2018, p. 139).

Assim, pode-se notar que houve uma formação de bairros que não ofereciam o mínimo dos equipamentos necessários ao bem-estar social, como água encanada, rede de esgoto e coleta de lixo, assim como aqueles bairros que surgiram para atender interesses eleitorais. Sousa (2009) cita alguns bairros, a saber: Vila Fiquene, vinculada a José de Ribamar Fiquene, ex-prefeito da cidade; Vila Cafeteira, ligada a Epitácio Cafeteira, ex-governador do estado; Vila Lobão, referência a Edison Lobão, então deputado federal pelo Maranhão, e Vila JK.

A década de 1980 ficou conhecida como a *década perdida*, marcada por uma profunda crise econômica que atingiu toda a América Latina, incluindo o Brasil. Paralelamente, a região Nordeste passava por um período de forte estiagem e aumento do desemprego. Foi nesse contexto que findou o ciclo econômico da madeira em Imperatriz, associado ao declínio completo da rizicultura e aos crescentes conflitos no campo. Assim,

A média de assassinatos na luta pela terra na região aumenta de 7,8% ao ano, na primeira metade dos anos 70, para 13,4% nos cinco anos seguintes; de 1981 a 1985, salta para 30,6%, violência geralmente patrocinada por grileiros (COSTA, 1993 apud FRANKLIN, 2008, p. 149).

O principal motivo para o ciclo econômico da madeira ter perdido sua importância diz respeito ao esgotamento dos recursos naturais. A densa floresta que existia no município foi inteiramente consumida pelas serrarias, carvoarias e para a formação de pastos. Assim, viu-se a migração de serrarias de Imperatriz para o Pará, pois esse estado ainda contava com vastas áreas florestais inexploradas.

A construção da Rodovia Belém-Brasília ampliou o quadro de modernizações nas cidades da região e permitiu a expansão do ciclo do ouro nos garimpos do Pará. Novamente, a tábua de salvação de Imperatriz veio do Pará, visto que surgiu, no sudeste do estado, uma nova oportunidade de exploração mineral, com a descoberta de ouro em Serra Pelada, localizada a 130 km de distância do município de Marabá e

a 350 km de Imperatriz. O ciclo do ouro perdurou por pouco mais de uma década, entre 1980 e 1992.

Assim como outras dinâmicas econômicas resultantes do estado do Pará, a curta distância entre Imperatriz e a Serra Pelada (350 km) fez com que diversos trabalhadores migrassem, sazonalmente, para o garimpo. Esse ciclo contribuiu para que, no início da década de 1980, a população municipal de Imperatriz ultrapassasse os 200 mil habitantes, e a porcentagem da população urbana superasse a rural.

Há de se compreender que do ponto de vista regional e de fronteira (em especial Maranhão-Pará-Tocantins) o intenso comércio e as pendularidade de trabalhadores frente a modernização dos estados possibilitou nova ressignificação destas distâncias, permitindo maior fluxo de pessoas e permitindo maior articulação entre os municípios por meio das principais cidades do interior na região: Imperatriz, Marabá e Araguaína.

Esse fato se deu principalmente devido ao intenso êxodo rural dentro do próprio município, fenômeno já mencionado neste trabalho, assim como à imigração de pessoas vindas de outras regiões do país. Como consequência, viu-se aumentarem mais ainda, de forma vertiginosa, os problemas urbanos, em virtude de a infraestrutura e os equipamentos da cidade não estarem preparados para receber tantas pessoas. Uma das consequências imediatamente observáveis foi o aumento da desigualdade social, ocasionada pela urbanização desordenada da periferia, caracterizada pelo fenômeno da favelização (ARAÚJO, 2016).

No contexto do ciclo do ouro, o sonho de enriquecimento rápido e as condições econômicas desfavoráveis do país resultaram na chamada *corrida do ouro*, definida pelo deslocamento de uma grande quantidade de migrantes em direção àquela região. “O garimpo de Serra Pelada serviu como escape à pressão social e econômica que se apresentava com perspectivas de maior intensidade nos anos seguintes” (FRANKLIN, 2008, p. 150).

Caracterizando-se, à época, como uma atividade de mão de obra não qualificada e exclusivamente masculina, devido aos riscos e intenso uso do trabalho corporal, viu-se, no auge da garimpagem, uma quantidade média de 80 mil garimpeiros em Serra Pelada. No estado do Pará como um todo, a população de maranhenses aumentou de 45 mil para 150 mil pessoas (MOURA, 2008). Já especificamente em Serra Pelada, mais de 60% dos trabalhadores são maranhenses,

e “[...] as cidades mais envolvidas com o garimpo são Imperatriz, no Maranhão, Marabá e Belém, no [...] Pará” (BEZERRA, 1984 apud FRANKLIN, 2008, p. 153).

Como já explanado, isso se deu devido à localização privilegiada de Imperatriz. A cidade maranhense tornava-se, novamente, uma importante via de acesso ao Pará, assim como entreposto comercial para fornecimento de gêneros alimentícios, máquinas, transporte e mão de obra. Portanto, a atividade aurífera surgia no período em que Imperatriz passava por um recrudescimento da crise do ciclo da madeira, associado ao elevado índice de desemprego e ao enfraquecimento das atividades comerciais.

Se Imperatriz muito perdeu com a evasão de sua mão de obra da agricultura e das atividades urbanas – principalmente do comércio e da construção civil –, foi favorecida com o fornecimento de boa parte da infraestrutura e gêneros alimentícios necessários aos garimpos da região [...] (FRANKLIN, 2008, p. 154).

O garimpo de Serra Pelada aparece no final do ano de 1979 e foi considerado o maior a céu aberto do mundo. O grande contingente populacional que optou pela aventura nesse garimpo foi condicionado pelos seguintes fatores: a) queda nos preços do arroz; b) declínio da atividade madeireira; c) grandes conflitos pela posse da terra; d) grande número de desempregados; e) crise inflacionária nacional; e f) significativos aumentos no preço do petróleo.

Caracterizados pelo esvaziamento, os efeitos causados ao município de Imperatriz foram a saída temporária das pessoas, principalmente da agricultura para a região de Serra Pelada, e a transferência de recursos financeiros de empreendimentos para pagar os custos do garimpo (COSTA, 1993; SANTOS, 2018). Além disso, o fornecimento de produtos necessários à sobrevivência dos garimpeiros foi outra consequência para Imperatriz.

A atividade de garimpagem, em Serra Pelada, chegou ao fim em 1992, tendo períodos alternados de liberação e proibição, vistos os grandes riscos envolvidos na atividade. A extração só poderia ser feita por empresas especializadas, nesse caso a antiga estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Hoje privatizada como Vale, a CVRD era a gestora, e continua sendo até os dias atuais, a principal empresa do segmento. Ainda assim, muitas pessoas conseguiram alguma riqueza no garimpo e investiram na economia imperatrizense. Entretanto, o grosso das pessoas que retornaram não fez fortuna, e muitos perderam os investimentos aplicados.

A dinâmica espacial, em função desse fenômeno, estabeleceu, em Imperatriz, o núcleo urbano de fornecimento de mão de obra temporária e de suprimentos requisitados pelos garimpeiros. Foi, ainda, uma espécie de lugar de retroalimentação financeira, caracterizada pela aplicação de recursos na exploração do ouro, através dos comerciantes e empresários de Imperatriz (MOURA, 2008; WANDERLEY, 2015).

O município de Imperatriz foi significativo nesse ciclo, que [...] toma como grande referência o garimpo de Serra Pelada no sul do Pará. As condições registradas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 contemplavam nesse período: o auge e início da decadência da produção do arroz, os conflitos de posse de terras, o processo de modernização da agricultura e o incremento das fazendas de gado bovino. Considerando que a maior parte da força de trabalho migrante era de lavradores, esses defrontavam-se, na época, com a falta de possibilidades de emprego e com a insegurança para os trabalhadores no campo. O surgimento desse garimpo provocou uma desmobilização na agricultura, criando constantes deslocamentos entre a região de Serra Pelada e Imperatriz, levando um imenso contingente populacional a buscar ouro nesse garimpo (SANTOS, 2018, p. 148).

O garimpo, em Serra Pelada, proporcionou o investimento na diversificação do setor de serviços, na cidade de Imperatriz. Ampliou-se o número de lojas e segmentos de comércio que abriam com o dinheiro do ouro, ou mesmo para atender as demandas daqueles que *bamburraram no garimpo*³. Tal expansão do setor terciário contribuiu com o aumento demográfico de migrantes para a cidade (empresários, trabalhadores, comerciantes, consumidores) e para que ela se constituísse em entroncamento comercial, na divisa com os estados do Pará e Tocantins.

Essas modificações, que se acarretam ao longo dos anos, não irão alterar apenas a estrutura socioeconômica municipal, a partir da centralidade que Imperatriz vai, aos poucos, exercendo a partir do setor de serviços. Também vão impulsionar mudanças no panorama político regional, o que irá resultar em quadros de reconfigurações territoriais nos municípios que vão, aos poucos, emancipando-se.

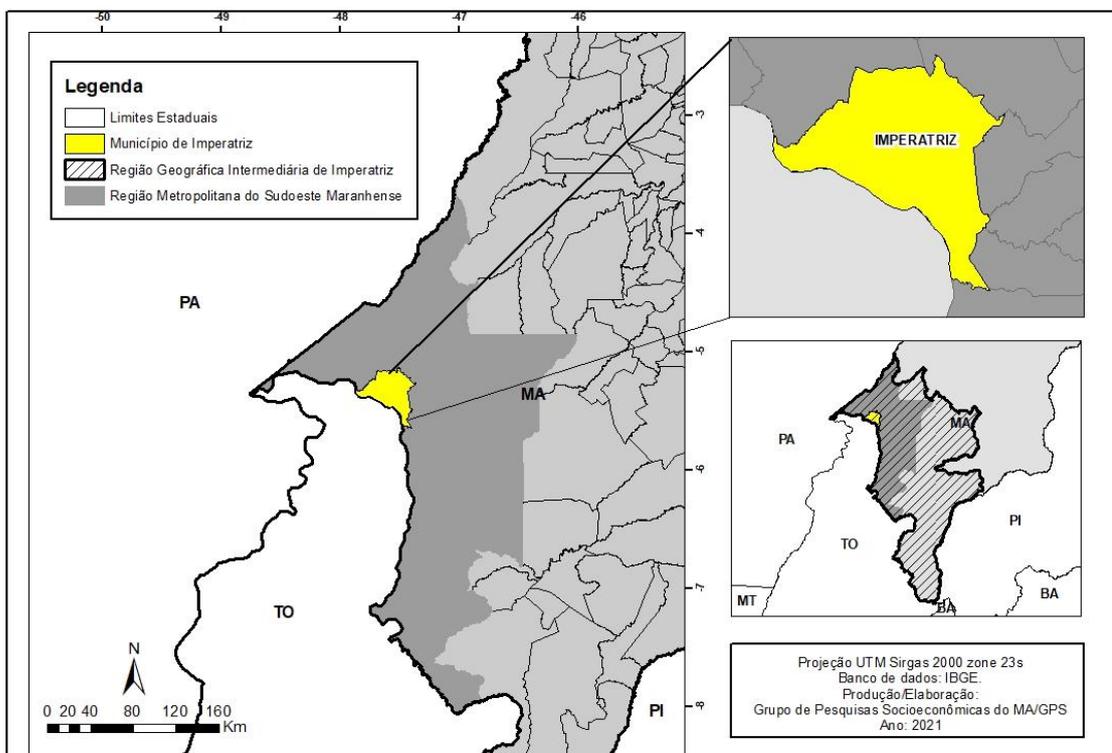
2.3 Desmembramentos territoriais e caracterização dos municípios do sudoeste maranhense que, anteriormente, pertenciam a área de Imperatriz

O sudoeste maranhense (**Mapa 6**) é formado por 22 municípios. São eles: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina,

³ Encontrar ouro, diamantes ou outras pedras preciosas por “bambúrrio” (acaso) e enriquecer.

Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque, Sítio Novo e Vila Nova dos Martírios. Sob forte influência histórica da cidade de Imperatriz, tem como limites o município de Itinga do Maranhão, ao norte da região; São Pedro da Água Branca, ao oeste; Amarante do Maranhão, ao leste; e Carolina, ao sul. Tal área faz parte da delimitação da Região Geográfica Intermediária de Imperatriz (IBGE, 2008; 2020).

Mapa 6 – Localização de Imperatriz no sudoeste maranhense



Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

Imperatriz é o município de maior influência econômica da região. Em 2019, o salário médio mensal era de 2,0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 24,5%. A taxa de escolarização, entre 6 e 14 anos, é de 98,4%. Comparado a outros municípios do estado, Imperatriz ocupava a 16ª colocação de 217. Nacionalmente, ocupava a posição 1.440 entre 5.570 municípios.

A média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é de 5,3; e nos Anos Finais, de 4,3.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2010, era de 0,731, enquanto o índice de Gini, de 0,5612 (IBGE, 2019).

É fundamental a compreensão acerca das dinâmicas territoriais que se seguiram historicamente, para entendermos a composição atual dos municípios que fazem parte do sudoeste maranhense. Nesse sentido, Imperatriz é importante marco referencial, como já apresentado, das transformações que ocorrem ao longo do tempo, na região. Isso pelo fato de que, dos 22 municípios que integram a região, 18 deles faziam parte, anteriormente, do território que, ao final do século XIX, pertencia a Imperatriz. Apenas Estreito, Carolina, Amarante do Maranhão e Sítio Novo não pertenciam à unidade territorial municipal, à época da fundação da cidade.

Devido a seu isolamento inicial e à presença de grandes fazendas, Imperatriz era um dos maiores municípios do Maranhão, possuindo, aproximadamente, 20 mil km². Com as estradas, vieram os migrantes. E, com estes, surgiram novos povoados, ao passo que os já existentes começaram a aumentar de tamanho territorial e populacional. Foi nesse processo que Imperatriz, gradativamente, perdeu grande parte do seu território e população para vilas que se emanciparam em novos municípios. A esse respeito, Sousa (2015) explica que:

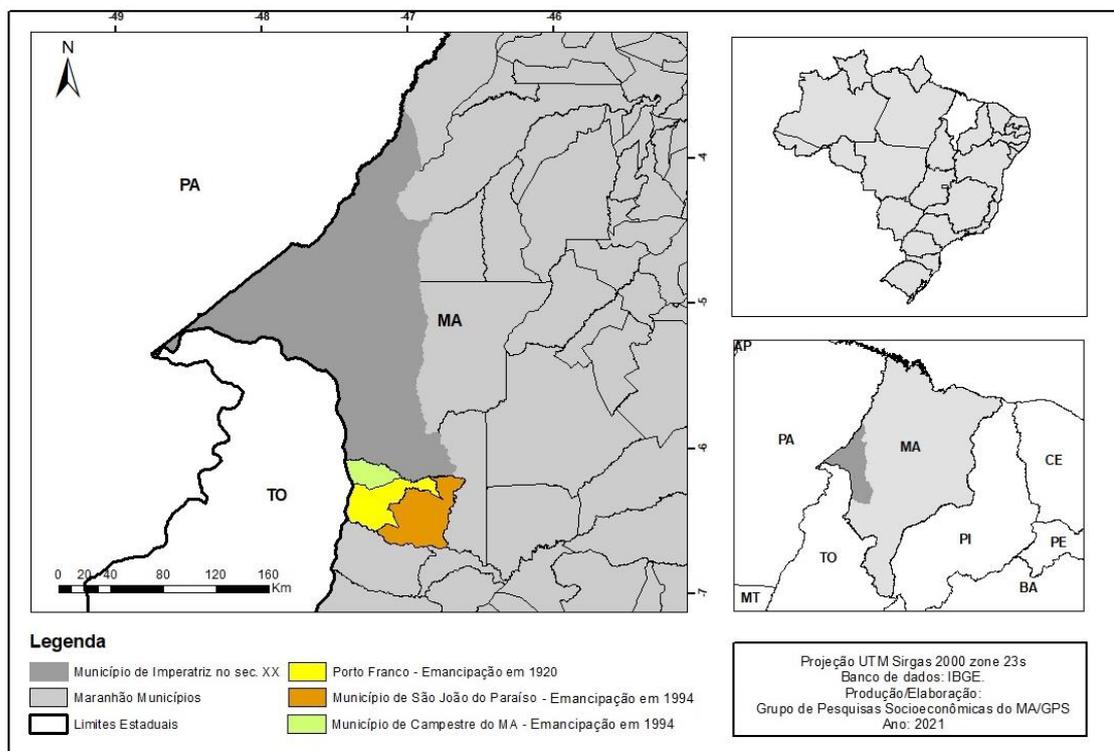
Os processos de fragmentação territorial que se consolidaram na década de 1980, sinalizaram para perda de território e populações deste município. Reorganização das atividades econômicas que apresentou impactos imediatos na reestruturação do território municipal de Imperatriz, implicando desse modo, numa perda considerável do território rural e de suas populações (SOUSA, 2015, p. 325).

O primeiro município a se emancipar de Imperatriz foi Porto Franco, ainda em 1919. A partir de então, Imperatriz, que contava com 20 mil km², passou por sucessivos desmembramentos, até chegar aos dias atuais com apenas 1.369 km² de território. Porto Franco (**Mapa 7**) surgiu em 1854, quando comerciantes portugueses chegam à localidade e dão origem ao processo de povoamento. Devido a seu crescimento, em 1856, foi elevado à condição de vila, como o nome Vila de Santa Tereza de Porto Franco. Entre 1858 e 1878, passou por período de grande apogeu. Entretanto, a guerra civil de Boa Vista, que durou três anos, resultou na ruína da emergente vila.

Em 2 de abril de 1919, pela Lei nº 853, Porto Franco foi elevado à categoria de município. Em 1 de dezembro desse ano, elegeu seu primeiro prefeito, o tenente

Valério Neves de Miranda, cuja posse ocorreu no dia 1º de janeiro de 1920, data em que conquistou sua autonomia, sendo desmembrado de Imperatriz. Na ocasião de seu desmembramento territorial, o município de Porto Franco, como exposto no **Mapa 7**, possuía área total de 4.086,697 km² e englobava o que são hoje os municípios de Campestre do Maranhão (área atual de 615,384 km²) e São João do Paraíso (área atual de 2.053,830 km²), que também passaram pelos seus próprios processos de emancipação territorial posteriormente, em 1994.

Mapa 7 – Localização e desmembramentos territoriais de Porto Franco, Campestre do Maranhão e São João do Paraíso, Maranhão



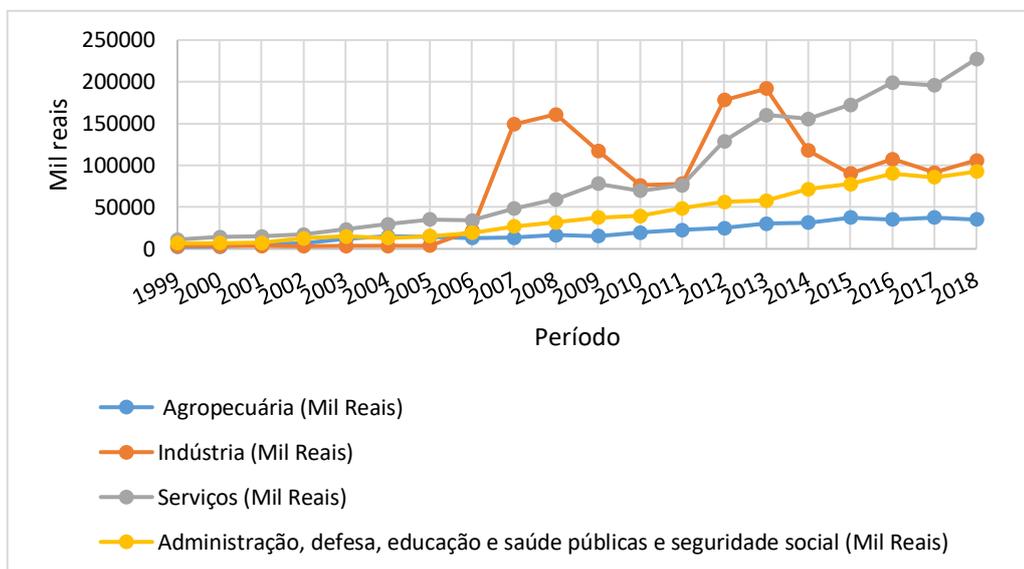
Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

A população de Porto Franco é estimada em 24.092 habitantes atualmente, majoritariamente urbana. O salário médio mensal é de aproximadamente 1,5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas formalmente, em relação à população total, é de apenas 4,4%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tem 54,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 100 de 217, dentre as cidades do estado, e na posição 540 de 5.570, dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2019).

O município tem, no setor terciário, sua maior representação do Produto Interno

Bruto (PIB), conforme o **Gráfico 1**, ofertando serviços básicos no comércio. A atividade secundária é voltada para a produção de derivados da soja, além de empresas de operação de cargas, transbordo e armazenagem de grãos, atraídas pela proximidade da Ferrovia Norte-Sul. A agricultura é centrada na produção de banana e tubérculos como o inhame, batata e mandioca, que são consumidos em outros estados do Nordeste, como Pernambuco e Paraíba (IBGE, 2019).

Gráfico 1 – Evolução do PIB por setor econômico, em Porto Franco, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

A taxa de escolarização, de habitantes entre 6 e 14 anos, é de 97,7%. Comparado a outros municípios no estado, Porto Franco ocupava a 217ª colocação de 217. Já em âmbito nacional, ocupava a posição 2.574 de 5.570. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é de 3,9, enquanto, nos Anos Finais, é de 3,6. O IDH, em 2010, era de 0,575, e o índice de Gini, de 0,5774.

Em 10 de novembro de 1994, sob a Lei Estadual nº 6.143, e também no mesmo dia, sob a Lei Estadual nº 6.158, os municípios de Campestre do Maranhão e São João do Paraíso, respectivamente, são desmembrados de Porto Franco (**Mapa 7**). O município de Campestre do Maranhão teve seu surgimento na década de 1950, motivado pela exploração das amêndoas do coco babaçu, muito valorizada no estado do Pará.

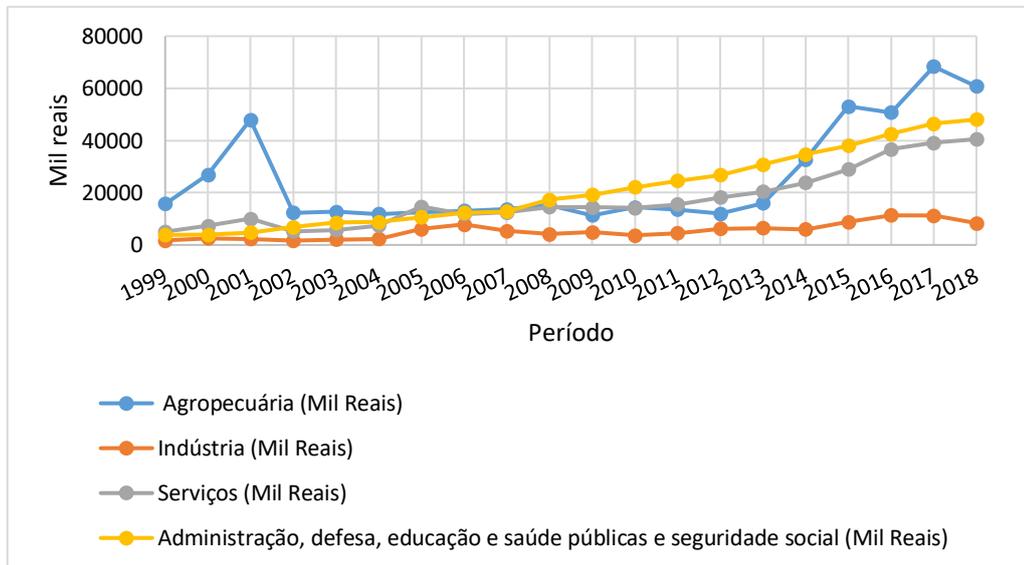
A maioria dos exploradores da amêndoa chegavam à região e fixavam-se, surgindo Três Barras, pequeno povoamento que começou a crescer. Em 1994, o

povoado desmembrou-se de Porto Franco, passando à denominação de Campestre do Maranhão. Atualmente, o município conta com uma área territorial de 615.384 km² e ocupa, em âmbito estadual, a posição 153 em extensão territorial, o que representa 0,19% do estado (IMESC, 2021).

O salário médio mensal, em Campestre do Maranhão, é de aproximadamente 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas formalmente, em relação à população total, é de apenas 10,2%. 42,3% da população vive em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que colocava o município na posição 210 de 217, dentre as cidades maranhenses, e na posição 2.443 de 5.570, isto é, dentre todas as cidades brasileiras (IBGE, 2019).

A economia de Campestre do Maranhão (**Gráfico 2**) é centrada na pecuária, principalmente a de subsistência, e na monocultura mecanizada da cana-de-açúcar. Esta última resulta em grande concentração de terra e se conecta, também, com a participação da principal atividade industrial da cidade, que é a produção de açúcar e etanol (IMESC, 2021).

Gráfico 2 – Evolução do PIB por setor econômico, em Campestre do Maranhão, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

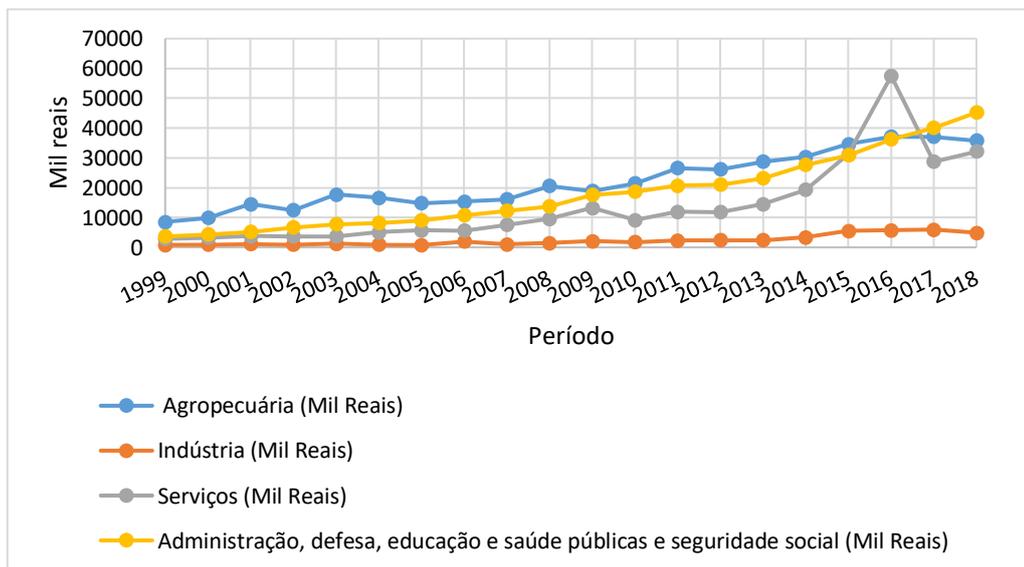
A taxa de escolarização, entre 6 a 14 anos, é de 97,8%. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é de 5,5. Já nos Anos Finais, é de 5,5. O IDH, em 2010, era de 0,652, enquanto o índice de Gini, de 0,4829 (IBGE,

2022).

O outro município emancipado de Porto Franco, São João do Paraíso (**Mapa 7**), já na década de 1950, contava com grande quantidade de moradores, devido à existência de fazendas de solo fértil para lavoura e pecuária. Esse fato corroborou para a emancipação do município, ainda em 1961. Entretanto, pouco tempo depois, foi extinto. A segunda emancipação se deu em 1994, separando-se, em definitivo, de Porto Franco. Atualmente, a área territorial do município é de 2.053 km² e ocupa a posição 39^a em extensão territorial, o que significa 0,62% do total estadual (IBGE, 2022).

Economicamente (**Gráfico 3**), o município tem, na administração pública, sua principal fonte de arrecadação, seguida pela pequena propriedade agrícola e da oferta de serviços, também voltados para pequenos comércios. O setor secundário, com significativa inexpressividade, aparece, principalmente, em atividades vinculadas a maquinário para o setor primário.

Gráfico 3 – Evolução do PIB por setor econômico, em São João do Paraíso, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

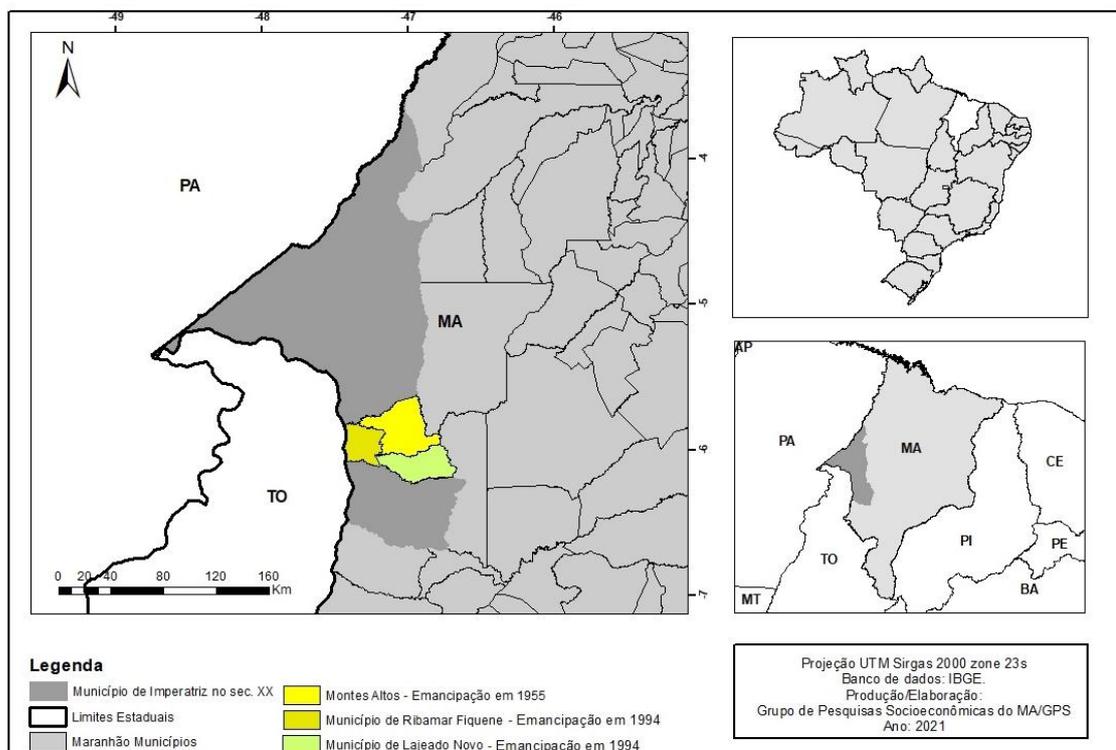
O salário médio mensal de São João do Paraíso é de aproximadamente 1,9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas formalmente, em relação à população total, é de apenas 6,6%. Levando em conta domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tem 52,1% da população vivendo

nessas condições. Essa porcentagem põe o município na posição 152 de 217, dentre as cidades do estado, e na posição 972 de 5.570, entre as cidades do Brasil.

A taxa de escolarização, entre pessoas com 6 a 14 anos, é de 98%. Comparado a outros municípios no estado, São João do Paraíso ocupava a 32ª colocação de 217, e 2.065 de 5.570, em âmbito nacional. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, chega a 4,7, enquanto, nos Anos Finais, é de 4,1. O IDH, em 2010, era de 0,609, e o índice de Gini, de 0,5336.

No ano de 1955, com a Lei Estadual nº 1.354, de 08 de setembro, a vila de Montes Altos (**Mapa 8**) se emancipa, chegando à categoria de cidade, o que representou, para Imperatriz, uma perda de área de 3.326 km². Posteriormente, em 1994, Montes Altos também passa por um processo de perda de território, com a criação de dois novos municípios: Lajeado Novo, cuja área é de 1.047 km², e Ribamar Fiquene, com área de 750 km².

Mapa 8 – Localização e desmembramentos territoriais de Montes Altos, Ribamar Fiquene e Lajeado Novo, Maranhão



Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

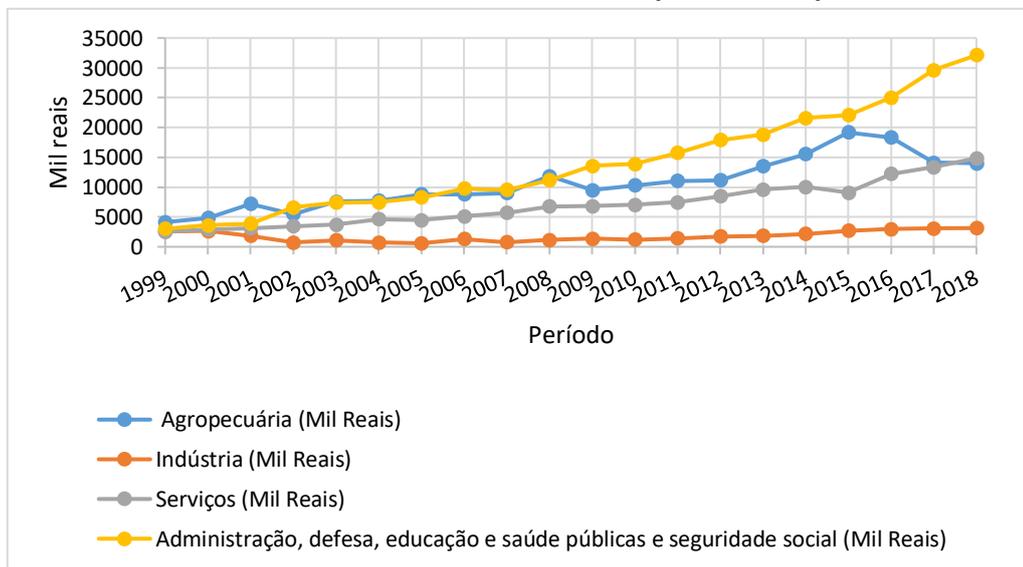
Após as emancipações, Montes Altos ficou com uma extensão territorial de 1.488 km², o que representa 45% da extensão território original e 0,45% do território

maranhense (IMESC, 2021). O município conta com uma população de 9.413 pessoas, divididas entre 4.827 vivendo no campo e 5.126, na cidade. O salário médio mensal é de aproximadamente 1,5 salários mínimos.

A proporção de pessoas ocupadas formalmente, em relação à população total, é de apenas 4,4%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 54,6% da população vive nessas condições, o que dava a Montes Altos a posição 100, dentre as 217 cidades do estado, e a posição 540, dentre os 5.570 municípios brasileiros.

O município de Montes Altos também possui, na administração, sua maior receita do PIB (**Gráfico 4**), característica comum em muitos pequenos municípios da região, os quais dependem, fortemente, dos serviços ofertados pelo Estado para produzirem arrecadação. De economia de base agrária, estabelecida nas pequenas propriedades rurais, Montes Altos depende, significativamente, de serviços ofertados em centros maiores, como Imperatriz.

Gráfico 4 – Evolução do PIB por setor econômico, em Montes Altos, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

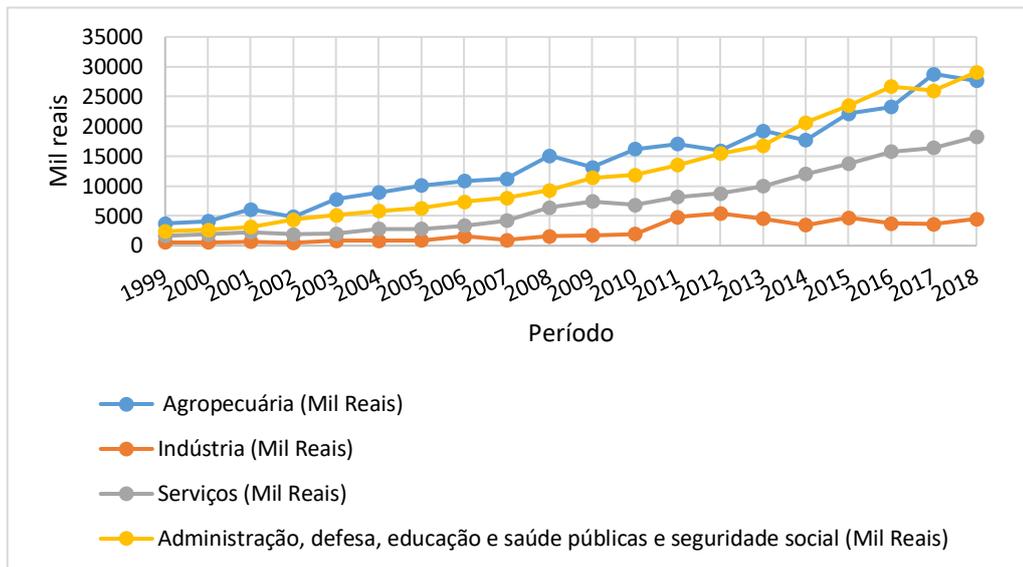
A taxa de escolarização, de 6 a 14 anos, é de 97,7%. Nesse aspecto, entre os 217 municípios do estado, Montes Altos ocupa a 49ª colocação, ao passo que atinge a posição 2.574, dentre os 5.570 municípios do país. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é de 3,9; já nos Anos Finais, é de 3,6. O IDH, em 2010, era de 0,609, enquanto o índice de Gini, de 0,575 (IBGE, 2019).

Em 1994, sob as Leis nº 6.131 e 6.195, os municípios de Ribamar Fiquene e Lajeado Novo, respectivamente, foram emancipados de Montes Altos, fragmentando ainda mais a região territorialmente. O primeiro, Ribamar Fiquene (**Mapa 8**), surgiu em meados da década de 1950, quando uma grande quantidade de pessoas originárias de Imperatriz, Barra do Corda, Piauí, Ceará e Pará chegaram à região, que possuía um garimpo de diamantes e outros minerais como ouro. Nessa época, formou-se o povoado Garimpo Clementino.

Com a diminuição dessa primeira jazida, os garimpeiros começaram a migrar para uma segunda, denominada Sumaúma. Em poucos anos, o segundo garimpo também se esgota, permanecendo, no local, apenas aquelas pessoas que queriam plantar e criar animais. Assim, na década de 1960, Sumaúma era um importante produtor de arroz, feijão, farinha de mandioca, banana, mamão, tomate, melancia, pepino, carne bovina e leite que abastecia toda a região. Em 1994, Sumaúma foi desmembrado de Montes Altos e passou a se chamar Ribamar Fiquene.

A área territorial de Ribamar Fiquene é de 750.533 km², o que o coloca na posição 135^a, representando 0,22% da área estadual. Economicamente (**Gráfico 5**), a administração pública e a agricultura são os setores dominantes. Este último conta com propriedades que fazem uso de sistema de irrigação, produzindo para subsistência, assim como para comercialização. As principais culturas são de melancia, feijão, tomate, pepino, couve, alface, cebolinha, abacaxi e mamão. Segue em terceiro lugar o setor de serviços e, por fim, a indústria.

Gráfico 5 – Evolução do PIB por setor econômico, em Ribamar Fiquene, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

Em 2019, o salário médio mensal, no município, era de 1,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 7,7%. Os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa representavam 47,4% da população, o que o colocava na posição 195 de 217, dentre as cidades do estado, e na posição 1.824 de 5.570 cidades do Brasil (IBGE, 2022).

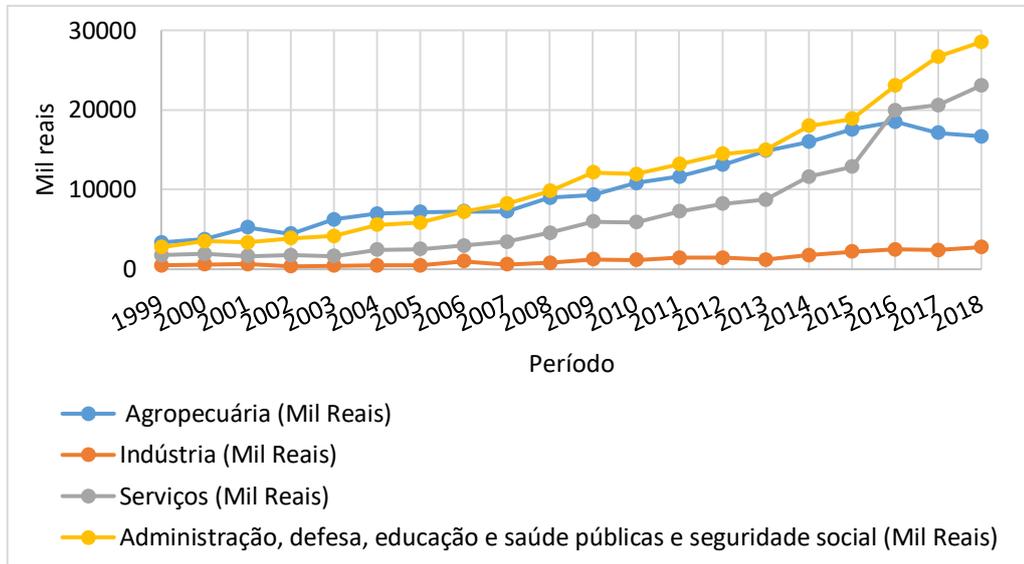
A taxa de escolarização, entre 6 e 14 anos, é de 97,2%. Comparado a outros municípios do estado, Ribamar Fiquene ocupava a 78ª colocação de 217, além da 3.382ª colocação entre os 5.570 municípios brasileiros. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é de 4,0. Já para os Anos Finais, não há dados. Em 2010, o IDH era de 0,615, e o índice de Gini era de 0,5912 (IBGE, 2019).

O município de Lajeado Novo (ainda no **Mapa 8**) teve seu início de colonização em meados de 1930, por colonos oriundos de Grajaú, mas o desenvolvimento da localidade só se deu a partir de 1970, com a abertura da BR-226, que possibilitou o surgimento do vilarejo Lajeado Novo. Já em 1994, foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Montes Altos. O município possui uma área territorial de 1.047 km², o que representa 0,32% do território estadual e a 96ª posição no ranking estadual (IMESC, 2021).

Município de base rural, tem, na administração pública, o maior valor do PIB por setores, seguido dos serviços de pequenos comércios e da agropecuária de

subsistência, principal fonte de economia (**Gráfico 6**).

Gráfico 6 – Evolução do PIB por setor econômico, em Lajeado Novo, Maranhão (1999-2018)

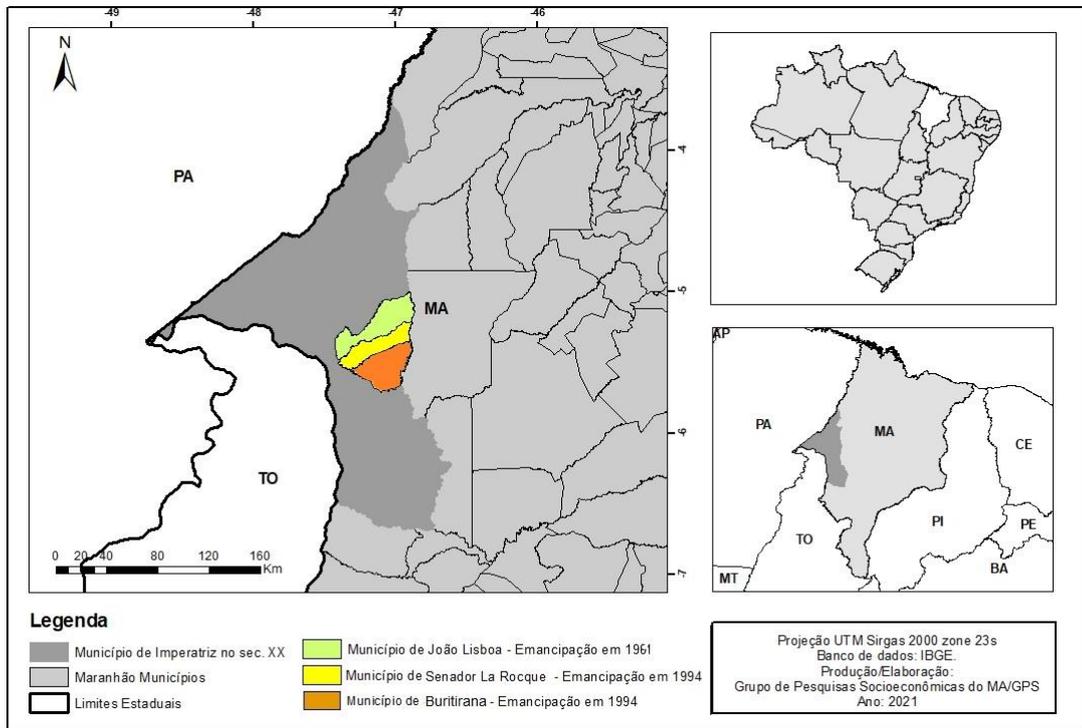


Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

Em Lajeado Novo, o salário médio mensal é de 1,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, chegava a 5,4%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o município possuía 52,6% da população nessas condições (IBGE, 2019). A taxa de escolarização, de pessoas 6 a 14 anos, é de 98,4%. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é 5,0. Já nos Anos Finais, esse índice é 3,8. O IDH, em 2010, era de 0,589, e o índice de Gini, de 0,598 (IBGE, 2019).

Em 1961, sob a Lei Estadual nº 2.167, o povoado Gameleira emancipou-se de Imperatriz, sob o nome de João Lisboa (**Mapa 9**), com um total de 2.697 km² de território. À época, o município englobava, em sua área territorial, o que viria a ser, posteriormente, os centros de Senador La Rocque (área territorial atual de 738.548 km²) e Buritirana (área territorial atual de 818.424 km²), que se emanciparam em 10 de novembro de 1994, o que reduziria em 47% o tamanho da população (IBGE, 2019).

Mapa 9 – Localização e desmembramentos territoriais de João Lisboa, Senador La Rocque e Buritirana, Maranhão



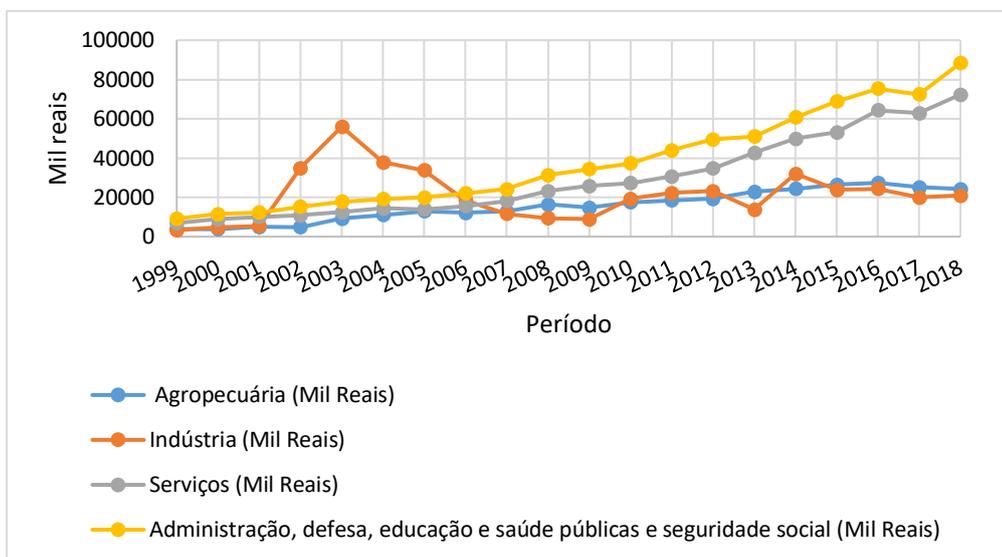
Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

O salário médio mensal, em João Lisboa, é de 1,7 salários mínimos. Em relação à população total, a proporção de pessoas ocupadas é de 6,7%. Os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa compreendem 45,5% da população, o que põe o município na posição 202 de 217, dentre as cidades maranhenses, e na posição 2.091 de 5.570, dentre as cidades brasileiras (IBGE, 2019).

A taxa de escolarização, entre 6 e 14 anos, é de 99,3%. Comparado a outros municípios no estado, João Lisboa ocupa a segunda colocação, entre as 217 cidades do Maranhão, e a posição 346ª de 5.570, nacionalmente. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é de 4,8, enquanto, nos Anos Finais, é de 4,2. O IDH, em 2010, era de 0,641, e o índice de Gini, de 0,4549 (IBGE, 2019).

Seguindo uma característica marcante da maior parte dos municípios que se emanciparam, ao longo dos anos, de Imperatriz, a economia de João Lisboa (**Gráfico 7**) é baseada na administração pública e no pequeno comércio local:

Gráfico 7 – Evolução do PIB por setor econômico, em João Lisboa, Maranhão (1999-2018)



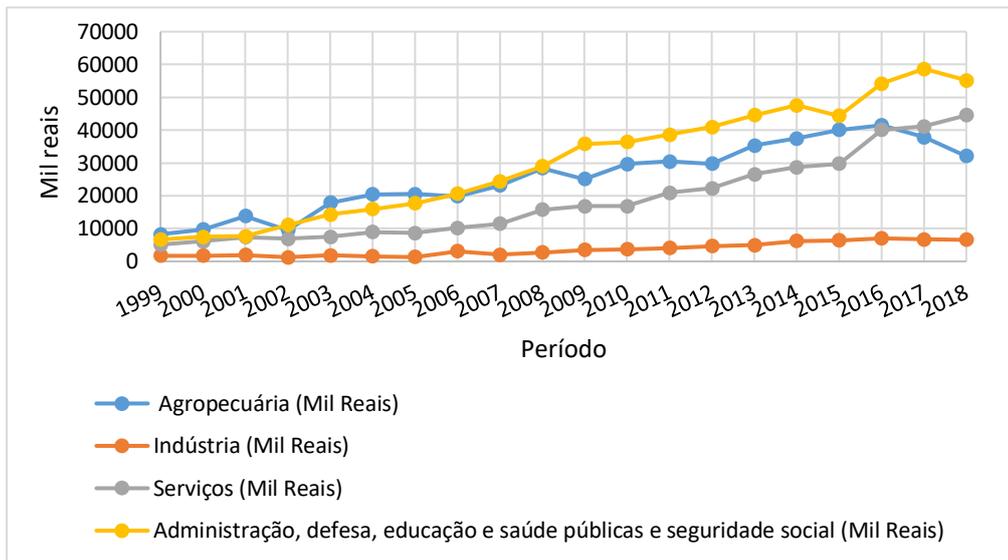
Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

Devido à grande proximidade com Imperatriz, além da dependência de serviços diversos, há intensa mobilidade diária de pessoas oriundas de João Lisboa, para trabalho e estudo. Isso contribui para que o município tenha, em diversos aspectos, características de centro dormitório.

Em 10 de novembro de 1994, sob a Lei Estadual nº 6.189, houve a emancipação administrativa e desmembramento territorial dos então criados municípios de Senador La Rocque e Buritirana. No município de Senador La Rocque (**Mapa 9**), o salário médio mensal chega a 1,9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, é de 6,2%. Os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa respondem por 48,1% da população, o que insere o município na posição 190, dentre as 217 cidades do estado, e na posição 1.721, dentre as 5.570 cidades do Brasil (IBGE, 2019).

A administração pública é a principal fonte de arrecadação (**Gráfico 8**) em Senador La Rocque, sugerindo a debilidade do município em desenvolver outros setores econômicos, de forma dinâmica. O segundo setor de maior expressividade é o de serviços, também centrado no pequeno comércio. A participação da agropecuária, na economia, é caracterizada pela pequena propriedade de terra. Por fim, o setor secundário é pouco expressivo no município.

Gráfico 8 – Evolução do PIB por setor econômico, em Senador La Rocque, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

A taxa de escolarização, entre a população de 6 a 14 anos, é de 98,8%. Comparado a outros municípios, Senador La Rocque ocupa a 8ª colocação de 217, no estado, e a 834ª posição de 5.570, em âmbito nacional. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é de 4,0. Nos Anos Finais, esse índice é de 3,0. O IDH, em 2010, era de 0,602, e o índice de Gini, de 0,5389 (IBGE, 2022).

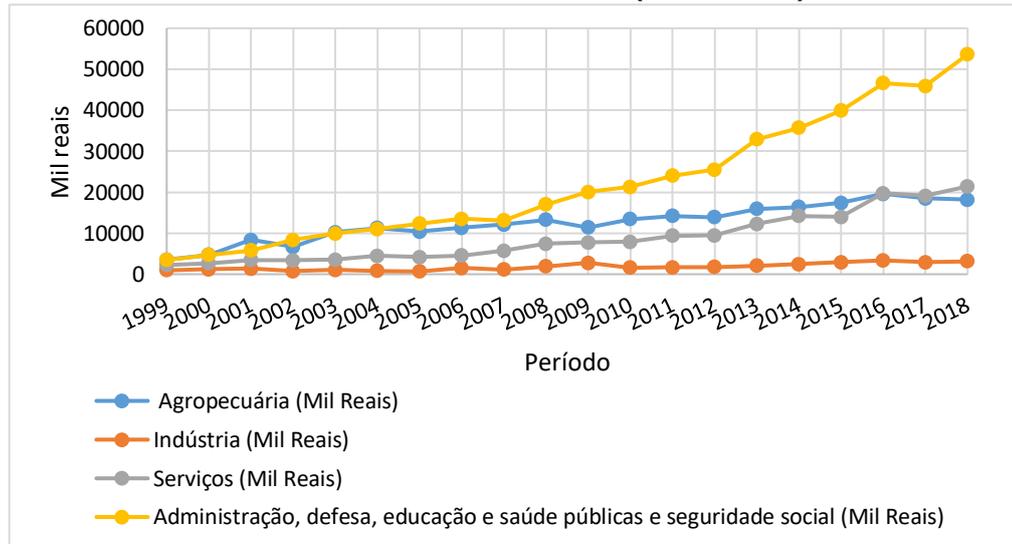
Já o município de Buritirana (**Mapa 9**) passou por processo de colonização ainda no século XIX, marcado por conflitos entre colonos e indígenas da tribo Gavião, dando origem à localidade denominada Recanto da Aldeia. O povoado de Buritirana surgiu mais tarde, em 1925, quando colonos se fixaram na região e iniciaram a criação de animais e a abertura de roças. Nesse processo, estima-se que foram expulsos uma média de 30 mil indígenas que viviam na região (IMESC, 2021).

O salário médio mensal, em Buritirana, atualmente, é de 2,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, é de somente 3,4%. Tendo em conta os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, avalia-se que 49,9% da população municipal compartilha essa condição, o que o colocava na posição 179 de 217, dentre as cidades maranhenses, e na posição 1.423, dentre as 5.570 cidades do Brasil (IBGE, 2019).

Novamente, a administração pública aparece como principal fonte de

arrecadação no município, com significativa diferença dos demais setores econômicos (**Gráfico 9**). O setor secundário apresenta inexpressividade, enquanto o setor de serviços, também baseado no pequeno comércio, conjuntamente com a agropecuária do médio produtor, seguem próximos como dois dos setores mais dinâmicos.

Gráfico 9 – Evolução do PIB por setor econômico, em Buritirana, Maranhão (1999-2018)

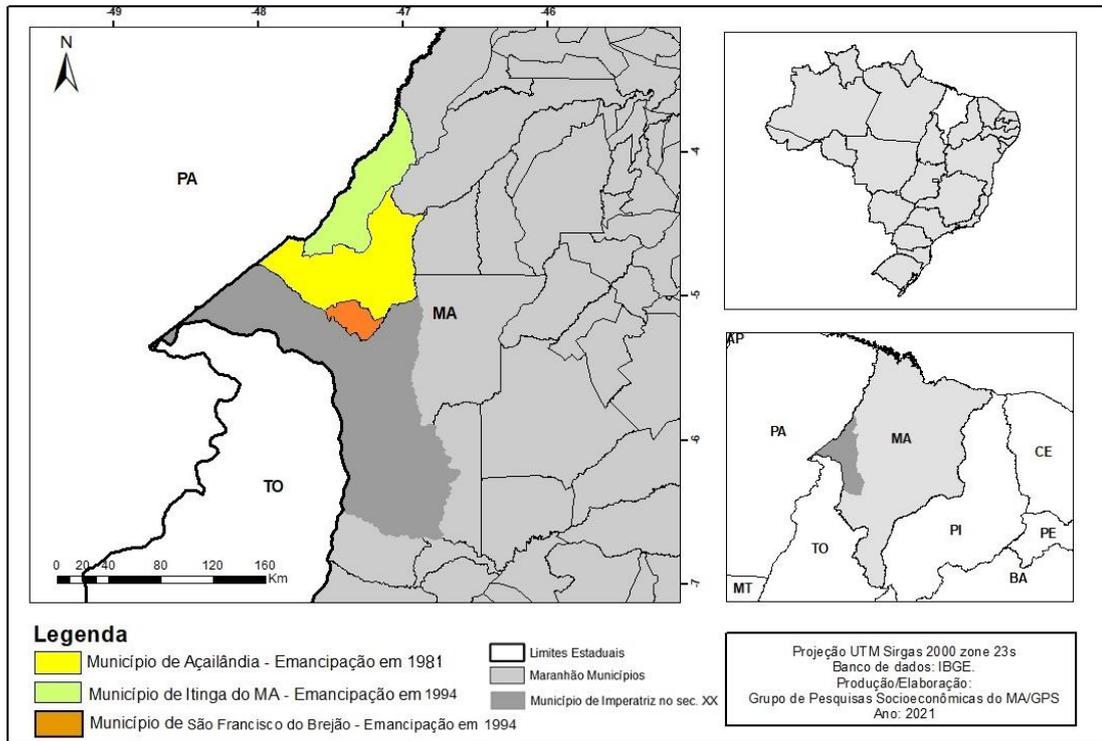


Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

A taxa de escolarização, entre os habitantes de Buritirana de 6 a 14 anos, é de 98%. Comparada a outros municípios, a cidade ocupava a 32ª colocação, entre os 217 municípios maranhenses, e a 2.065ª posição, dentre os 5.570 municípios brasileiros. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é de 4,4; já nos Anos Finais, de 3,7. Em 2010, o IDH era de 0,583, enquanto o índice de Gini era de 0,5059 (IBGE, 2019).

Em 1981, sob a Lei Estadual nº 4.295, o então distrito de Açailândia (**Mapa 10**) também se emancipou, e a área territorial de Imperatriz perde 6.665 km². Tal área incorpora não apenas Açailândia, mas os atuais municípios de Itinga do Maranhão e São Francisco do Brejão, emancipados em 1994.

Mapa 10 – Localização e desmembramentos de Açailândia, Itinga do Maranhão e São Francisco do Brejão, Maranhão



Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

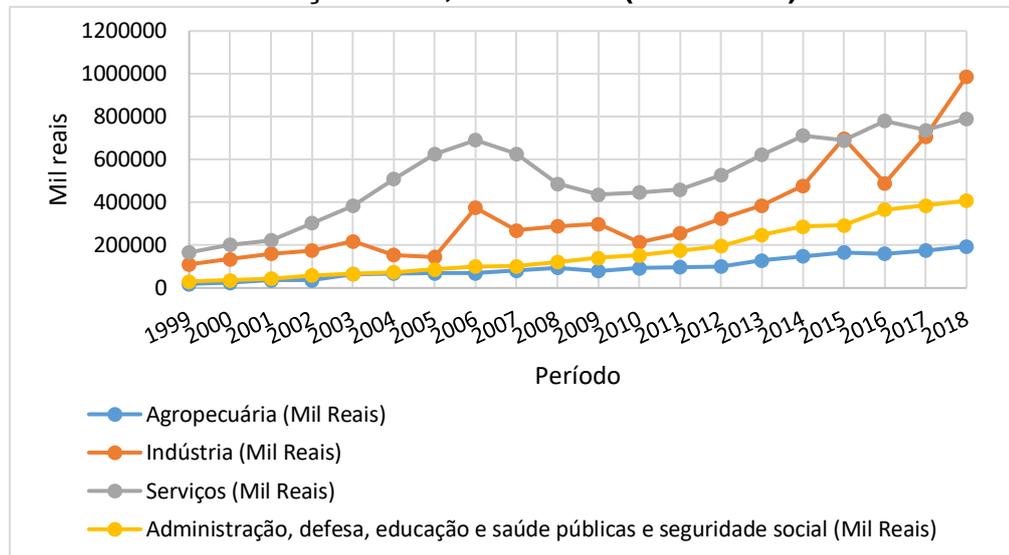
O salário médio mensal, em Açailândia, era de 2,1 salários mínimos, o segundo maior em todo o sudoeste maranhense. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 14,6%, segunda também maior taxa entre os municípios. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, possui 43,4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 207 de 217, dentre as cidades do estado, e na posição 2.321 de 5.570, dentre as cidades brasileiras (IBGE, 2019).

A taxa de escolarização, entre 6 e 14 anos, é de 97,7%. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, chega a 5,3, enquanto, nos Anos Finais, é de 4,0. O IDH, em 2010, era de 0,672, enquanto o índice de Gini era de 0,5732 (IBGE, 2022).

Quanto à economia (**Gráfico 10**), historicamente, o município sempre esteve associado à criação de gado, possuindo o maior rebanho de vacas ordenadas do Maranhão e o quarto maior do Brasil (IBGE, 2019). Paralelamente, localiza-se, na cidade de Açailândia, o Distrito Industrial do Pequiá. Este abriga várias indústrias ligadas a minério e siderurgia, como a Viena Siderurgia, Companhia Siderúrgica Vale

do Pindaré, Gusa Norte, Companhia de Cimento Verde do Brasil, dentre outras.

Gráfico 10 – Evolução do PIB por setor econômico, em Açaílândia, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

O Distrito Industrial do Pequiá, concebido na década de 1980, aproveitava as grandes potencialidades ambientais e de logística da região de Imperatriz, visando atender as necessidades do PGC, um dos maiores corredores de exportação de minério do mundo (FRANKLIN, 2008). As guseiras, que transformam minério em ferro-gusa destinado à exportação, necessitam de grande quantidade de carvão como combustível para alimentar seus fornos. Assim, parte desse carvão era produzido a partir da extração vegetal, na região.

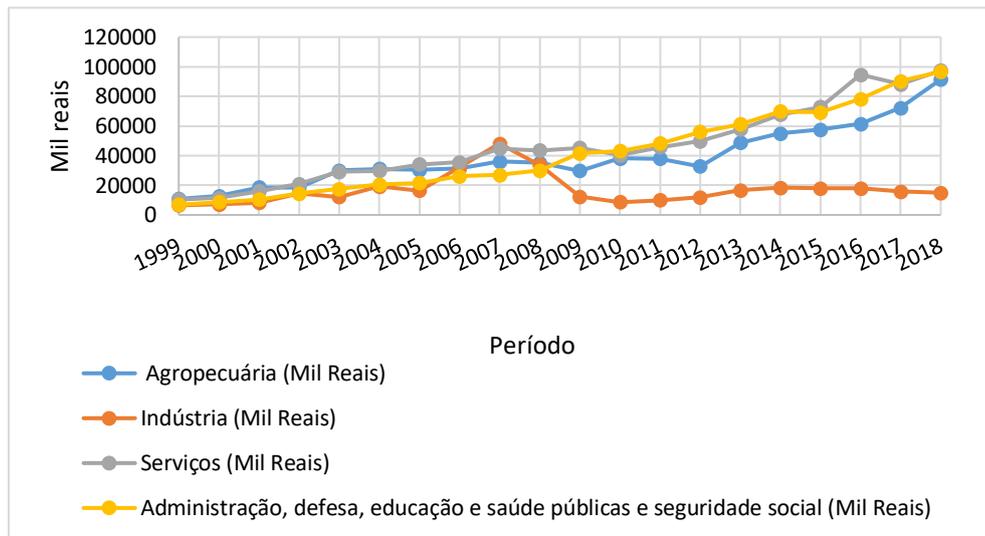
Em 1994, mediante as Leis Estaduais nº 6.147 e nº 6.139, respectivamente, os municípios de Itinga do Maranhão (área atual de 3.590,033 km²) e São Francisco do Brejão (área atual de 745,593 km²) se emanciparam de Açaílândia. Com essa fragmentação territorial, Açaílândia diminuiu sua área para 5.805 km².

Em Itinga do Maranhão, o salário médio mensal é de 1,8 salários mínimos. Em relação à população total, a proporção de pessoas ocupadas é de 11,2%. Os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa abrigavam 47,8% da população, o que o colocava na posição 193 de 217, dentre as cidades do estado, e a posição 1.768, dentre as 5.570 cidades do Brasil (IBGE, 2019).

A prestação de serviços, em Itinga do Maranhão (**Gráfico 11**), é o principal elemento de arrecadação econômica, centrada em pequenos comércios, serviços

bancários, odontológicos e de produção de derivados da madeira (móveis, compensados, tora bruta). O setor industrial também é ligado à produção madeireira, enquanto o setor primário é caracterizado pela produção.

Gráfico 11 – Evolução do PIB por setor econômico, em Itinga do Maranhão, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

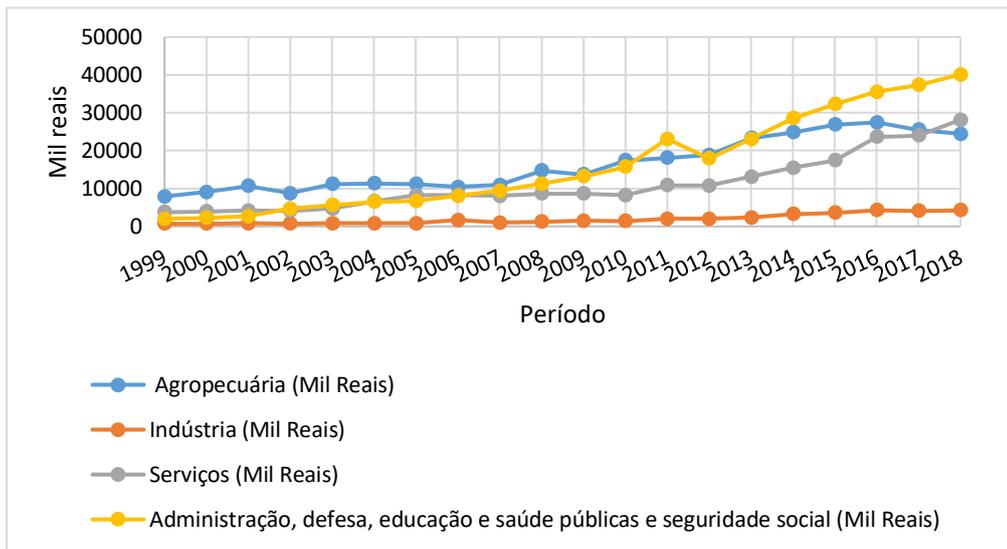
A taxa de escolarização, entre 6 e 14 anos, é de 97,1%. Comparado a outros municípios no estado, Itinga do Maranhão ocupa a 86ª colocação de 217, além da posição nacional 3.514, entre 5.570 municípios. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é de 4,9. Nos Anos Finais, esse índice é de 4,3. Em 2010, o IDH era de 0,630. Já o índice de Gini era de 0,5403 (IBGE, 2019).

Elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 6.139, de 11 de outubro de 1994, com seu desmembramento de Açailândia, São Francisco do Brejão (**Mapa 10**) tem suas origens em 1969. Nesse ano, lavradores de Imperatriz, em busca de solo fértil para plantar, decidiram se instalar ao lado de um *brejo* que representa 0,23% da área estadual (IMESC, 2020).

O salário médio mensal, no município de São Francisco do Brejão, é de 1,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, é de apenas 4,4%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o município apresenta 48,8% da população nessas condições, o que o coloca na posição 184 de 217, dentre as cidades do estado, e na posição 1.603 de 5.570, dentre os municípios brasileiros.

Economicamente (**Gráfico 12**), São Francisco do Brejão é um município de base agrária. Com proximidade entre a população urbana e a rural, tem a produção da pequena propriedade agrícola, a pecuária e a extração de madeira como suas principais atividades. O município tem, na administração pública, sua principal fonte de arrecadação, sendo seguida pela prestação do pequeno comércio.

Gráfico 12 – Evolução do PIB por setor econômico, em São Francisco do Brejão, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

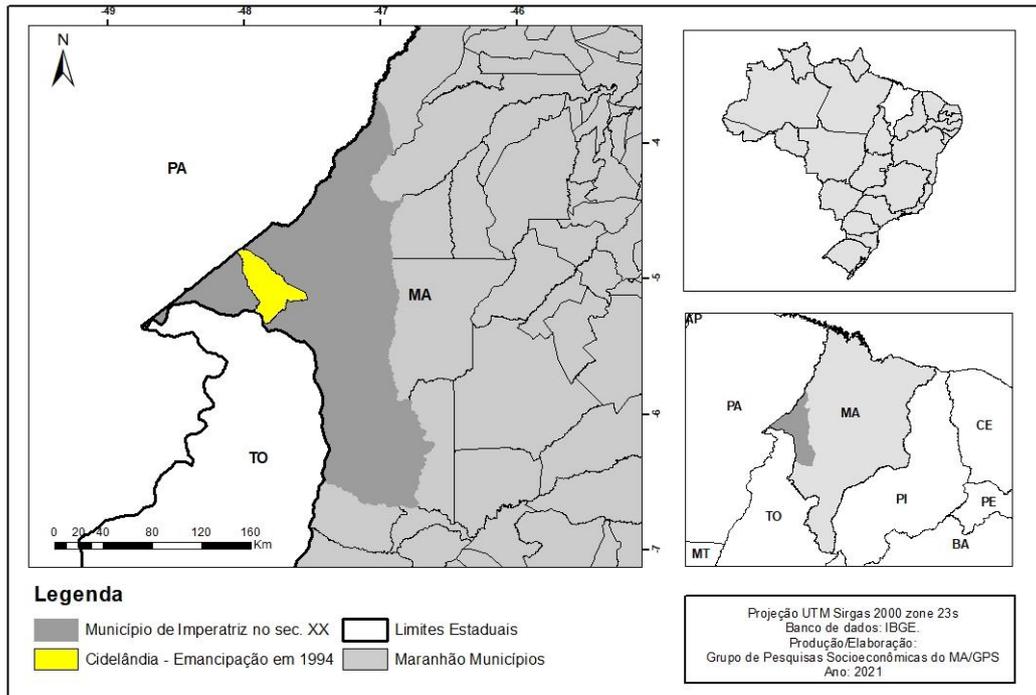
A taxa de escolarização, entre 6 e 14 anos, em São Francisco do Brejão, é de 96,1%. Assim, em comparação com outros municípios no estado, ocupa a 140ª colocação de 217, e a 4.499ª posição de 5.570, nacionalmente. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é de 5,5. Nos Anos Finais, chega a 4,3. O IDH, em 2010, era de 0,584, enquanto o índice de Gini, de 0,5253 (IBGE, 2019).

Em 1994, outros processos de desmembramento territorial ocorreram, fruto de pressões políticas e desejo de grupos sociais de terem autonomia administrativa de áreas pertencentes a Imperatriz. Nesse contexto, emergem, além dos até aqui apresentados, os municípios de Cidelândia, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Governador Edison Lobão e Davinópolis.

Com um território de 1.464 km², Cidelândia (**Mapa 11**) ocupa a 69ª posição no ranking estadual, representando 0,44% do Maranhão. A gênese do município se deu em 1968, ainda como o povoado Frades, quando da instalação da Companhia

Industrial de Desenvolvimento da Amazônia (CIDA), empresa que explorava e comercializava madeiras como cedro, pau-rosa e maçaranduba. Com a empresa localizada a apenas 4 km do povoado, o povoado começou a crescer rapidamente, recebendo as famílias que buscavam trabalho (IBGE, 2022).

Mapa 11 – Localização e desmembramento territorial de Cidelândia, Maranhão



Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

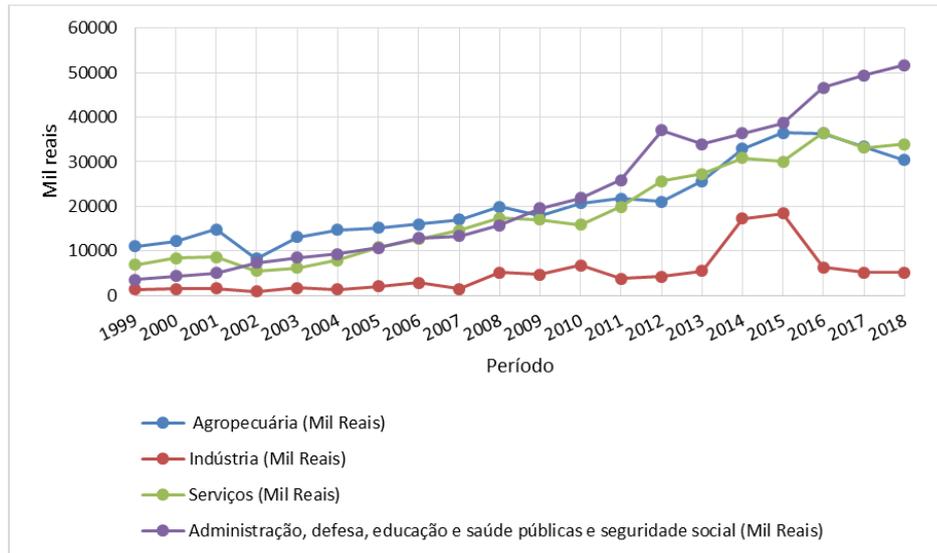
Também nos anos 1990, deu-se a tentativa fracassada de implementação da empresa Celulose do Maranhão (CELMAR) na região. Isso atraiu ainda mais pessoas em busca de oportunidades de trabalho, ao passo que o povoado crescia de forma desordenada e sem a devida atenção da prefeitura de Imperatriz, o que fomentou movimentos populares de emancipação (IMESC, 2021).

O salário médio mensal, em Cidelândia, é de 2,4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, é de 5,4%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 46,5% da população nessas condições, em Cidelândia, o que o colocava na posição 200, dentre as 217 cidades do estado, e na posição 1.952 de 5.570, dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2019).

De base agrária (**Gráfico 13**), principalmente na atividade da pecuária e áreas destinadas à expansão da silvicultura de eucalipto, o município tem, na prestação de

serviços públicos, sua principal fonte de arrecadação. Não apresenta expressividade no setor secundário.

Gráfico 13 – Evolução do PIB por setor econômico, em Cidelândia, Maranhão (1999-2018)

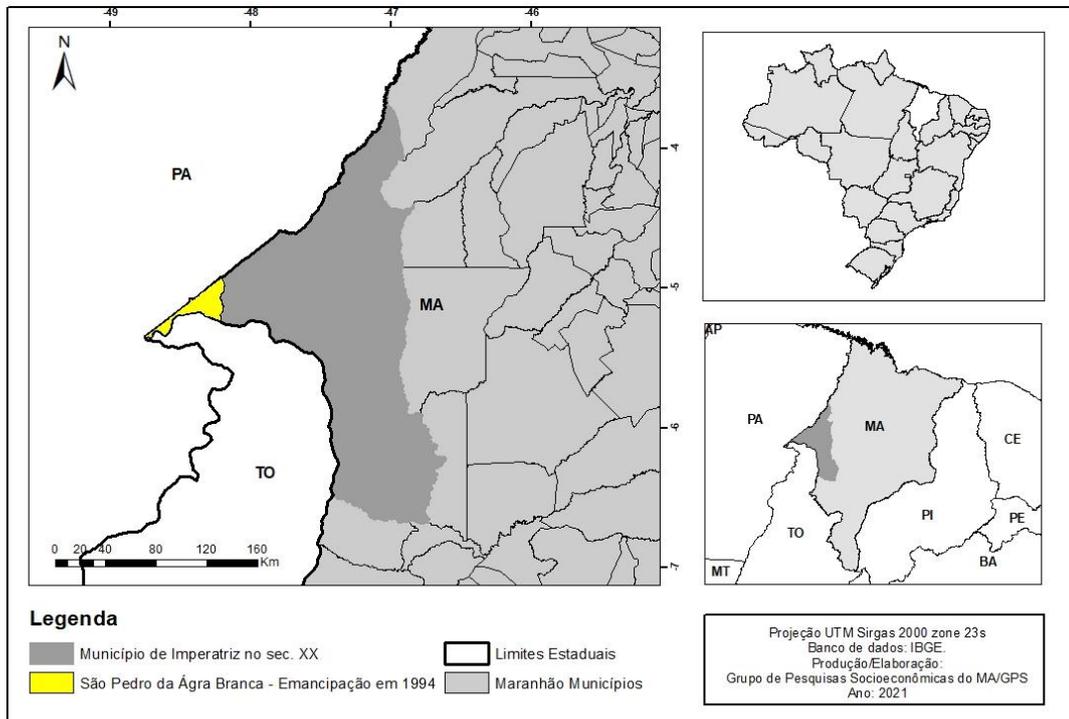


Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

A taxa de escolarização, entre pessoas de 6 a 14 anos, é de 98,9%. Comparado a outros municípios no estado, Cidelândia ocupa a 7ª colocação, dentre os 217 municípios maranhenses, e a 718ª posição de 5.570, nacionalmente. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, alcança 5,1. Nos Anos Finais, esse índice é de 3,8. O IDH, em 2010, era de 0,600, enquanto o índice de Gini, de 0,4731.

O município de São Pedro da Água Branca (**Mapa 12**) localiza-se na região denominada Bico do Papagaio, local onde, nas décadas de 1970 e 1980, foram deflagrados vários conflitos por disputa de terras, entre fazendeiros criadores de gado que faziam uso da grilagem e posseiros. Foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 6.146, de 10 de novembro de 1994. Possui uma área territorial de 720 km², que representa 0,22% da área estadual, e ocupa a posição 137ª (IBGE, 2019).

Mapa 12 – Localização e desmembramento territorial de São Pedro da Água Branca, Maranhão

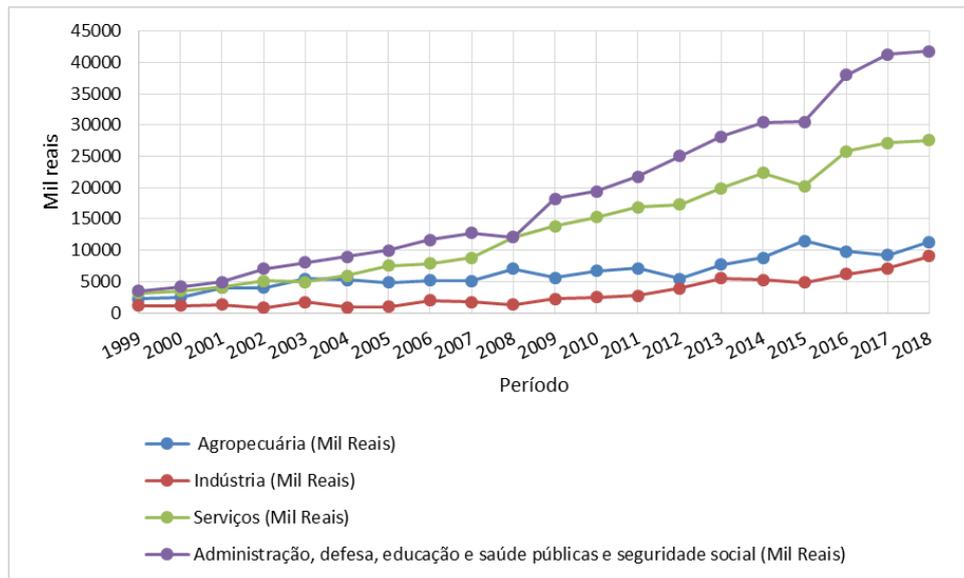


Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

O salário médio mensal é de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 5,3%. Os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa representavam 46,9% da população de São Pedro da Água Branca, o que o colocava na posição 198, dentre todas as 217 cidades maranhenses, e na posição 1.896, dentre todas as 5.570 cidades brasileiras.

A taxa de escolarização, entre 6 e 14 anos, é de 96,3%. Comparado a outros municípios maranhenses, São Pedro da Água Branca ocupava a 132ª colocação de 217. Nacionalmente, ocupava a 4359ª posição de 5.570. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é de 4,7. Já nos Anos Finais, é de 3,8. Em 2010, o IDH era de 0,605, enquanto o índice de Gini era de 0,5335 (IBGE, 2022). De base econômica agrícola (**Gráfico 14**), o município também tem, nos serviços públicos, sua principal fonte de arrecadação, seguido do pequeno comércio local. A pecuária mantém participação pequena, abrindo espaço, nos últimos anos, para a expansão da silvicultura de eucalipto.

Gráfico 14 – Evolução do PIB por setor econômico, em São Pedro da Água Branca, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

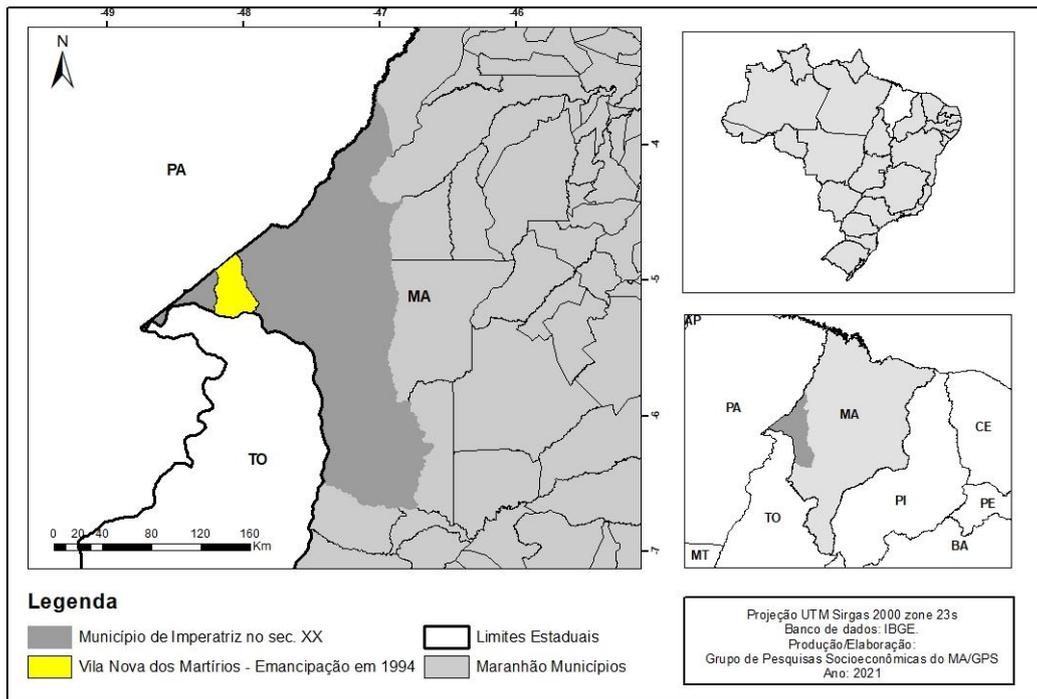
Vila Nova dos Martírios (**Mapa 13**), município criado a partir da Lei Estadual nº 6.181, de 10 de novembro de 1994, em suas origens, era habitado por indígenas que foram expulsos por imigrantes atraídos pelas férteis terras. Devido ao difícil acesso e aos inúmeros conflitos, a pequena vila que se formava no local recebeu o nome de *Martírio*, em meados da década de 1960.

Na década de 1990, o então projeto CELMAR comprou várias terras da região para plantar eucalipto, o que fez diminuir a produção de arroz, milho e mandioca. Atualmente, o município possui uma área territorial de 1.118 km², o que representa 0,36% da área estadual e a 83^a posição entre os municípios do estado (IMESC, 2021).

A taxa de escolarização, entre 6 e 14 anos, é de 93%. Comparado a outros municípios no estado, Vila Nova dos Martírios ocupava a 201^a colocação de 217, enquanto sua posição nacional era a 5.332^a de 5.570. A média do IDEB, na rede pública, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, é de 5,0, e nos Anos Finais, de 4,3. O IDH, em 2010, era de 0,581, enquanto o índice de Gini era de 0,4672 (IBGE, 2019).

O salário médio mensal do município é de 2,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 7,7%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tem 46,9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 198 de 217, dentre as cidades do estado, e na posição 1.896 de 5.570, dentre as cidades do Brasil.

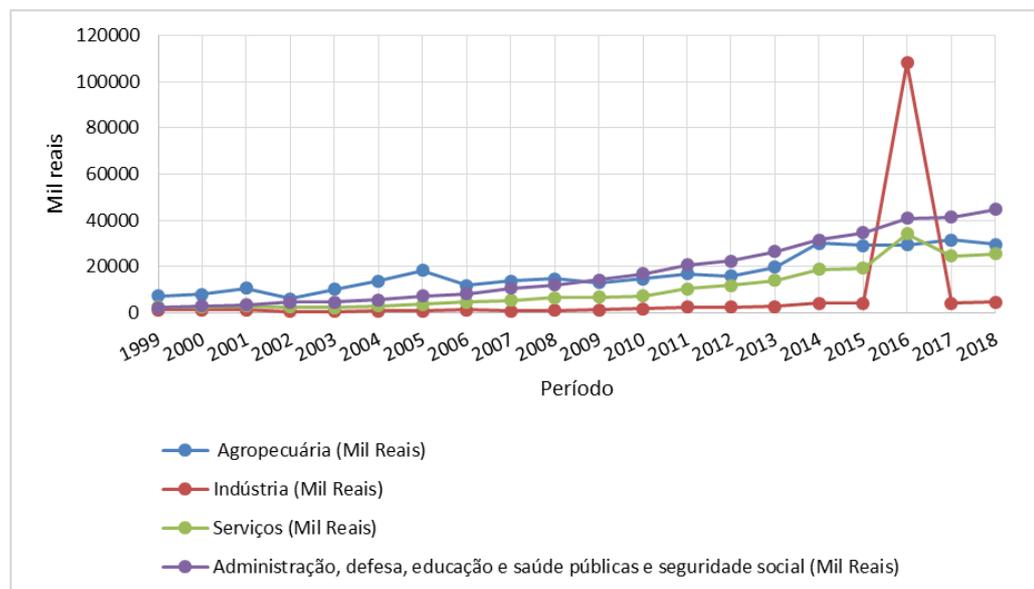
Mapa 13 – Localização e desmembramento territorial de Vila Nova dos Martírios, Maranhão



Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

O município tem suas principais fontes de arrecadação nos serviços públicos e possui baixo dinamismo entre os setores econômicos (**Gráfico 15**):

Gráfico 15 – Evolução do PIB por setor econômico, em Vila Nova dos Martírios, Maranhão (1999-2018)

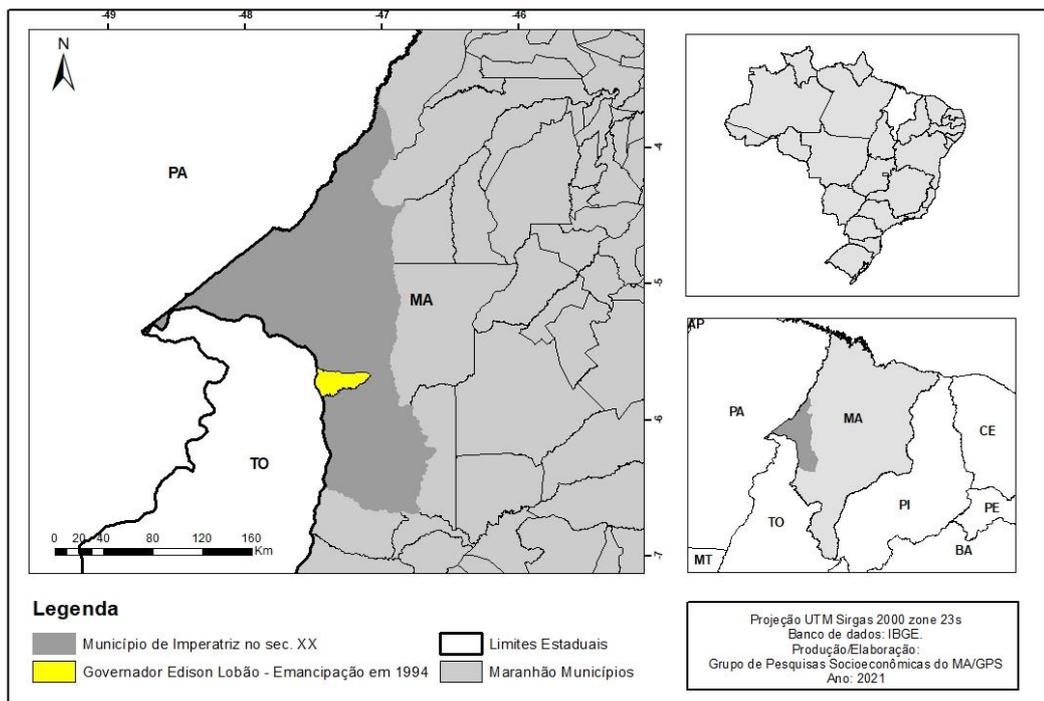


Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

O município de Governador Edison Lobão (**Mapa 14**) nasceu devido ao fluxo de trabalhadores empenhados na construção da BR-010. Inicialmente, esses trabalhadores fundaram o pequeno povoado Maloca, posteriormente renomeado para Ribeirãozinho. Na década de 1960, também foram descobertos diamantes na região, o que levou à abertura de um garimpo nas imediações. O novo garimpo atraiu mais pessoas, as quais, posteriormente, dirigiram-se para Serra Pelada.

Tal dinâmica favoreceu o processo de emancipação – pela Lei Estadual nº 6.194, de 10 de novembro de 1994 –, quando o povoado recebeu o nome do ex-governador Edison Lobão. Atualmente, o município conta com 615 km² e ocupa a posição 152^a no estado, o que representa 0,19% do Maranhão (IMESC, 2021).

Mapa 14 – Localização e desmembramento territorial de Governador Edison Lobão, Maranhão



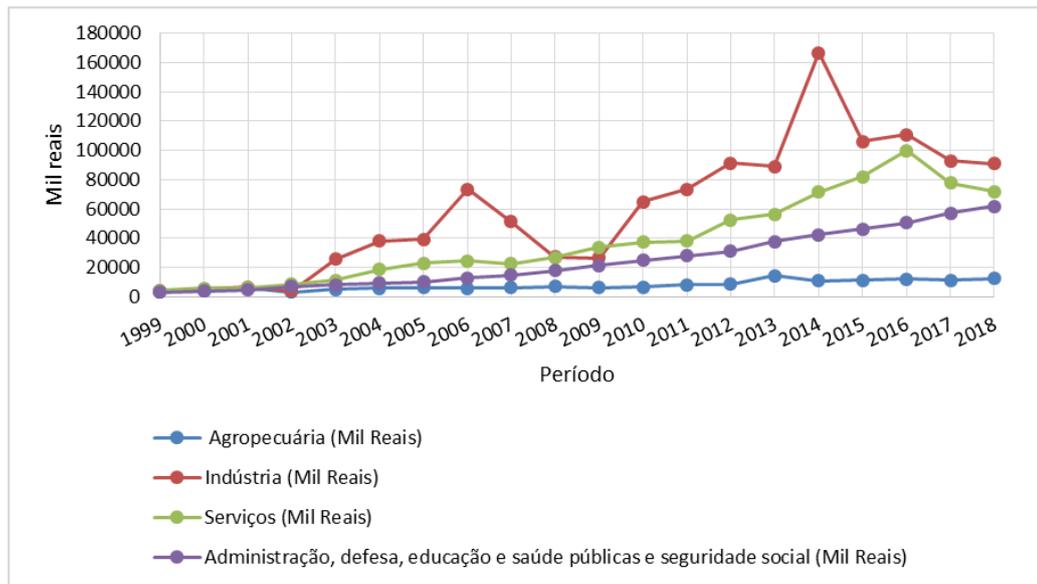
Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

No município, o salário médio mensal é de 1,8 salários mínimos. Os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, em Governador Edison Lobão, abrangem 42,5% da população, o que coloca o município na posição 208, dentre as 217 cidades do estado, e na posição 2.420 de 5.570, dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2019).

Diante de sua conurbação com Imperatriz, algumas atividades industriais, em

busca de maiores propriedades de terra para instalação e isenções, acabam por se instalar no município de Governador Edison Lobão. Assim, o setor secundário é o mais dinâmico (**Gráfico 16**), com participação significativa do setor terciário (serviços públicos e pequeno comércio).

Gráfico 16 – Evolução do PIB por setor econômico, em Governador Edison Lobão, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

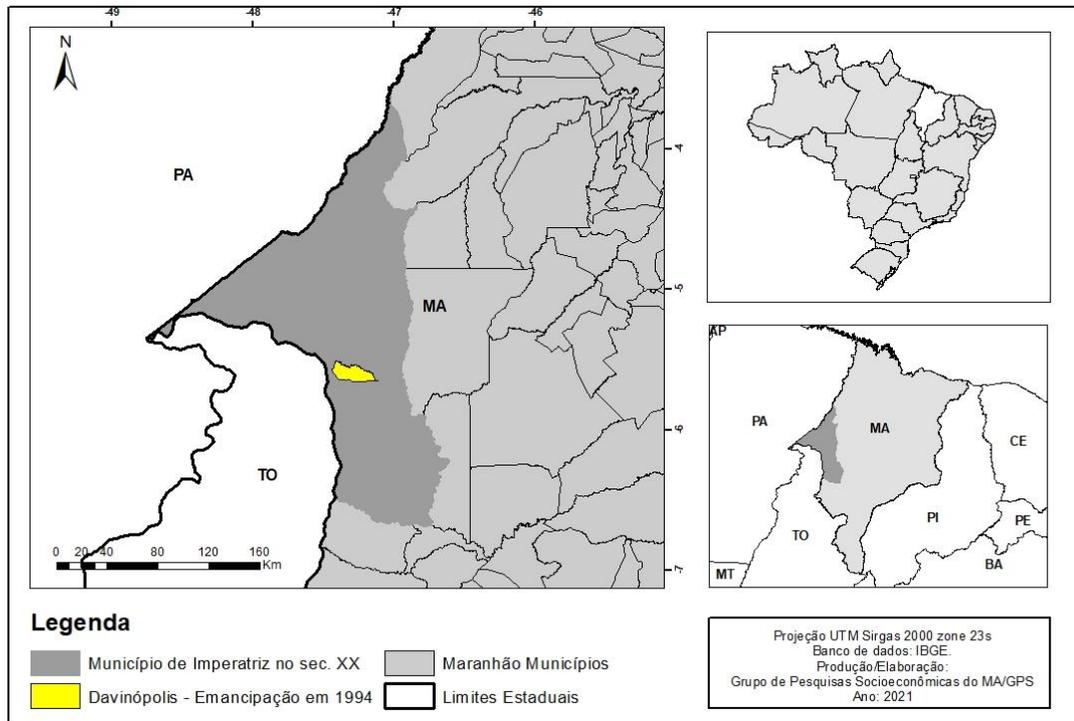
A taxa de escolarização de Governador Edison Lobão, entre pessoas de 6 a 14 anos, é de 97,6%. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no âmbito da rede pública, é de 4,2, enquanto, nos Anos Finais, é de 3,9. O IDH era de 0,629, em 2010, e o índice de Gini era de 0,4708 no mesmo ano.

Por fim, Davinópolis (**Mapa 15**), com área de 337,041 km², nasce como a Vila Davi, um bairro de Imperatriz, em referência a político local de mesmo nome que faz da doação de terras para construção de moradias uma política de campanha. Em 10 de novembro de 1994, sob a Lei Estadual nº 6.191, o município tem sua criação e desmembramento de Imperatriz (IMESC, 2021).

Em Davinópolis, o salário médio mensal é de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 15,0%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 44,3% da população vivendo nessas condições, o que colocava o município de Davinópolis na posição 206 de 217, dentre as cidades do estado, e na posição 2.231

de 5.570 cidades brasileiras.

Mapa 15 – Localização e desmembramento territorial de Davinópolis, Maranhão



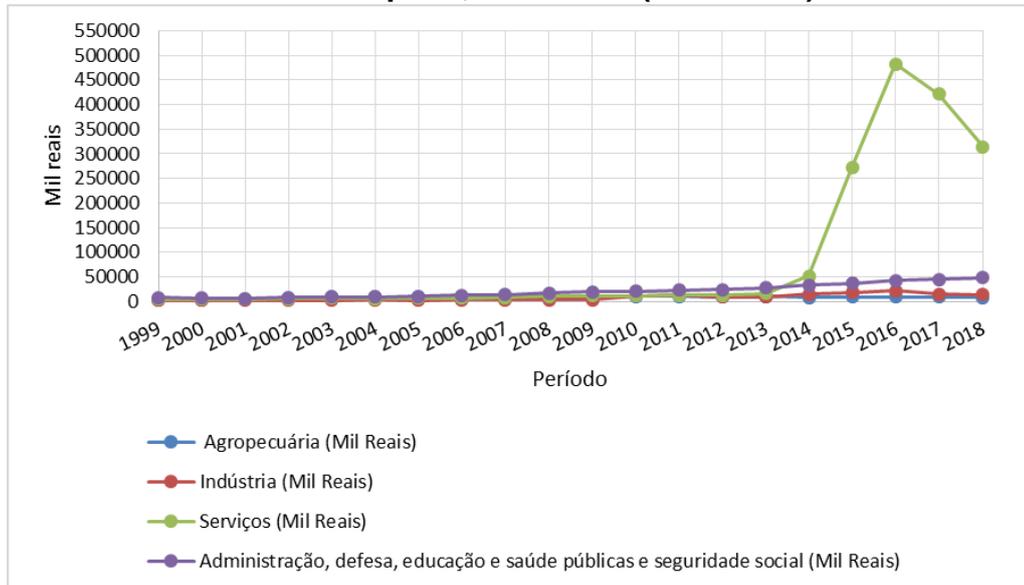
Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

A taxa de escolarização, em Davinópolis, entre habitantes de 6 a 14 anos, é de 98,7%. A média do IDEB, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública, é avaliada em 4,4. Já nos Anos Finais, esse índice é de 3,8. O IDH, em 2010, era de 0,607, enquanto o índice de Gini, de 0,4488.

De base agrícola, estabelecida sob a pequena propriedade rural voltada para a produção de hortaliças, legumes e verduras comercializadas na região, Davinópolis (**Gráfico 17**) tem também, nos serviços públicos, sua principal fonte de arrecadação. Parte expressiva da área do município é destinada à pequena propriedade rural.

Há pouca expressividade econômica nos setores econômicos, resultando em pequena arrecadação pelo município. Assim, sua economia é centrada no pequeno comércio. Apresenta, ainda, características de cidade dormitório, frente a sua proximidade com Imperatriz. Davinópolis personifica características de boa parte dos municípios da região.

Gráfico 17 – Evolução do PIB por setor econômico, em Davinópolis, Maranhão (1999-2018)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2022).

Os municípios de Estreito, Carolina, Sítio Novo e Amarante do Maranhão não fazem parte historicamente da área territorial pertencente a Imperatriz, mas reproduzem significativamente dependência e relação com o município nas relações diárias de circulação e consumo a bens e serviços e compõem o grupo de municípios pertencentes à Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM), que será discutida no próximo capítulo. Tais municípios reproduzem as principais características que compõem todo o sudoeste maranhense: economia centrada no setor primário (pecuária e agricultura) e terciário (com destaque para serviços públicos) média concentração de renda e IDH, além de média de 45% da população vivendo com até meio salário mínimo.

Com área inicial de 20 mil km², a fundação de Imperatriz, em 16 de julho de 1852, no sudoeste do estado, confunde-se com o próprio desenvolvimento da região, principalmente em área de fronteira amazônica. Os desmembramentos territoriais que ocorrem, ao longo dos anos, de vilas, povoados e até mesmo bairros revelam muito mais que perda de área. Eles indicam para um modelo político periférico de constituição de municípios que não necessariamente é acompanhada por autonomia socioeconômica.

Embora não seja o objetivo destas considerações, nem deste trabalho, discutir tais questões, é salutar destacar características comuns evidenciadas pelos

municípios que emergiram de Imperatriz, e por aqueles que, embora nunca tenha sido parte do território imperatrizense, constituem, atualmente, a RMSM: Carolina, Estreito, Sítio Novo e Amarante do Maranhão.

Tais particularidades regionais vão expressar, no cerne regional, relações de hierarquia e subordinação, além de movimentos gravitacionais de atração, que proporcionam fluxos e mobilidades diárias, em buscas de serviços mais diversos. Tal expressão não se dá apenas por uma clara e inequívoca dependência, mas, sobretudo, por estes municípios partilharem um passado histórico comum que ainda mantém continuidades geográficas entre os municípios da RMSM.

Quando sintetizados os dados socioeconômicos dos municípios, chega-se a algumas observações. Apenas 27% dos centros possuem salário médio mensal igual ou superior a dois salários mínimos: somente Imperatriz e mais cinco cidades ultrapassam os dois salários mínimos mensais. Além disso, a média de pessoas ocupadas formalmente é, significativamente, baixa: 8,8%, o que indica alta subocupação, informalidade e demais dimensões da precariedade no mundo do trabalho. O melhor percentual, nesse aspecto, encontra-se em Imperatriz, com 24,5%.

A média de domicílios com renda de até meio salário mínimo por pessoa, entre os municípios, é expressivamente alta (47,5%), chegando a quase metade de todas as cidades. Esse dado aponta para um quadro periférico expressivo na região. Excluindo-se Imperatriz (37,4%), todos os municípios possuem percentuais superiores a 40% de pessoas vivendo com até meio salário mínimo por pessoa.

Embora a média de escolarização seja superior a 97%, a média geral do IDEB não ultrapassa a nota 5, com média 4,8, nos Anos Iniciais, e 4,1, nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Outro indicador social, o IDH, apresenta resultado baixo, na média entre todos os municípios, com nota 0,6182. Apenas Imperatriz apresenta IDH mediano: 0,731. Quanto à concentração de renda, o índice de Gini aponta para média concentração de renda entre os municípios, mas com salários baixos, como exposto.

Outra característica marcante de desenvolvimento regional periférico está associada à forte dependência da maioria dos municípios ao setor terciário (mais especificamente a serviços públicos e aos pequenos comércios locais) como principal fonte de arrecadação. Poucos centros apresentam diversidade entre os setores econômicos. A produção industrial é mais expressiva em Imperatriz e Açailândia.

O histórico de desmembramentos territoriais aponta para o quadro atual de

municípios que compõem a RMSM, mas evidencia também o quadro socioeconômico periférico em que a região se insere. Destaca-se a relevância de Imperatriz, como principal cidade (média) na região, o que, por sua vez, resulta em expressivas relações de subordinação, polarização e dependência dos demais centros para com ela. Essas relações poderão ser melhor entendidas a partir da discussão conceitual sobre cidade média e da análise de Imperatriz como principal cidade média na RMSM. Considera-se, para tanto, sua escolha como sede da região metropolitana, quando de sua criação, o que veremos no **Capítulo 3**, a seguir.

Capítulo 3

IMPERATRIZ: DE CIDADE MÉDIA A PRINCIPAL CENTRALIDADE URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE

Imperatriz se destaca como a segunda principal cidade no estado do Maranhão, seja pelo seu tamanho demográfico, ou mesmo pela sua centralidade urbano-regional. Essa centralidade possibilita – principalmente a partir de sua capacidade de oferta de serviços diversos – capacidade de polarização e ação gravitacional sobre uma série de municípios principalmente localizados no sul do estado.

A história do sudoeste maranhense se confunde, em muito, com a própria história do desenvolvimento de Imperatriz. Como vimos no capítulo anterior, há, inevitavelmente, um contexto regional compartilhado, historicamente, pelos municípios que fazem parte dessa área.

Dando continuidade às discussões iniciadas no capítulo anterior, o objetivo deste capítulo é de discutir, conceitualmente, o papel das cidades médias no país e, em especial, da cidade de Imperatriz, diante de sua centralidade urbano-regional na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM). Reitera-se, portanto, o diálogo iniciado no capítulo anterior. E de forma contínua ao capítulo anterior, busca-se abordar a região metropolitana do sudoeste maranhense a partir da centralidade de Imperatriz.

Tal debate se torna fundamental, pois amplia a capacidade de entender o papel que centros urbanos como Imperatriz apresentam em seu entorno regional, induzindo e atraindo fluxos de pessoas, diariamente, a partir de sua capacidade de polarização. As questões discutidas são também importantes para entender as dinâmicas de metropolização existentes no país e como essa cidade é importante no processo de interiorização da educação superior e atração de estudantes de outros municípios.

Para isso, o presente capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro deles, *Cidades médias e seu papel na oferta de serviços urbanos*, discute o conceito de cidade média, com base em múltiplos debates e sistematização de características comuns, neste que é um conceito não consensual na academia. Em seguida, é apresentada *A relevância da rede urbana de Imperatriz no sudoeste maranhense*, a

partir de sua oferta de serviços. Nessa seção, busca-se reiterar o papel da cidade no cenário maranhense.

Por fim, considerando as particularidades conceituais discutidas anteriormente e a autonomia proporcionada pela Constituição Federal de 1988, que permite aos Estados a criação de suas próprias Regiões Metropolitanas, é debatido sobre *A Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense*, desde sua criação. São evidenciadas as transformações entre a primeira Lei Complementar, de 2005, e a Lei Complementar de 2017.

3.1. Cidades médias e seu papel na oferta de serviços urbanos

Embora o conceito de *cidade* pareça óbvio, defini-la não é fácil. Alguns autores o concluíram sem formar um consenso a respeito de uma interpretação lógica e única. Partindo desse pressuposto, podemos compreender que uma cidade será, essencialmente, um espaço limitado, com uma forma de concentração física de pessoas que desempenham funções econômicas, sociais e políticas.

Há vários critérios para definição de cidade, como numérico, funcional e legal. Uma cidade é um aglomerado populacional fortemente concentrado de critério numérico absoluto e relativo, com índices absolutos variáveis, de país para país, e índices relativos de aglomerados de grande densidade demográfica variável.

É representada como um estabelecimento complexo, formado de uma concentração permanente de grupos sociais os mais distintos, que empregam seu tempo no interior e exterior da aglomeração urbana. É um espaço edificado, com conotação geométrica quantitativa, limites, densidade física, espaço temporal, econômico e social – um espaço percebido e vivido, isto é, um território particular e, também, uma combinação de territórios (LENCIONI, 2008; CARLOS, 2007).

As cidades e os espaços urbanos possuem características geográficas únicas, que transformam a produção do espaço e o monopólio do espaço. A cidade é compreendida como um produto coletivo, tendo-se em vista a *natureza do espaço e do lugar*, e não apenas os fluxos e agentes ali existentes (CARLOS, 2007).

Assim, “constitui-se, primeiramente, com um lugar onde o meio ambiente é caracterizado predominantemente pela magnitude da segunda natureza. Trata-se por excelência, do meio ambiente construído [...]” (CORRÊA, 1989, p. 26). A cidade é um

produto social que se insere no âmbito da relação homem com o meio, não importando sua dimensão ou característica de aglomeração (MONBEIG, 2004; LENCIONI, 2008; ABREU, 2002).

Conforme se percebe, a definição do que é uma *cidade* – e, conseqüentemente, do que é uma cidade média – é um tanto controversa. Grande parte das discussões teóricas sobre a temática emerge na geografia, desde a década de 1920 até 1955, intensificando-se a partir de 1970. O conceito de cidade de porte médio surgiu na França, relacionado às políticas de desconcentração de atividades e população, implementadas pelo VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975), de gestão de território (COSTA, 2002).

Pierre George, em 1952, já argumentava sobre a geografia das cidades médias e a existência, na França, de uma rede bastante consistente de pequenas e médias cidades. O autor hierarquizava aquelas cidades que possuíam entre 10 mil e 100 mil habitantes (AMORIM FILHO, 2007; CORRÊA, 1989). Em meados de 1960, Michel Rochefort e Jean Hautreux publicaram, na França, um dos primeiros estudos direcionados a destacar a distribuição das cidades médias e suas relações externas.

O desenvolvimento de tais estudos contemporâneos, estabelecidos no pós-guerra, é acelerado pelas mudanças na rede urbana, diante da intensificação da urbanização, reorganização da divisão internacional do trabalho e expansão capitalista, caracterizando-os como geradores de novas articulações funcionais, no sistema de planejamento de dimensão espacial (CORRÊA, 1989). No Brasil, é a partir das décadas de 1970 a 1980, diante do constante crescimento demográfico das metrópoles nacionais e reestruturação do sistema produtivo, com a transição do fordismo para os novos métodos de produções flexíveis, que se iniciam os estudos direcionados à funcionalidade e tipologia das cidades brasileiras.

Cidade média, a princípio, refere-se ao seu *tamanho*, ou seja, faz referência àquela cidade que está entre a grande e a pequena cidade, possuindo uma dimensão intermediária e tendo seu porte demográfico e extensão física como variáveis imprescindíveis para definição (CORRÊA, 1989). Dentre os critérios mais utilizados, a fim de se identificar e caracterizar uma cidade média, destaca-se o critério demográfico (quantitativo), de parâmetro objetivo. Esse critério identifica a faixa ou o grupo no qual cada cidade pode se enquadrar.

Corrêa (2007) destaca três dificuldades na utilização do critério demográfico. A primeira dificuldade do caráter quantitativo está direcionada ao estado de tamanho absoluto, que se refere ao fato de haver diferentes realidades urbanas. Nesse contexto, um dado limite demográfico pode ser uma metrópole em um país, porém uma cidade média em outro. A escala espacial de referência é também outro problema, pois uma mesma cidade pode ser macrocefálica, em escala estadual, e uma cidade média em escala nacional.

Acrescenta-se, por fim, a dimensão temporal como outra dificuldade no limbo demográfico, pois os limiares demográficos variam ao longo da história. Assim, para períodos históricos diferentes, existem limites demográficos diferentes para se classificar uma cidade média (CORRÊA, 2007).

À frente dessas dificuldades que envolvem a perspectiva demográfica, Corrêa (2007) propõe a utilização do critério demográfico (quantitativo), não como critério definidor, mas como uma dimensão de análise que deve ser interpretada em conjunto com outras perspectivas qualitativas, que auxiliam na compreensão das transformações do espaço urbano de uma cidade média. Sposito (2010) elucida que, além do critério quantitativo demográfico, vê-se necessário também considerar os elementos qualitativos, pois as cidades médias:

[...] são aquelas que desempenham papéis de ligação, de intermediação entre as pequenas e as maiores cidades, sem desprezar o tamanho populacional como primeiro nível da análise, pois [...] existe a estreita relação entre quantidade e qualidade das dinâmicas e processos (SPOSITO, 2010, p. 6).

Assim, para que se possa classificar uma cidade média com precisão, Corrêa (2007) e Sposito (2010) concordam a respeito da necessidade do uso de critérios quantitativos e qualitativos. Esta última autora ainda defende que:

[...] podemos admitir a existência de cidades de porte médio em função de característica que lhe é intrínseca, como o seu tamanho demográfico, mas não podemos reconhecer se uma cidade de porte médio é uma cidade média, ou seja, aquela que desempenha papéis de intermediação na rede urbana, sem compreender, ao mesmo tempo suas características (o que não se restringe ao tamanho demográfico e deve incluir a estruturação interna de seus espaços) como suas relações com outras cidades (o que impõe o reconhecimento dos seus papéis na estruturação urbana da rede) (SPOSITO, 2004, p. 331).

Nesse sentido, a ênfase é direcionada às relações das cidades médias com a região sob sua influência, numa dada divisão territorial do trabalho, visto que “são centros regionais importantes, em função de serem os elos entre cidades maiores e menores” (SPOSITO, 2004, p. 126). Sob essa perspectiva, Sposito (2004; 2010) sintetiza que as características norteadoras das cidades médias são o tamanho populacional e econômico, o grau de urbanização, a centralidade urbana e a qualidade de vida.

Já Andrade e Lodder (1979) compreendem por cidade média aquelas que possuem população entre 50 e 250 mil habitantes. Ao evidenciar sua funcionalidade econômica e dinamismo em sua rede urbana, as cidades médias apresentam diferentes portes econômicos e demográficos, graus de urbanização e qualidade de vida. Desse modo, o processo de articulação entre as grandes e pequenas cidades atribui às cidades médias o papel de *nós* articulares na rede urbana, a partir da sua interação espacial.

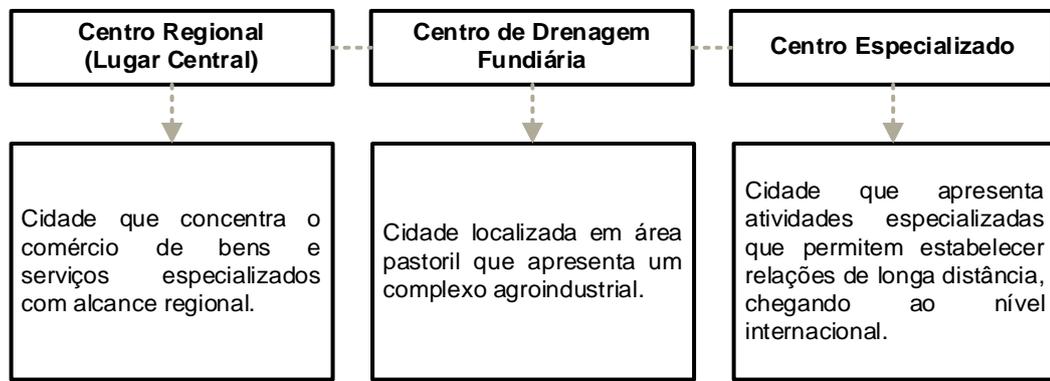
É importante estudar o quadro das cidades médias tendo em consideração a divisão territorial do trabalho, a circulação de pessoas, mercadorias, informações e valores, uma vez que esses elementos acentuam as relações entre as cidades e suas regiões, fazendo-as diferentes umas das outras. Deve-se analisar as relações preestabelecidas, tanto a nível local, quanto nacional e internacional, a partir dos sistemas territoriais.

Partindo desse ponto de vista, nessa tese seguimos essa compreensão na definição do que entendemos como cidade média⁴, vê-se imprescindível a compreensão da classificação funcional dessas cidades, ou seja, entender os papéis regionais e o potencial de comunicação e articulação do território proporcionado pela posição geográfica. À vista disso, Corrêa (2007) propõe a possibilidade de uma tipologia preliminar de cidades médias, com base nas características funcionais, demográficas e intraurbanas de uma cidade (**Figura 5**).

⁴ O conceito de cidade médias assume na literatura nacional um tom polissêmico, apresentando diversas concepções e até mesmo imprecisões quanto ao termo. O próprio IBGE não é claro quanto ao conceito, dadas as inúmeras variáveis e modificações que os núcleos urbanos assumem diariamente. Entretanto, considera-se cidades médias aquelas que embora não sejam os principais centros urbanos (como capitais e cidades que forma regiões metropolitanas) assumem papel de destaque na centralidade urbano regional no fornecimento de bens e serviços e atendendo de forma gravitacional toda uma região circunscrita. Estas cidades expressam relevantes centros políticos-administrativos e fornecem serviços que raramente são encontrados em centros menores. Considera-se neste contexto que o papel populacional é relevante, a se destacar centro entre 100 e 500 mil habitantes.

Corrêa (2007) ainda argumenta que a concentração de atividade local dominada externamente, cujos capitais sejam externos, não pode, a princípio, ser caracterizada como cidade média, pois não possui ação direta na gestão das atividades centrais e regionais desenvolvidas. As cidades médias são, mais precisamente, “[...] um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano” (CORRÊA, 2007, p. 25).

Figura 5 – Uma tipologia possível para as cidades médias



Fonte: Corrêa (2007), adaptado pela autora (2022).

Assim, para definir e identificar uma cidade média, é preciso, antes de tudo, aprofundar a interconexão quantitativa e qualitativa, entre tamanho, funções urbanas, espaço intraurbano, rede de relações e centralidade urbana (CORRÊA, 2007). O tamanho demográfico implica maior ou menor economia de escala, diferentes graus, diante de um contexto regional de renda, envolvendo a cidade e seu espaço de atuação, influenciando suas funções internas e externas. Em outras palavras, quanto maior o tamanho demográfico, mais complexas são as atividades econômicas, sobretudo as funções urbanas, visto que, quanto mais fragmentada, mais articulada será a cidade e seu espaço intraurbano (CORRÊA, 1989; 2007).

As cidades médias mostram, antes de qualquer coisa, importante papel na rede urbana, servindo como pontos de inserção e superposição dentro do território. Atuam como depositárias e produtoras de bens e serviços exigidos por seu entorno, pois, além de serem centros de decisões político-econômicas regionais, retêm, em seus espaços, estruturas que modificam a divisão regional do trabalho. De acordo

com esse entendimento, Amorim Filho e Serra (2001) identificam cinco atributos necessários à caracterização de uma cidade média (**Quadro 2**).

Quadro 2 – Atributos para análise e caracterização das cidades médias

I. Interação constante com seu espaço regional, subordinado a aglomerações urbanas de hierarquia superior;
II. Tamanho demográfico funcional suficiente para oferta de bens e serviços regionais ligados;
III. Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores, por meio da oferta de trabalho, posicionando-se como ponto de interrupção de mobilidade migratória, em direção a grandes cidades;
IV. Condições favoráveis à formação de relações de dinamização;
V. Distinção do espaço intraurbano, como centro funcional individualizado e periferia dinâmica.

Fonte: Amorim Filho e Serra (2001), adaptado pela autora (2022).

Dessa forma, segundo Harvey (1980 [1973], p. 34), a cidade média é um “[...] sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o progresso social estão em contínua interação”, ou seja, o lugar das contradições e aglomerações acumuladas. Seu entendimento deve ser feito tendo como pano de fundo a dinâmica social urbana em movimento. As cidades médias desempenham papel estratégico na rede urbana, constituindo centros regionais e sub-regionais de funções estratégicas.

Órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) consideram e caracterizam as cidades médias como aquelas cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Entretanto, diante das características heterogêneas do sistema urbano regional, muitos municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes podem desempenhar função de cidade média, devido a sua atribuição econômica estratégica:

No caso do Brasil, país populoso e com um imenso território marcado por profunda heterogeneidade social, cultural e econômica não poderíamos esperar outra coisa senão grande variabilidade na hierarquia e no relacionamento das cidades com a região e com o sistema urbano dos quais fazem parte (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p. 17).

Dessa forma, conclui-se que nem sempre o fator quantitativo populacional é suficiente para caracterização de uma cidade média, tendo em vista que algumas

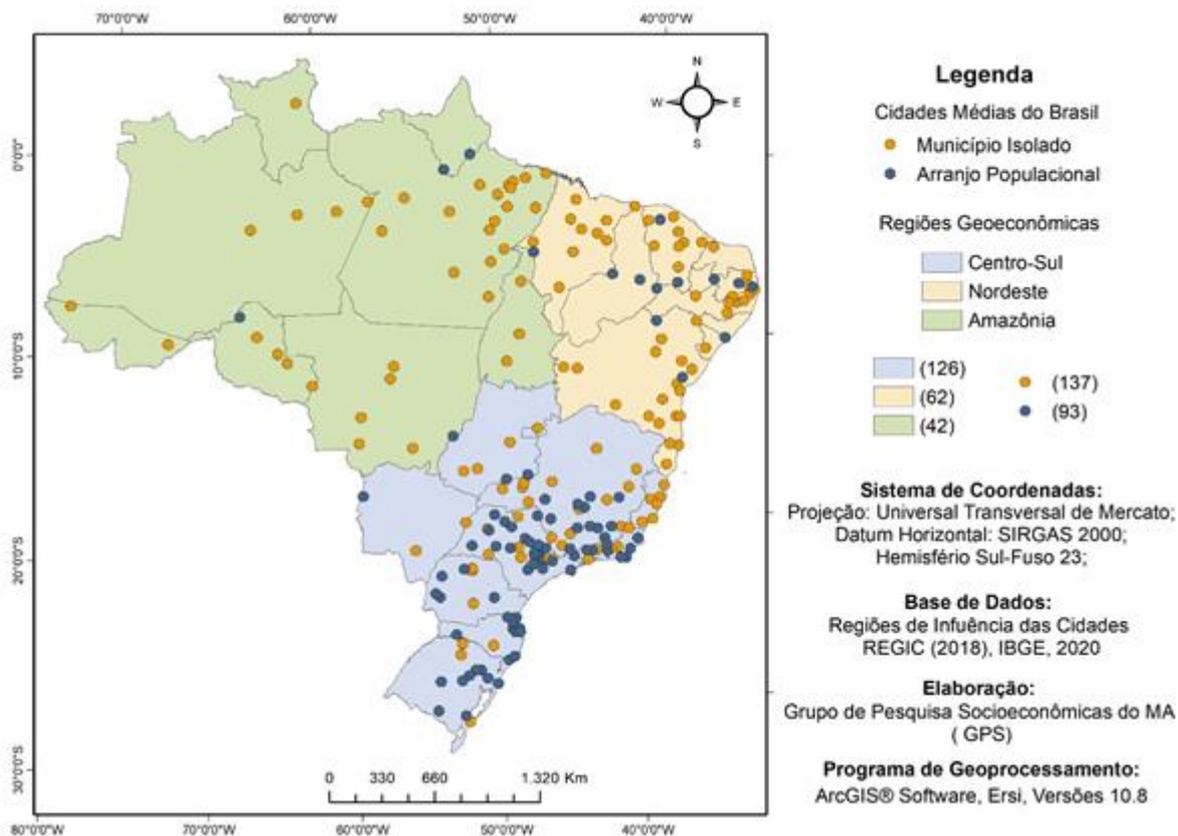
idades de menor porte assumem funções equivalentes às de maior porte (CORRÊA, 1989; 2007; SPOSITO, 2004; 2010; AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

As concepções das tipologias das cidades médias, conforme o estudo *Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2018* (IBGE, 2020), identificam 230 cidades médias no Brasil. São 137 municípios isolados e 93 arranjos populacionais – estes últimos constituídos por um total de 461 municípios.

As cidades identificadas com base nos dados disponibilizados e aqui apresentados são catalogadas conforme as regiões geoeconômicas do Brasil (Centro-Sul, Nordeste e Amazônia) (IBGE, 2020). Temos, na região Centro-Sul, a maior concentração de cidades médias do país, com 126 cidades, seguida pelo Nordeste, com 62 cidades, e pela Amazônia, que apresenta 42 cidades médias (**Mapa 16**).

Ao observar a análise de distribuição territorial das cidades médias, verifica-se maior concentração na região Centro-Sul, especificamente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; e no interior do Nordeste: no leste do sul da Bahia, eixo da porção leste de Pernambuco e em áreas do interior do Maranhão e do Ceará. A rede de cidades médias da Amazônia possui perfil mais diferenciado, marcado pelos padrões espaciais da rede fluvial e por baixa densidade de povoamento, além de extensas distâncias entre elas (Amazonas e Pará) (IBGE, 2020).

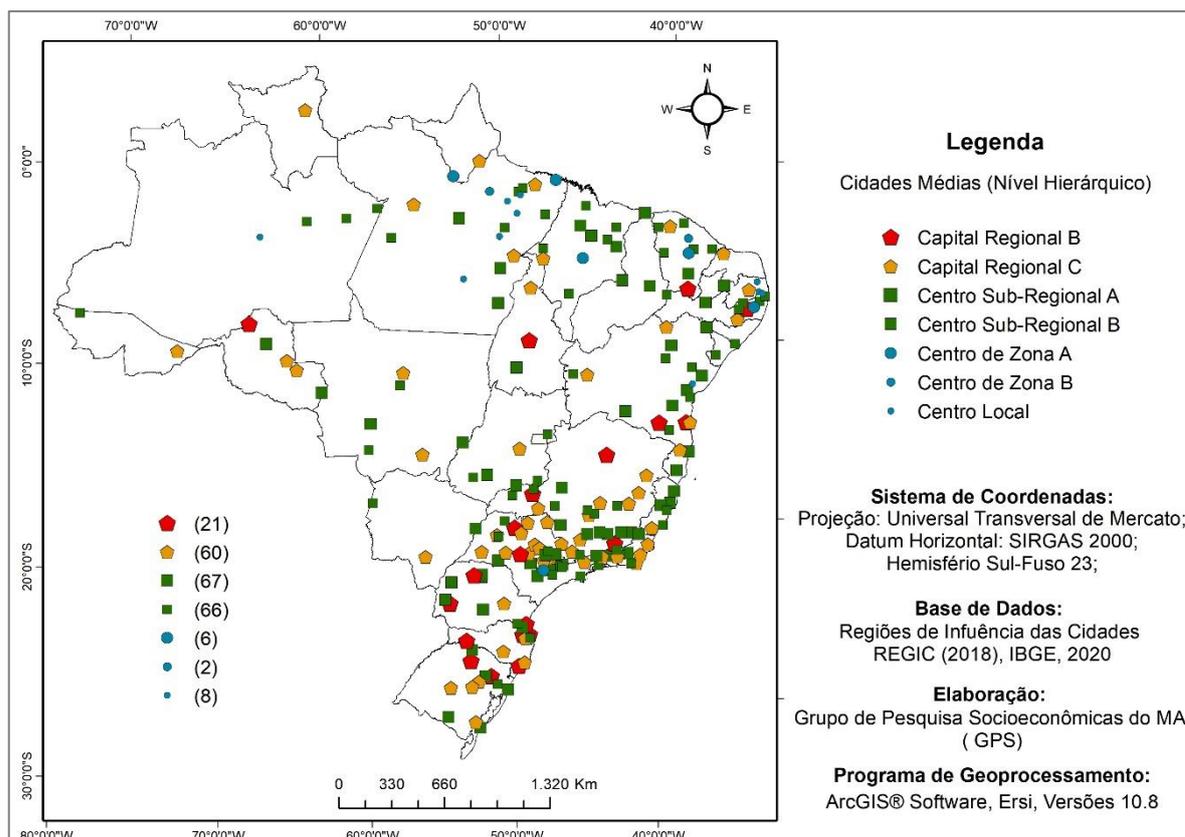
Mapa 16 – Distribuição territorial das cidades médias no Brasil



Fonte: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2022) a partir de dados do IBGE (2020).

No agrupamento das 230 cidades médias do Brasil, grande maioria exerce as funções de Centro Sub-Regional A (67), seguida por Centro Regional B (66), Capital Regional C (60) e Capital Regional B (21). As demais funções são exercidas pelo Centro de Zona A (6), Centro de Zona B (2) e Centro Local (8) (**Mapa 17**).

Mapa 17 – Cidades médias, segundo níveis de centralidade na rede urbana



Fonte: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2022) a partir de dados do IBGE (2020).

Das 230 cidades médias brasileiras, a maior parte possui população elevada. Há 84 cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes, e outras 22 cidades com população de 250 mil a 500 mil habitantes, considerando somente o Centro-Sul do país. O Nordeste possui 30 cidades médias que estão na faixa de 75 mil a 100 mil habitantes, e outras 24 apresentam população de 100 mil até 250 mil habitantes. Já na região amazônica, 23 cidades situam-se na faixa de 100 mil a 250 mil habitantes, e 12 cidades entre 75 mil e 100 mil habitantes (**Tabela 1**).

Tabela 1 – Quantidade de cidades médias por faixa de população (2020)

Faixa de população	Centro-Sul	Nordeste	Amazônia
De 75.000 até 100.000	2	30	12
De 101.000 até 250. 000	85	24	23
De 251.000 até 500.000	28	5	5
De 501.000 até 700.000	11	3	2
Total	126	62	42

Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2020).

O processo de urbanização brasileira deu-se de forma vertiginosa e desigual. Isso se deve aos fluxos migratórios que foram edificados a partir do processo de industrialização, na transição da primeira para a segunda metade do século XX. A evolução do processo de urbanização, no Brasil, realizou-se a partir do século XIX, mas se intensificou no século XX, após a difusão da indústria, apresentando como principal motivação os recursos advindos da produção cafeeira.

O andamento na expansão do capitalismo e do trabalho assalariado, bem como a emergência da indústria contribuíram para o avanço desse sistema econômico e para a expansão do processo de urbanização, motivado pela modernização do território (MARICATO, 2000). Por meio da difusão industrial ocorrida na região Sudeste do Brasil, várias mudanças ocorreram nas cidades brasileiras, sobretudo nas cidades médias, pois foram geradas transformações em todas as regiões.

Esse processo contribuiu, fortemente, para um incentivo na criação de empresas e na reestruturação da urbanização brasileira. Assim, grandes massas populacionais foram trazidas para os arredores das indústrias que se inseriam nas regiões Sul e Sudeste. A industrialização permitiu a expansão das cidades e, com elas, uma crescente oferta de empregos. Gerou-se, dessa forma, um aumento dos índices populacionais, pois as pessoas aspiravam por melhores condições para sobrevivência e, por isso, buscavam trabalho nas indústrias, o que refletiu na saída de pessoas para as cidades.

Na década de 1940, o Brasil ainda era um país predominantemente rural, pois grande parte da população vivia no campo. Ademais, em 1950, a população urbana correspondia a 36,2% da população total do país. Como reflexo dos processos acima descritos, já nos anos 2000, a população concentrada nas cidades correspondia a 81,2%. Conforme o censo demográfico de 2010, a população urbana alcançou 84,4%, enquanto a rural representava apenas 15,6% (IBGE, 2011).

Com o avanço da urbanização e, conseqüentemente, da industrialização, observam-se várias implicações, a exemplo da falta de planejamento urbano, surgimento de favelas, problemas socioambientais e ausência de infraestrutura básica a estados e cidades. Em vista desses aspectos, no final do século XIX e início do século XX, as cidades passaram por significativas transformações, no Brasil. Entende-se que, a partir de 1940, o Estado brasileiro passou a intervir no espaço urbano,

buscando adotar melhorias na rede urbana e nas cidades, diante do crescimento desordenado.

O processo de urbanização, no Brasil, desenvolveu-se de forma desigual, entre suas regiões. A região Sudeste manteve uma proeminência de crescimento urbano. A região Nordeste sofreu avanços pouco significativos, quando comparada às regiões Sudeste e Centro-Oeste, em face das particularidades econômicas e geográficas. Como traço característico desse processo complexo e heterogêneo da urbanização brasileira, é importante situar a realidade que envolve a região Norte do país.

Observa-se que, em 1950, a população concentrada nas cidades do país equivalia a 36,2%, enquanto que, na região Norte, esse percentual era de 31,5%. Trata-se, portanto, de um índice de população urbana inferior à média nacional. No entanto, a partir da década de 1970, essa região experimentou forte crescimento demográfico e urbano, com 45,1% de sua população passando a residir nas cidades, o que era superior aos índices do Nordeste e do Sul (SIMÕES; OLIVEIRA, 1986).

Um dos motivos para o crescimento da população urbana no Centro-Sul do país se associa à concentração das maiores sedes industriais do país e oferta de bens e serviços, a partir de 1940. A região tornou-se um crescente polo técnico produtivo, responsável por uma intensa atração de migrantes laborais. Além da indústria, diversos investimentos possibilitaram a atração de pessoas para essas regiões, como a construção civil. O homem do campo buscava novas formas de trabalho, e uma das opções foi a construção civil, pela sua baixa qualificação e por questões intrínsecas à divisão territorial do trabalho.

Outro fator importante foi a busca por melhores condições de vida. A urbanização brasileira, marcada pelo avanço desordenado, alcançou ritmos frenéticos, que elevaram os índices de segregação social, principalmente nas metrópoles e cidades médias.

No Brasil, o critério demográfico, muito utilizado para classificação de cidades médias, não compreende as particularidades de uma dada realidade da dinâmica urbana nacional, pois há, ainda, muitas discrepâncias entre esses espaços – disparidades regionais. Por outro lado, o tamanho demográfico está intrinsecamente relacionado com a sua escala de atuação econômica e ao desenvolvimento de funções e atividades urbanas básicas e não básicas, de forma interna e externa.

Por exemplo, uma cidade que contém 100 mil habitantes, no interior do estado do Maranhão, não é equivalente a uma cidade do estado de São Paulo com o mesmo contingente populacional. Souza ratifica essa ideia de disparidades regionais:

Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios, como o interior de São Paulo ou o Sul do país, por exemplo (SOUZA, 2003, p. 30-31).

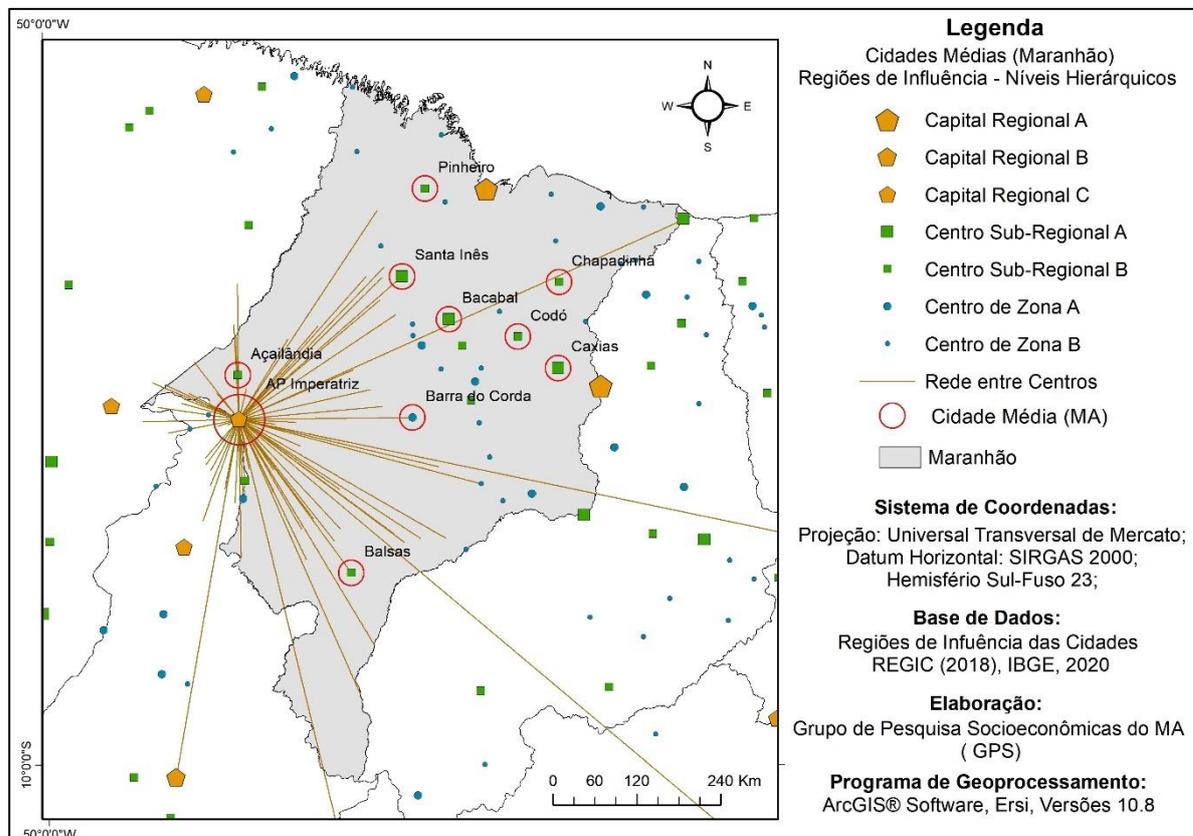
Dessa forma, se analisamos somente os dados populacionais, sem dúvida esses aglomerados estariam em posição inferior, dentro da hierarquia urbana. Assim, afirma-se, novamente, que somente o critério demográfico não é capaz de traduzir a totalidade da dinâmica das cidades médias, ou seja, não traduz a veracidade de uma dada realidade, visto que há muitas discrepâncias entre os territórios, reflexo do processo heterogêneo de industrialização/urbanização no território nacional.

[...] na busca de identificar e estudar determinada cidade média é preciso analisar o processo de inserção e as constantes re-inserções dessa cidade em sua rede urbana, verificando as interações regionais e, principalmente, as extra-regionais através dos fluxos materiais e imateriais estabelecidos. Dessa forma, ter o conhecimento da área de influência dessa cidade em todos os setores, entre eles o político, o de comércio e serviços, o econômico e o de ensino etc. (LEITZKE; FRESCA, 2009, p. 7).

Para se compreender o contexto de Imperatriz, enquanto cidade média, faz-se necessário, antes de tudo, considerar alguns critérios de análise já mencionados anteriormente, como o quantitativo populacional. Segundo o IBGE, cidades médias são aquelas que possuem de 100 mil a 500 mil habitantes (SOARES, 2005). Em contrapartida, para Corrêa (2007), uma cidade média pode ser caracterizada pela existência de uma elite empoderadora. No caso de Imperatriz, essa *elite empoderadora* advém das atividades primárias, como extração mineral e vegetal, as quais, atreladas ao processo migratório de ocupação, consistem em um dos principais responsáveis pela dinamização das atividades econômicas então existentes.

O Maranhão possui um total de 10 cidades médias: Imperatriz, Santa Inês, Bacabal, Açailândia, Balsas, Caxias, Chapadinha, Codó, Pinheiro e Barra do Corda. A estruturação hierárquica da rede apresenta um expressivo número de pequenos centros urbanos, tendo Imperatriz a categoria hierárquica Capital Regional C, seguida dos Centros Sub-Regionais e dos diversos Centros de Zona (**Mapa 18**).

Mapa 18 – Cidades médias (Maranhão) e níveis hierárquicos



Fonte: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2022) a partir de dados do IBGE (2020).

O processo de reprodução do capital, por meio das atividades de comércio e serviços, tende a criar áreas ou centros divididos por atividades econômicas. Em Imperatriz, tal característica é percebida na divisão da área urbana em centros especializados economicamente, como o setor do comércio atacadista, venda de autopeças, de saúde, bancários, de Ensino Superior, oficinas automobilísticas, revendedoras, entre outros.

Imperatriz é uma cidade média (Capital Regional C) que possui uma região de interação que, por muitas vezes, está além dos limites territoriais da RMSM. Dentro de sua região imediata e intermediária, a rede de influência do município maranhense chega a atingir um total de 95 cidades (IBGE, 2020; ARAÚJO, 2016). Evidencia-se, de tal forma, sua intensa polarização e interações espaciais.

“A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21), visto que são centros regionais importantes, de elo entre as cidades maiores e as menores (SPOSITO, 2004). Portanto, os centros

urbanos, nas cidades médias, não são estáticos. São continuamente modificados pela divisão territorial do trabalho e as constantes dinâmicas urbanas.

3.2. A relevância da rede urbana de Imperatriz no sudoeste maranhense

As primeiras iniciativas de abordagem e aproximações teóricas aos estudos da rede urbana e hierarquização das cidades dão-se na multifacetada geografia alemã, entre os geógrafos possibilistas franceses e os geógrafos britânicos, no bojo do determinismo ambiental norte-americano. Muitos dos estudos direcionados às redes urbanas ganharam certa importância em meados dos anos 1950.

No Brasil, tal movimento teve maior notoriedade em 1956, durante o Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional, no Rio de Janeiro (CORRÊA, 1989). Dentre alguns dos principais trabalhos brasileiros que nos remetem à maior compreensão da funcionalidade estrutural do território e da rede urbana, no início da década de 1950, destacam-se dois: o de Monbeig (1952), que analisou a divisão regional de São Paulo, e o de Oliveira (1950), que estudou a divisão regional do Paraná, de acordo com as relações urbanas ali predominantes.

Tricart e Santos (1958) estudaram e analisaram também sobre a divisão regional da Bahia, definindo e identificando o papel de Salvador como centro de influência urbana regional, diante da atividade de comércio em atacado. Costa Pinto (1953) também contribuiu com estudos e trabalhos direcionados ao estudo da região metropolitana do Rio de Janeiro, verificando a intensidade das relações urbanas mantidas entre os limites de sua região (CORRÊA, 1989).

No que concerne à temática, destaque deve ser conferido a Michel Rochefort. Rochefort entendia a rede urbana como uma associação de um certo número de tipologias de cidades em relação de interdependência. Assim, essa relação de interdependência é determinada pela posição e estrutura das cidades (CORRÊA, 1989). Segundo Corrêa (1989), para Rochefort, no estudo da estrutura urbana, é necessária a análise do setor terciário das localidades, pois, assim, é possível identificar o estabelecimento de uma hierarquia urbana entre elas.

Para isso, é imprescindível ordenar o valor da população terciária (valor bruto ou em relação à população terciária regional) e o valor total da população ativa. Logo, observa-se que, onde a população terciária for mais importante, apresentando

porcentagem elevada, percebe-se núcleos urbanos de maior ordem hierárquica, diferente dos núcleos com valores menos elevados (CORRÊA, 1989).

O método de análise e estudo de Michel Rochefort foi utilizado em muitos estudos, sobretudo no Brasil, com a finalidade de identificar os aspectos da geografia urbana, tipologia e estrutura das cidades, em distintas áreas brasileiras, a frente de suas relações e polarizações urbanas (SOUZA, 2003; SANTOS, 1999; CORRÊA, 1989; 1997; CHRISTALLER; 1966).

Walter Christaller (1966), assim como Rochefort, foi uns dos propositores dos estudos direcionados à rede urbana, aprofundando a discussão sobre a tipologia funcional das cidades, ao propor sua *Teoria dos Lugares Centrais*. Christaller expôs a existência de princípios gerais que determinariam o número, tamanho e distribuição de núcleos de povoamentos em pequenas, médias e grandes cidades, e núcleos semirrurais, que também estariam classificados como localidades centrais. Assim, tais núcleos são dotados de funções centrais que teriam uma relevância distinta na qualidade de distribuidoras de bens e serviços (CHRISTALLER, 1966).

Todas são dotadas de funções centrais, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na região complementar (hinterlândia, área de mercado, região de influência), em relação à qual a localidade central tem uma posição central. A centralidade de um núcleo, por outro lado, refere-se ao seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior o número deles, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, e maior a sua centralidade (CORRÊA, 1989, p. 21).

Para Christaller (1966), a cidade dispõe de uma atribuição essencial: estabelece-se como centro de uma região, caracterizando-se como uma localidade central ou *lugar central*. O espaço estaria organizado hierarquicamente e classificado como lugares centrais de ordem maior. Os lugares centrais de ordem maior são lugares detentores de intensa função central e se estendem por uma grande região, onde se encontram os lugares centrais de menor importância. Os lugares de baixa ordem e baixíssima ordem possuem influência somente para proximidades imediatas – uma relevância local. Em síntese, os lugares centrais auxiliares refletem os pequenos lugares que exercem pequenas funções centrais (CHRISTALLER, 1966).

Parte dessa abordagem apoia-se na concepção de que a organização espacial do território é exposta tanto por elementos fixos, como cidades e indústrias, quanto pelos fluxos de interação estabelecidos entre eles. Ou seja, por meio dessa interação

dão-se as redes, onde os núcleos urbanos se articulam de acordo com as funções que ofertam, configurando, hierarquicamente, o território.

É por meio do excedente de importância, diante da lógica de lugares centrais e lugares dispersos, que se determina o quanto central é uma cidade e sua importância relativa numa determinada região. Assim, os *lugares centrais* são classificados e hierarquizados conforme sua zona de centralidade, isto é, como reflexo de suas capacidades na oferta de bens e serviços de baixa, média ou alta complexidade, em uma região complementar (CHISTALLER, 1966).

Segundo Souza (2003), nenhuma cidade existe de forma isolada, sem interação e troca de informação, bens e serviços com outras cidades, visto que as cidades se interligam entre si, no interior de uma *rede urbana*. Estudos direcionados à classificação das cidades e rede urbana indicam, quase sempre, que tal fenômeno não ocorre exclusivamente em âmbito nacional.

As cidades de um determinado país encontram-se, direta ou indiretamente, interconectadas a cidades de outros países. A troca de bens, serviços, informação e lucro, entre empresas e filiais multinacionais, exprime, em escala internacional, como as cidades são articuladas entre si (SOUZA, 2003; CORRÊA, 1997).

Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com a sua *centralidade* – ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta, e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região inteira ou, mesmo, de acordo com o nível de sofisticação do bem ou serviço, do país inteiro ou até de outros países (SOUZA, 2003, p. 25, grifo do autor).

De acordo com Corrêa (1989), a rede urbana representa e corrobora as características e particularidades sociais e econômicas do território. A cidade produz seu espaço, criando fluxos e redes que sustentam um conjunto de elementos fixos. Dessa forma, tais:

[...] elementos fixos [...] permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 1999, p. 50).

Dada sua complexidade, pode-se estudar a rede urbana a partir de diferentes abordagens. São, porém, vias básicas de análise as dimensões básicas de: variação, diferenciação da funcionalidade das cidades, relação entre desenvolvimento e tamanho demográfico, hierarquia urbana e a relação entre cidade e região. Diante das diferentes vias de abordagens acerca do que seja a *rede urbana*, esta, também apresenta significativas diferenças estruturais – dimensional, funcional e espacialmente (CORRÊA, 1989; 1997).

A classificação funcional das cidades são uma das mais tradicionais formas de estudo da rede urbana. Ela tem como escopo a divisão territorial do trabalho, a qual é importante elemento para a diferenciação das cidades, quanto a sua funcionalidade e influência na organização espacial. Por isso, cabe ressaltar que, por meio das atividades de comércio e serviço, é possível identificar os atores, formas e processos de produção do espaço urbano.

A rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo e uma condição para a divisão territorial do trabalho. É um reflexo à medida que em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos. [...] A rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. A cidade em suas origens constitui-se não só em uma expressão da divisão entre trabalho manual e intelectual, como também em um ponto do espaço geográfico que, através da apropriação de excedentes agrícolas, passou de certo modo a controlar a produção rural [...] (CORRÊA, 1989, p. 48-49).

A rede urbana é “um conjunto de centros urbanos funcionais articulados entre si” (CORRÊA, 1997, p. 93), estabelecendo atividades de diferenciação entre os centros urbanos, a partir de quais funções realizam. Logo, a rede urbana é uma condição de representação da divisão territorial do trabalho, em reflexo das vantagens locacionais distintas.

Portanto, não se trata de um fenômeno que ocorre arbitrariamente. É um conjunto de cidades interligadas entre si, por fluxos de pessoas, bens e serviços, sendo resultado do desenvolvimento econômico das políticas de gestão de território e das elites econômicas (CORRÊA, 1989). Assim, “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que frequentam” (SANTOS, 1999, p. 209).

No Brasil, os estudos de rede urbana, como já mencionado, desenvolveram-se paralelamente aos processos de industrialização e urbanização do país, bem como à reorganização da divisão internacional do trabalho. O estudo da rede urbana baseado

na *Teoria do Local Central* de Christaller e Michel Rochefort tem longa divulgação em pesquisas e estudos desenvolvidos pelo IBGE.

Em 1972, foi publicado o primeiro estudo do gênero, intitulado *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas (DBRFU)*, que foi seguido pelo *REGIC* de 1987 (**Figura 6**), e pelo *REGIC 1993*, publicado em 2000. Os estudos mais recentes são de 2007 e 2018, publicados, respectivamente, em 2008 e 2020.

O primeiro estudo do IBGE, desenvolvido entre 1966 e 1972, analisou as regiões funcionais urbanas. Contribuiu, na época, para uma melhor percepção da dinâmica da rede urbana nacional, colaborando para o desenvolvimento governamental e planejamento urbano.

A análise da estruturação de uma hierarquia urbana fornece elementos para a compreensão da estrutura do país, dos estados e das vantagens e desvantagens locais de subsídios indispensáveis de diferentes cidades e diferentes setores econômicos e sociais, bem como seu processo de distribuição adequada no território. Cabe ressaltar que esse estudo (1966-1972) deu rudimento para a institucionalização das primeiras regiões metropolitanas do Brasil, tendo em vista que:

A linha metodológica do trabalho partiu da concepção de que a cidade não é apenas uma forma, mas uma estrutura. Esta estrutura é dada pela existência de uma economia básica urbana, capaz de estabelecer laços econômicos entre as cidades e suas regiões (IBGE, 1972, p. 10).

O *REGIC* desenvolvido em 1987 foi, basicamente, uma reciclagem atualizada dos primeiros. Teve como quadro referencial metodológico a *Teoria das Localidades Centrais* de Christaller e considerava como variáveis de *análise* a distribuição de bens e serviços, como pode ser observado na linha do tempo representada na **Figura 6**.

Figura 6 – Linha do tempo de estudos do IBGE (1966-1987)

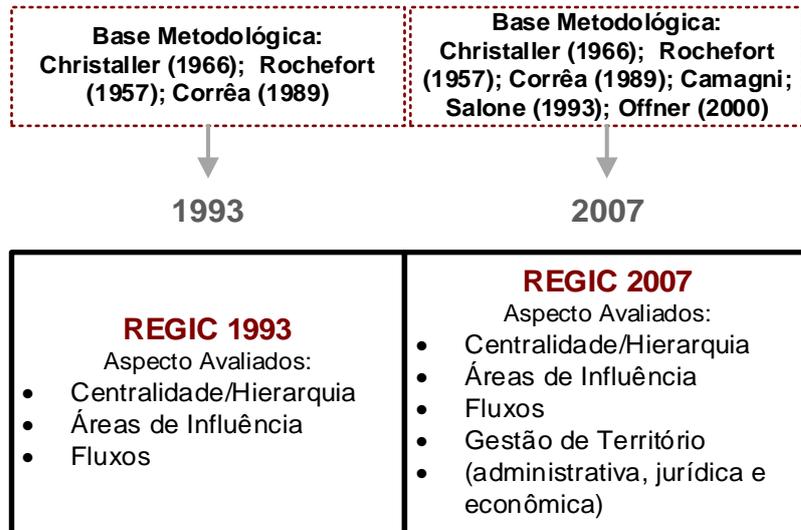


Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (1972; 1987).

Na análise de 1987, foi destacado o caráter operacional que colocasse em evidência a rede de localidades centrais no Brasil. Essa rede era caracterizada por diversos arranjos espaciais polarizados, devido à existência de redes regionais com maiores e menores centros intermediários, entre centros de mesmo nível hierárquico. Assim, tal pesquisa levou em consideração cinco níveis hierárquicos: MetrÓpole, Centro Submetropolitano, Capital Regional, Centro Sub-Regional, Centro de Zona e Centro Local (IBGE, 1987).

Na segunda linha do tempo (**Figura 7**), o *REGIC* de 1993 também se apoiou nas formulações metodológicas de Christaller e Rochefort, e nas contribuições teóricas de Corrêa (1989):

Figura 7 – Linha do tempo de estudos do IBGE (1993-2007)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2000; 2008).

O estudo, publicado em 2000, evidenciou a discussão sobre as interações espaciais, fluxos e redes geográficas, porém com modificações bem sutis. Teve papel de destaque na organização do espaço e da sociedade, a produção, a distribuição e o consumo.

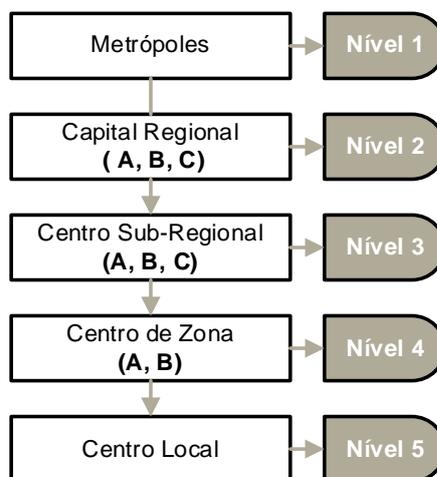
Os estudos anteriores, que definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras, foram realizados pelo IBGE, a partir de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços, nos anos de 1966, 1978 e 1993. As classificações resultantes evidenciaram as mudanças na rede urbana ao longo do tempo. Na última década, a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica a oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades (IBGE, 2000, p. 1).

No *REGIC* de 2007 (IBGE, 2008), nota-se modificações mais expressivas, com teor complexo e crítico em relação às variáveis de análise, bem como várias alterações na interpretação e compreensão da rede urbana brasileira (**Figura 7**). A premissa de análise, nos primeiros estudos, partia do pressuposto de que o Estado é o promotor da ascensão hierárquica dos centros urbanos. Por isso, outrora existia a desvinculação entre hierarquia dos bens e serviços com a hierarquia urbana. Assim, as funções de alto nível podem ser agora encontradas em centros de nível hierárquico mais baixo.

Portanto, as análises direcionando a rede urbana pelo *REGIC* (1966,1972, 1987, 1993, 2007) são imprescindíveis para a compreensão da dinâmica urbana. Representando o deslocamento de habitantes em busca de bens e serviços em uma esfera territorial, esses estudos identificam quais cidades são subordinadas a um centro urbano e até onde se estendem suas zonas de influência no território (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

Diante desse escopo, a rede urbana brasileira compreende um conjunto de centros urbanos que polarizam o território e são de extrema importância para a dinâmica espacial, sobretudo para o desenvolvimento nacional e regional. O processo de desenvolvimento desse composto de redes e conjuntos urbanos revela níveis de integração produtiva e econômica entre as regiões (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008, 2020). Essa rede é classificada e estruturada em cinco níveis hierárquicos: Metrópole, Capital Regional, Centro Sub-Regional, Centro de Zona e Centro Local (**Figura 8**).

Figura 8 – Esquema de níveis hierárquicos

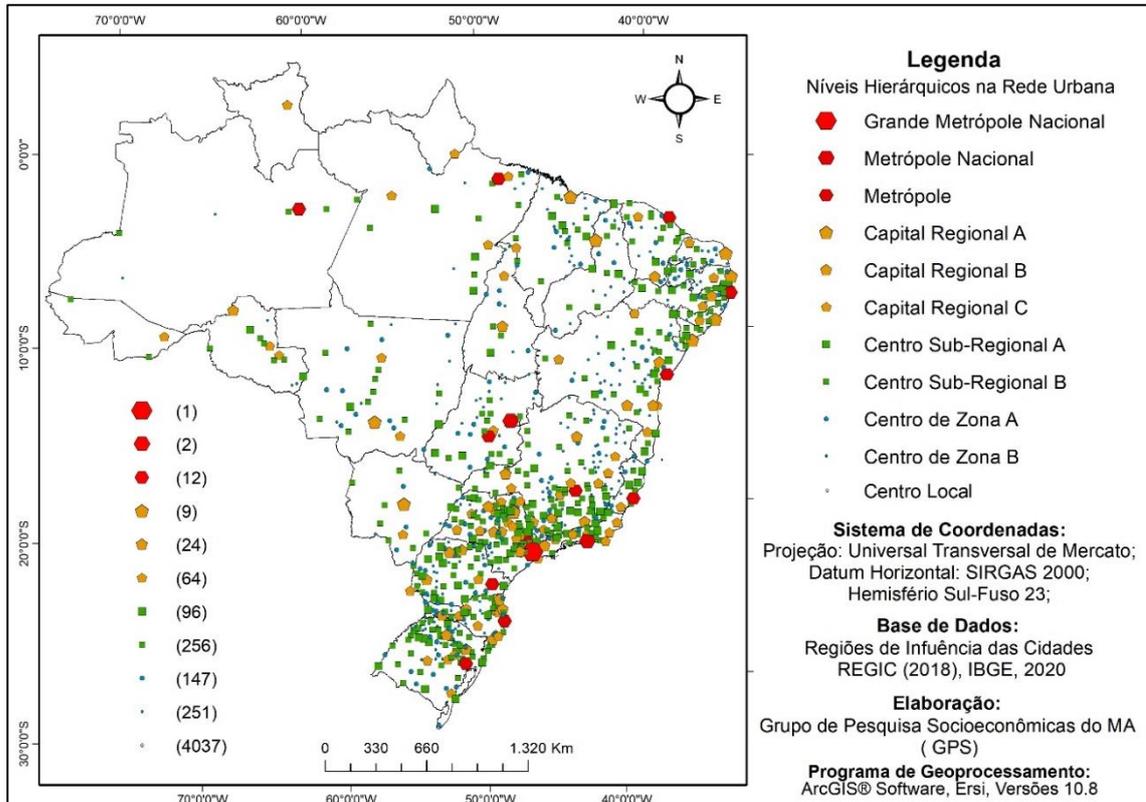


Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2020).

A rede urbana é estruturada com base em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, disposta em cinco tipologias; e as regiões de influência, que apontam as ligações entre as cidades de menor a maior hierarquia, na dinâmica da rede urbana (IBGE, 2020). Grande parte das Metrópoles se encontram no Centro-Sul do país, assim como também os dois níveis hierárquicos imediatamente inferiores: Capitais Regionais (A, B e C) e Centros Sub-Regionais (A e B). Os Centros de Zona e os

Centros Locais são mais predominantes na região Nordeste, como pode ser observado no **Mapa 19**.

Mapa 19 – Níveis hierárquicos na rede urbana



Fonte: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2022) a partir de dados do IBGE (2020).

Nas últimas duas décadas, a rede urbana brasileira passou por uma intensa reestruturação, sobretudo na economia e na dinâmica demográfica das cidades médias. A relevância dessas cidades reside no fato de que possuem uma dinâmica demográfica e econômica própria. Com o avanço dos meios de transporte, comunicação e desenvolvimento técnico, intensificaram-se as inter-relações entre essas cidades, havendo maior integração entre elas, de intensa polarização com a metrópole nacional, afim de atender as constantes necessidades de interação e relações urbanas existentes.

Os arranjos e núcleos urbanos constituem-se como dispositivos que sustentam e modelam a circulação da força de trabalho e do capital, circulação esta que está diretamente ligada à constituição e organização da dinâmica populacional (BECKER, 1985). Grande parte das transformações urbanas, em território nacional, sobretudo no

Maranhão, foi e é impulsionada pela multiplicidade de territórios e espaços reproduzidos e reestruturados pelos migrantes.

Durante a época das capitanias hereditárias, as atividades econômicas desenvolvidas em território maranhense foram o alicerce e a força de atração temporária de pessoas, constituindo seus primeiros arranjos sociais e urbanos (TROVÃO, 2008). Tem-se esse cenário urbano como pano de fundo, no decorrer da formação socioeconômica do Maranhão, ao longo do período colonial.

Nesse sentido, as características e particularidades geográficas estaduais, estabelecida no final do século XX, situaram o Maranhão como importante estado de transição entre as regiões Norte e Nordeste, e importante fronteira agrícola no contexto geopolítico de recursos naturais estratégicos. Assim, o estado apresenta dois cenários distintos de regionalização no cenário territorial: a fração norte tem forte influência da colonização europeia, tendo São Luís como cidade central; e, na fração sul, a urbanização se desenvolveu pela presença de frentes econômicas ligadas à pecuária e à migração das secas (FRANKLIN, 2008).

A estruturação hierárquica da rede apresenta um expressivo número de pequenos centros urbanos, uma vez que, entre 217 municípios, 208 possuem tipologia de pequenas cidades (IBGE, 2020), ou seja, 93% das cidades. Apenas 10 cidades são de porte médio: Imperatriz, Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Chapadinha, Codó, Pinheiro e Santa Inês (**Quadro 3**). São Luís destaca-se como a única cidade inserida na tipologia dos municípios acima de 500 mil habitantes e com categoria hierárquica de Capital Regional A (IBGE, 2020).

Quadro 3 – Cidades de porte médio na rede urbana maranhense

Cidade Médias	Município	População	Tipo
Imperatriz	Imperatriz	259.337	Capital Regional C
Santa Inês	Santa Inês	89.489	Centro Sub-Regional A
Bacabal	Bacabal	104.790	Centro Sub-Regional A
Açailândia	Açailândia	113.121	Centro Sub-Regional B
Balsas	Balsas	95.929	Centro Sub-Regional B
Caxias	Caxias	165.525	Centro Sub-Regional B
Chapadinha	Chapadinha	80.195	Centro Sub-Regional B
Codó	Codó	123.116	Centro Sub-Regional B
Pinheiro	Pinheiro	83.777	Centro Sub-Regional B
Barra do Corda	Barra do Corda	88.492	Centro de Zona A

Fonte: IBGE (2020), adaptado pela autora (2022).

A rede urbana maranhense está engajada em diferentes níveis de centralidade urbana. No Norte, a polarização central de influência é exercida por São Luís, seguido de centralidades sub-regionais como Presidente Dutra, Chapadinha, Santa Inês, Caxias, Codó e Bacabal, além de diversos Centros de Zona locais. Já no sudoeste maranhense, a polarização central de Imperatriz se sobressai às demais centralidades sub-regionais como Açailândia, Porto Franco e Balsas. Estende-se ao extremo norte do estado do Tocantins, até os centros de Augustinópolis, Tocantinópolis e Araguatins.

A ocupação, sistematização e urbanização de Imperatriz se desenvolveu em paralelo à consolidação de recorrentes ciclos econômicos. A cidade teve como fatores estratégicos suas características geográficas naturais como o Rio Tocantins e a abundância de florestas e terras, além de fatores políticos e econômicos externos (FRANKLIN, 2008). Nesse cenário, Imperatriz desponta enquanto principal cidade do sul maranhense (**Mapas 6 e 22**), constituindo-se como um entreposto comercial, entre os estados do Pará, Tocantins e Piauí, o que justifica sua dinâmica regional, de concentração espacial e intercâmbios comerciais frequentes, sobretudo no setor terciário.

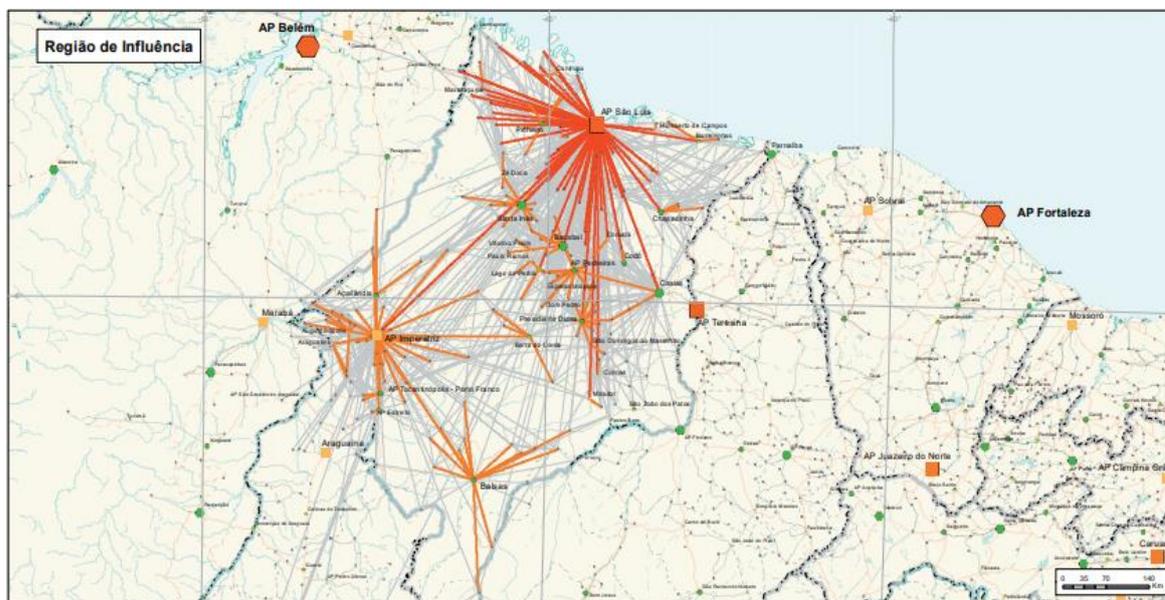
- A centralidade irradiada a partir da cidade de Imperatriz neste período recente, ou seja, após a década de 1980 também foi constatada em razão da complexa organização e participação do segmento dos serviços. Tem apresentado papel de destaque nesse cenário, principalmente, os serviços públicos e privados de saúde e os serviços de educação superior; [...]
- Esta influência dos serviços públicos de saúde tem se irradiado para fora da órbita da região Sulmaranhense, atendendo a uma vasta rede de cidades que é superior a 80 municípios. A centralidade destes serviços também se faz sentir em diversas localidades dos estados circunvizinhos do Tocantins e do Pará (SOUSA, 2015, p. 506).

O município de Imperatriz está localizado na Mesorregião do Oeste Maranhense. Trata-se da segunda maior cidade do estado do Maranhão. Destaca-se no cenário estadual, tanto em termos populacionais, como também em aspectos econômicos. A cidade se apresenta como uma das mais importantes no cenário econômico maranhense, responsável pela segunda maior arrecadação estadual.

Quando observada a capacidade de polarização e a influência de Imperatriz em todo o estado do Maranhão, a partir de sua rede urbana (**Mapa 20**), reitera-se seu papel como segunda principal cidade do estado. Sua atuação fica mais evidente

principalmente quando se considera a porção sul, a partir do papel que a cidade apresenta na oferta de serviços e capacidade de atrair diversos fluxos em sua direção.

Mapa 20 – Rede urbana do Maranhão



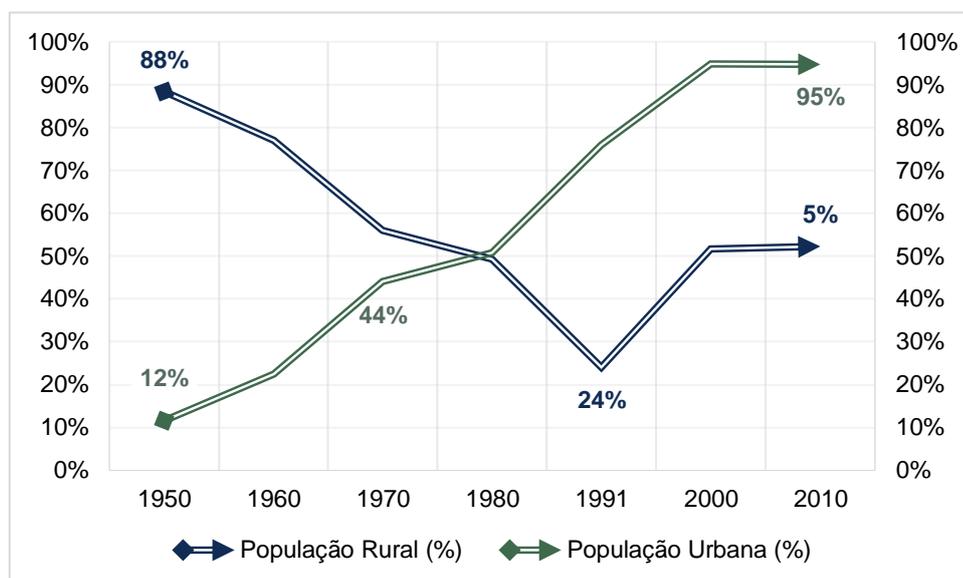
Fonte: IBGE (2020, p. 35).

Do ponto de vista econômico, Imperatriz conta com relevante participação no PIB do estado, contabilizando 7,60% no conjunto do PIB estadual, em 2015. Ocupa, assim, o 2º lugar no ranking estadual. A distribuição setorial do seu PIB corresponde a 0,77% na agropecuária, 34,78% na indústria e 64,45% nos serviços (IMESC, 2017).

O município de Imperatriz apresenta desde o início da década de 1980 a sua base econômica vinculada ao setor terciário em razão do desenvolvimento da atividade comercial (comércio atacadista e varejista), os serviços públicos e privados de saúde, à educação superior e atualmente a expressiva participação do segmento da construção civil (SOUSA, 2015, p. 33).

No atual período econômico comercial, desde a década de 1980, Imperatriz ultrapassou os 200 mil habitantes. Na década de 1950, apresentava uma população rural de 12.434 habitantes, equivalente a 88,41%, no conjunto da população total. Em 2010, contava com um percentual de 94,77% de pessoas concentradas em área urbana e apenas 5,23% residentes em áreas rurais (**Gráfico 18**). Esses dados evidenciam que, em um período de seis décadas, houve uma inversão da participação da população urbana, que pode ser explicada pelo fenômeno do êxodo rural, entre outros fatores.

Gráfico 18 – Evolução percentual da população urbana e rural de Imperatriz, Maranhão (1950-2010)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2020).

Em decorrência da expansão do comércio varejista e outros serviços vinculados à saúde e educação, sobretudo de Nível Superior, muitas cidades pequenas e regiões complementares estão sob a influência de Imperatriz. Em algumas situações, tais cidades são completamente dependentes para aquisição de bens e serviços oferecidos. Tal influência vai para além de seus limites territoriais, até mesmo do estado do Maranhão, chegando a municípios localizados em estados vizinhos como Tocantinópolis, Araguaatins, Axixá do Tocantins, entre outros.

Sousa (2009) salienta sobre a centralidade na atividade atacadista e varejista do segmento alimentício, em pesquisa realizada:

Sobre a procedência dos clientes que utilizam os produtos comercializados, no setor atacadista (30%) responderam que residem aqui mesmo em Imperatriz, enquanto (40%) dos clientes sondados, afirmam que são de cidades circunvizinhas do Estado do Maranhão, como Açailândia, Amarante, Montes Altos, João Lisboa, Campestre, Grajaú e Porto Franco. Sobre a procedência dos clientes do comércio atacadista de Imperatriz, (30%) dos entrevistados afirmam que vêm de outros Estados, principalmente do Pará e Tocantins, de cidades como Araguaatins, Esperantina, São Miguel e Axixá do Tocantins no Estado do Tocantins e Dom Eliseu, Rondon e Itinga no Estado do Pará (SOUSA, 2009, p. 203-204).

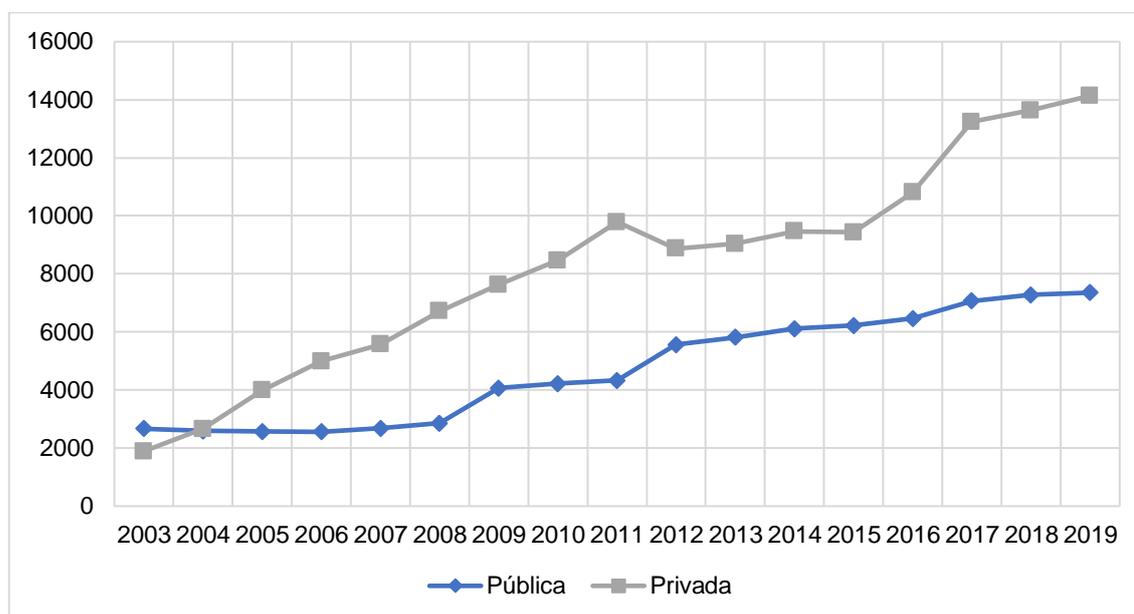
O REGIC 2007, em relação aos serviços de administração pública, classifica Imperatriz no quinto nível, seguindo São Luís, que está no quarto nível de Hierarquia Federal (IBGE, 2008). Essa classificação leva somente em consideração a presença

de níveis gerenciais para Poder Judiciário e Executivo. Ou seja, são duas instituições localizadas somente em São Luís e Imperatriz: a Agência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Poder Executivo, e o Foro do Tribunal Regional do Trabalho, que pertence ao Poder Judiciário. A localização desses órgãos dos dois poderes, encontradas em poucas cidades, contribui para a polarização regional, sobretudo de Imperatriz (ARAÚJO, 2016).

Grande centralidade vê-se, também, acerca dos serviços educacionais ofertados no município, principalmente de Nível Superior. Imperatriz dispõe de uma estrutura com 99 pré-escolas públicas e 42 privadas; 127 escolas de Ensino Fundamental públicas e 42 privadas; 31 escolas de Ensino Médio públicas e 10 privadas. Dentre essas instituições, destacam-se, no centro urbano, três escolas de Ensino Médio de grande porte: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), o Colégio Militar Tiradentes e o Colégio Graça Aranha (ARAÚJO, 2016).

Acerca da centralidade na oferta de serviços, destacam-se aqui os de educação de Nível Superior. Observa-se que há um aumento vertiginoso da oferta de cursos, pois o volume de matrículas, nessas instituições, mantém-se em ritmo crescente, principalmente no ensino privado (**Gráfico 19**). Isso deve-se a fatores como o financiamento de bolsas e a recente especialização produtiva do trabalho de Nível Superior na região, que atende ao local e regiões vizinhas.

Gráfico 19 – Evolução do número de matrículas no Ensino Superior, em Imperatriz, Maranhão (2003-2019)



Fonte: a autora (2022) a partir de dados do e-MEC (BRASIL, 2022).

Os dados indicam que, de 2003 a 2016, houve aumento de 275% no número de matrículas na Educação Superior pública em Imperatriz, um percentual significativo, mas ainda pequeno se comparado ao aumento de 750% de matrículas na rede privada. Os números indicam o papel desse serviço no quadro regional e, também, sugerem transformações nas reestruturações produtivas locais que desencadeiam novas ordens para geração de emprego e atração de fluxos de pessoas cotidianamente.

Estes indicativos são resultados do processo de intensificação da interiorização da Educação Superior no Maranhão que, a partir das últimas duas décadas reorganizou a estrutura hierárquica e polarizadora do estado do Maranhão e seus municípios vizinhos (Tocantins, Pará e Piauí) frente a capacidade de ampliação de recursos humanos em diversos níveis, principalmente na formação de professores, que é uma demanda histórica da região.

Dessa forma, o município oferta diferentes modalidades de ingresso ao Ensino Superior. Possui instituições públicas e privadas. O ensino público é representado por dois *campi* da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), dois *campi* da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o citado IFMA, que oferece cursos de graduação em Engenharia Elétrica, Física e Ciência da

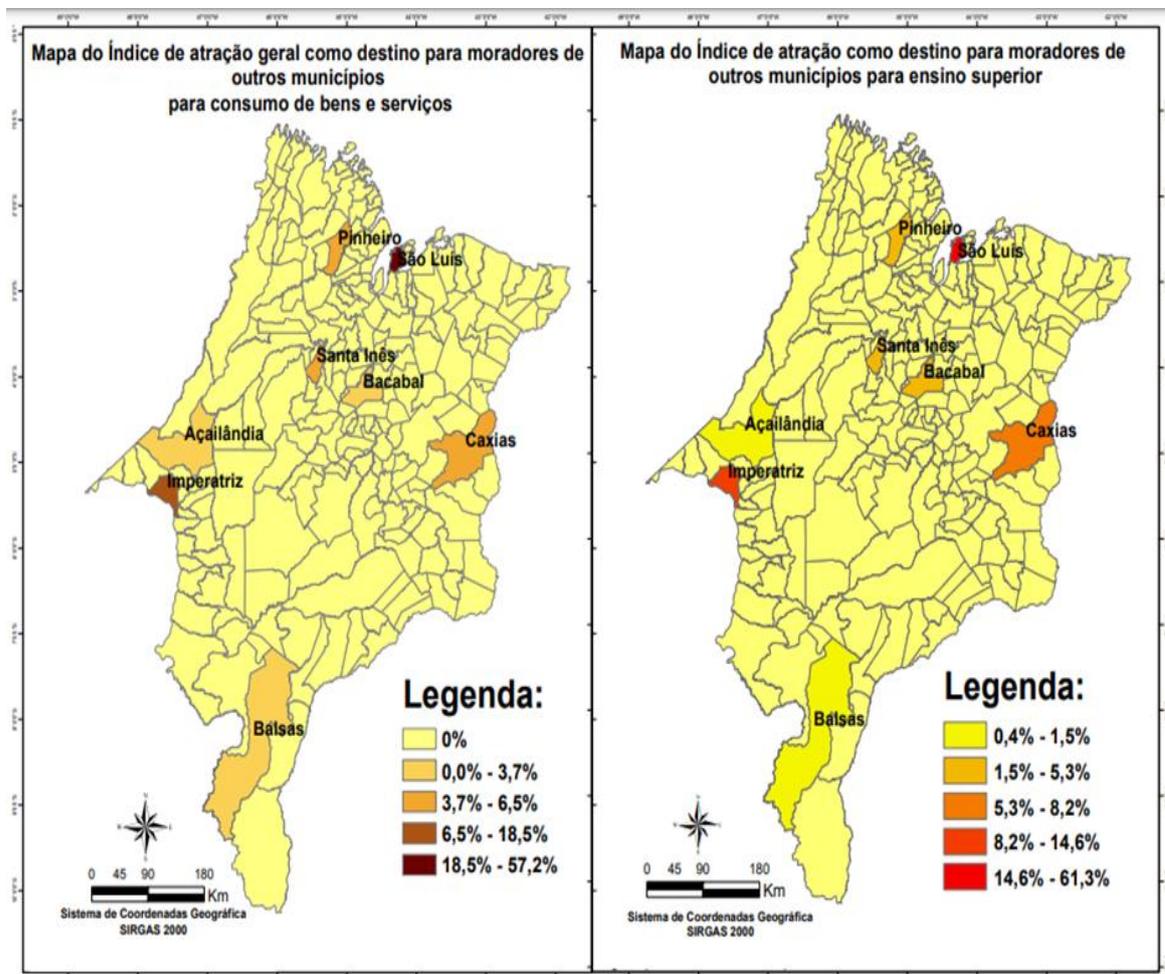
Computação. As universidades privadas, por sua vez, são: Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST), Faculdade de Imperatriz/Wayden (FACIMP), Faculdade Pitágoras de Imperatriz, Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA) e Universidade Ceuma (UNICEUMA) (ARAÚJO, 2016).

Tendo como base essas colocações, Imperatriz caracteriza-se como uma cidade média e de porte médio, vistos seu tamanho populacional de 259.980 habitantes (IBGE, 2021) e as funções exercidas regionalmente. Sobressaem-se aquelas funções vinculadas ao setor do comércio atacadista e varejista, assim como dos serviços, principalmente os ligados à saúde e educação.

Como já explicitado, as funções desempenhadas por Imperatriz alcançam uma vasta quantidade de cidades menores da região. Em alguns casos, esses outros municípios chegam a ser totalmente dependentes para a aquisição de mercadorias por atacado, máquinas pesadas, aparelhos eletroeletrônicos sofisticados (computadores, computadores portáteis, celulares, aparelhos de televisão etc.), assim como peças para máquinas em geral, dentre vários outros. Essa realidade faz a cidade estar no centro de um processo recente de metropolização.

Para melhor explicar as dinâmicas de construção desses níveis hierárquicos e de busca por bens e serviços entre as cidades, dentro de uma rede urbana estadual, o *REGIC* 2018 (IBGE, 2020) desenvolveu um índice de atração (IA) da cidade. Embora ele seja apenas um dos elementos de construção e análise da rede urbana, é fundamental para entender sua dinâmica. O índice (**Mapa 21**) é calculado a partir da relação entre população de origem e seu destino na busca pelo consumo de serviços o que resulta na capacidade de determinado município atrair pessoas para consumo de determinado produto.

Mapa 21 – Maranhão: índice geral de atração para consumo de bens e serviços diversos e Ensino Superior



Fonte: a autora (2022), com base em dados do REGIC 2018 (IBGE, 2020).

No Maranhão, esse índice contribui para reiterar o papel de centralidade e relevância de muitas cidades dentro do quadro urbano-regional. Quando observado o IA, tendo em vista o consumo de bens e serviços diversos, a capital São Luís aparece com o percentual de 57,2% de capacidade de atração estadual⁵, seguida de Imperatriz (18,5%), Caxias (6,5%), Pinheiro (3,7%) e Açailândia, Balsas, Bacabal e Santa Inês (todas com percentual inferior a 3,7%) (IBGE, 2020).

No sul do estado, apenas três cidades apresentam variáveis significativas de forma diversa: Açailândia, Imperatriz e Balsas, e as duas primeiras fazem parte da

⁵ Os valores do IA foram convertidos em percentuais para facilitar o entendimento. Para conferir a metodologia e o detalhamento do cálculo realizado para determinar o índice de atração, consultar as normas do REGIC (IBGE, 2020).

RMSM. Neste caso, o índice, constituído principalmente a partir de movimentos em torno de serviços da educação, Ensino Superior, emprego e comércio concentram expressivamente em apenas três cidades para toda a porção sul estadual, destacando as limitações estaduais na oferta destes serviços.

3.3. A Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense

O espaço urbano-regional é, em essência, contínuo e fluido, estruturado sobre interações dos mais diversos tipos e escalas, as quais se estabelecem tendo como alicerce posições geográficas complexas, que garantem a inclusão dos centros urbanos por meio de redes de transportes ou de comunicação. Essas redes conectam os centros e estabelecem níveis de hierarquia e dependência entre eles (SANTOS, 1993). Além disso:

[...] são firmadas em torno dos centros que exercem influências regionais, sub-regionais, microrregionais e, até mesmo, dos centros locais, cuja incapacidade de oferecer bens e serviços é, geralmente, compensada pela posição geográfica junto a essas redes e pela proximidade espacial com os centros que possuem uma mais ampla oferta de funções urbanas (BESSA; LUZ, 2020, p. 10).

Tais particularidades, visualizadas a partir das redes e, conseqüentemente, das influências que as cidades exercem em toda a região, na medida em que organizam o espaço, possibilitam não somente compreender o funcionamento das estruturas regionais e debilidades nelas encontradas. Propiciam também, e sobretudo, o estabelecimento de estratégias de melhorias dos dinamismos regionais. Assim, o desenvolvimento das redes urbanas, a partir da influência e/ou convergência de uma ou várias cidades, permite que, ao longo dos anos, resulte-se em conturbações municipais e até mesmo processos de metropolização.

Embora existam divergências quanto ao conceito de *região metropolitana*, o IBGE (2022) informa que esta pode ser considerada como ampla área composta de um núcleo urbano densamente povoado, conectando-se a suas áreas vizinhas menos povoadas. Tal aglomerado urbano concentra não apenas expressivo contingente populacional, mas também a oferta de serviços e a atuação dos setores econômicos. Esse conceito é fundamental para que possamos entender o papel urbano-regional

de Imperatriz frente a 22 municípios, mas também, além disso, a constituição da RMSM, em 2005, que tem a cidade como principal núcleo.

Para Freitas (2010), alguns conceitos devem ser entendidos para o entendimento do que seria uma região metropolitana: região, metrópole, urbanização, conurbação e metropolização. O primeiro deles refere-se à *região*, um conceito clássico da Geografia. Nesse caso, uma região se trata de uma área contínua com características de homogeneidade relacionadas ao domínio de um determinado aspecto, seja ele natural ou construído, econômico ou político. Esse aspecto personaliza e diferencia uma região das demais.

A região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico. Ao geógrafo cabe desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua configuração (GOMES, 1995, p. 57).

A metrópole refere-se a uma cidade *mãe* (com uma área urbana de um ou mais municípios) que exerce forte influência sobre o seu entorno. Ela polariza em si complexidade funcional e dimensões físicas que a destacam numa rede de cidades e no cenário urbano-regional (FREITAS, 2010).

Uma *aglomeração urbana* se forma quando duas ou mais cidades passam a atuar como um “minissistema urbano” em escala local, ou seja, seus vínculos se tornam muitíssimo fortes. [...] Se uma das cidades que formam uma aglomeração urbana crescer e se destacar demais, apresentando-se como uma cidade grande e com uma área de influência econômica, pelo menos, regional, então não se está mais diante de uma simples aglomeração, mas de uma *metrópole* (SOUZA, 2003, p. 32-33, grifos do autor).

Freitas (2010) descreve o processo de *conurbação* como a formação de uma cidade (ou um núcleo com um conjunto de cidades), no sentido geográfico, sobretudo físico, a partir da fusão das áreas urbanas de vários municípios limítrofes. Constitui uma *mancha urbana* única e contínua, com grandes dimensões, ultrapassando os limites político-administrativos de cada uma das localidades integrantes (FREITAS, 2010).

A metropolização, ou o seu processo, ocorre a partir da polarização de uma região em torno de uma grande cidade, em dimensões físicas, sobretudo populacional, caracterizando-se pela alta densidade demográfica e alta taxa de

urbanização. Essa grande cidade, também chamada de *metrópole*, constitui um núcleo, ao redor do qual há várias outras cidades sob sua direta influência, mantendo forte relação de interdependência econômica e notório movimento pendular de sua população (FREITAS, 2010).

Em seu artigo 2º, inciso VII, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, estabelece a região metropolitana como uma “aglomeração urbana que configure uma metrópole” (BRASIL, 2015, p. 2). A mesma lei define metrópole, no inciso V do mesmo artigo, como um “espaço urbano com continuidade territorial que [...] tem influência [...] sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional” (BRASIL, 2015, p. 2).

Já Braga e Carvalho (2004) têm por região metropolitana um aglomerado urbano formado por municípios que dispõem de autonomia administrativa, embora configurem integração física e funcional, e formem uma *mancha urbana* prolongada. Além disso, esse conceito deve, necessariamente, extrapolar a mera definição legal (BRAGA; CARVALHO, 2004).

Na mesma direção, Santos (1993) defende que o fenômeno da metropolização corresponde à macro urbanização, e apenas as aglomerações urbanas com mais de um milhão de habitantes deveriam merecer tal denominação, o que direciona ao entendimento desse conceito de forma mais *natural*, e não como subproduto de arranjos meramente institucionais. Corroborando com essas ideias, Freitas (2010) enumera alguns princípios referenciais que devem ser considerados para a caracterização de uma região metropolitana:

- a) grande concentração populacional urbana, igual ou superior a 1 milhão de habitantes;
- b) conurbação (*mancha urbana* contínua entre municípios limítrofes) ou forte tendência à ocorrência desse fato, a longo prazo;
- c) alto grau de urbanização em cada município da região, evidenciando população municipal urbana igual ou superior a 80% e participação formal nos setores secundário e terciário superior a 65% do total de pessoas empregadas;
- d) polarização dentro de uma rede de cidades, caracterizada por interações entre os centros urbanos;
- e) destaque no cenário estadual e nacional, baseado na oferta de bens e serviços, diversificados e especializados;

f) existência de relação funcional de interdependência relativa e evidentes fluxos migratórios de natureza pendular, assim como diversos aspectos sociais, econômicos, de infraestrutura e serviços urbanos.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 25, passou aos estados a competência de poder criar regiões metropolitanas:

[...] Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (BRASIL, 2016 [1988], p. 30).

Conforme o texto oficial, há, de forma inevitável, a transposição para os estados do poder de organizar unidades regionais, na forma de regiões metropolitanas ou mesmo aglomerações urbanas, desde que sejam constituídas pelo agrupamento de municípios limítrofes. Contudo, o texto legal gera imprecisões quanto ao gerenciamento de tais recortes e mesmo a sobreposição do que se pode considerar como *regiões de desenvolvimento* com *regiões metropolitanas*.

Uma vez que cada unidade da federação estabelece os seus próprios critérios referenciais para instituir uma região metropolitana, criou-se, assim, a possibilidade de distorções e grandes diferenças, quantitativa e qualitativamente, entre regiões. Abre-se a possibilidade, portanto, para casos de não atendimento aos principais conceitos definidores do que seja região metropolitana. Sobre esse ponto, Freitas afirma que:

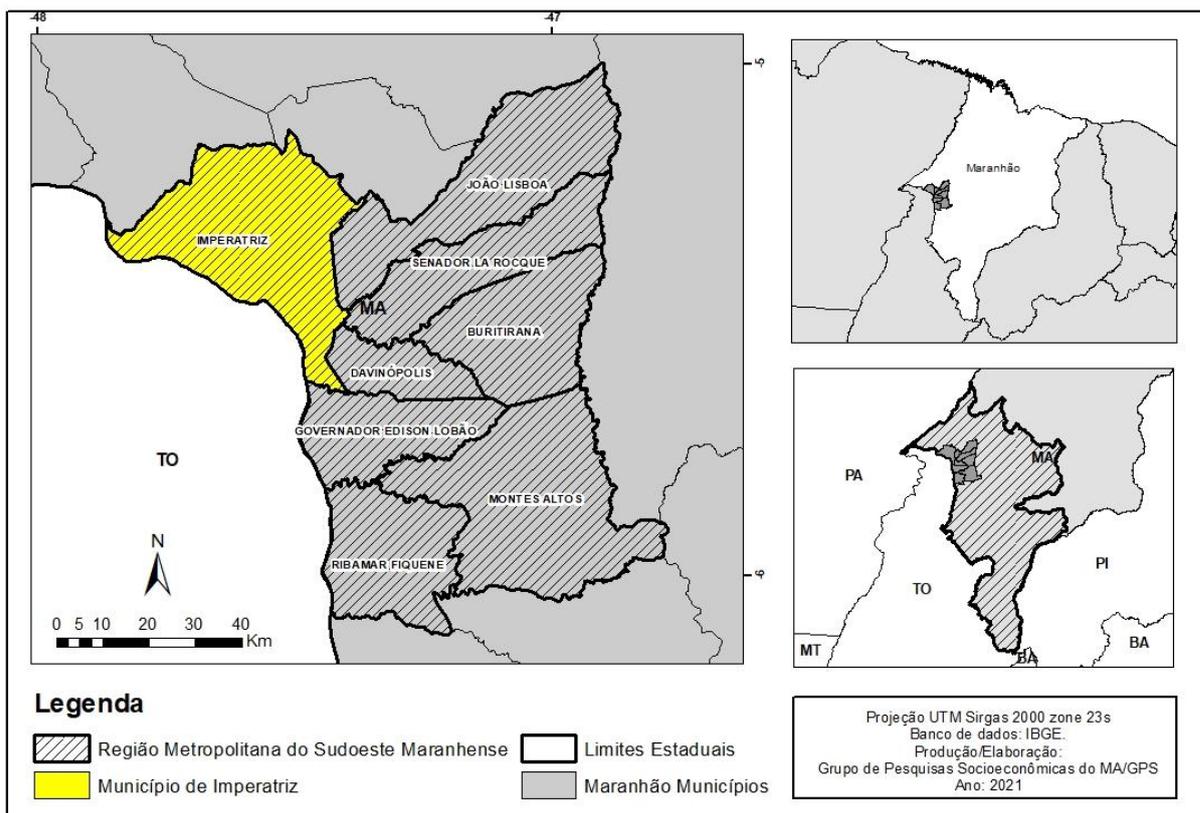
uma Região Metropolitana não se cria, apenas pode ser reconhecida, enquanto fenômeno geográfico, e institucionalizada, com o objetivo de implantação de gestão comum, onde já existe e é facilmente identificada por teóricos e pela própria população (FREITAS, 2010, p. 9).

Considerando o papel de destaque de Imperatriz, enquanto cidade média polarizadora sobre uma série de municípios, e com vistas à criação de uma agência com políticas de desenvolvimento para determinado grupo de municípios, o estado do Maranhão estabeleceu, ainda no ano de 2004, as discussões para a criação de sua primeira região metropolitana fora da área limítrofe da capital, São Luís. A RMSM foi criada por meio da Lei Complementar Estadual do Maranhão nº 89, de 17 de novembro de 2005, sendo definida como uma “[...] unidade organizacional

geoeconômica, social e cultural, constituída [...]” (MARANHÃO, 2005, p. 1), inicialmente, pelo agrupamento de oito municípios, quais sejam: Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos e Ribamar Fiquene.

A primeira constituição da RMSM tinha como principal elemento a conturbação existente entre os municípios de Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão e Ribamar Fiquene, mais o município de Montes Altos (**Mapa 22**). Neste recorte inicial, há o agrupamento de municípios não só que fazem parte da então Microrregião de Imperatriz, mas também da atual Região Geográfica Imediata de Imperatriz.

Mapa 22 – Mapa dos municípios da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (2005)



Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2021).

O objetivo principal da criação da RMSM é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, visando ao desenvolvimento econômico e social da região. Tais funções relacionam-se a quatorze campos de atuação, todos voltados para superar debilidades históricas, que

vão desde melhorias no sistema viário e no transporte de bens e pessoas até estímulos à educação e capacitação de recursos humanos (MARANHÃO, 2005).

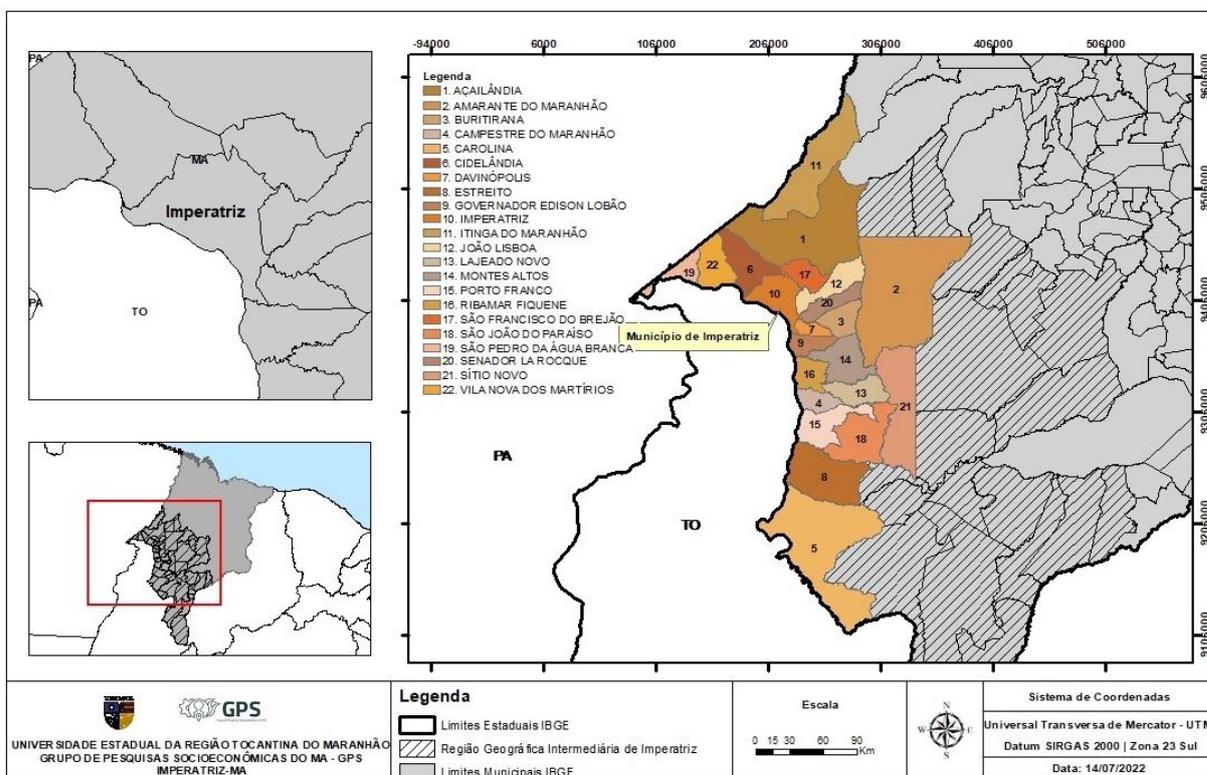
Portanto, considerando o contexto periférico e as enormes desigualdades compartilhadas, a proposta de desenvolvimento da região metropolitana surge como uma determinação política do estado do Maranhão. Pensa-se no avanço de maior integração intermunicipal, através da superação de deficiências compartilhadas, boa parte delas centradas na oferta de serviços essenciais, melhoramento de infraestrutura e crescimento econômico.

Em seu artigo 2º, a Lei Complementar de 2005 evidencia que a ampliação da RMSM está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:

- I – Evidência ou tendência de conturbação;
- II – Necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;
- III – Existência de relação de integração funcional de natureza socioeconômica ou de serviços (MARANHÃO, 2005, p. 1).

Embora nem sempre esses critérios estejam claros, quanto aos municípios que, de fato, fazem parte, ou mesmo na condução política por trás da constituição da região metropolitana, no ano de 2017, com a Lei Complementar nº 204, de 11 de dezembro, ampliou-se o número de municípios da RMSM de oito para 22 (**Mapa 23**). Além disso, essa legislação também cria o Colegiado Metropolitano da RMSM (MARANHÃO, 2017).

Mapa 23 – Mapa dos municípios da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (2017)



Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (2022).

Dessa forma, a região passou a ser composta pelos seguintes municípios: Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos, Ribamar Fiquene, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca, Cidelândia, São Francisco do Brejão, Açailândia, Itinga do Maranhão, Carolina, Sítio Novo, Amarante do Maranhão, Campestre do Maranhão, Porto Franco, Estreito, São João do Paraíso e Lajeado Novo (MARANHÃO, 2017).

Contudo, a Lei Complementar nº 89, de 2005, em seu artigo 4º, compreende, para o âmbito metropolitano, o território que compreende a cidade e a zona rural. E considera, para as cidades no conjunto da metropolização, aquelas áreas conturbadas ou não (MARANHÃO, 2005).

Embora a maioria dos 22 municípios que agora fazem parte da RMSM seja resultado de processos de desmembramentos municipais ocorridos no passado e já ter compartilhado a mesma unidade territorial que Imperatriz, não há, necessariamente, conurbação urbana entre todos eles. No que compete à

urbanização, alguns possuem uma baixa taxa (**Tabela 2**), como o caso de São João do Paraíso, Amarante do Maranhão, Buritirana, Sítio Novo e São Francisco do Brejão.

A RMSM tem Imperatriz como seu principal núcleo urbano (**Tabela 2**). Embora faça divisa com os municípios de Cidelândia e São Francisco do Brejão, Imperatriz apresenta conurbação com os municípios de João Lisboa, Senador La Rocque, Davinópolis, Governador Edison Lobão e Ribamar Fiquene. O município mais próximo é João Lisboa, com 12 km de distância; e o mais distante, Carolina, com 214 km de distância. É salutar destacar que, com exceção de Imperatriz, que apresenta taxa de urbanização de 90%, todos os demais municípios apresentam percentuais bem inferiores.

Tabela 2 – Dados socioeconômicos dos municípios pertencentes à Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense

Municípios	População (2020)	Área (km ²)	Distância até Imperatriz	População residente área urbana (2010)	Taxa de urbanização (2010) em %
Açailândia	113.121	5.806,4	67 km	78.237	69,16
Amarante do Maranhão	41.729	7.438	110 km	15.004	35,96
Buritirana	15.467	818,4	67 km	4.146	26,81
Campestre do Maranhão	14.453	615,4	78 km	10.621	73,49
Carolina	24.165	6.441,6	214 km	16.237	67,19
Cidelândia	14.777	1.464	70 km	6.036	40,85
Davinópolis	12.916	336	15 km	10.487	81,19
Estreito	42.527	2.719	125 km	25.778	60,62
Governador Edison Lobão	18.520	615,8	30 km	6.957	37,56
Imperatriz	259.337	1.369	-	234.547	90,44
Itinga do Maranhão	26.068	3.581,7	124 km	17.640	67,67
João Lisboa	23.740	636,9	12 km	15.336	64,6
Lajeado Novo	7.602	1.047,7	142 km	3.194	42,02
Montes Altos	9.111	1.488,3	65 km	5.126	56,26
Porto Franco	24.092	1.417,5	101 km	16.866	70,01
Ribamar Fiquene	7.825	750,6	51 km	3.677	46,99
São Francisco do Brejão	11.941	745,6	66 km	4.836	40,5
São João do Paraíso	25.996	2.053,8	142 km	5.276	20,3

São Pedro da Água Branca	12.735	720,5	153 km	10.712	84,11
Senador La Rocque	14.050	1.236,7	26 km	8.739	62,2
Sítio Novo	18.160	3.114,9	111 km	5.139	28,3
Vila Nova dos Martírios	13.598	1.188,8	114 km	6.188	45,51
Total	751.930	45.607	-	510.779	-

Fonte: a autora (2022) a partir de dados do IBGE (2020).

De acordo com o art. 4º da Lei Complementar nº 89/2005, cabe ao Colegiado Metropolitano, com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RSMS, especificar as funções públicas de interesse comum aos municípios que integram a região. Para tanto, dentre os campos fundamentais para o desenvolvimento da região, o parágrafo 1º, inciso XII, estabelece a “educação e capacitação dos recursos humanos” (MARANHÃO, 2005, p. 2). Nesse caso, a educação é entendida sob múltiplas formas, em especial quanto à formação de professores. Amplia-se o quadro de possibilidades de desenvolvimento regional, à medida que parte significativa desses profissionais passa a se qualificar e atuar no estado.

A RMSM abrange os mesmos municípios que a Região Tocantina do Maranhão, outro projeto de regionalização e desenvolvimento comum entre os municípios membros, que tem Imperatriz como cidade polarizadora. Conforme se pode observar na **Tabela 2**, juntos, todos os municípios pertencentes à região totalizam mais de 45 mil km² de área e mais de 700 mil habitantes, sendo mais de 500 mil somente na área urbana, além de somarem quase R\$ 15 milhões ao ano de PIB. Tem-se, assim, a segunda área de maior relevância socioeconômica do estado do Maranhão, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de São Luís.

Importante aspecto, no contexto dessa metropolização definida por lei estadual, está no fato de que ela tem como estratégia a intensificação da interiorização da Educação Superior. Trata-se da formação de recursos humanos como um dos objetivos prioritários para tal região metropolitana. Nesse sentido, destaca-se a criação, no final de 2016, da segunda universidade pública estadual do Maranhão, a UEMASUL, que tem como abrangência os mesmos municípios da RMSM (MARANHÃO, 2016).

A criação da UEMASUL estabelece-se, no quadro urbano-regional, como principal instrumento para viabilizar a propositura de difusão da formação de recursos

humanos, preconizada pela lei estadual. Nesse contexto, a nova instituição expressa-se como importante componente de regionalização, por meio da Educação Superior.

Imperatriz se apresenta como muito mais do que o centro de fluxos e agentes que circundam a sua região de influência. Ela pode ser compreendida a partir do entendimento coletivo de um centro urbano que reflete, na história do sul do estado do Maranhão, importante ponto de conexões, interações entre diversos sujeitos que nela residiriam. Seu desenvolvimento se confunde com o sudoeste maranhense. Os 22 municípios que fazem parte de tal área se confundem com a própria história compartilhada, fruto de transformações espaciais que não podem ser vistas de forma isolada.

Nesse contexto, e com base nas discussões teóricas e no próprio referencial metodológico apresentado pelo *REGIC*, Imperatriz, enquanto Capital Regional C, apresenta-se como a principal cidade média no sul do Maranhão, seguida das cidades de Açailândia e Balsas. Estas, embora possuam suas próprias regiões geográficas imediatas, estão subordinadas à região geográfica intermediária de Imperatriz, o que demonstra o papel da cidade na reorganização do espaço urbano-regional e na centralidade regional.

A conexão e a conurbação, em boa parte dos municípios do sudoeste maranhense, permitiram, a partir da centralidade de Imperatriz, a constituição da RMSM, em 2005, e sua reformulação em 2017. Ainda que não seja objeto deste trabalho e não se tenha feito análise profunda desta questão, parece-nos que não são tão claros os elementos apresentados por Freitas (2010) para a composição de uma região metropolitana.

Apesar de que seja salutar destacar a autonomia que os estados possuem para a criação de suas próprias regiões metropolitanas, enfatiza-se que a RMSM é resultado de articulação política. Tem por objetivo, em uma área com processo de formação em comum e forte influência de Imperatriz, tornar-se uma zona de desenvolvimento a partir da criação de estratégias específicas.

No âmbito dessa conjuntura, embora seja discussão a ser realizada em outro capítulo deste trabalho, a ampliação dos municípios da RMSM, em 2017, é coincidente com a intensificação da interiorização da Educação Superior no Maranhão, a partir da criação da UEMASUL nestes mesmos 22 municípios que compõem a área em

questão. A Educação Superior é, assim, um dos principais serviços que evidenciam a relevância de Imperatriz em todo o interior do estado.

A estes aspectos, a análise do desenvolvimento e conseqüente interiorização da Educação Superior do Maranhão, expressa no **Capítulo 4**, contribuirá, significativamente, não apenas para obtenção de um dos objetivos deste trabalho, mas também e sobretudo para entendermos toda a relevância e particularidades dos diálogos aqui estabelecidos.

Capítulo 4

DESENVOLVIMENTO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E MARANHÃO

O processo de interiorização da educação superior no Maranhão embora seja recente, tem sido lento e rarefeito. Ele reflete não só a realidade de um dos estados mais pobres do país, mas também uma característica do próprio Brasil. Isso implica em considerarmos um desenvolvimento da educação superior tardia, lenta e rarefeita no território nacional.

Embora o objetivo deste capítulo não seja esgotar os diálogos acerca do desenvolvimento da educação superior no Brasil e a interiorização dela no Maranhão, ele se faz pertinente na medida que aponta elementos sobre a caracterização histórica da educação no país e no Maranhão e reitera como esse processo recente ainda deixa marcas significativas de concentração e rarefação na oferta do ensino superior.

No Maranhão a educação superior inicia-se somente no final da década de 1970 tendo somente na década de 1980 sua efetivação. O interior do estado tem ao longo dos anos que seguem apenas a criação de pequenos núcleos de ensino, quase que exclusivamente voltados para a formação de professores e para apenas alguns grupos de licenciaturas. Esta realidade vai perdurar até a metade da década de 2000.

Neste sentido, o presente capítulo tem por objetivo evidenciar o desenvolvimento da educação superior no Brasil tendo como enfoque principal a interiorização da educação superior no Maranhão. Neste capítulo evidenciaremos o desenvolvimento da educação no Maranhão como componente macro explicativo para os diálogos expressos no nosso último capítulo.

Assim, o presente capítulo, seguindo a estrutura dos anteriores, está dividido em três tópicos, o primeiro deles “*contexto histórico e características do Ensino Superior no Brasil*” aborda a gênese do desenvolvimento da educação superior no Brasil, evidenciando principalmente o seu caráter tardio com que se apresenta. Em seguida, em “*políticas e ações afirmativas de expansão do Ensino Superior no Brasil*” discute-se o papel das políticas educacionais na expansão da educação superior e da

própria ciência no Brasil o que de forma direta e também indireta vai estimular que em níveis estaduais modificações também ocorram.

Por fim, de forma mais específica, é apresentado “*aspectos do desenvolvimento e interiorização da Educação Superior no Maranhão*” buscando em uma linha do tempo situar os principais acontecimentos que contribuem para tal processo.

4.1 Contexto histórico e características do Ensino Superior no Brasil

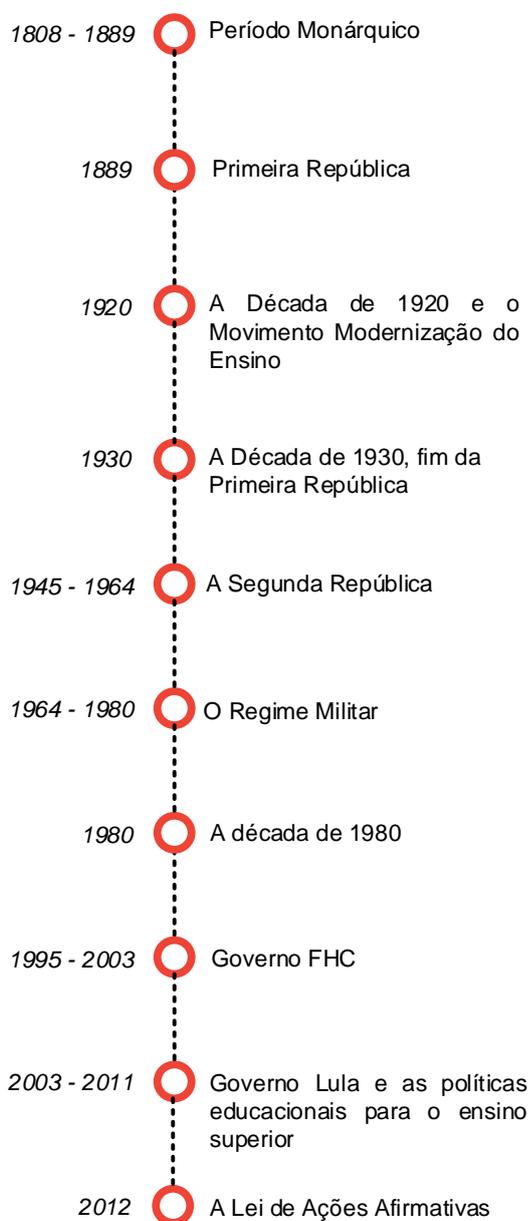
A consolidação do Ensino Superior no Brasil ocorreu de forma mais tardia em comparação com outras nações da América Latina, que já haviam estabelecido suas primeiras universidades durante o período colonial, nos séculos XVI e XVII. Isso se deve, em parte, à posição desfavorável dos portugueses em relação à criação de escolas superiores e universidades no país, ao contrário do que ocorreu nas colônias hispânicas (NEVES; MARTINS, 2016; SAMPAIO, 1991).

Ao longo do século XIX, a Coroa manteve a tradição portuguesa do monopólio do ensino superior, resistindo à pressão da Igreja para a criação de estabelecimentos católicos. O sistema expandiu-se muito lentamente e, no final desse período, que termina com a Proclamação da República, em 1889, não havia mais de 24 escolas de formação profissional (Teixeira, 1969), todas de iniciativa da Coroa e independentes da Igreja. Foi a disseminação das idéias positivistas entre as lideranças republicanas que, no final do século, contribuiu para abrir o sistema a outras iniciativas que não as do governo central, inclusive ainda dentro do modelo de escolas, isoladas com base, destinadas à formação de profissionais liberais (DURHAM, 2005, p. 195).

A evolução do modelo de Ensino Superior Brasileiro não ocorreu de forma linear. Dispôs de uma trajetória própria, com constantes rupturas no que diz respeito, sobretudo, aos aspectos que circundam sua relação com o Estado, visto que os contextos político, econômico, social e cultural influenciaram, em maior ou menor escala, a existência da multiplicidade de instituições e recursos que formam o sistema de Educação Superior hoje, na contemporaneidade (NEVES; MARTINS, 2016; SAMPAIO, 1991). Além disso, o Ensino Superior Brasileiro foi, por mais de um século, de 1808 até 1934, concentrado somente à formação tradicional de profissionais liberais como juristas, médicos e engenheiros (BARREYRO, 2008; CUNHA, 2007; DURHAM, 2003; SAMPAIO, 1991; SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Segundo Durham (2003), a trajetória de democratização e expansão do sistema de Educação Superior Brasileiro perpassa por uma periodização histórica, com nove datas-chave de grande relevância para a evolução do Ensino Superior, datas relacionadas, sobretudo, a importantes períodos de transição política, econômica e social no país, sendo estas: 1808-1889, 1889, 1920, 1930, 1945-1964, 1964-1980, 1980, 1995-2003, 2003-2011 e 2012, conforme pode se observar (**Figura 9**).

Figura 9 – Periodização histórica de evolução do Ensino Superior no Brasil



Fonte: a autora (2023).

Em 1808, o Brasil se eleva à condição de Reino, com a transmigração da Corte Portuguesa, dando espaço de constituição para as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES), denominadas, no período, de escolas superiores, como a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar, que tinham como objetivo apenas fornecer cenários profissionais de desempenho para diversas funções ocupacionais na Corte (NEVES; MARTINS, 2016). Entre 1808 e 1889, foram criados 19 cursos de graduação voltados à formação de juristas, médicos, engenheiros e às artes. O objetivo, na época, era a constituição e formação de uma elite aristocrática na Corte Portuguesa (CUNHA, 2007; DURHAM, 2003; ZAMBELLO, 2015).

No ano de 1900, o país contava com aproximadamente 24 IES. Porém, durante a década de 1920, a industrialização promoveu importantes mudanças econômicas, culturais e urbanas, que culminaram na implementação de reformas educacionais abrangentes. Entre as principais medidas adotadas, destaca-se a ampliação do ensino público primário, com foco na universalização e gratuidade do acesso (CUNHA, 2007; DURHAM, 2003; AGAPITO, 2016; SAMPAIO, 1991).

Esse movimento de modernização do ensino, articulado na década de 1920, foi proposto também ao Ensino Superior, tendo como objetivo substituir o sistema já existente (SANTOS; CERQUEIRA, 2009). Propunha-se uma reformulação por completo do sistema de Ensino Superior, substituindo as escolas de Ensino Superior autônomas por universidades, com espaço e capacidade técnica para o desenvolvimento das ciências básicas e pesquisa científica (BARREYRO, 2008).

Entretanto, as primeiras universidades no Brasil só foram criadas em meados da década de 1930 (**Quadro 4**). A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935, tiveram grande destaque. Identifica-se também que foram constituídas com a composição de escolas já existentes, ou seja, sem nenhum projeto associado no período, a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, a Universidade de Minas Gerais, criada em 1927, e a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, criada em 1932 (ZAMBELLO, 2015).

Quadro 4 – Data de criação das primeiras universidades brasileiras

Universidade	Data de Criação
Universidade do Rio de Janeiro	1920
Universidade de Minas Gerais	1927
Universidade Técnica do Rio Grande do Sul	1932

Universidade de São Paulo	1934
Universidade do Distrito Federal	1935-1939

Fonte: Barreyro (2008) e Cunha (2007), adaptado pela autora (2023).

O fim da década de 1930 é marcado pelo fim da República Velha, com o regime revolucionário de Getúlio Vargas (1937), que se estendeu até 1945. A reforma de governo instituída por Vargas (1937-1945) criou as universidades e definiu o formato legal e normativo pelo qual devem se estabelecer as IES que chegassem a ser desenvolvidas e criadas no Brasil, sem anular a autonomia das escolas privadas e nem a existência das escolas autônomas (DURHAM, 2003; SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Com o aprofundamento da industrialização, diante do pós-guerra (1939-1945), consolidou-se a percepção do Estado de que o Brasil era carente e precisava de quadros profissionais mais complexos, com formação acadêmica universitária, a fim de enfrentar o atual processo de desenvolvimento econômico no qual estava posto. Não obstante, durante o período da Segunda República (1945-1964), o crescimento do sistema de Ensino Superior evoluiu a passos lentos até a década de 1960. Nesse intervalo, foi proposta pelo governo federal a constituição de uma rede de universidades federais públicas/gratuitas, compreendendo quase todos os estados da Federação, e a criação da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, a primeira de uma extensa rede de universidades católicas (SAMPAIO, 1991; 2000).

Segundo Sampaio (2000, p. 70-71), “entre 1946 e 1960, foram criadas 18 IES públicas e 10 IES privadas. Esse período é visto como uma das primeiras experiências de expansão do sistema de ensino superior, mesmo diante do grande índice de universidades privadas”. Movimentos importantes se instauram no período, como o movimento estudantil, que tinha como objetivo levar à frente a proposta de uma reforma significativa e profunda no sistema educacional, visando reorganizar toda a estrutura existente (NEVES; MARTINS, 2016; SANTOS; CERQUEIRA, 2009; DURHAM, 2003; SAMPAIO, 2000; 1991).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), votada em 1961, também foi outra experiência prática de expansão, que objetivava estabelecer os mecanismos de controle da expansão do Ensino Superior e a base curricular a ser trabalhada pelas instituições. A lei, a princípio, atendia majoritariamente aos anseios

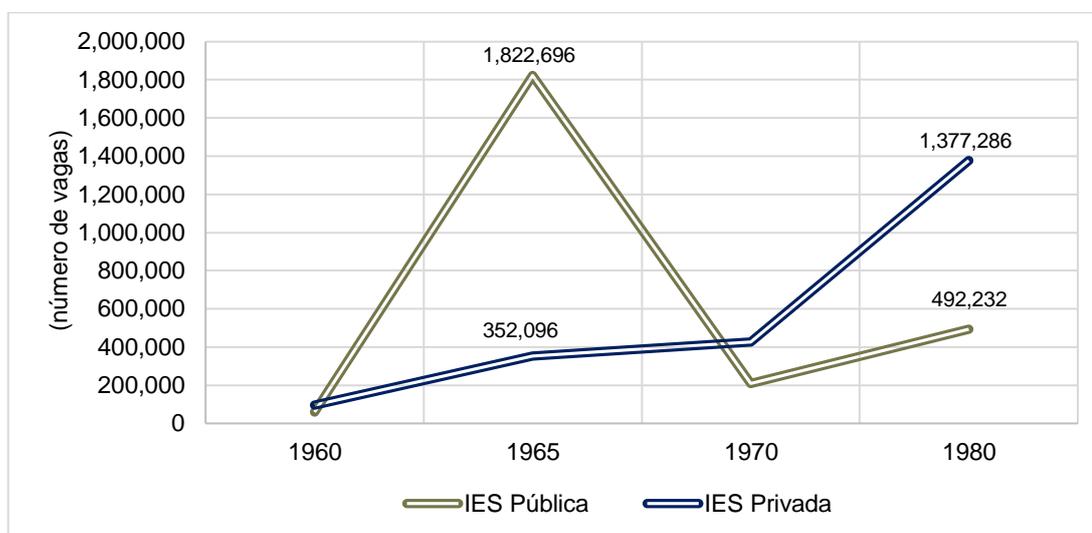
do setor privado conservador, algo que acabou por ampliar a estrutura de ensino privada até hoje existente (SAMPAIO, 2000; 1991).

Entre 1964 e 1980, o Brasil viveu sob regime militar. O movimento estudantil foi o principal meio de resistência, com a universidade pública sendo sua base. Em 1968, houve manifestações e reivindicações por mudanças políticas, sociais e culturais, que foram reprimidas pelo governo autoritário. Isso levou à destruição do movimento estudantil e à vigilância militar constante sobre as universidades, por dez anos (SAMPAIO, 1991; 2000).

Após a extinção do movimento estudantil, o governo militar viabilizou o início de uma profunda reforma no Ensino Superior, promovendo a reformulação do sistema de ensino no Brasil. A reforma tinha como finalidade viabilizar as seguintes mudanças: fim da autonomia das faculdades, criação dos institutos, introdução de faculdades e escolas ao sistema de crédito, ciclo básico antes da formação profissional, extinção da cátedra, garantia da representação discente e docente, ingresso contínuo por carreiras, bem como currículos mínimos fixados (NEVES; MARTINS, 2016; SANTOS; CERQUEIRA, 2009; DURHAM, 2003).

Para incentivo à pesquisa, foi criado um programa de apoio à pós-graduação e pesquisa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e também o Conselho Nacional de Pesquisas, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No entanto, tais projetos de reforma não aconteceram de fato. O que se observou, durante o período, na verdade, foi um aumento significativo de matrículas em cursos tradicionais, nas IES privadas, em contraposição a uma queda vertiginosa nas IES públicas (**Gráfico 20**).

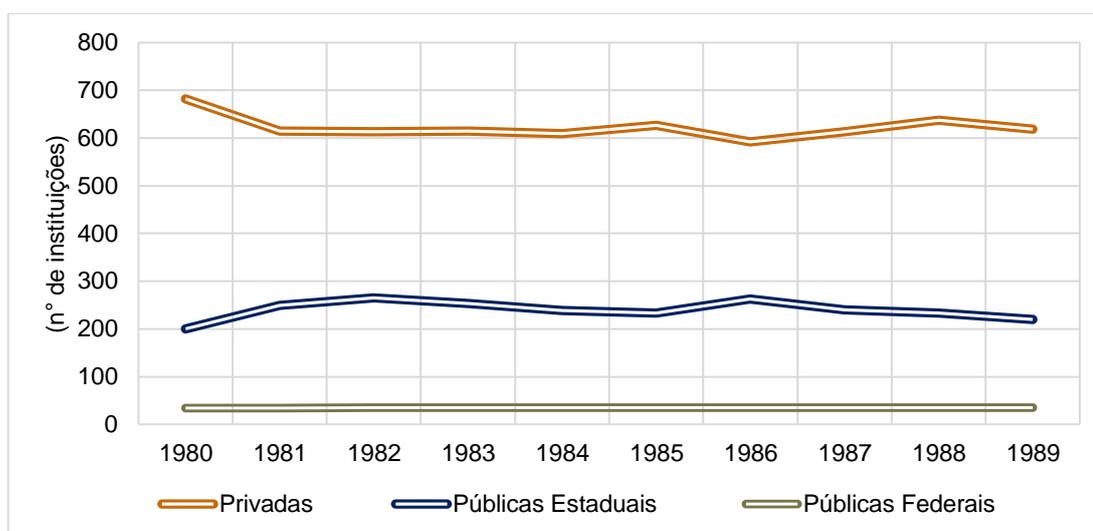
Gráfico 20 – Evolução do número de vagas em IES públicas e privadas (1960, 1965, 1970 e 1980)



Fonte: Durham (2003), adaptado pela autora (2023).

Por outro lado, na década de 1970, diante do grande desenvolvimento econômico chamado de *milagre econômico*, tanto as universidades públicas quanto as privadas foram bastante beneficiadas com os resultados das políticas econômicas do regime militar. Assim, diferente do que aconteceu em muitos países de viés totalitário, o regime militar no Brasil, sob a repressão política, promoveu, em larga escala, o Ensino Superior, tanto público quanto privado. O aumento de matrículas, no período, sobretudo no setor privado, está consideravelmente associado ao crescimento econômico e às novas oportunidades de trabalho no setor industrial e técnico da economia (SANTOS; CERQUEIRA, 2009; DURHAM, 2003).

A década seguinte foi marcada pela crise econômica, recessão e processo de transição política do regime militar para a democracia. No período em destaque, tanto o setor público quanto o privado foram atingidos pela estagnação do Ensino Superior e por propostas de reformulação do sistema de Ensino Superior, a pedido da Assembleia Constituinte de 1985 (DURHAM, 2005). As universidades públicas federais, em termos quantitativos, em número de instituições, pouco cresceram nesse período, em comparação com as instituições estaduais (mantidas pelas unidades federativas) e privadas (**Gráfico 21**). Segundo Durham (2005), entre 1980 e 1989, foram criadas 19 universidades privadas e 45 federais e instituições integradas.

Gráfico 21 – Número de IES: rede pública e privada (1980-1989)

Fonte: Barreyro (2008) e Cunha (2007), adaptado pela autora (2023).

Segundo Durham (2005), destaca-se, nesse cenário, a expansão de matrículas dos cursos noturnos, criados para atender a uma parcela da sociedade economicamente ativa, concentrada primordialmente no setor privado. As universidades públicas federais, a priori, resistiram à implementação dos cursos noturnos, pois se observava, nesse momento, o risco de privatização da IES públicas, diante de suas estruturas precárias e do crescente fortalecimento e expansão das IES privadas.

Na era FHC (1995-2003), o governo, regulamentou, de forma fragmentada, um conjunto de medidas direcionadas ao Ensino Superior como: a instituição do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); um conjunto de leis regulando mecanismo de avaliação; a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); ampliação do poder docente na gestão universitária; a reconfiguração do Conselho Nacional de Educação e o desenvolvimento do Exame Nacional de Cursos, como normativa de avaliação institucional (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Ainda na era FHC, a aprovação da nova LDB, Lei nº 9.394, promulgada em 20 dezembro de 1996, foi outra importante medida, que proporcionou inovações como a definição de universidade como instituição que coordenasse ensino e pesquisa, além da explicitação dos diversos tipos de IES admitidos. A legislação lançou como obrigatoriedade normativa o recredenciamento das IES, seguida de uma avaliação, com renovação periódica para o reconhecimento dos cursos superiores (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Assim, a expansão e interiorização do Ensino Superior, no Brasil, ocorreu a partir da década de 1990, com a criação de novas instituições de ensino e a ampliação de cursos em regiões antes carentes. Isso permitiu aumentar a inclusão social e o acesso à formação universitária em todo o país, promovendo o desenvolvimento regional e nacional. O Ensino Superior foi descentralizado, trazendo mais qualidade e diversidade aos cursos ofertados.

O governo Lula (2003-2011), entre outras preocupações, tinha muitos desafios na educação, sobretudo no âmbito do Ensino Superior. O Ministério da Educação (MEC) agia de acordo com uma agenda de quatro itens prioritários: a) alfabetização e inclusão; b) reforma do Ensino Superior; c) reorganização do ensino técnico e d) aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). As políticas recentes, em sua grande maioria vinculadas ao governo Lula, foram, em sua totalidade, as responsáveis pelo recente processo de expansão e interiorização do Ensino Superior.

As mudanças ocorridas no Ensino Superior brasileiro, nas últimas décadas, estão intimamente relacionadas às características fundamentais do sistema de ensino. Tais características definem o marco delimitador em que as transformações ocorreram e deram sentido a elas (NEVES; MARTINS, 2016). Entre as características básicas relevantes para se entender as transformações ocorridas nas últimas décadas, destacam-se:

Quadro 5 – Características básicas do sistema de Ensino Superior

Característica	Descrição
Coexistência de instituições universitárias e não universitárias	O sistema educacional superior brasileiro inclui tanto universidades quanto instituições não universitárias, como escolas técnicas e Instituições de Ensino Superior privadas.
Segmentos público e privado	Existem instituições públicas (mantidas pelo governo federal, estadual ou municipal) e instituições privadas, que cobram mensalidades dos alunos.
Heterogeneidade na qualidade acadêmica	A qualidade acadêmica varia significativamente entre as instituições públicas e privadas, e também dentro desses dois segmentos.

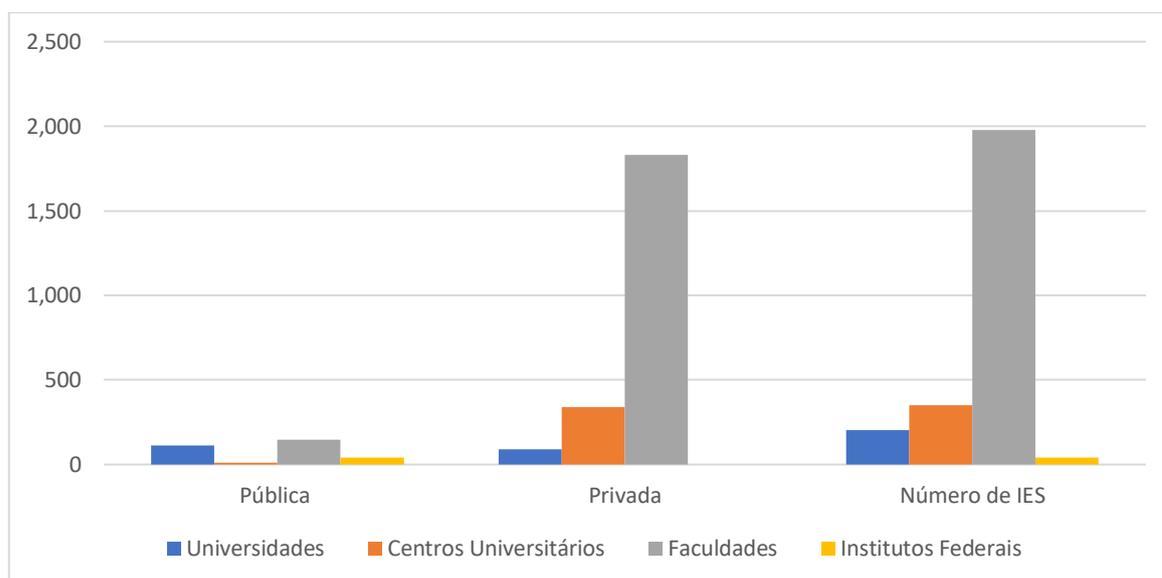
Desequilíbrio na distribuição de matrículas	Existe uma distribuição desigual de matrículas entre as instituições públicas e privadas, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e uma falta de diferenciação na oferta de Ensino Superior como um todo.
Concentração de poder no Ministério da Educação (MEC)	O Ministério da Educação (MEC) detém grande poder na formulação de políticas e na supervisão, controle e avaliação do sistema educacional superior.
Modelo de financiamento limitante	O modelo de financiamento atual compromete a expansão da matrícula e a inclusão social.
Acesso ainda excludente	Apesar das políticas de inclusão, o acesso ao Ensino Superior, no Brasil, ainda é amplamente excludente.
Forte sistema de pós-graduação	O Brasil possui um sistema de pós-graduação robusto, com avaliações trienais por pares e programas contínuos de fomento.

Fonte: a autora (2023), com base em Neves e Martins (2016).

No Brasil, existem diferenças notáveis entre as IES. Algumas das principais distinções incluem: a) o tipo de instituição, com diversas categorias, como universidades, faculdades, institutos federais e centros universitários, cada uma com suas próprias características e objetivos, e que se dividem entre instituições universitárias e não universitárias; b) a modalidade de ensino, que pode ser presencial, a distância (EaD) ou semipresencial; c) a área de atuação, com diversas opções como ciências exatas, humanas, saúde e tecnologia, entre outras; d) a qualidade de ensino, avaliada por órgãos reguladores como o MEC e a CAPES; e) a infraestrutura e recursos, que podem variar entre as instituições, incluindo laboratórios, bibliotecas e outras facilidades; f) o investimento financeiro, que pode ter diferentes valores de mensalidade e taxa de matrícula, além de oferecer diferentes tipos de bolsas e financiamentos estudantis (NEVES; MARTINS, 2016).

Nos últimos anos, o Brasil tem visto um crescimento significativo no número de IES, totalizando atuais 2.574 (**Gráfico 22**). Desse total, somente 313 são públicas, enquanto as outras 2.261 são de natureza privada. As IES públicas são classificadas em diferentes categorias, incluindo 113 universidades, 12 centros universitários, 147 faculdades e 41 institutos tecnológicos federais. Enquanto isso, as IES privadas abrangem 91 universidades, 338 centros universitários e 1.832 faculdades (INEP, 2021a).

Gráfico 22 – Número de IES de acordo com organização acadêmica (Brasil, 2021)



Fonte: INEP (2021a), elaborado pela autora (2023).

De acordo com o último Censo da Educação Superior, realizado em 2021, cerca de 74,7% das IES privadas no Brasil são empresas com fins lucrativos (INEP, 2021a). É importante salientar que as IES privadas normalmente são mantidas por empresas ou grupos empresariais que encaram a educação como um negócio rentável. De outro modo, as IES públicas recebem financiamento do governo e têm como objetivo oferecer educação gratuita e de qualidade para a população. Em contraste, as instituições privadas visam à obtenção de lucro e, portanto, podem adotar abordagens diferenciadas em relação ao acesso, qualidade e custo dos serviços educacionais que oferecem (NEVES; MARTINS, 2016).

Uma das particularidades mais marcantes no Ensino Superior brasileiro é a grande predominância do setor privado, que absorve mais de 77% das matrículas em IES. No entanto, as universidades públicas, embora representem apenas cerca de 23% das matrículas, desempenham um papel importante na formação de profissionais qualificados e na produção de conhecimento científico e tecnológico (INEP, 2021a).

A estrutura dos cursos oferecidos tanto em instituições públicas quanto privadas é bastante homogênea. Os cursos de graduação seguem um padrão de duração de quatro anos, sendo oferecidos nas modalidades de bacharelado e licenciatura. Já os cursos de formação tecnológica costumam ter uma duração menor,

de três anos, e têm como objetivo formar profissionais para atuarem em áreas específicas do mercado de trabalho.

Os cursos EaD, por sua vez, podem ter uma duração variada, dependendo da carga horária e das especificidades de cada curso. Eles são oferecidos por diversas instituições de ensino, incluindo universidades públicas e privadas, e permitem que os estudantes tenham uma maior flexibilidade no processo de formação (NEVES; MARTINS, 2016).

Na pós-graduação *stricto sensu*, os cursos de mestrado costumam ter uma duração de dois anos, enquanto os de doutorado têm uma duração média de quatro. São cursos voltados para a formação de pesquisadores e acadêmicos em áreas específicas do conhecimento e exigem alto nível de dedicação e comprometimento. Já os cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações) podem variar bastante de acordo com o curso ofertado. Geralmente, esses cursos têm uma duração menor do que os cursos *stricto sensu* e são voltados para a formação de profissionais especializados em áreas específicas do mercado de trabalho (NEVES; MARTINS, 2016).

Anteriormente, o acesso ao Ensino Superior se dava, principalmente, por meio de aprovação via exame seletivo (vestibular), que avaliava conhecimentos comuns adquiridos no ensino médio. Entretanto, em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi instituído pelo MEC, mediante a Portaria nº 483, de 28 de maio, com o objetivo de avaliar os estudantes recém-formados. A pontuação obtida no exame passou a ser utilizada por diversas universidades públicas e pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) como critério de seleção para o acesso ao Ensino Superior (NEVES; MARTINS, 2016).

Desde 2009, o ENEM passou a desempenhar três funções importantes: ele é responsável por avaliar os conhecimentos dos estudantes que concluem o ensino médio; permite que os alunos concorram a bolsas de estudos pelo PROUNI e possam solicitar financiamento para frequentar uma IES privada por meio do FIES; e, por fim, pode substituir ou somar pontos no exame de vestibular em diversas IES brasileiras, como critério para o processo seletivo em instituições que o adotam total ou parcialmente, em substituição ao vestibular tradicional (NEVES; MARTINS, 2016).

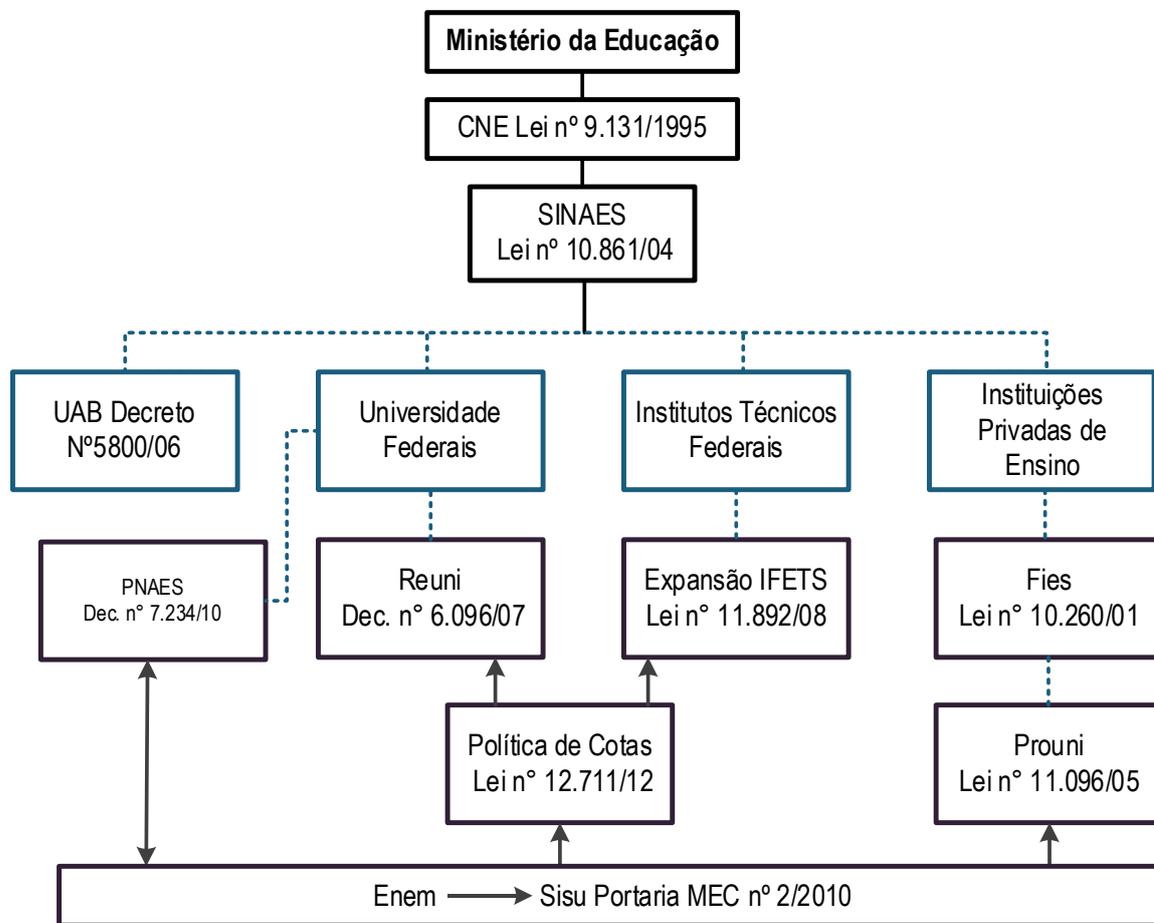
O Sistema de Seleção Unificada (SISU) tem sido também uma importante inovação no processo de acesso ao Ensino Superior. Utilizado pelas instituições

públicas federais, o SISU permite que os estudantes se candidatem a vagas em diversas instituições em todo o país, com base em suas notas no ENEM, sem a necessidade de prestar vários vestibulares diferentes. O processo é todo informatizado, o que agiliza o acesso à informação e o torna mais transparente. Vale ressaltar que, embora o SISU não seja a única forma de acesso ao Ensino Superior, ele certamente tem contribuído amplamente para democratizar o acesso e torná-lo mais justo e transparente (NEVES; MARTINS, 2016).

A partir do início da década de 2000, aumentaram significativamente o número de ações voltadas para Educação Superior. Durante o governo FHC, verifica-se a implementação do FIES em 2001, como forte expoente da década, que no governo Lula é ampliado, seguido de um arranjo de importantes instrumentos de teor inclusivo no Ensino Superior.

Entre as medidas implementadas nesse período, destacam-se os seguintes programas: o já citado Prouni; o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB); o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); o também já apresentado SISU; o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a implementação do sistema de cotas. Foram transformados, portanto, por completo, o panorama e a estrutura do sistema de Ensino Superior brasileiro (**Figura 10**).

Figura 10 – Estrutura do sistema de Ensino Superior brasileiro



Fonte: a autora (2023).

Conforme apresentando, o Brasil estruturou e expandiu seu sistema de Ensino Superior por meio de dois segmentos distintos: um público e outro privado. Compõe-se, atualmente, um sistema robusto, complexo e diversificado de instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas).

A expansão da educação superior faz parte do conjunto de metas acordadas entre o governo brasileiro, Banco Mundial e FMI, resultando na implantação dos seguintes programas: Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (AGAPITO, 2016, p. 132).

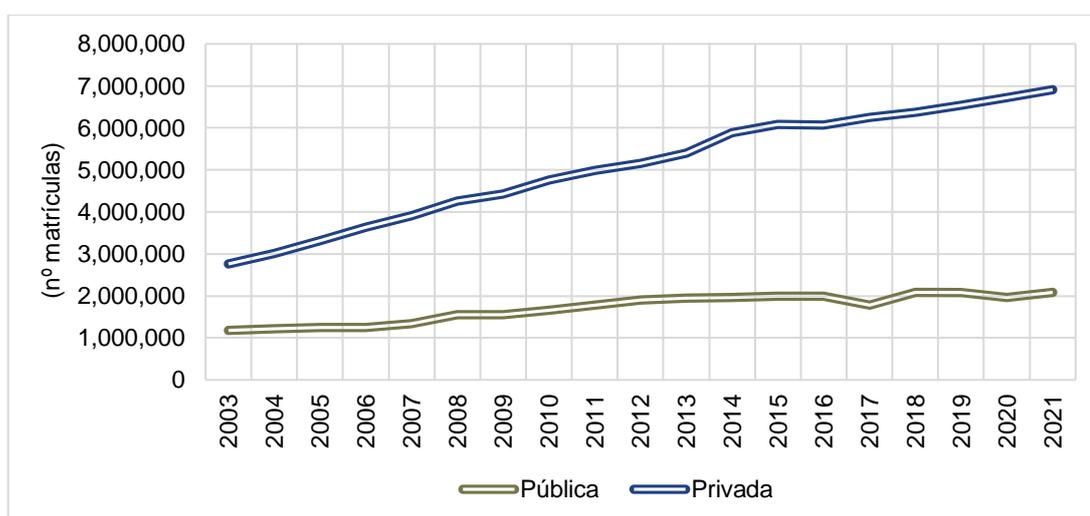
No início do século XXI, ocorreu um aumento sem precedentes na demanda e oferta de cursos de Ensino Superior em todo o mundo, sobretudo no Brasil. Esse crescimento foi impulsionado pelo reconhecimento da relevância do conhecimento

acadêmico pelo mercado de trabalho e pelo aumento do valor atribuído à pesquisa científica (AGAPITO, 2016).

É possível observar o efeito prático das metas expansionistas estabelecidas pelo governo federal, diante do aumento no número de vagas oferecidas, impulsionado pela criação de novas universidades federais, criação de novos cursos e expansão das vagas em instituições já existentes. O número de faculdades e universidades privadas cresceu consideravelmente, assim como o número de cursos oferecidos. A expansão do Ensino Superior privado foi, em grande parte, devido à oferta de cursos EaD, o que tornou a educação mais acessível para muitos estudantes que não poderiam frequentar aulas presenciais.

A rede privada de ensino, com mais de 6,9 milhões de alunos, apresentou um crescimento contínuo, ao longo dos anos, e registrou um aumento de 3% no número de matrículas entre 2020 e 2021. Já na rede pública, demonstra-se um crescimento gradativo, com acentuado crescimento a partir de 2008, atingindo seu pico em 2015, seguido de períodos de queda progressiva entre 2016 e 2017. Houve um retorno ao aumento do número de matrículas, com registros de crescimento de 6% no período de 2020 a 2021 (INEP, 2021a), conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 23 – Evolução do número de matrículas por rede administrativa (Brasil)

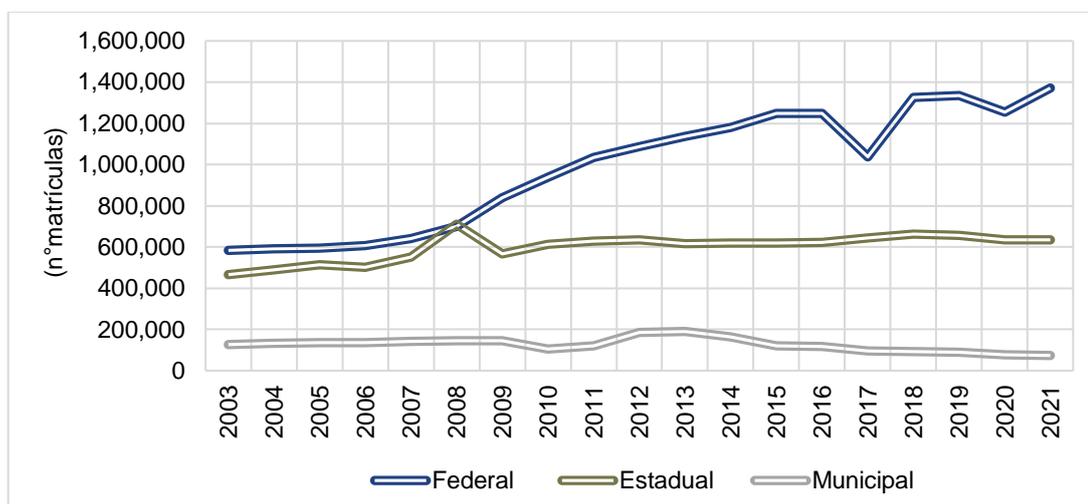


Fonte: INEP (2021a), elaborado pela autora (2023).

Ainda acerca da rede pública, nos últimos 10 anos, a rede federal de ensino teve um aumento de 32,7% no número de matrículas (**Gráfico 24**). Durante o mesmo período, a rede estadual cresceu apenas 2,3%, enquanto a rede municipal sofreu uma redução significativa de 39,1%. Entre os anos de 2020 e 2021, a rede federal registrou

uma variação positiva de 9,3% no número de matrículas, enquanto a rede estadual teve um aumento de apenas 1,6%. Por outro lado, a rede municipal sofreu uma queda de -6,1% no mesmo período (INEP, 2021a).

Gráfico 24 – Evolução no número de matrículas na rede pública (Brasil)



Fonte: INEP (2021a), elaborado pela autora (2023)

Entre os motivos que explicam essa evolução estão a expansão da oferta de vagas em universidades privadas, o aumento do acesso à Educação Superior por meio de programas governamentais de financiamento estudantil, PROUNI e FIES, além da melhoria da qualidade do ensino e da infraestrutura das instituições. No entanto, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados, como a desigualdade de acesso entre diferentes regiões do país e entre grupos sociais, assim também como a necessidade de aprimorar a formação dos profissionais e a adequação dos cursos às demandas do mercado de trabalho (FERNANDES; LIMA, 2015).

4.2 Políticas e ações afirmativas de expansão do Ensino Superior no Brasil

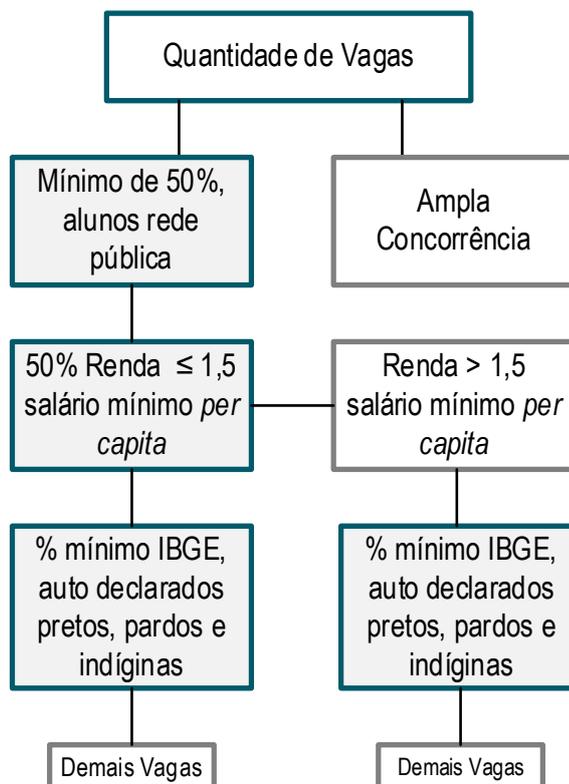
A desigualdade social e a má distribuição de renda são fatores que afetam diretamente o acesso ao Ensino Superior. Além disso, a baixa escolaridade média da população brasileira e a falta de recursos para o Ensino Superior e a pesquisa limitam a capacidade de formação e capacitação de estudantes e pesquisadores. Nesse sentido, as ações afirmativas no Brasil são políticas que buscam promover a igualdade de oportunidades entre grupos historicamente marginalizados, como negros,

mulheres, indígenas, pessoas com deficiência e outras minorias, frutos de um processo histórico complexo.

As universidades estaduais foram as grandes percussoras na implementação de cotas. Destacam-se a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pioneiras já em 2003. Nos anos subsequentes, medidas similares começaram a ser implementadas em outras universidades estaduais, por meio de leis estabelecidas por assembleias legislativas e por resoluções dos próprios conselhos universitários.

Foi somente a partir da Lei 12.711, de 2012, que a ação afirmativa se tornou obrigatória nas instituições federais de ensino e teve seus critérios padronizados. A Lei estabelece que as IES devem reservar 50% das vagas de cada curso para estudantes provenientes de escolas públicas e estudantes pretos, pardos e indígenas, conforme esquematizado na **Figura 11**.

Figura 11 – Distribuição das vagas, de acordo com a Lei nº 12.711/2012



Fonte: a autora (2023).

Com objetivo de garantir a representatividade social e a inclusão de grupos históricos discriminados na Educação Superior, no Brasil, a política de cotas foi criada como uma resposta à desigualdade social e racial presente na sociedade brasileira,

que se refletia na baixa participação de negros, indígenas e estudantes de escolas públicas nas universidades. Além disso, estabelece que as instituições de ensino devem aplicar medidas afirmativas para garantir a inclusão destes grupos, incluindo bolsas de estudo, programas de tutoria e apoio psicossocial (BRASIL, 2012).

A política de cotas foi amplamente debatida no Brasil, com argumentos a favor e contra sua implantação. Alguns argumentam que a política é necessária para corrigir as desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade e na Educação Superior, e para promover a inclusão de grupos historicamente discriminados (BRASIL, 2012). Outros argumentam que a política é uma forma de discriminação positiva e que deve ser substituída por políticas mais amplas e eficazes de inclusão social e educacional.

Apesar dos debates, a política de ação afirmativa tem sido considerada uma importante iniciativa para promover a inclusão social e a diversidade na Educação Superior. Os dados dos cinco últimos Censos da Educação do Ensino Superior mostram que tem aumentado a participação de pretos, pardos, indígenas e estudantes de escolas públicas nas universidades, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e raciais na Educação Superior (INEP, 2021a). Além disso, a política de ações afirmativas tem sido vista como uma importante ferramenta de promoção à formação de lideranças e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária (AGAPITO, 2016).

Outra política pública, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado em 1999 por Medida Provisória e posteriormente convertida na Lei nº 10.260, em 12 de junho de 2001. É destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores, na modalidade presencial ou EaD, não gratuitos e com avaliação positiva conduzidos pelo MEC (BRASIL, 2001). É um programa do Governo Federal que tem como objetivo facilitar o acesso ao Ensino Superior para estudantes de baixa renda.

Ele financia as mensalidades dos estudantes em IES privadas, e o valor financiado varia de acordo com o perfil do estudante, podendo chegar a 100% do valor da mensalidade. Uma das particularidades do FIES é que ele não exige uma renda fixa do estudante para que ele possa solicitar o financiamento. No entanto, o programa leva em consideração a renda familiar do estudante na hora de determinar o valor financiado (BRASIL, 2001).

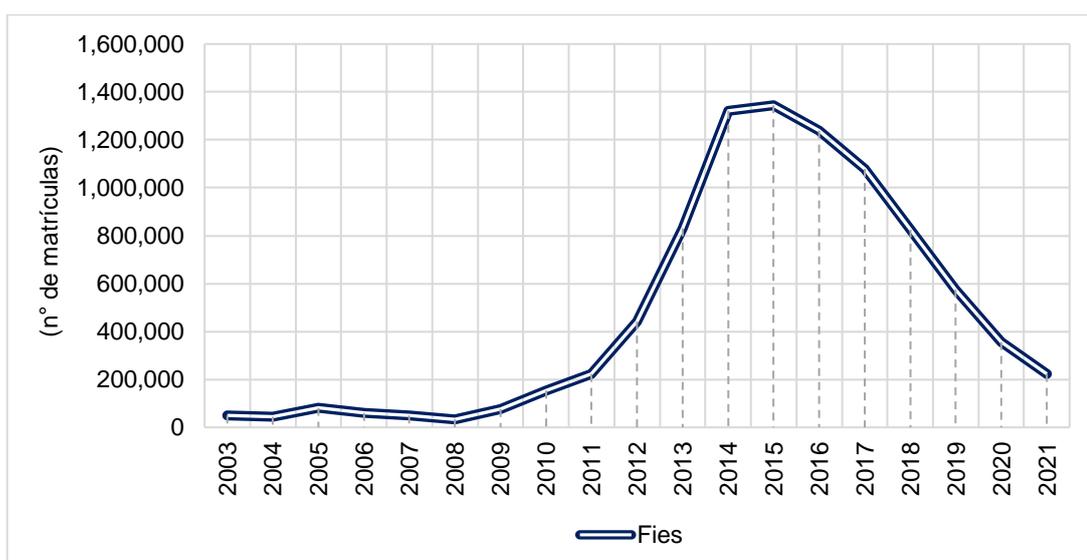
O valor financiado pelo FIES é reembolsado pelo estudante após a conclusão do curso, com juros baixos e prazos de pagamento que podem chegar a até 14 anos.

É importante ressaltar que o valor das parcelas do FIES é fixo, ou seja, não varia de acordo com a renda do estudante. Outra particularidade do programa é que ele pode ser combinado com a bolsa de estudo do PROUNI. Isso significa que o estudante pode ter parte da mensalidade financiada pelo FIES e outra parte custeada pela bolsa do Prouni, o que reduz significativamente o valor que ele precisará pagar pelo curso. No entanto, destaca-se que o FIES e o PROUNI são programas distintos e que possuem regras e critérios de seleção diferentes (BRASIL, 2001).

Ao longo do tempo, o FIES sofreu diversas mudanças e melhorias, com o objetivo de ampliar o acesso dos estudantes à Educação Superior. Uma dessas mudanças ocorreu em 14 de janeiro de 2010, quando a Lei nº 12.202 foi promulgada, e a gestão do fundo foi integrada ao MEC. Além disso, a participação de agentes financeiros no fundo foi ampliada, passando a contar com o Banco do Brasil, além da Caixa Econômica Federal.

A partir de 2010, houve um expressivo aumento no número de matrículas financiadas pelo FIES, com a concessão de 223.512 contratos naquele ano. Esse número alcançou seu auge em 2015, quando foram concedidos 1.344.234 contratos. Entretanto, desde então, tem havido uma queda constante no número de contratos, que chegou a 615.641 em 2019, 355.109 em 2020 e 223.009 em 2021, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior (**Gráfico 25**).

Gráfico 25 – Evolução no número de matrículas via FIES (Brasil)



Fonte: INEP (2021a), elaborado pela autora (2023).

É importante destacar que a queda no número de matrículas pelo FIES está

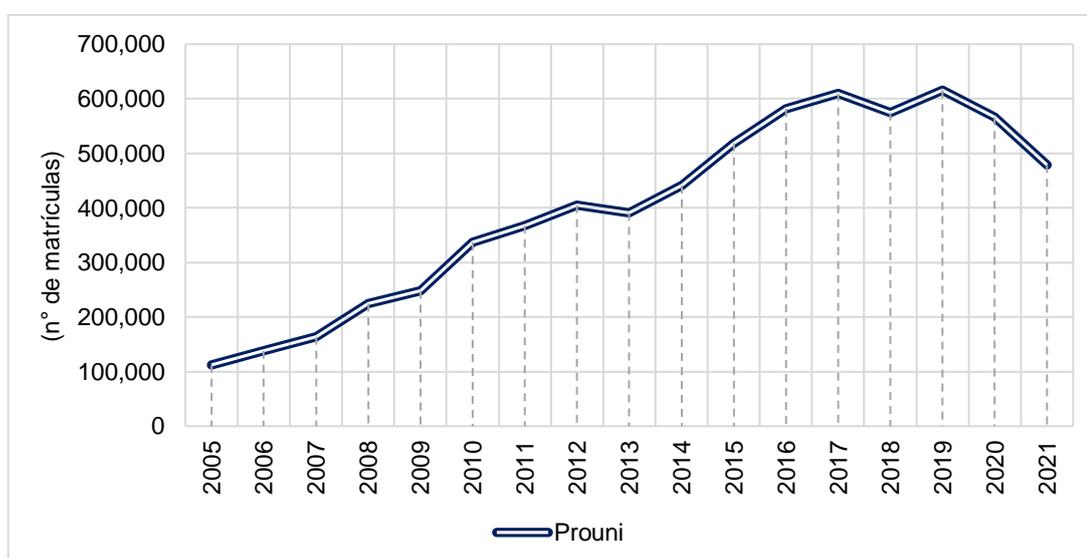
relacionada ao lançamento do *Novo FIES* pelo Governo Federal, em 2018. Essa medida foi implementada para garantir a sustentabilidade e a continuidade do programa, devido às inconsistências econômicas do programa e ao endividamento estudantil recorrente. O Novo FIES introduziu mudanças significativas, incluindo uma escala de financiamento que varia de acordo com a renda familiar do candidato, dividida em duas modalidades: para estudantes com renda mensal (*per capita*) de até três e até cinco salários mínimos.

Já o Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi regulamentado por meio da Medida Provisória nº 213, em 2004, e sancionado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. O programa prevê a concessão de bolsas de estudos em IES privadas, com ou sem fins lucrativos, em cursos superiores de formação específica, com base no resultado obtido no ENEM (BRASIL, 2005).

As bolsas são concedidas diante da análise da renda familiar mensal (*per capita*) dos estudantes, que deve ser de até um salário mínimo e meio, para bolsa integral, e até três salários mínimos, para bolsa parcial. Cabe ao estudante, além dos requisitos de renda, ter cursado o Ensino Médio completamente em escola pública, ou na condição de bolsista integral em escola privada, e ter participado do ENEM, sendo a manutenção da bolsa condicionada ao bom desempenho acadêmico.

Desde sua criação, em 2004, até o processo seletivo do primeiro semestre de 2021, o PROUNI já ofertou um total de 2.957.212 bolsas de estudo em IES privadas (**Gráfico 26**).

Gráfico 26 – Número de matrículas via bolsas Prouni (Brasil)



Fonte: INEP (2021a), elaborado pela autora (2023).

Desse montante, 1.557.185 foram bolsas integrais (ou seja, cobrindo 100% do valor da mensalidade) e 1.400.027 foram bolsas parciais (cobrindo 50% do valor da mensalidade). A maioria das bolsas é destinada a cursos presenciais noturnos ou na modalidade integral (INEP, 2021a).

O PROUNI e o FIES facilitaram o acesso e a permanência de estudantes nas IES privadas, sobretudo aqueles de baixa renda. Enquadram-se como alguns dos mais importantes instrumentos de fomento à expansão, interiorização e democratização da Educação Superior no país, na medida em que, ao buscar a colaboração e a integração de instituições privadas às novas políticas educacionais, proporcionam vantagens competitivas e financeiras a essas instituições, colaborando com a rentabilidade do capital privado dessas instituições.

Nos últimos anos, o Brasil experimentou um notável processo de expansão econômica e social, com avanços significativos na promoção da igualdade de oportunidades. Isso se reflete no aumento gradual do número de estudantes provenientes das camadas mais vulneráveis da sociedade que conseguem ingressar em IES. Nesse sentido, o governo federal investiu expressivamente na expansão das universidades públicas federais, criando novas IES e ampliando a infraestrutura existente em diferentes regiões do país (BORJES, 2016).

Nesse passo também, a expansão das instituições federais de ensino tecnológico tem ocorrido por meio da reorganização de unidades já existentes (em especial os CEFETS e outras escolas técnicas) ou de investimentos na criação de novas instituições.

Embora tenha havido um aumento na matrícula nas IES públicas federais, esse crescimento não foi suficiente para reduzir significativamente a predominância do setor privado no sistema educacional. Em outras palavras, apesar das políticas de inclusão e da ampliação do setor público, o acesso ao Ensino Superior ainda é bastante restrito em termos de democratização (BORJES, 2016).

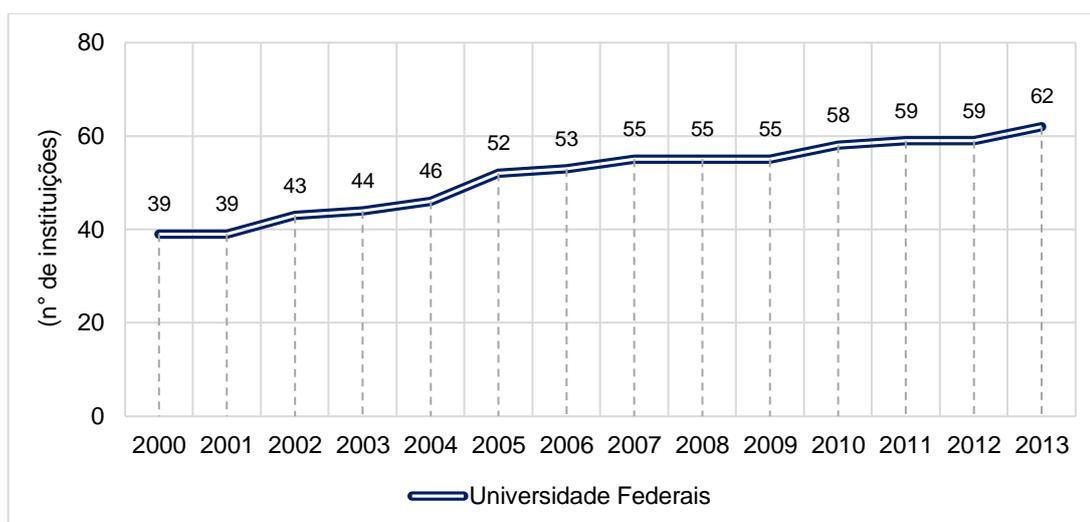
Por outro lado, a expansão da Educação Superior foi fundamentada nos valores de democratização e inclusão, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e reduzir as disparidades regionais no país. O processo foi dividido em três frentes: interiorização, que começou em 2003, seguida pela integração e regionalização da Educação Superior. A partir de 2007, a Educação Superior foi reestruturada por meio

do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O principal objetivo desse programa foi ampliar o acesso e a permanência na Educação Superior, por meio de uma série de medidas adotadas pelo governo federal para impulsionar o crescimento do Ensino Superior Público. Tais medidas possibilitaram a expansão física, acadêmica e pedagógica das instituições federais de Educação Superior, resultando em números expressivos, como a implantação de novas universidades, a criação de novos *campi* universitários e o aumento no número de matrículas (BRASIL, 2007a).

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.069, de 24 de abril de 2007, com a finalidade de ampliar o acesso e a permanência de alunos na Educação Superior, adotando uma série de medidas para condicionar o crescimento do Ensino Superior Público, dispondo de condições que promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica para a rede de universidades federais (BRASIL, 2007a). Entre as metas a serem alcançadas pelo programa de expansão, estavam as de 18 alunos por professor, taxa de conclusão em 90% e aumento de 20% nas matrículas em até 5 anos, com previsão de conclusão até 2012. O programa também contribuiu para a expansão das instituições e das vagas ofertadas (BRASIL, 2007a).

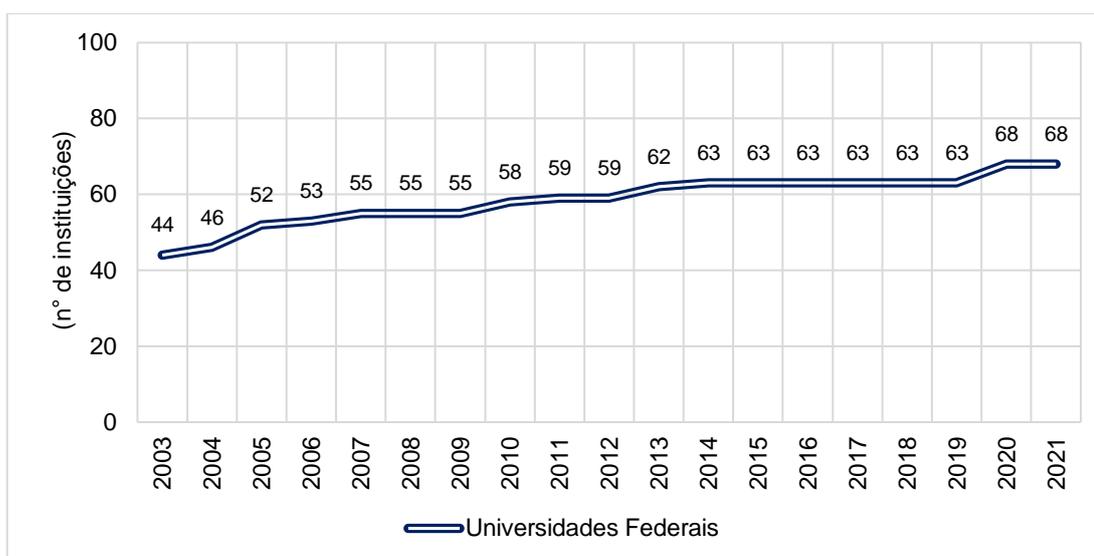
O processo de expansão da rede federal de Educação Superior já havia iniciado em 2003. As Universidades Federais começaram a ser criadas em 2005, antes do Decreto nº 6.069, que cria e regulamenta o programa, em 24 de abril de 2007. Em 2005, já havia 52 Universidades Federais integradas regionalmente, tendo esse número sido ampliado para 62, até o fim de 2013 (**Gráfico 27**).

Gráfico 27 – Evolução no número de IES integradas ao REUNI (2000-2013)

Fonte: INEP (2014), elaborado pela autora (2023).

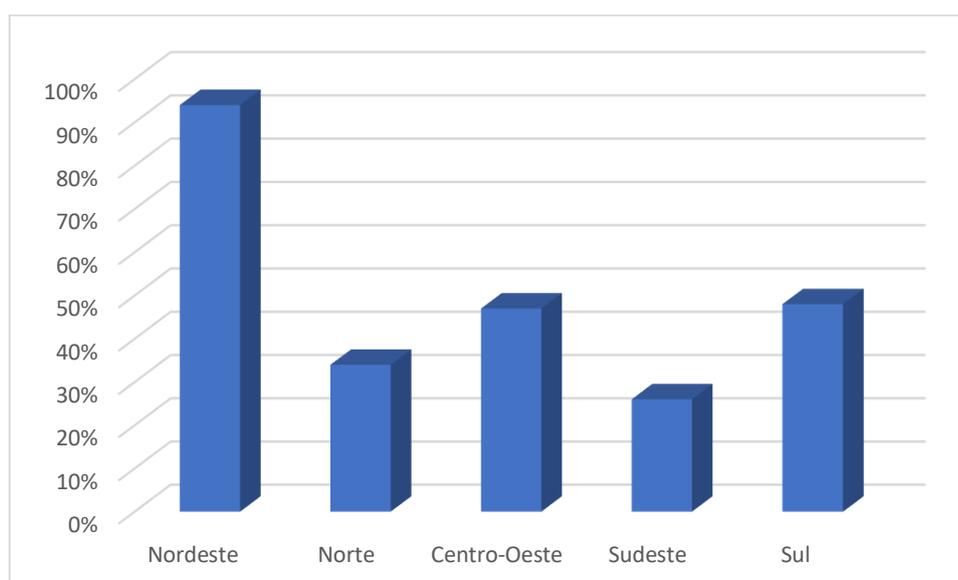
O número de municípios atendidos pelas universidades federais brasileiras cresceu significativamente de 114 em 2003 para 237 até o final de 2013, em virtude do processo de interiorização dos *campi*. Esse processo de expansão resultou na criação de 18 novas universidades e 173 novos *campi* em cidades do interior do país, aumentando a oferta de vagas, cursos e cobertura de ensino (INEP, 2014). A expansão das universidades federais tem sido uma estratégia importante para a ampliação do acesso à Educação Superior em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Essa política visa à redução das desigualdades regionais, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico das localidades atendidas (INEP, 2014).

Em 2003, o sistema de ensino federal brasileiro era composto por 44 Universidades Federais. Em 2005, as primeiras Universidades Federais integradas ao programa Reuni foram criadas, elevando o número para 52. Em 2013, o sistema expandiu ainda mais, chegando a 62 Universidades Federais. Nos últimos 11 anos, o número de Universidades Federais continuou a crescer e, atualmente, em 2021, há 68 Universidades Federais em todo o país (**Gráfico 28**).

Gráfico 28 – Evolução no número de IES Federais no Brasil

Fonte: INEP (2021a), elaborado pela autora (2023).

As regiões Nordeste e Norte, duas das regiões historicamente mais carentes de IES, apresentaram expansão significativa entre 2003 e 2013, com a primeira tendo o maior crescimento: 94%. O Norte teve crescimento de 76%, seguido das regiões Sul, com 48%, Centro-Oeste, com 47%, e Sudeste, com 26% (**Gráfico 29**) (INEP, 2014).

Gráfico 29 – Evolução no número de matrículas em IES Federais (2003-2013)

Fonte: INEP (2014), elaborado pela autora (2023).

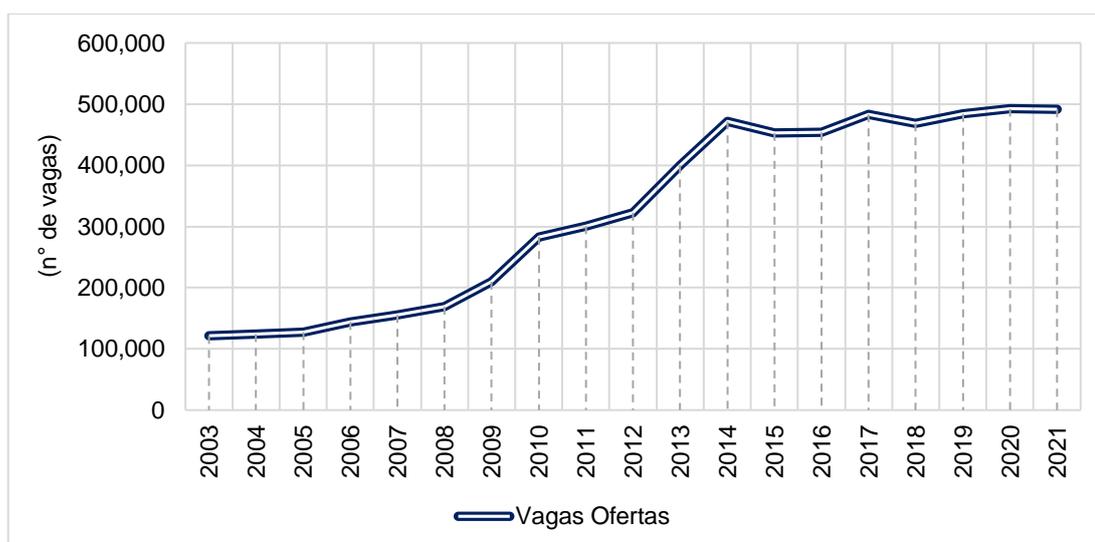
Os dados demonstram a importância da iniciativa governamental em promover a redução das disparidades regionais no que diz respeito à Educação Superior, a partir

do aumento da presença das Universidades Federais em áreas mais distantes dos grandes centros urbanos. A ampliação da presença de instituições nessas regiões pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local, ao aumentar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, bem como a realização de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas para as demandas regionais (INEP, 2014).

Para atingir uma camada extensa da população, exigia-se das Universidades Federais oferta de vagas suficientes para os novos ingressantes no Ensino Superior. Historicamente, a maior concentração de vagas direcionava-se aos grandes centros urbanos, com grande participação das regiões Sul e Sudeste. O processo de expansão das universidades se estrutura sob duas dimensões: a do aumento do número de vagas, de forma a assistir uma grande demanda elegível da população ao Ensino Superior, e da desconcentração da redistribuição de vagas, contemplando as cinco regiões brasileiras – zonas urbanas e rurais.

A oferta de vagas começou a crescer a partir de 2007, após o anúncio do Reuni, como pode ser observado no **Gráfico 30**. É possível verificar uma ascensão significativa no número total de vagas: aumento de 53% entre 2009 e 2019. Em 2019, as Universidades Federais ofereciam mais de 303 mil vagas em cursos de graduação presencial em todo o país, tendência que se mantém de 2020 a 2021 (INEP, 2021a).

Gráfico 30 – Evolução no número de vagas nas Universidades Federais (Brasil)



Fonte: INEP (2023), elaborado pela autora (2023).

Apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem superados. A distribuição das vagas entre as regiões do país ainda é desigual, persistindo uma concentração

elevada nas regiões Sul e Sudeste. Além disso, a demanda por vagas continua a superar a oferta em muitos cursos e Universidades Federais, o que indica a necessidade de novos investimentos para ampliar a capacidade de oferta de cursos superiores.

Portanto, a expansão da oferta de vagas em universidades federais, em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, é uma estratégia importante para a democratização do Ensino Superior no país. Isso pode contribuir para reduzir as desigualdades regionais, fomentar o desenvolvimento socioeconômico local e ampliar o acesso à formação superior de qualidade para a população brasileira (INEP, 2014).

O processo de expansão dos Institutos Federais (IF), antes denominados de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), impulsionado pelo Reuni, teve uma grande importância para a democratização do acesso ao Ensino Superior técnico e tecnológico no Brasil. Com a criação dos IF e sua expansão pelo país, foi possível oferecer educação profissionalizante de qualidade para um maior número de estudantes, especialmente aqueles que não tinham condições financeiras para arcar com as mensalidades de instituições privadas.

Além disso, os IF têm um papel fundamental no desenvolvimento regional, pois oferecem cursos que são diretamente relacionados às demandas das empresas e das comunidades locais. Contribuem, assim, para a formação de profissionais capacitados e preparados para atuar nas mais diversas áreas, impulsionando o desenvolvimento econômico e social das regiões onde estão localizados. Segundo dados do MEC, desde a criação dos primeiros CEFET, em 1909, até a expansão dos IF, em 2008, foram criadas apenas 140 escolas técnicas em todo o país. Com o REUNI, foram criados mais de 200 novos *campi* dos IF em todo o Brasil, totalizando cerca de 600 *campi* em funcionamento (BRASIL, 2023).

Conforme apresentado, a expansão e interiorização do Ensino Superior, no Brasil, é um processo que ocorreu ao longo das últimas décadas, sendo impulsionado por diversos programas governamentais, como o Reuni e o PROUNI, além de políticas de incentivo à criação de novas universidades. Desde 2003, o número de Universidades Federais, no país, aumentou significativamente.

Esse processo de expansão tem sido importante para garantir o acesso de estudantes de diversas regiões do país ao Ensino Superior e contribuir para a democratização do conhecimento. No entanto, ainda há desafios a serem

enfrentados, como a melhoria da qualidade do ensino e a garantia de recursos para as instituições (INEP, 2014).

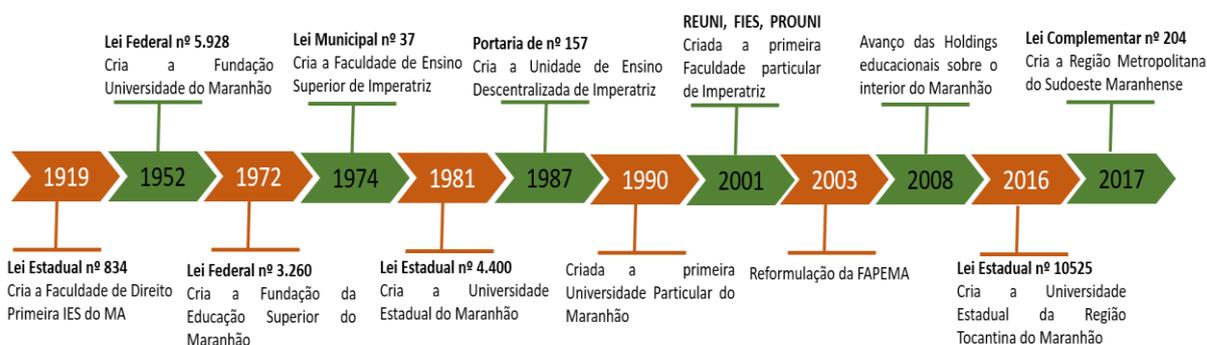
4.3 Aspectos do desenvolvimento e interiorização da Educação Superior no Maranhão

Durante a Primeira República, a formação de cursos superiores, no Maranhão, não diferia muito da situação em outros estados brasileiros. O estado enfrentava problemas crônicos semelhantes aos da época colonial e imperial, uma vez que o país era herdeiro dessas estruturas. É importante destacar que, até meados do século XVIII, o Maranhão era uma das unidades coloniais portuguesas com condições de vida mais precárias e difíceis. No período, o Maranhão apresentava fragilidades tanto econômicas quanto sociais. De acordo com Botelho:

Essa época ficou marcada por uma série de eventos que resultaram no colapso do sistema monárquico e na instauração do novo regime, cuja principal força estava no exército, mas que também se destacava pela ausência de representação popular, constituindo seu principal defeito (BOTELHO, 2007, p. 159).

Em suma, os principais movimentos de desenvolvimento da Educação Superior no Maranhão, considerando o marco de sua interiorização, podem ser sintetizados na figura a seguir e serão expressos ao longo deste tópico.

Figura 12 – Principais eventos no desenvolvimento da Educação Superior no Maranhão



Fonte: a autora (2023), com base em UEMA (2021), UEMASUL (2021) e Fapema (2021).

Com a Proclamação da República, a ideia de criar um curso superior começou a ser discutida e ganhou popularidade entre os intelectuais. O surgimento da primeira

escola superior no Maranhão foi possível graças ao empenho de um grupo de intelectuais idealistas, liderados por Domingos de Castro Perdigão, que lutaram arduamente pela criação da Faculdade de Direito na região. O movimento ganhou um aliado importante, o cônsul de Portugal no Maranhão, o escritor Sr. Manoel Fran Paxeco. Foram realizados diversos debates e negociações para concretizar a criação da primeira IES no estado.

Assim, a Faculdade de Direito do Maranhão foi fundada em 28 de abril de 1918, durante uma assembleia realizada no recinto da Biblioteca Pública do Estado, e reconhecida como instituição de utilidade pública pela Lei Estadual nº 834, de 21 de março de 1919. Na ocasião, foi criada a Associação Organizadora da instituição. A primeira diretoria da faculdade foi composta pelo Dr. Viana Vaz, como Diretor, e o desembargador Henrique Couto, como 1º vice-diretor e primeiro juiz federal do Estado.

O corpo docente fundador era composto pelos Drs. Antônio Lopes, Godofredo Viana, Fran Paxeco, Viana Vaz, Raul da Cunha Machado e Clodomir Cardoso. Esses professores organizaram o primeiro vestibular, termo que passou a ser utilizado em substituição aos exames preparatórios a partir de 1915, tendo seu primeiro vestibular sido realizado em 8 de junho de 1918. Nos anos seguintes, a Faculdade de Direito se tornou o único estabelecimento de Ensino Superior no Maranhão.

Reconhecida como instituição de utilidade pública pela Lei Estadual nº 834, de 21 de março de 1919, a Faculdade de Direito do Maranhão teve seus diplomas reconhecidos em todo o território do estado pela Lei nº 963, em 4 de abril de 1921. A equiparação da instituição pioneira aos estabelecimentos federais congêneres foi autorizada pelo Conselho Superior de Ensino, em 16 de fevereiro de 1924 (MEIRELLES, 1994). Essa equiparação foi publicada no Diário Oficial da União, edição de 22 de fevereiro de 1924.

Nos anos 1920, a Faculdade de Direito obteve grande sucesso, impulsionando a criação da Escola de Farmácia no Maranhão, em 12 de março de 1922. A ideia inicial partiu dos Drs. Luís Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras, com o apoio dos farmacêuticos entusiastas Bernardo Pedrosa Caldas e João Marcelino da Silveira Teixeira (DINO, 1996). Apesar do êxito da Faculdade de Direito, o Decreto nº 8.085, de 21 de outubro de 1941, cassou seu reconhecimento, e os estudantes foram transferidos para outros estados. A instituição reabriu apenas em 1944, e “[...] por três

longos anos, então, esteve a mocidade maranhense impossibilitada de sonhar com a conquista, na própria terra, de um diploma superior” (MEIRELLES, 1994, p. 68).

Em 9 de maio de 1923, a Escola de Farmácia foi reconhecida pelo Estado como instituição de utilidade pública pela Lei nº 1.121. Em 7 de abril de 1924, seus diplomas foram validados em todo o território maranhense por decreto da Lei Estadual nº 1.163. A escola foi dirigida pelo médico e farmacêutico Dr. Achilles de Faria Lisboa. No entanto, o historiador Mário Meirelles (1994) registra a iniciativa dos juristas Fran Paxeco e Domingos de Castro Perdigão quanto à formação da escola.

Somente em 1925, a Escola de Farmácia decidiu incluir um Curso de Odontologia, já que o Maranhão precisava de cirurgiões-dentistas formados para atender às necessidades da sociedade, visto que eram poucos os cursos dessa especialidade no país. Na tentativa de solucionar a falta de cirurgiões-dentistas formados no Maranhão, o Estado promulgou a Lei n. 764 em 23 de abril de 1917, que permitia aos graduados da Escola Livre de Odontologia do Pará exercer a profissão não apenas na capital, mas em todo o estado do Maranhão (MEIRELLES, 1994).

Contudo, essa medida não resolveu completamente o problema, levando à fusão das escolas e à criação da Escola de Farmácia e Odontologia do Maranhão. Dessa forma, ao chegar à última década da primeira metade do século XX, apenas uma Faculdade de Direito e uma Escola de Farmácia e Odontologia, ambas equiparadas, representavam as únicas unidades de Ensino Superior no estado (MEIRELLES, 1994).

Na década de 1930, o Ensino Superior no Maranhão passou por mudanças significativas, impulsionadas pelas transformações políticas e educacionais em curso no país, durante o governo Vargas (1930-1945). Nesse período, o Estado centralizou-se em um esforço para estabelecer um projeto nacionalista. Enquanto a descentralização política caracterizou a Primeira República, a tendência se reverteu após 1930, com a crescente centralização em vários setores da sociedade.

No Maranhão, essa centralização foi refletida pela presença de interventores, que contribuíram para o aumento de conflitos e instabilidades políticas no estado. Entre 1930 e 1937, sete interventores governaram o Maranhão, cujos mandatos foram marcados por conflitos e instabilidades. Essa situação afetou o Ensino Superior, que passou por várias transformações nesse período de transição política e educacional (MARTINS, 2002).

O período de 1937 a 1945 marcou uma nova fase política e educacional do país, caracterizada por um conjunto de reformas educativas conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino ou Reforma Capanema (MARTINS, 2002). Em nome do princípio da autoridade e da disciplina, foram tomadas decisões que negaram a autonomia universitária. Entre os objetivos explícitos dessa nova ordenação jurídica e administrativa do Estado Novo, estavam a ordenação da educação, “a definição de competências entre os diferentes estratos de Governo (Municípios, Estados e União); a articulação entre os diferentes ramos de ensino e a implantação de uma rede de ensino profissionalizante” (CUNHA, 1981, p. 122).

No Maranhão, o Estado Novo encontrou Paulo Ramos no exercício do governo. “Ele, além de ter aderido ao projeto político-ideológico do novo regime, era detentor da confiança do presidente, passando, por isso, de governador eleito para interventor nomeado” (NINA RODRIGUES, 1993, p. 105). No ano de 1939, tanto a Faculdade de Direito do Maranhão quanto a de Farmácia e Odontologia foram obrigadas a encerrar suas atividades. O Departamento Nacional de Ensino justificou tal medida alegando a ocorrência de irregularidades administrativas nessas instituições. No entanto, há questionamentos a respeito dessa explicação, sugerindo que a ação teria sido motivada por interesses políticos em vez de problemas puramente técnicos ou administrativos (NINA RODRIGUES, 1993).

Em 1941, o Decreto nº 8.085 cassou o reconhecimento da Faculdade de Direito, levando ao seu fechamento definitivo. Os arquivos da instituição foram recolhidos pelo Ministério, e os alunos foram orientados a se transferir para escolas similares em outros estados. Somente em 1944, as faculdades foram reabertas sob outra denominação, mantidas pela recém-criada Fundação Paulo Ramos. O professor Luiz de Moraes Rêgo, então presidente da Fundação, liderou a reabertura dos Cursos de Direito e de Farmácia e Odontologia, marcando o início da ação pública em direção ao Ensino Superior, no Maranhão.

Nesse contexto, surgiu a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, o primeiro curso superior de Enfermagem na região, criado em 15 de julho de 1948 pelas Irmãs Capuchinhas e dirigido pelo Dr. Carlos Macieira e pela Irmã Metildes Maria. A instituição se propunha a ministrar três cursos: Superior, Especialização e Auxiliar de Enfermagem.

Em 1948, o Brasil vivenciou o fim da Segunda Guerra Mundial, a queda de Getúlio Vargas e o afastamento do interventor Paulo Ramos da direção do Estado. A partir daí, outras instituições foram sendo criadas ao longo do tempo, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Luís, em 1959 (MARTINS, 2002; MEIRELLES, 1994).

Instaurou-se, no Maranhão, um movimento de expansão de cursos superiores, em especial na década de 1950, centrados na capital São Luís: Enfermagem, em 1950; Medicina, em 1957; e Economia, em 1958. Em 1952, através da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, foram criados os primeiros *cursos de licenciaturas curtas* em Pedagogia, História, Geografia, Letras Neolatinas e Filosofia. A criação de tais cursos enredava-se nos objetivos do movimento pela formação em nível superior de recursos humanos para a educação básica.

No entanto, foi somente a partir da década de 1960 que houve um grande impulso no desenvolvimento do Ensino Superior no estado, com a criação de várias IES públicas e privadas. Foi nessa época que foram fundadas a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 1966, e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em meados de 1970 (SOUSA; SILVA; SILVA, 2019). A criação dessas duas universidades públicas foi um marco importante na história do Ensino Superior no Maranhão, pois possibilitou a ampliação do acesso à Educação Superior para a população do estado. Antes disso, o número de vagas nas instituições existentes era limitado, o que dificultava o acesso de muitos estudantes à universidade.

A UFMA foi criada por meio da Lei nº 5.540, de 21 de janeiro de 1966, durante o governo do presidente Castelo Branco. A criação da UFMA ocorreu em um contexto de expansão do Ensino Superior no Brasil, especialmente durante a década de 1960, quando o país passou por um período de desenvolvimento econômico e social. A ideia de criar uma universidade federal no Maranhão vinha sendo discutida há algum tempo, com o objetivo de atender às demandas educacionais do estado e da região.

Na época, o Maranhão contava com apenas uma faculdade, a Faculdade de Direito do Maranhão. A criação da UFMA representou, portanto, um marco na história da Educação Superior no Estado. A UFMA teve seu início com as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Direito e Medicina, que foram incorporadas à estrutura da nova universidade. Desde então, tem se consolidado como importante IES do Nordeste brasileiro, com oferta diversificada de cursos de graduação e pós-

graduação, além de ampla produção científica e tecnológica, bem como compromisso com o desenvolvimento socioeconômico do estado do Maranhão e da região.

Ademais, a UEMA teve sua origem na criação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), pela Lei nº 3.260, de 22 de agosto de 1972, com o objetivo de coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão. A FESM começou com quatro unidades de Ensino Superior: a Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias. Posteriormente, em 1975, a Escola de Medicina Veterinária de São Luís foi incorporada (SOUSA; SILVA; SILVA, 2019).

Em 1972, foi criada a então Faculdade de Educação de Imperatriz (FEI), que, a partir de alteração conferida pela Lei Municipal nº 37, de 1974, passou a constituir a Faculdade de Ensino Superior de Imperatriz (FESI). A instituição oferecia os cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências, na modalidade licenciatura curta, assim como em São Luís. Foram os primeiros cursos de licenciatura criados fora da capital.

Por meio da Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, a FESM foi transformada na UEMA. A UEMA passou a funcionar como uma autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, na modalidade multicampi. Na época de sua criação, a UEMA contava com três *campi* (São Luís, Caxias e Imperatriz) e sete unidades de ensino. O funcionamento da universidade foi autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987 (SOUSA; SILVA; SILVA, 2019).

A criação da UEMA ocorreu em um período de efervescência política e social no Brasil, marcado pela redemocratização do país após um longo período de ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. Esse contexto político de abertura democrática permitiu que várias IES fossem criadas em diferentes estados brasileiros, com o objetivo de expandir o acesso ao Ensino Superior e promover o desenvolvimento regional.

Processos dessa natureza também se reproduziram com as unidades do então Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) do Maranhão, que deu origem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), seguindo o mesmo padrão de concentração na capital. Somente em 2 de março de 1987, por meio da Portaria nº 157, é que foi criado o *campus* de Imperatriz, denominado Unidade de Ensino Descentralizada de Imperatriz (UNEDI). À época, o CEFET ainda se chamava Escola Técnica.

No início da década seguinte, em 2 de março de 1990, foi criada, em São Luís, a Universidade CEUMA (UNICEUMA), primeira instituição privada de Ensino Superior do Maranhão, oferecendo os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Letras e Pedagogia. Até o final da década de 1990, toda a expansão da educação privada no estado também esteve centrada na capital. Ainda na década de 1990, surgiram outras IES no estado, como a Faculdade Santa Terezinha, em 1994, e a Faculdade do Vale do Itapecuru (FAI), em 1998. Também houve uma expansão significativa das IES privadas, com a abertura de diversas faculdades e centros universitários em várias cidades do estado.

Essa evolução do Ensino Superior no Maranhão, nas décadas de 1980 e 1990, representou uma importante transformação na educação do estado. Foi proporcionado o acesso ao Ensino Superior para um número cada vez maior de pessoas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Durante o governo FHC (1995-2003), houve um aumento significativo no número de IES do estado do Maranhão. Em 1995, quando FHC assumiu a presidência, o Maranhão contava com apenas com a Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Além disso, o governo FHC incentivou a criação de IES privadas por meio da expansão do FIES, possibilitando a milhares de jovens maranhenses o ingresso ao Ensino Superior, em instituições privadas.

No período do governo Lula (2003-2011), o Estado do Maranhão recebeu investimentos significativos na área da educação, incluindo a expansão do Ensino Superior. Entre as principais iniciativas para o fortalecimento do Ensino Superior no Estado, conforme Sousa, Silva e Silva (2019), destacam-se:

- a) *o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)*: como parte do programa, a UFMA foi contemplada com recursos para a construção de novos *campi* e a ampliação de cursos e vagas em diversas áreas do conhecimento, além da expansão do IF;
- b) *o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB)*: a UAB é uma iniciativa do governo federal para oferecer cursos de graduação e pós-graduação EaD em parceria com IES públicas. No Maranhão, a UAB foi responsável pela oferta de diversos cursos superiores em municípios que não possuíam universidades, contribuindo para a democratização do acesso ao Ensino Superior;
- c) *a expansão das universidades estaduais*: além das universidades federais, o

governo do Maranhão também investiu na expansão das universidades estaduais, como a UEMA e a Universidade Virtual do Estado do Maranhão (UNIVIMA). Através da construção de novos *campi* e da ampliação de vagas em cursos superiores, foi possível ampliar o acesso ao Ensino Superior, no Estado;

- d) o *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)*: o PRONATEC foi criado pelo governo federal com o objetivo de ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes em todo o país. No Maranhão, o programa foi responsável pela oferta de diversos cursos técnicos em parceria com IES e escolas técnicas estaduais.

O programa de financiamento de crédito estudantil voltado para o Ensino Superior Brasileiro, o FIES, explanado no tópico anterior, é um programa do MEC instituído pela Lei nº 10.260⁶, de 12 de julho de 2001 (BRASIL, 2001; 2005; 2017). Coincidentemente, 2001 foi o mesmo ano em que a primeira IES privada foi instalada no Maranhão, fora da capital São Luís: a Faculdade de Imperatriz (FACIMP), criada na cidade de Imperatriz.

O FIES tem como objetivo central financiar cursos superiores integral ou parcialmente, possibilitando que o pagamento seja feito após o período de formação do estudante, dentro de um tempo previamente determinado em contrato. Esse programa contribuiu diretamente para a expansão de universidades privadas no país, atingindo, em 2017, 87% do total das IES privadas (BALTAR, 2021; INEP, 2017).

Também permitiu a expansão da rede privada de Ensino Superior no Maranhão, contudo, primeiramente limitada a São Luís, a capital, e a Imperatriz, a segunda maior cidade do estado. Em 2002, foram instaladas, em Imperatriz, a Faculdade Atenas Maranhense (FAMA) e a Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST); já o Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA/UNISULMA) foi criado em 2004; e a UNICEUMA instalou-se na cidade em 2013.

Em uma década e meia de atuação, o FIES contribuiu para a interiorização da rede privada de Ensino Superior no Estado do Maranhão, mas concentrada na cidade de Imperatriz. A implantação do empreendimento Suzano Papel e Celulose na cidade (início das obras em 2008 e término em 2013), conjuntamente com a ampliação do FIES, levou a um significativo aumento no quadro de vagas e de cursos ofertados,

⁶ O texto inicial sofreu alterações em 7 de dezembro de 2017, por meio da Lei nº 13.530 (BRASIL, 2017).

além de possibilitar – como já ocorria em outras partes do país – a entrada de grandes *holdings* educacionais. Em 2014, a *holding* Kroton/Pitágoras adquiriu a FAMA, e o grupo DeVry adquiriu a FACIMP, expandindo a estrutura de cursos e financiamento na cidade e a mercantilização da Educação Superior em Imperatriz.

Como parte integrante da Política Nacional de Educação do então governo do Partido dos Trabalhadores (PT), foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tinha como objetivo prover vagas no Ensino Superior para, pelo menos, 30% dos jovens entre 18 e 24 anos até o ano de 2010. Nesse contexto, entre 2003 e 2012, foram criadas 18 novas universidades públicas federais no Brasil, em 173 *campi*, possibilitando um aumento de cerca de 111% nas vagas ofertadas nas IES federais (BRASIL, 2012).

Dessa forma, a partir do REUNI, começou-se a reestruturar o quadro do Ensino Superior no Maranhão, por meio da reestruturação e expansão da UFMA e da reformulação dos CEFET, transformados em Institutos Federais (IFs). A esse programa se credita a base principal da expansão da interiorização da Educação Superior no Maranhão, embora ele não tenha proporcionado a criação de nenhuma universidade federal autônoma no Estado.

A política do Reuni permitiu a modernização das unidades já existentes, de São Luís e Imperatriz, e a criação de sete novos *campi*: Chapadinha, em 2005; São Bernardo, Pinheiro, Codó e Grajaú, em 2010; Balsas, em 2014; e Bacabal, em 2016. Ademais, essas transformações permitiram a expansão dos cursos de licenciatura voltados para a formação de professores, existentes apenas em Imperatriz⁷. Nesse sentido, foram criados os cursos de:

- a) Licenciatura em Ciências Naturais/Biologia;
- b) Licenciatura em Ciências Naturais/Física;
- c) Licenciatura em Ciências Naturais/Química;
- d) Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia;
- e) Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia;
- f) Licenciatura em Ciências Humanas/Filosofia;
- g) Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Agrárias;
- h) Licenciatura em Educação do Campo;

⁷ Pedagogia na UFMA, e Licenciatura em Geografia, História, Química, Matemática, Letras e Biologia no Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (CESI)/UEMA.

- i) Licenciatura em Ciências da Natureza/Matemática;
- j) Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa;
- k) Licenciatura em Linguagens e Códigos/Língua Portuguesa;
- l) Licenciatura em Linguagens e Códigos/Música.

Em paralelo, a política do REUNI permitiu a criação dos Institutos Federais, em específico do IFMA, construído em São Luís e Imperatriz com a estrutura preexistente dos CEFET, expandindo-se para 29 *campi* no estado. Essa transformação, centrada inicialmente no Ensino Médio e Tecnológico, desdobrou-se como parte integrante da Política Nacional de Educação para a implantação de Educação Superior em 19 polos no Maranhão: Açailândia, Alcântara, Araisos, Carolina, Porto Franco, Rosário, Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Buriticupu, Caxias, Codó, Coelho Neto, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Pedreiras, Presidente Dutra, Pinheiro, Santa Inês, São João dos Patos, São José de Ribamar, São Luís, São Raimundo das Mangabeiras, Timon, Viana e Zé Doca.

Na esfera estadual, durante a década de 1990, a UEMA deu início à primeira etapa de interiorização dos seus *campi*, com profundas limitações na infraestrutura e no corpo docente, com reduzida quantidade de professores. Implantou Centros de Estudos Superiores nas cidades de Açailândia, Bacabal, Balsas, Pedreiras, Presidente Dutra e São João dos Patos.

Ainda na mesma década, mais precisamente em 1995, foi criada a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SECTEC), atual Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). Seus objetivos eram formular e coordenar a política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico, tendo como órgãos vinculados a UEMA, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA) e a Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA). Essas agências, além de outras prioridades, tinham como objetivo colaborar com a expansão da Educação Superior.

Três anos depois, em 1998, a SECTEC, a FAPEMA e a EMAPA foram extintas e incorporadas pela Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Isso provocou longo prejuízo para o já frágil estímulo à pesquisa científica e tecnológica no estado. Como resultado, houve limitações no fomento à pesquisa, dificuldade para realização de concursos para professores, limitação na criação de novos concursos e expansão dos *campi* no estado.

Mais adiante, em 2003, foi publicada a Lei nº 7.844, que, entre outros aspectos,

criava a Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (GECTEC). Competia a esse órgão gerir a política estadual de ciência e tecnologia, o Ensino Superior, técnico e profissional e o apoio à pesquisa básica e aplicada, além de outras atividades previstas nos termos de seu regimento (MARANHÃO, 2003).

Ainda a cargo da Lei nº 7.844/2003, o Estado do Maranhão promoveu uma nova reorganização estrutural, criando o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do qual a UEMA passou a fazer parte. Sendo assim, a Universidade vinculou-se à GECTEC, hoje SECTI, o que permitiu a reestruturação de processos de incentivo à pesquisa científica qualificada, além de lançar novos projetos de ampliação do Ensino Superior no Maranhão, em consonância com as políticas públicas desenvolvidas na esfera federal.

Nesse contexto, foram criados mais Centros de Estudos Superiores da UEMA em diversos municípios do Maranhão. Em 2002, foram criados os centros de Grajaú, Barra do Corda e Codó; em 2005, vieram as unidades de Zé Doca, Colinas, Pinheiro, Coelho Neto e Itapecuru-Mirim. No ano seguinte, em 2006, criou-se o centro de Lago da Pedra; em 2012, o de Coroatá. Por último, em 2016, os Centros Superiores de Açailândia e Imperatriz foram desmembrados institucionalmente para a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

O projeto de regionalização da Educação Superior do Maranhão estabelecia, entre outros aspectos, a criação de universidades regionais vinculadas às necessidades das regiões e que pudessem contribuir para o desenvolvimento regional a partir do Ensino Superior. Esse projeto considerava demandas regionais para qualificação de recursos humanos, em especial no âmbito da formação de professores, para atender à regionalização.

Como parte do projeto de regionalização, sobretudo em cumprimento ao estabelecido pela Lei Estadual nº 10.099, de 11 de junho de 2014 (MARANHÃO, 2014), que aprova o Plano Estadual de Educação Básica do Maranhão (PEE/MA), o Poder Executivo do estado enviou, em 2016, o Projeto de Lei nº 181 à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA). Esse projeto resultou na criação da UEMASUL, sediada na cidade de Imperatriz, com incorporação do *campus* de Açailândia à sua base de abrangência territorial e criação do *campus* de Estreito.

Medida bastante importante, de caráter expansionista do Ensino Superior no

Maranhão, a criação da UEMASUL se deu em 3 de novembro de 2016, por meio da Lei Estadual nº 10.525. Localizada no sudoeste do Maranhão, em Imperatriz, tem como objetivo promover o desenvolvimento regional por meio da Educação Superior, pesquisa e extensão. A universidade veio para atender a uma demanda histórica da população da região, atendendo a 22 municípios que antes tinham acesso limitado às oportunidades de Ensino Superior.

Assim, o Decreto Estadual nº 32.396, de 11 de novembro de 2016, definiu a área de atuação territorial da UEMASUL, que abrange municípios dentro de uma área de regionalização denominada Região Tocantina do Maranhão, devido a sua inserção nas bacias hidrográficas dos rios Tocantins, Pindaré, Mearim e Gurupi (MARANHÃO, 2016). Geopoliticamente, a área compreende um município na Mesorregião Central Maranhense: Sítio Novo; dezoito municípios na Mesorregião Oeste Maranhense: Itinga do Maranhão, Açailândia, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia, Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Amarante do Maranhão, Montes Altos, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Ribamar Fiquene, Campestre do Maranhão, Lajeado Novo e São João do Paraíso; e três municípios na Mesorregião Sul Maranhense: Porto Franco, Estreito e Carolina.

No início dos anos 2000, houve uma expansão significativa do Ensino Superior público e privado no Maranhão. O Estado do Maranhão vem investindo na ampliação da oferta de vagas e na melhoria da qualidade do ensino, buscando democratizar o acesso ao Ensino Superior e formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho. No que diz respeito ao Ensino Superior público, as universidades estaduais e federais do Maranhão têm expandido sua oferta de cursos e vagas. A UEMA, por exemplo, criou novos *campi* e ampliou a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. A UFMA vem expandindo sua presença no interior do estado, com a construção de novos *campi*.

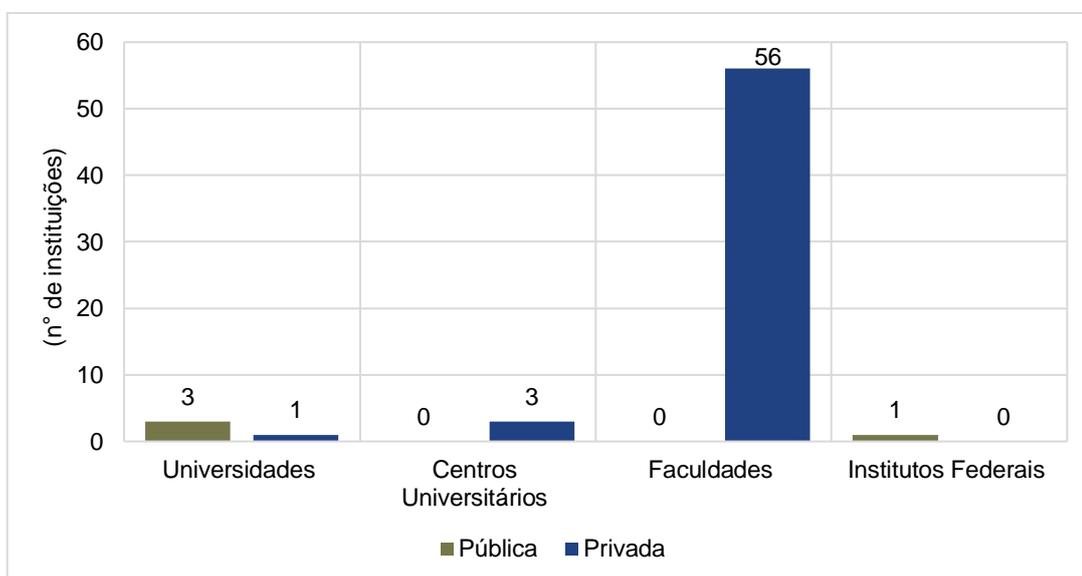
Em linhas gerais, a expansão do Ensino Superior Público e Privado no Maranhão tem contribuído para a formação de profissionais mais qualificados e para o desenvolvimento econômico e social do estado. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a melhoria da infraestrutura das instituições de ensino e o aumento do investimento público na área da educação.

O sistema de Ensino Superior maranhense é composto por IES públicas e privadas que oferecem cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. No que diz respeito às IES públicas, o estado do Maranhão conta com duas instituições federais: a UFMA e o IFMA, e duas universidades estaduais, a UEMA e a UEMASUL, além da UNIVIMA.

Além das universidades públicas, o Ensino Superior privado também tem crescido bastante. Várias instituições de ensino privadas abriram novos *campi* no estado, ampliando sua oferta de cursos e vagas. Algumas das principais instituições privadas do Maranhão incluem a Faculdade Pitágoras, a UNICEUMA, a Faculdade Estácio São Luís, a Faculdade Adventista da Bahia, a Faculdade Santa Terezinha, entre outras.

Quantitativamente, a estrutura de ensino maranhense conta com um total de 64 instituições de ensino, das quais apenas 4 são públicas, divididas em 3 universidades e um instituto federal. As outras 60 instituições são de caráter privado, sendo 56 faculdades, 3 centros universitários e uma universidade (**Gráfico 31**). De acordo com o Censo da Educação Superior de 2021, as IES privadas são responsáveis por 63,7% do número total de matrículas, incluindo tanto cursos presenciais quanto EaD. Além disso, 76,6% das matrículas correspondem a cursos presenciais. Esses dados mostram que a oferta de Ensino Superior no Estado é majoritariamente privada e que a maioria dos estudantes opta por cursos presenciais.

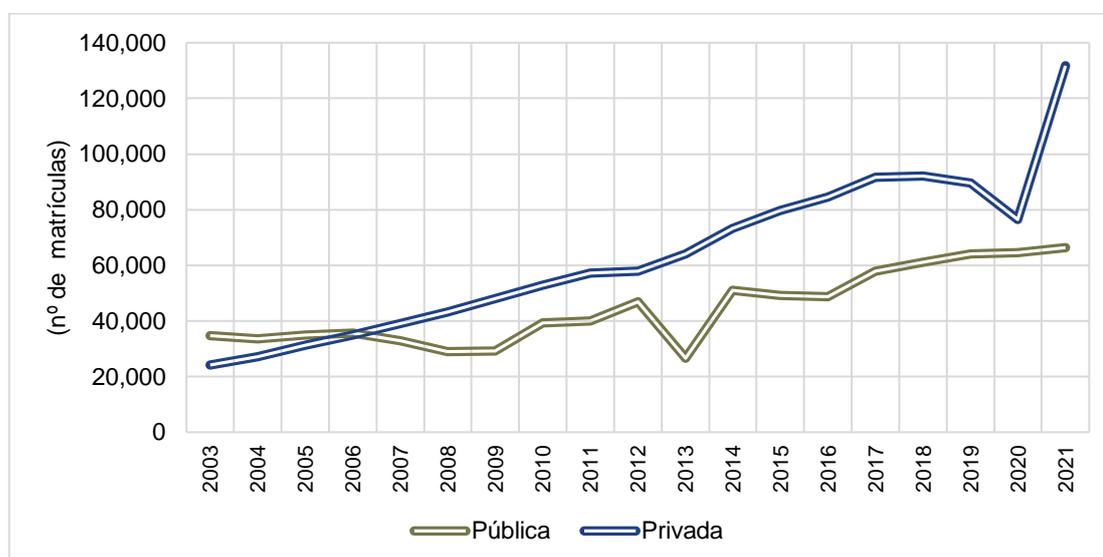
Gráfico 31 – Número de IES de acordo com organização acadêmica (Maranhão, 2021)



Fonte: INEP (2021a), elaborado pela autora (2023).

No período de 2018 a 2019, verificou-se uma redução, em âmbito nacional, de 1,0% no número de matrículas presenciais no Ensino Superior, que vinham apresentando uma tendência ascendente desde 2009. No que diz respeito à rede privada, essa queda foi ainda mais acentuada, alcançando um decréscimo de 2,8% (**Gráfico 32**):

Gráfico 32 – Evolução do número de matrículas por rede administrativa (Maranhão)



Fonte: INEP (2021a), elaborado pela autora (2023).

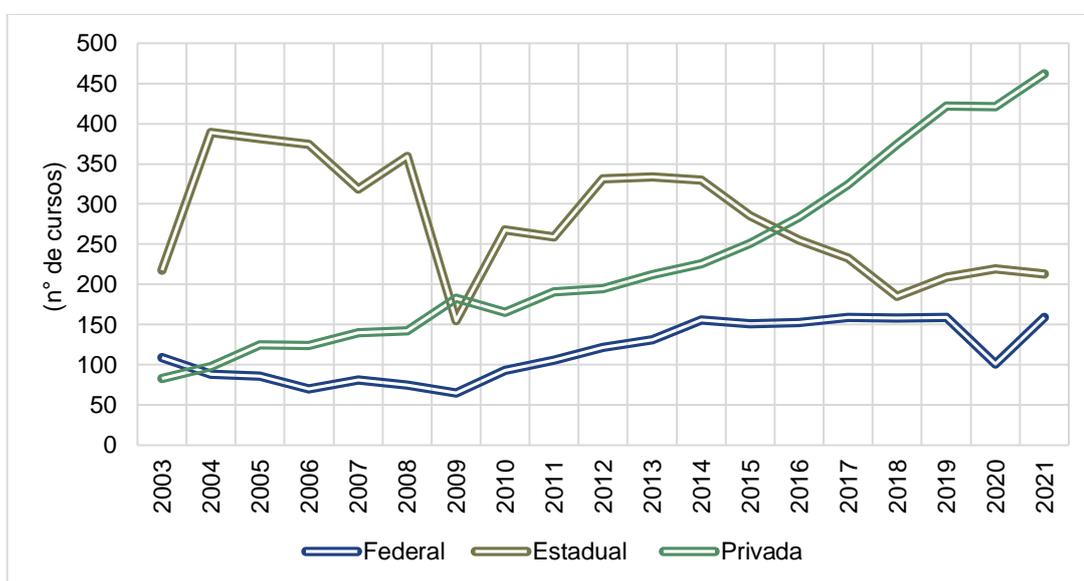
Por outro lado, observou-se um aumento significativo de 42,8% no número de matrículas na modalidade EaD no estado, entre os anos de 2018 e 2019. Esse crescimento foi ainda mais expressivo na rede privada, que registrou um aumento de 48,0% nas matrículas em cursos à distância. Na rede privada, os cursos de Direito e Enfermagem são os mais procurados na modalidade presencial, com um total de 17 mil e 7 mil matrículas, respectivamente. Já na modalidade EaD privada, o curso de Pedagogia registrou o maior número de matrículas em 2019, com um total de 7,8 mil estudantes ingressantes. Esse número representou um crescimento expressivo de 77,0% em relação ao ano anterior (2018).

A oferta diversificada de cursos no Ensino Superior, tanto na rede pública quanto na privada é outro atributo em ascensão. Na rede pública, as principais IES são a UFMA, o IFMA, a UEMA e a UEMASUL. Essas instituições oferecem cursos de

graduação em diversas áreas, como Ciências Humanas, Ciências Sociais, Exatas, Saúde, Engenharias, entre outras. Já na rede privada, existem diversas instituições de ensino que oferecem cursos de graduação em diferentes áreas, como Administração, Direito, Engenharia, Odontologia, Medicina, Pedagogia, entre outras.

Além disso, o Maranhão também tem uma oferta crescente de cursos na modalidade EaD, tanto na rede pública quanto na privada, o que amplia o acesso ao Ensino Superior para estudantes que têm dificuldades de frequentar aulas presenciais.

Gráfico 33 – Evolução do número de cursos (Maranhão)



Fonte: INEP (2021a), elaborado pela autora (2023).

O aumento no número de cursos, nas IES do Maranhão (**Gráfico 33**), pode ser atribuído a uma combinação de fatores, como a expansão das universidades públicas, programas de incentivo ao Ensino Superior, aumento da renda e da classe média, crescimento da economia e conscientização sobre a importância da educação. Nesse contexto, levando em conta o contexto do estado do Maranhão, o REUNI, por meio da criação de novos cursos, ampliação de vagas e melhoria da infraestrutura das IES, teve um impacto significativo na expansão das universidades federais presentes no estado, no caso UFMA e IFMA. Com o programa, foram criados novos cursos e ampliadas as vagas oferecidas, aumentando o acesso ao Ensino Superior no Estado.

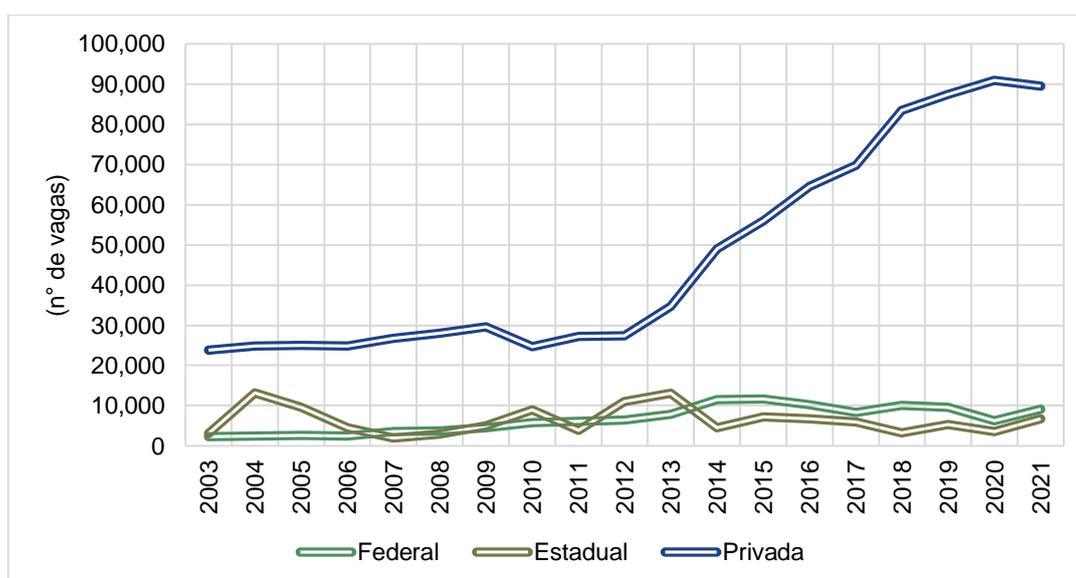
Inevitavelmente, o FIES potencializa o aumento de cursos nas instituições privadas tendo em vista a ampliação de matrículas fomentadas pelo financiamento do

curso superior. Em paralelo, mesmo com as oscilações de criações e encerramento de cursos, o quantitativo nas instituições federais cresce, principalmente a partir de 2009. A diminuição do número de cursos nas universidades estaduais do Maranhão, principalmente a partir de 2014 é resultado do encerramento de cursos na modalidade de Educação a distância e programas especiais que acabam por ter seu tempo de existência previamente definido.

Além do REUNI, outros programas e políticas públicas de expansão do Ensino Superior também tiveram impacto no aumento do número de matrículas no Maranhão. Entre eles, destacam-se o PROUNI, que oferece bolsas de estudo para estudantes de baixa renda em IES privadas, e o FIES, que oferece financiamento para estudantes de cursos superiores em instituições privadas. Esses programas têm como objetivo ampliar o acesso ao Ensino Superior para pessoas que, de outra forma, não teriam condições de pagar por uma educação universitária.

De acordo com os dados disponíveis na Sinopse Estatística do Censo da Educação Superior, o aumento no número de vagas nas instituições públicas é bastante modesto, se comparado às instituições privadas (**Gráfico 34**).

Gráfico 34 – Evolução do número de vagas por categoria administrativa (Maranhão)



Fonte: INEP (2021b), elaborado pela autora (2023).

Em 2010, a UFMA ofereceu 3.080 vagas, representando um aumento de 26,4% em relação a 2007, quando a instituição ofereceu 2.436 vagas. Já em relação ao

número total de vagas oferecidas no estado pela rede privada, em 2007, o número era de 26.761 vagas, enquanto, em 2010, o número caiu para 24.678 vagas. No geral, pode se observar um aumento gradual no número de vagas na rede federal, estadual e, principalmente, nas instituições privadas. No entanto, é importante ressaltar que o acesso à Educação Superior ainda é um desafio para muitas pessoas no estado, especialmente aquelas de baixa renda ou em áreas remotas.

No que se refere à distribuição das matrículas por modalidade de ensino, a maioria das matrículas no Maranhão (72,6%) foi realizada em cursos presenciais, enquanto os cursos à distância concentraram 27,4% das matrículas. Quanto à distribuição das matrículas por grau acadêmico, a maioria dos estudantes maranhenses (86,7%) estava matriculada em cursos de graduação, enquanto os cursos de pós-graduação concentraram 13,3% das matrículas (INEP, 2021b, 2020, 2019).

De todas as transformações que ocorrem no interior do estado do Maranhão nas últimas duas décadas, a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL em consonância com a regulamentação que cria a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense é a mais relevante. Ela abre a porta para algo até então inexistente no interior do Maranhão: a relativa autonomia universitária.

Relativa pois não há de fato em sua totalidade a autonomia universitária, que ainda é uma transformação que se luta e aguarda no Estado do Maranhão. Mas a UEMASUL está no cerne da interiorização da Educação Superior nesta Região Metropolitana (RMSM). E ela foi implantada na principal cidade média do interior do estado de maior capacidade de polarização: Imperatriz.

Esse movimento na Região Metropolitana do Sudoeste do Maranhão, centrada na UEMASUL e na formação dos professores, vai nos apresentar elementos para a capacidade de polarização de Imperatriz e dessa interiorização e dos movimentos de atuação de estudantes de outros municípios em busca de formação como elemento de desenvolvimento desta região. Tais discussões serão abordadas no **capítulo 5**.

Capítulo 5

REDE URBANA E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA RMSM

A rede urbana deve ser compreendida não apenas como estrutura de gestão regional, mas sobretudo como estrutura que se forma de modo complexo, contraditório e sistêmico, ao longo de uma continuidade espacial e temporal, com vistas à constituição de vários resultados. Dessa forma, é imprescindível que, em sua constituição, o rigor técnico deva ser considerado, sob pena de que a compreensão sobre metropolização, compreendida como um fenômeno urbano, que ocorre quando uma cidade se desenvolve, exercendo influência nas cidades vizinhas, perca o sentido.

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), enquanto estratégia de regionalização e interiorização da Educação Superior na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM), representa elemento de ruptura histórica na ampliação do acesso à Educação Superior e transformação dos condicionantes socioeconômicos urbano-regionais. Todavia, ela não pode ser vista como instrumento isolado, dentro de cenário mais amplo que compõe 22 municípios de uma metropolização criada pela esfera estadual.

Tendo em vista esse panorama, o que se busca evidenciar são as inúmeras complexidades que se apresentam dentro de uma rede urbana, a partir de metropolizações que, muitas vezes, sobrepõem-se a estruturas já previamente existentes, como as regiões geográficas, e os inúmeros aspectos existentes quanto à dinâmica socioeconômica e os fluxos que integram, expulsam e atraem pessoas, diariamente. Nesse sentido, o presente capítulo percorre dois objetivos principais: a) evidenciar o papel da UEMASUL no processo de interiorização da Educação Superior, na RMSM; e b) identificar as complexas relações de polarização e subordinação na rede urbana RMSM, a partir dos cursos de formação de professores estabelecidos pela UEMASUL, em Imperatriz.

Assim, este último capítulo, seguindo a estrutura dos anteriores, está dividido em três tópicos. O primeiro deles, *A Universidade Estadual da Região Tocantina do*

Maranhão (UEMASUL) enquanto estratégia de interiorização do Ensino Superior, visa evidenciar o papel da instituição no processo de interiorização da Educação Superior, dentro da RMSM. Para tal, faz-se resgate de sua constituição enquanto universidade autônoma e o papel dos cursos no contexto urbano-regional.

O segundo tópico, *A formação de professores enquanto indicador de desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense*, aparece como sequência do anterior, subsidiando, a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as recentes transformações positivas e, ainda, gargalos na atuação docente, nos municípios da RMSM. Por fim, em *Polarização e centralidade dos fluxos de estudantes de licenciatura na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense*, são expostos dados a partir das relações de influência e subordinação que são constituídas dentro da RMSM, por meio de Imperatriz e os cursos de formação de professores da UEMASUL.

5.1 A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) enquanto estratégia de interiorização do Ensino Superior

A UEMASUL é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e foi criada nos termos da Lei nº 10.525, de 03 de novembro de 2016, com início de seu funcionamento em 01 de janeiro de 2017. Sua criação é um marco no processo da Educação Superior Pública no Estado do Maranhão, por ser a primeira universidade regional maranhense da história da Educação do Estado, por estar fora da região metropolitana da capital, além de estar em uma região marcada por indicadores socioeconômicos frágeis, como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho.

Integra, então, juntamente com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado pela Lei Estadual nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, atualmente vinculado à SECTI. O Decreto Estadual nº 32.396, de 11 de novembro de 2016, definiu a área de atuação territorial da UEMASUL, que abrange 22 municípios componentes da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM) já mencionados anteriormente.

A implantação da UEMASUL⁸ se deu na cidade de Imperatriz, como mencionado no **Capítulo 3**, a segunda mais importante cidade do estado socioeconomicamente, que se apresenta como principal entroncamento político-econômico do interior do Maranhão, em sua porção sudoeste. Imperatriz, além de cidade média, representa o principal centro na Região Tocantina do Maranhão e em toda a Região Geográfica Imediata e Intermediária de Imperatriz.

O quadro histórico de busca pela interiorização, ou até mesmo construção de um centro autônomo, embora tenha forte participação na evolução do Ensino Superior do estado do Maranhão – apresentado na nossa linha do tempo –, possui sua própria particularidade histórica. Nesse contexto, o Ensino Superior, no sul do Maranhão, tem sua história radicada e irradiada a partir da cidade de Imperatriz e inicia como política pública municipal, quando, por meio das Leis Municipais nº 09 e 10, de 06 e 08 de agosto de 1973, respectivamente, o prefeito José do Espírito Santo Xavier cria a Fundação Universidade de Imperatriz (FUIM), posteriormente alterada para Faculdade de Educação de Imperatriz (FEI) (UEMASUL, 2019a).

Em 1974, através da Lei Municipal nº 37, a denominação da FEI é modificada para Faculdade de Ensino Superior de Imperatriz (FESI). Com a Lei Estadual nº 3.260, de 22 de agosto de 1972, havia sido criada a Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do Sistema Educacional Superior do Maranhão. Por meio do Decreto Estadual nº 7.197, de 16 de julho de 1979, a FESI é incorporada à FESM.

Na ocasião, a FESI oferecia os cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências, na modalidade licenciatura curta. Esses cursos foram autorizados pelo Parecer nº 75/1974, do Conselho Estadual de Educação (CEE/MA), e pelo Decreto Federal nº 79.861, de 27 de junho de 1977. Posteriormente, os cursos foram reconhecidos pela Portaria nº 147, de 06 de fevereiro de 1980, do Ministério da Educação (UEMASUL, 2019a).

Por conseguinte, a Lei Estadual nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, a partir da FESM, criou a UEMA – com funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987, como uma autarquia de regime especial, pessoa

⁸ Embora seja um marco na interiorização e desenvolvimento regional, a criação da UEMASUL não veio acompanhada de sua autonomia financeira, o que demanda por significativos entraves quanto a sua atuação mais efetiva na região.

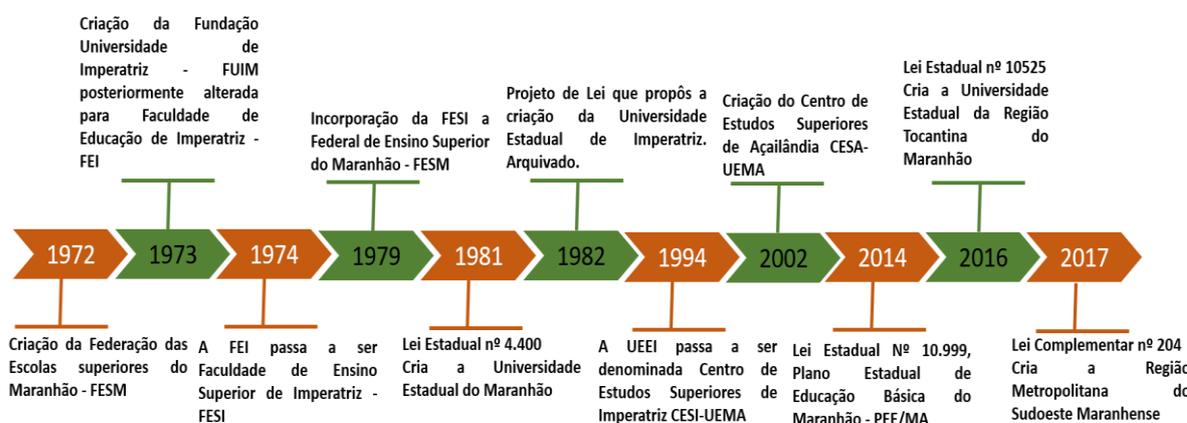
jurídica de direito público. Assim, a FESI, em Imperatriz, foi integrada à UEMA, inicialmente como Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz (UEEI).

Em 1982, foi apresentado um Projeto de Lei (PL) na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA), que propunha a criação da Universidade Estadual de Imperatriz (UEI), porém ele foi arquivado. Entretanto, por meio da Portaria nº 501, de 03 de julho de 1985, do Ministério da Educação, foi autorizada a plenificação dos cursos da UEEI. A partir da reorganização da UEMA, pela Lei nº 5.921, de 15 de março de 1994, a UEEI passou a ser denominada de Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (CESI) (UEMASUL, 2019a).

Em 2002, a Lei Estadual nº 7.734, de 19 de abril de 2002, dispôs novas alterações na estrutura administrativa do Governo, e a UEMA passou a integrar a Gerência de Estado de Planejamento e Gestão. Nesse mesmo ano, por meio da Lei Estadual nº 7.767, de 23 de julho, foi criado o Centro de Estudos Superiores de Açailândia (CESA), que iniciou suas atividades com os cursos de Licenciatura em Matemática e Ciências Biológicas (UEMASUL, 2019a).

Mais do que uma característica brasileira de desenvolvimento da Educação Superior (de forma tardia), no Maranhão, essa particularidade se acentua em sua história e vai apresentar possibilidades de mudanças somente a partir de 2016. Assim, lentos, tardios e desorganizados foram os processos (**Figura 13**) que levaram à criação da UEMASUL, no ano de 2016, com início de seu funcionamento a partir do desmembramento da UEMA, no ano de 2017.

Figura 13 – Principais eventos históricos na criação da UEMASUL



Fonte: autora (2023), com base em UEMASUL (2017).

Como parte integrante do projeto de regionalização da Educação Superior do estado do Maranhão – sobretudo em cumprimento ao estabelecido na Lei Estadual nº 10.099, de 11 de junho de 2014, que aprova o Plano Estadual de Educação Básica do Maranhão (PEE/MA), metas 13, 14 15, 16 e 17 –, em 26 de setembro de 2016, o Poder Executivo do estado enviou à ALEMA o PL nº 181/2016. Esse projeto ensejou a criação da UEMASUL.

No ato de sua criação, a universidade apresentava, e ainda apresenta, maior quantidade de cursos de licenciatura (**Quadro 6**), apontando para a relevância histórica, centrada em Imperatriz, na vocação regional de formação de professores para toda a região.

Quadro 6 – Cursos ofertados na UEMASUL

Centro de Ciências Agrárias (CCA)							
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de Vagas Anuais	Turno	Ano de início	Ato de criação
01	Engenharia Agrônômica	Bacharelado	5	40	Int.	2003	Res. 116/1994 CONSUN/UEMA
02	Engenharia Florestal	Bacharelado	5	30	Int.	2001	Res. 804/2010 CONSUN/UEMA
03	Medicina Veterinária	Bacharelado	5	30	Int.	2003	Res. 116/1994 CONSUN/UEMA
Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL)							
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação
01	Administração	Bacharelado	4	35	Vesp. Not.	1993	Res. 451/1996 - CEE
02	Geografia	Licenciatura	4	40	Not.	1995	MP. 938/1995 - SESU
03	História	Licenciatura	4	40	Mat. Not.	1992	Res. 100/1992
04	Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas	Licenciatura	4	35	Vesp. Not.	1986	Res. 917/2015 CONSUN/UEMA
05	Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa	Licenciatura	4	35	Not.	1974	Lei Municipal 10/1973 Res. 914/2015 CONSUN/UEMA
06	Letras Inglês	Licenciatura	4	40	Vesp. Not.	2020	Res. 073/2019 CONSUN/UEMA
07	Pedagogia	Licenciatura	4	40	Mat.	2002	Res. 118/1994 CONSUN/UEMA

Centro de Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas (CCENT)							
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso
01	Física	Licenciatura	4	30	Not.	2008	Res. 737/2008 CONSUN/UEMA
02	Ciências Biológicas	Licenciatura	4	40	Mat. Vesp.	2008	Res. 707/2008 CONSUN/UEMA
03	Química	Licenciatura	4	40	Mat. Vesp.	2014	Res. 855/2013 CONSUN/UEMA
04	Matemática	Licenciatura	4	40	Not	2015	Res. 918/2015 CONSUN/UEMA
05	Ciências com Habilitação em Matemática	Licenciatura	4	30	Not	1985	-
Centro de Ciências da Saúde (CCS)							
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso
01	Medicina	Bacharelado	6	80	Int.	2020	Res. 075/2019 CONSUN/UEMASUL
Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras (CCHSTL)							
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso
01	Administração	Bacharelado	4	60	Vesp. Not.	2009	Res. 663/2006-A CONSUN/UEMA
02	Letras Licenciatura com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa	Licenciatura	4	60	Vesp. Not.	2006	Res. 663/2006 CONSUN/UEMA
03	Letras, Licenciatura, em Língua Portuguesa, e Literatura de Língua Portuguesa	Licenciatura	4	40	Vesp. Not.	2016	Res. 910/2015 CONSUN/UEMA
04	Tecnologia de Gestão Ambiental	Tecnólogo	2	35	Not.	2012	Res. 831/2012 CONSUN/UEMA
05	Engenharia Civil	Bacharelado	5	80	Int.	2016	Res. 940/2016 CONSUN/UEMA
06	Pedagogia	Licenciatura	4	40	Mat.	2020	
Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras (CCANL)							
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de início	Ato de criação do curso

01	Letras Língua Portuguesa e Literaturas	Licenciatura	4	40	Not.	2020	Res. 071/2019 CONSUN/UEMASUL
02	Ciências Naturais Licenciatura em Matemática ou Física	Licenciatura	4	80	Not.	2020	Res. 072/2019 CONSUN/UEMASUL
03	Engenharia Agrônômica	Bacharelado	5	40	Diu.	2020	Res. 079/2019 CONSUN/UEMASUL

Fonte: CPP (2020) apud UEMASUL (2021).

Essa vocação regional pode ser considerada a partir da centralidade que Imperatriz apresenta no âmbito regional, polarizando vários outros centros nos estados do Maranhão, Tocantins e Pará. Mesmo com unidades avançadas de educação a distância (EaD) de outras instituições, os cursos de licenciatura presenciais, no *campus* de Imperatriz, atraem número significativo de estudantes.

A instituição abrange os 22 municípios que compõe a RMSM e se torna um marco legislativo para a regionalização, tanto da região metropolitana, quanto para a Região Tocantina, que, até então, não aparecia em uma política formal específica do estado maranhense. São estabelecidos, inicialmente, dois *campi* localizados nas cidades de Imperatriz e Açailândia. Depois, é incorporada a cidade de Estreito (**Figura 14**), incluindo dois novos cursos de licenciatura: Ciências Naturais e Letras.

Figura 14 – Campi da UEMASUL de Imperatriz, Açailândia e Estreito



Fonte: UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

Inicialmente, não era previsto um *campus* para a cidade de Estreito, que só fez parte do quadro institucional a partir da doação do prédio feita pela prefeitura municipal da cidade, em 2019, com previsão de início das atividades para o ano de 2020. Sobre

a inserção da cidade, a Pró-Reitora de Planejamento e Administração (2017-2021), Sheila Elke Araújo, destacou: “O prédio passará por pequenas adequações para receber os laboratórios específicos de cada curso, de acordo com o planejamento que elaboramos para a implantação da UEMASUL em Estreito” (UEMASUL, 2019b, online).

A lógica de construção de *campi* da UEMASUL segue a centralidade urbano-regional exercida pelas cidades, exceto no caso da cidade de Estreito. Considerou a existência de dois prédios já construídos em Imperatriz e Açailândia, bem como os fluxos históricos já existentes de estudantes para essas duas cidades. As duas primeiras cidades representam centralidade socioeconômica regional significativa, principalmente Imperatriz, que é o principal centro urbano do sul do estado, sendo responsável por toda uma região geográfica intermediária que compõe mais de 40 municípios. Além disso, Açailândia é responsável por uma região geográfica imediata composta por 5 municípios.

Essa interiorização amplia a perspectiva de formação de professores, na medida em que desconcentra a gestão da universidade da capital e permite, através de limitada autonomia universitária, a gestão própria quanto às formas de oferta de cursos. Quando observados os 15 principais cursos de licenciatura (**Tabela 3**), no Brasil, identifica-se que a UEMASUL apresenta, em seu quadro, 10 desses cursos.

Tabela 3 – 15 principais graduações em licenciatura, no Brasil, conforme número de matrículas (2021)

Posição	Curso	Matrículas
1	Pedagogia	789.197
2	Educação física formação de professor	122.289
3	Matemática formação de professor	98.250
4	História formação de professor	93.873
5	Letras português formação de professor	80.415
6	Biologia formação de professor	78.106
7	Geografia formação de professor	52.547
8	Letras português inglês formação de professor	42.958
9	Química formação de professor	37.374

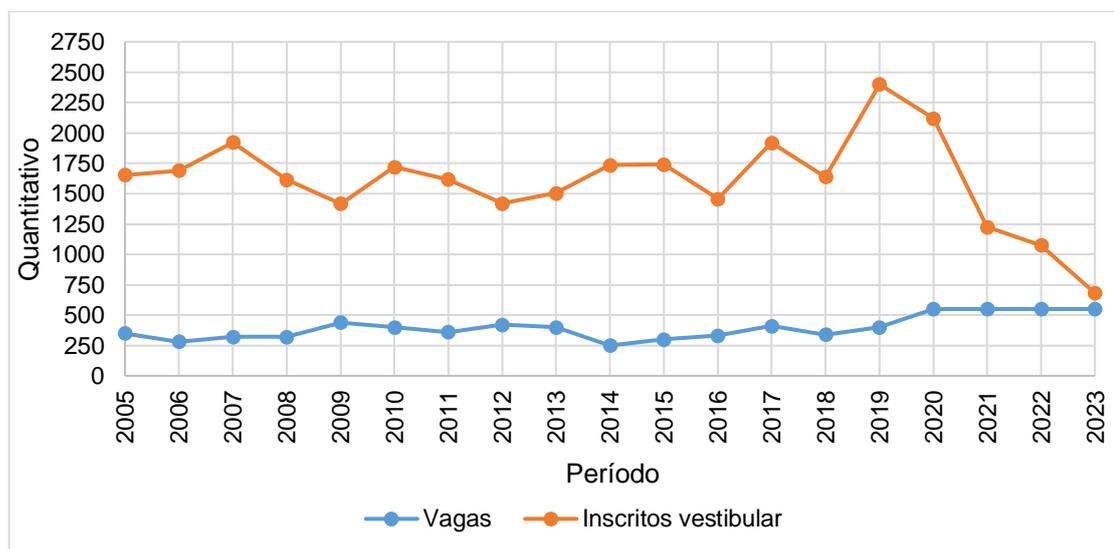
10	Física formação de professor	29.997
11	Letras inglês formação de professor	27.761
12	Artes visuais formação de professor	25.968
13	Filosofia formação de professor	22.222
14	Música formação de professor	17.617
15	Ciências sociais formação de professor	17.515

Fonte: INEP (2021b). Org.: a autora (2023).

Tal particularidade representa, no cenário regional, componente expressivo na manutenção e ampliação de mecanismos para a formação de professores, para atender toda a porção sul do estado, e não apenas a Região Tocantina do Maranhão.

A inserção da UEMASUL possibilitou a ampliação do número de vagas e, consecutivamente, a atração do número maior de estudantes (**Gráfico 35**), em face da maior aproximação institucional de municípios que, anteriormente, encontravam-se distantes das universidades.

Gráfico 35 – Evolução do número de ofertas de vagas da UEMASUL



Fonte: PAES/UEMA (2023). Org.: a autora (2023).

Em específico, observa-se que, entre os anos de 2005 e 2016, quando os *campi* de Imperatriz e Açailândia ainda eram pertencentes à UEMA, foi ofertada a média de 382 vagas anuais, com média de 1.625 candidatos inscritos anualmente no vestibular. Por outro lado, entre os anos de 2017 a 2023, já com a criação da UEMASUL, houve média de 557 vagas anuais e média de 2.128 inscritos anuais no

vestibular.

É fundamental evidenciar que há, a partir de 2020, uma diminuição expressiva no número de estudantes inscritos no vestibular, tendo sido o menor número no ano de 2023. Tal queda em muito se expressa a partir de reflexos da pandemia de Covid-19, que se mantém ainda como desafio às instituições, em âmbito nacional, principalmente àquelas em regiões periféricas, uma vez que as deficiências na formação dos estudantes candidatos se agravaram no período.

É salutar destacar o papel conceitual que a região tem na criação da UEMASUL, enquanto categoria geográfica de análise. Conforme Haesbaert (2010, p. 24):

Pensar em região, assim, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização – seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja como dinâmicas efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais.

Boscariol (2017) destaca que a regionalização é resultado do ato de regionalizar, ou seja, é resultado de uma ação intencional de determinados agentes sociais como governos, instituições, grandes empresas etc. Por meio de seleção de variáveis ou fenômenos, esses agentes imprimem, no espaço geográfico, uma determinada racionalidade, que traduz suas intenções na forma de uma organização espacial e permite sua atuação seletiva e orientada pelo espaço.

A partir desse contexto, os estudos das especificidades de cada região permitem aos agentes (governos, instituições, empresas etc.) formularem políticas e estratégias direcionadas às necessidades de cada localidade ou região. Isso resulta em políticas mais eficientes no que diz respeito ao desenvolvimento de cada região. Assim, com a regionalização, a partir da criação de regiões, é possibilitada uma compreensão harmônica do que é o desenvolvimento regional.

Fundamentalmente, a formação de recursos humanos e avanços na ciência são degraus para a emancipação de regiões e grupos sociais. Dessa forma, há de se considerar, como premissa fundamental deste trabalho, a relevância inequívoca da interiorização da Educação Superior, em especial a formação de professores, como estratégia de desenvolvimento regional.

Nesse sentido, como apontam Sousa e Freiesleben (2018), o desenvolvimento regional é o fornecimento de ajuda e assistência, pela ação de agentes sociais, a outras regiões que são menos desenvolvidas economicamente, realçando o resultado

das políticas de desenvolvimento global. Considera, em seus objetivos, um equilíbrio racional da utilização e dinamização de um território, podendo ser de natureza nacional ou internacional, geralmente desenvolvido pelo aparelho estatal, por meio de políticas públicas.

Para Corrêa, Silveira e Kist (2019), a noção de desenvolvimento regional surge da identificação de teorias econômicas e teorias espaciais, ou mesmo de localização, em que a finalidade era explicar a concentração territorial da produção e explicar as questões mercadológicas da economia, de maneira geral. Nesse sentido, a noção de desenvolvimento regional envolve compreender as disparidades e desigualdades regionais devido a um processo de desenvolvimento desigual, tanto no âmbito global, quanto subnacional.

Assim, o desenvolvimento regional tem, como um de seus principais objetivos, a redução das desigualdades, buscando o progresso de regiões que antes eram *carentes e/ou isoladas*. Logo, ao observar de forma clara a expressão *desenvolvimento regional*, percebe-se que a própria expressão já sugere uma divergência em relação às desigualdades.

Mas quais os agentes fomentadores desse processo de desenvolvimento regional? Uma primeira concepção afirma que desigualdades deveriam/poderiam ser evitadas pela superação das condições materiais que, continuamente, recriam-nas – isso através da autonomia de cada comunidade regional. A segunda concepção, de cunho liberal e/ou neoliberal, destaca que as desigualdades só podem ser corrigidas pelo mercado. Por fim, e em oposição a esta última, tem-se a concepção de cunho intervencionista que enfatiza que as desigualdades só podem ser corrigidas pelo Estado (THEIS, 2019).

Na primeira concepção – dentro dos possíveis agentes provocadores do desenvolvimento regional –, tem-se a autonomia de cada comunidade regional na definição de seu projeto societário. Assim, cada comunidade regional tem a própria autonomia de desenvolver projetos que possibilitem a minimização das disparidades regionais, promovendo um desenvolvimento de forma harmoniosa e sustentável. Portanto, dentro dessa lógica, “[...] não se desconhece nem o mercado nem o Estado, [...] tampouco se ignora a existência da moderna sociedade produtora de mercadorias, da qual o mercado e o Estado são instituições ancilares” (THEIS, 2019, p. 355).

Já para os que acreditam na concepção de que o desenvolvimento regional

pode ser corrigido pelo mercado, há a ideia de que o mercado se autorregula, sem intervenção do Estado. À vista disso, esse ponto de vista pressupõe a ideia de que são as intervenções estatais a causa das desigualdades (THEIS, 2019; LIMA, 2006).

Para Lima (2006), a concepção de desenvolvimento econômico a partir de ideais neoliberais tem, como resultado teórico, o pensamento de que se torna desnecessária a intervenção direta do Estado, como promotor de políticas públicas de desenvolvimento em regiões relativamente deprimidas. Entretanto, de acordo com Theis (2019, p. 354), “a despeito de reconhecer a hegemonia dos liberais no debate, investir num detalhamento de seu argumento constituiria desperdício de tempo e papel escassos”.

Já a visão que apoia a intervenção dentro do contexto de desenvolvimento regional aborda que a concepção de que o mercado se autorregula é ficção, além de possível potencial de desigualdades. Esse entendimento permite considerar dois pontos cruciais: é preciso corrigir as desigualdades e regular o mercado que as produz. Dessa forma, o Estado, que desempenha o papel de regulador e organizador do mercado, teria o efeito de reduzir ou minimizar a criação de desigualdades sociais e espaciais (THEIS, 2019).

Nesse sentido, em contraposição à concepção liberal ou neoliberal neoclássica – com seu ideário dos mecanismos de mercado como fatores necessários e suficientes para a garantia de equilíbrio –, a concepção da atuação do Estado para a minimização das desigualdades regionais inclui a proposição de planos, estratégias, programas, projetos e atividades voltados tanto para o desenvolvimento regional, quanto para o planejamento urbano (LIMA, 2006).

Assim, é caso comum governos nacionais e regionais promoverem políticas e projetos para a atração de grandes investimentos multinacionais para seus territórios. É o caso da criação de instituições e programas regionais com intuito de viabilizar incentivos fiscais para a atração de grandes empresas capitalistas, possibilitando, assim, a integração e o desenvolvimento de regiões outrora *isoladas*.

Em oposição a essas práticas de concessão de incentivos e subsídios a grandes empresas, porém concordando com a intervenção do Estado, na promoção do desenvolvimento regional, Lima (2006) destaca que os governos não deveriam poupar esforços na melhoria do sistema educacional. O autor exemplifica apontando para incentivos aos laços entre indústria e universidade, além de concentração na

criação de um ambiente infraestrutural – físico, social, tecnológico – que se torne atrativo para os tomadores de decisão de investimento.

Portanto, tem-se, na educação, um dos fatores fundamentais no processo de desenvolvimento regional, visto que, a partir dela, há um processo de reconhecimento e capacitação dos indivíduos, promovendo o reforço e a efetividade das conexões sociais e direcionamento da atenção para o progresso local. Assim, a partir da aquisição de conhecimentos, o indivíduo aumenta sua renda, sua qualidade de vida, o que possibilita o desenvolvimento de determinada região, ainda que seja um processo lento e que necessita de constantes ajustes (SOUSA; FREIESLEBEN, 2018).

Destarte, os indivíduos, de posse do conhecimento, a partir da educação, têm seu comportamento modificado, o que passa a beneficiar não somente o desenvolvimento pessoal, mas também o de seu local, conseqüentemente de sua região. Sousa e Freiesleben (2018) afirmam que a educação, como matriz principal do desenvolvimento regional, desempenha um papel fundamental, uma vez que desperta a consciência do indivíduo em relação a sua realidade social, servindo como um motivador psicológico para sua evolução.

De acordo com Pantoja e Pinto (2011), a educação é um fator de formação humana que contribui diretamente para o desenvolvimento regional e local, possibilitando que o indivíduo seja um sujeito civilizado, participativo, criativo, reflexivo, crítico e ativo. Assim, para os autores, a educação possibilita maior qualidade de vida humana e social, além de estimular o princípio da sustentabilidade na economia local. Em concordância, Gumbowsky et al. (2020, p. 80) observam que:

Entender o conceito de desenvolvimento além da questão econômica resulta numa busca de assuntos relevantes que norteiam o real entendimento de ir além de fatores econômicos, visto que há uma gama de contextos que envolvem o desenvolvimento de uma determinada região. A educação é uma porta de conhecimento que sem dúvida alimenta a ideia de uma região desenvolvida, pois o viés educacional cria oportunidade de crescimento pessoal capaz de refletir na região onde os sujeitos envolvidos são atuantes.

Desse modo, o desenvolvimento de uma região não está atrelado apenas a relações econômicas, mas também deve-se identificar e resolver suas fragilidades e problemas no âmbito social, isto é, o desenvolvimento deve ser pautado em melhorias da tripla condição – social, econômica e cultural. Assim, condiciona-se bem-estar social com qualidade de vida, de modo que a renda seja acessível à população.

Desenvolvimento não se limita a prover uma dada população de bens materiais e econômicos. Pelo contrário, é preciso considerar o seu caráter de totalidade, de um todo indissociável, assim permitindo que o conceito inclua preocupações como: a redução de desigualdades territoriais, a promoção de justiça social e espacial, e a busca da dignidade como sua finalidade última (THEIS, 2019, p. 338).

Perante essa problemática referente às desigualdades regionais, pode-se compreender, como desenvolvimento regional, a melhoria de índices tais como: crescimento econômico, fatores sociais, culturais, ambientais e políticos. Dessa forma, devem ser criadas ações com finalidade de colaboração entre o setor público e privado, com o objetivo de oferecer soluções para os problemas específicos de uma determinada região. É nesse contexto de oportunidades que se inserem os impactos gerados pela educação de qualidade (ARAÚJO et al., 2021).

Assim, para que haja o sucesso no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e regional, minimizando-se, assim, as disparidades e desigualdades regionais, faz-se necessária a oferta de uma educação de qualidade, uma vez que a educação é um dos principais indicadores de desenvolvimento. Nesse sentido, educação de qualidade é salutar para a formação de cidadãos capazes de transformar e agir nas regiões em que estão inseridos. Isso é fundamental para que ocorra, de forma transformadora, o desenvolvimento de uma região (GUMBOWSKY et al., 2020).

Gumbowsky et al. (2020) destacam que desenvolvimento e educação sempre foram pautas de discussão de vários setores e que uma educação de qualidade requer planejamentos, investimentos e recursos que tenham um impacto positivo no progresso de determinada região. Posto isso, a educação “reflete na capacidade de investimentos sociais e econômicos indispensáveis aos seres humanos para que se tenha a diminuição da desigualdade” (GUMBOWSKY et al., 2020, p. 80).

Sendo assim, há vínculo direto entre desenvolvimento regional e educação de qualidade. Por conseguinte, o desenvolvimento econômico de determinada região é atrelado ao desenvolvimento tecnológico, processo esse que requer trabalho qualificado, dado que o uso da tecnologia diminui as oportunidades de emprego de baixa qualificação, provocando mudanças significativas na composição dos empregos. Ou seja, o desenvolvimento tecnológico, em uma região, faz surgir novos empregos, mais qualificados (GUMBOWSKY et al., 2020).

É a partir disso que a educação de qualidade se faz necessária, pois possibilita

que pessoas qualificadas possam atender a essas demandas tecnológicas, permitindo, assim, efeitos benéficos tanto para a sociedade, quanto para os indivíduos. Assim, a educação possibilita a preparação do indivíduo para as oportunidades de emprego que vão surgindo, de acordo com as necessidades mercadológicas e o progresso de determinados locais e regiões em que ele está inserido (GUMBOWSKY et al., 2020).

Ainda para Gumbowsky et al. (2020), é dentro desse contexto de educação de qualidade, como fator decisivo na construção de uma região desenvolvida, que está inserido o papel do Ensino Superior na construção de uma população com maior qualidade e expectativa de vida, o que possibilita, dessa forma, o desenvolvimento regional, este que está intimamente ligado a essas questões. Assim, o Ensino Superior desempenha um papel significativo na promoção do progresso econômico, social e cultural de determinada região.

Nesse contexto, o Ensino Superior, através das universidades e Instituições de Ensino Superior (IES), têm contribuído, de maneira eficiente e eficaz, para a melhoria da qualidade de vida em determinada região. Isto é, o Ensino Superior se sobressai como fator salutar para impulsionar os processos e as dinâmicas de desenvolvimento da região, possibilitando melhorias nas competências de recursos humanos e estimulando atividades criativas e inovadoras. Assim, o Ensino Superior possibilita melhores níveis de qualificação (ARAÚJO et al., 2021).

O Ensino Superior tem cooperado não apenas em proporcionar uma maior qualificação das pessoas, mas também na promoção do desenvolvimento cultural, através da realização de eventos, inovação e pesquisa, frequentemente em parceria com empresas locais. Além disso, projetos de extensão são desenvolvidos com o objetivo de proporcionar atividades voltadas para o bem-estar social (ARAÚJO et al., 2021).

A criação da UEMASUL surge no quadro urbano-regional do Maranhão como componente não apenas da interiorização da Educação Superior, mas sobretudo como estratégia de regionalização do próprio estado do Maranhão sob a Educação Superior. Isso se dá ainda que existam divergências inequívocas sobre a abrangência de uma universidade que surge com uma sigla que denota para o sul do estado, mas, em seu nome, aponta para uma região própria do Maranhão, a Tocantina.

Nesse caso, é importante compreender que a UEMASUL, integralmente, faz

parte de uma estratégia de interiorização da Educação Superior no Maranhão, enquanto componente de regionalização da própria RMSM, mesmo que em sua nomenclatura expresse-se a Região Tocantina do Maranhão. Os marcos legais do estado do Maranhão se conectam, temporalmente, para abranger meios de desenvolvimento do interior do estado a partir da implantação da Educação Superior.

É oportuno destacar que, na Lei Complementar nº 89, de 17 de novembro de 2005, que cria a região metropolitana, embora se trate das funções públicas de interesse comum, e neste artigo seja mencionado “[...] o desenvolvimento econômico e social, com ênfase na produção na geração e distribuição de renda; e [...] a educação e a capacitação dos recursos humanos” (MARANHÃO, 2005), não é tratado sobre interiorização ou outros mecanismos que abordem, com maior destaque, essa estratégia na lei. Da mesma forma, na Lei Complementar nº 204, de 11 de dezembro de 2017, lançada posteriormente à lei de criação da UEMASUL, não é evidenciado nenhum elemento que aponte para interiorização ou ampliação das estratégias de interiorização da Educação Superior, mesmo que educação e capacitação de recursos humanos apareçam no item VII do artigo 3, em funções de interesse comum da referida lei (MARANHÃO, 2017).

Em notícia de 27 de outubro de 2016, do próprio Governo do Estado do Maranhão, o Governo Flávio Dino evidencia que a estratégia adotada para a criação da UEMASUL e a interiorização da educação, na região, segue o preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as do Plano Nacional de Educação (PNE) (MARANHÃO, 2016b). Aponta-se, desse modo, para o entendimento da necessidade de elevação dos indicadores educacionais em vários níveis, a partir da criação de uma universidade.

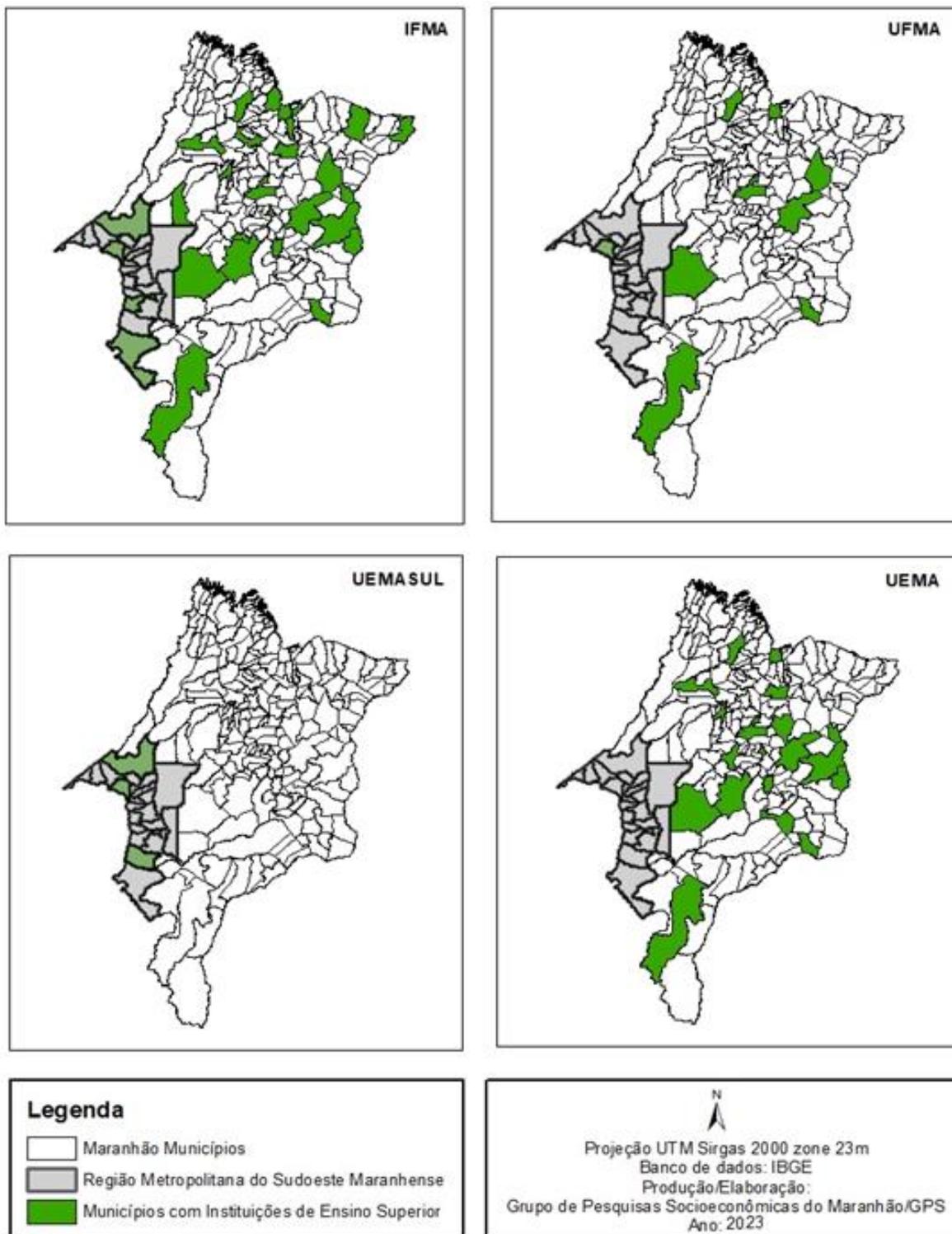
Nesse contexto, considera-se que, atualmente, a UEMASUL em si seja a própria política de interiorização, a partir do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do estado do Maranhão. A partir dela, são lançadas as principais estratégias de interiorização da Educação Superior para os municípios da RMSM.

Somente 30 municípios⁹, dos 217 municípios existentes no Maranhão (**Mapa 24**), apresentam um *campus* de Educação Superior presencial de instituição pública no estado. Isso representa um percentual de apenas 14%, aproximadamente, de

⁹ Não são inseridos, nessa contagem, polos avançados EaD.

centros urbanos que apresentam alguma forma de expansão do Ensino Superior, para além da capital.

Mapa 24 – Quadro geral de distribuição de cursos superiores públicos e presenciais no Maranhão (2023)



Fonte: IFMA (2023); UFMA (2023) UEMA (2023); UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

Ao todo, 86 municípios maranhenses não apresentam a presença da universidade pública. A porção sul do estado, dividida aqui, geograficamente, pela Região Geográfica Intermediária de Imperatriz, composta por 43 municípios, e Região Geográfica Intermediária de Presidente Dutra, composta por 28 municípios, apresenta o menor percentual de *campus* por município e também de ofertas de cursos presenciais.

A própria Região Tocantina somente encontra a presença de cursos presenciais superiores pelas instituições públicas, em 4 municípios: IFMA (Açailândia, Carolina, Imperatriz e Porto Franco); UFMA (Imperatriz); UEMA (nenhum) e UEMASUL (Açailândia, Imperatriz e Estreito), o que reforça a importância da criação da UEMASUL enquanto estratégia de interiorização da Educação Superior nessa região.

Sobre a interiorização da educação e a criação da UEMASUL, em entrevista, a Magnífica Reitora da instituição, a Prof.^a Dr.^a Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves (2022-2025), destaca:

A UEMASUL, como universidade regional, tem papel estratégico e importante na interiorização da Educação Superior. De modo geral, são as universidades que estão fora do espaço das capitais, que se responsabilizam com a melhoria da educação nos diferentes níveis de ensino. Com a UEMASUL não é diferente. Será por meio dessa IES que programas de formação de docentes para a educação básica serão implementados, bem como com o aumento no número de Centros de Estudos Superiores e de cursos de graduação em diferentes áreas, que possibilitarão qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho do Maranhão e, assim, possibilitar o aumento da renda (informação verbal¹⁰).

De forma semelhante, sobre a interiorização e criação da UEMASUL, a Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica, a Prof.^a Dr.^a Marcia Suany Dias Cavalcante (2022-2025), em entrevista, ratifica:

Uma política de acesso e permanência ao Ensino Superior descentralizado é extremamente importante para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, a UEMASUL se insere num contexto de ampliação da oferta do Ensino Superior visando à redução das desigualdades sociais por meio da democratização da educação pública e de qualidade. A presença dessa universidade tem propiciado elevação do capital humano e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida e da economia local. A interiorização e universalização da educação, num estado e região com indicadores sociais desfavoráveis, representam buscas pelo desenvolvimento socioeconômico por meio do conhecimento científico e tecnológico, promovendo, ainda, uma mudança

¹⁰ Entrevista concedida pela Magnífica Reitora da UEMASUL, Prof.^a Dr.^a Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves, em Imperatriz (2023).

cultural que traz novas perspectivas, sobretudo para a população mais vulnerável (informação verbal¹¹).

O Coordenador de Projetos Pedagógicos da UEMASUL, o Prof. Dr. Antonio Sousa Alves, sobre o papel da instituição na interiorização da Educação Superior, também em entrevista, reitera:

A interiorização da Educação Superior é um desafio em muitos estados brasileiros, incluindo o Maranhão. Nesse sentido, a UEMASUL desempenha um papel singular na promoção da expansão do Ensino Superior para áreas antes carentes de oportunidades acadêmicas. Podemos destacar o acesso à Educação Superior, em diferentes campos de formação profissional, que envolvem cursos de bacharelados, licenciaturas e tecnólogos para um grande grupo de habitantes de diferentes municípios do interior do Maranhão, cidades dos estados do Pará e Tocantins. Incluem-se, aqui, as áreas rurais e de menor desenvolvimento econômico desses estados. Isso não apenas democratiza o acesso à Educação Superior, mas também promove a inclusão social, pois proporciona a oportunidade para que jovens de áreas remotas tenham acesso a cursos de graduação sem a necessidade de se deslocar para as cidades mais populosas. Posso destacar, ainda, que a presença da UEMASUL estimula a geração de empregos locais e fomenta o ensino, a extensão e a pesquisa, que, por sua vez, podem impulsionar o crescimento econômico local e regional (informação verbal¹²).

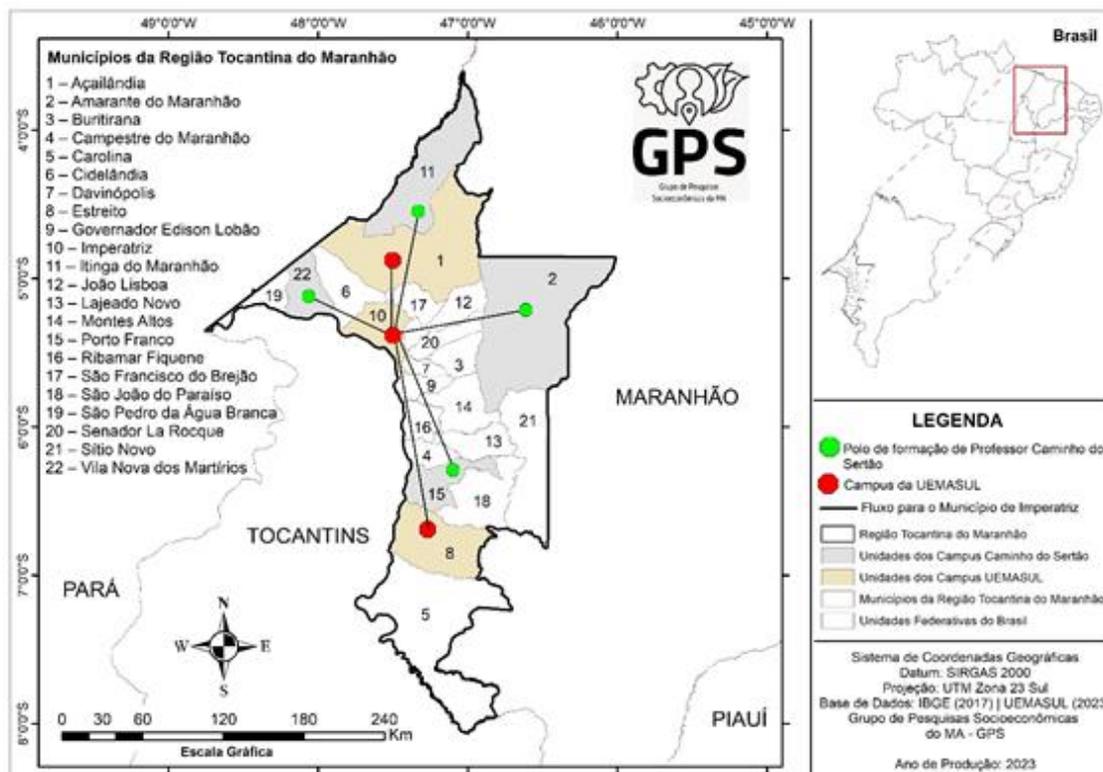
Os diálogos dos professores e servidores públicos que ocupam cargos administrativos convergem para o entendimento inequívoco de que a UEMASUL se trata da principal e mais efetiva estratégia de interiorização da Educação Superior no Maranhão por, através da autonomia universitária, permitir que parte das decisões sejam tomadas por instituições no interior do estado, não dependendo, assim, da histórica centralização político-administrativa na capital, São Luís.

Essa autonomia administrativa, possibilitada pelo processo de interiorização desencadeado pela UEMASUL, permitiu que a instituição criasse, no ano de 2018, o programa *Caminhos do Sertão*, promovendo a implantação de quatro unidades avançadas (**Mapa 25**) de educação presencial.

¹¹ Entrevista concedida pela Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica, Prof.^a Dr.^a Marcia Suany Dias Cavalcante, em Imperatriz (2023).

¹² Entrevista concedida pelo Coordenador de Projetos Pedagógicos da UEMASUL, Prof. Dr. Antônio Sousa Alves, em Imperatriz (2023).

Mapa 25 – Expansão da UEMASUL a partir do programa *Caminhos do Sertão*



Fonte: UEMASUL (2023). Org.: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA (2023).

Os cursos oferecidos são de Licenciatura em Ciências Biológicas, Geografia, Letras: Língua Portuguesa e Literaturas, Matemática e Pedagogia, contemplando quatro municípios: Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios (**Mapa 25**). O programa se traduz em uma das estratégias da UEMASUL para interiorização do Ensino Superior, com ênfase na formação de professores, ampliando as vagas das unidades avançadas as já existentes na instituição. Dessa forma, intensifica-se a formação de professores, em nível regional, por municípios que demandam por profissionais com formação para áreas deficitárias.

O programa *Caminhos do Sertão* (**Quadro 7**), em parceria com as prefeituras municipais, efetivou, no ano de 2022, a oferta de 800 vagas para os cinco cursos de licenciatura, com vistas à ampliação da formação de profissionais que já atuam na Educação Básica e não possuem a licenciatura, além da formação de outras pessoas que pretendem atuar como professores.

**Quadro 7 – Cursos e vagas ofertados no programa
Caminhos do Sertão, da UEMASUL**

Curso	Vagas por Município				Total	Duração (Anos)	Início	Ato de Criação
	Amarante do Maranhão	Itinga do Maranhão	Porto Franco	Vila Nova dos Martírios				
Ciências Biológicas	40	40	-	40	120	4	2020	Res. 083/2019 CONSUN/UEMASUL
Geografia	40	40	40	40	160	4	2020	Res. 082/2019 CONSUN/UEMASUL
Letras: Língua Portuguesa e Literaturas	40	40	40	40	160	4	2020	Res. 081/2019 CONSUN/UEMASUL
Matemática	40	40	40	40	160	4	2020	Res. 084/2019 CONSUN/UEMASUL
Pedagogia	40	40	80	40	200	4	2020	Res. 080/2019 CONSUN/UEMASUL
Totais	200	200	200	200	800			

Fonte: UEMASUL (2023).

Sobre o papel do *Caminhos do Sertão* na formação de docentes no interior do Maranhão, a Coordenadora do programa (2022-2025), Prof.^a Dr.^a Diana Barreto Costa, destaca:

Esse programa, que já nasce grande, oportuniza a materialização da interiorização do Ensino Superior no estado do Maranhão a todos aqueles desejosos de conquistar o diploma de graduação em cursos de licenciatura, conforme os que oferecemos. Seguimos usando de muito trabalho e dedicação para que essa versão do programa seja um marco importante para a Região Tocantina (informação verbal¹³).

Sobre o papel do programa, na formação de docentes em municípios que não possuem *campi* da UEMASUL, a Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica, a Prof.^a Dr.^a Marcia Suany Dias Cavalcante (2022-2025), em entrevista, destaca:

¹³ Entrevista concedida pela Coordenadora do programa *Caminhos do Sertão*, Prof.^a Dr.^a Diana Barreto Costa, em Imperatriz (2023).

O programa *Caminhos do Sertão* promove formação para professores em exercício na rede pública de Educação Básica, bem como propicia formação para aqueles que desejam atuar na área docente. É uma proposta que vai ao encontro de uma política de investimento na qualidade da Educação Básica, de forma a garantir que a escola seja, de fato, um local para construção de conhecimentos. A singularidade do programa consiste em se fazer presente em regiões nas quais o Ensino Superior é de difícil acesso, promovendo, portanto, a interiorização e a regionalização do saber acadêmico. Com isso, *Caminhos do Sertão/UEMAUSL* fomenta a oferta da Educação Superior gratuita e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva por meio da educação (informação verbal¹⁴).

Ainda sobre o programa *Caminhos do Sertão*, o Coordenador de Projetos Pedagógicos da UEMASUL, o Prof. Dr. Antonio Sousa Alves, em entrevista, evidencia:

O programa *Caminhos do Sertão* representa uma importante política de formação de professores no interior do Maranhão. Nesse sentido, promove a capacitação, via formação em curso superior, e o desenvolvimento profissional dos educadores locais. Assim, o programa promove a troca de experiências e o desenvolvimento de conhecimentos especializados, em diferentes áreas do saber. Esses processos, de formação de professores, a partir do programa *Caminhos do Sertão*, reduzem os índices de professores em atuação sem a formação adequada ao exercício do magistério e, ainda, possibilitam a inserção, na Educação Básica, de professores com formação adequada e que promova a correção dos problemas educacionais que tanto comprometem a qualidade do ensino. Cabe evidenciar, também, que a oferta de formação de qualidade e, conseqüentemente, a diplomação superior, alinhados ao reconhecimento social na profissão e às melhores condições salariais, via promoção, são incentivos significativos para que os educadores permaneçam em suas comunidades, combatendo a alta rotatividade de professores (informação verbal¹⁵).

Há entendimento comum dos gestores e demais professores que a criação da UEMASUL foi um marco efetivo no processo mais concreto de interiorização do Ensino Superior no Maranhão, principalmente em uma região com indicadores tão frágeis quanto a Região Tocantina. O entendimento comum é que a formação de recursos humanos e, em especial, a de professores pode ampliar a modificação dos indicadores da região, a médio e longo prazo, promovendo real desenvolvimento regional, que discutiremos no próximo tópico, a partir de outros indicadores regionais.

¹⁴ Entrevista concedida pela Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica, Prof.^a Dr.^a Marcia Suany Dias Cavalcante, em Imperatriz (2023).

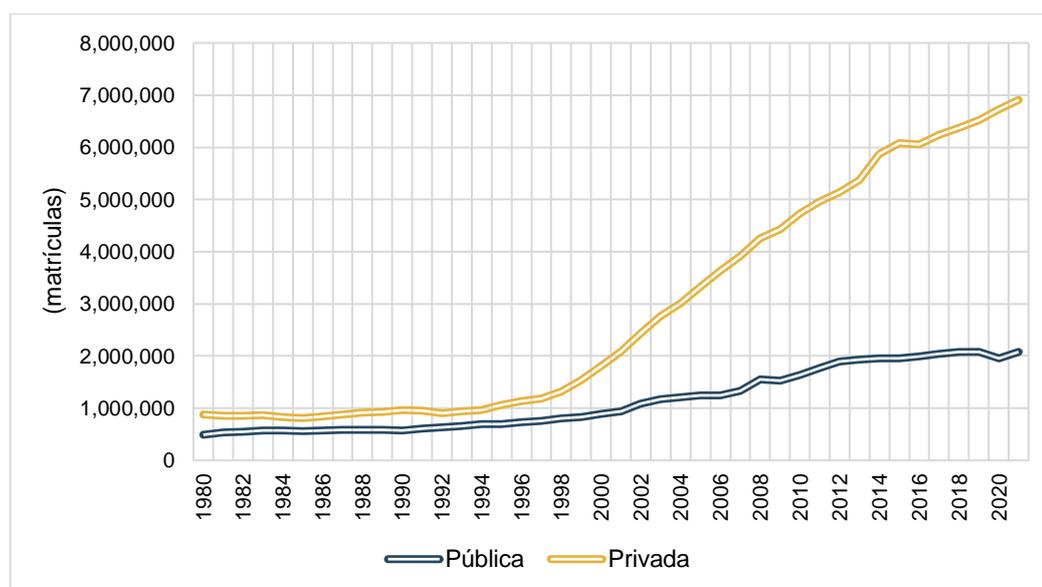
¹⁵ Entrevista concedida pelo Coordenador de Projetos Pedagógicos da UEMASUL, Prof. Dr. Antonio Sousa Alves, em Imperatriz (2023).

5.2 A formação de professores enquanto indicador de desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense

O quadro analítico em que se encontra, historicamente, a Educação Superior brasileira só pode ser compreendido a partir de inúmeras variáveis, em vista da complexidade e da relevância da educação na emancipação de regiões e grupos sociais. Assim, compreender os dados relacionados à educação permite refletir sobre alterações e permanências na educação e reiterar sua relevância no desenvolvimento regional.

A primeira análise aqui expressa trata dos dados sobre o número de matrículas em IES (**Gráfico 36**) no Brasil, entre 1980 a 2020, que sugerem para uma estrutura elitista e concentradora, na iniciativa privada, do ingresso no terceiro grau de ensino. Em 1980, 64% de todas as matrículas no Ensino Superior brasileiro eram em instituições particulares, ficando os ingressos das instituições públicas limitados a 36%. Do percentual de instituições públicas, 64% das matrículas se concentravam nas instituições federais; as instituições estaduais apresentavam apenas 22%, seguidas das municipais, com 14%.

Gráfico 36 – Matrículas na Educação Superior pública e privada, no Brasil (1980-2020)



Fonte: INEP (2023b). Org.: a autora (2023).

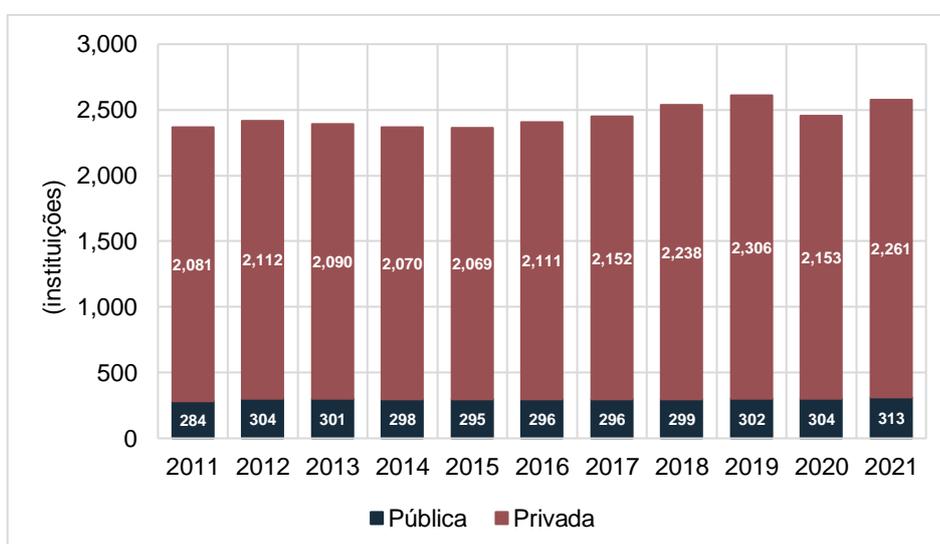
Duas décadas depois, as instituições públicas nacionais apresentam um incremento de 403.524 matrículas a mais em sua estrutura, enquanto a iniciativa privada apresenta a inserção de 922.165 novas matrículas. Há de se destacar que, nesse momento, o número de matrículas, nas instituições estaduais, eleva-se para 37,5%, entre as instituições públicas, atrás das federais, com 54,35%, e à frente das municipais, com 8,15% das matrículas.

Ainda que o quadro analítico, na década de 2000, melhore com os programas nacionais de expansão da Educação Superior, o número de matrículas, na educação privada, é significativamente maior que na pública. Enquanto o número de matriculados na esfera pública, no ano de 2020, era de 1.956.352 de estudantes, na esfera privada, esse número chegou a 6.724.002 estudantes matriculados.

Embora não seja objetivo aqui se debruçar sobre essa realidade, cabe destacar que tal cenário em muito é reflexo da expansão das *holdings* educacionais, os programas de financiamento e o número ainda limitado de oferta de cursos em determinadas regiões. Sobre o aumento de instituições privadas, o **Gráfico 37** evidencia a expansão do segmento no país, nos últimos 11 anos.

Em 2011, as IES públicas representavam apenas 12% de todo o total nacional, sendo 88% as instituições particulares. Mais de uma década depois, mantém-se o mesmo percentual de somente 12% da participação das instituições superiores no país. No interstício, houve a inserção de 180 novas instituições privadas no país, enquanto foram abertas apenas 29 públicas, no mesmo período.

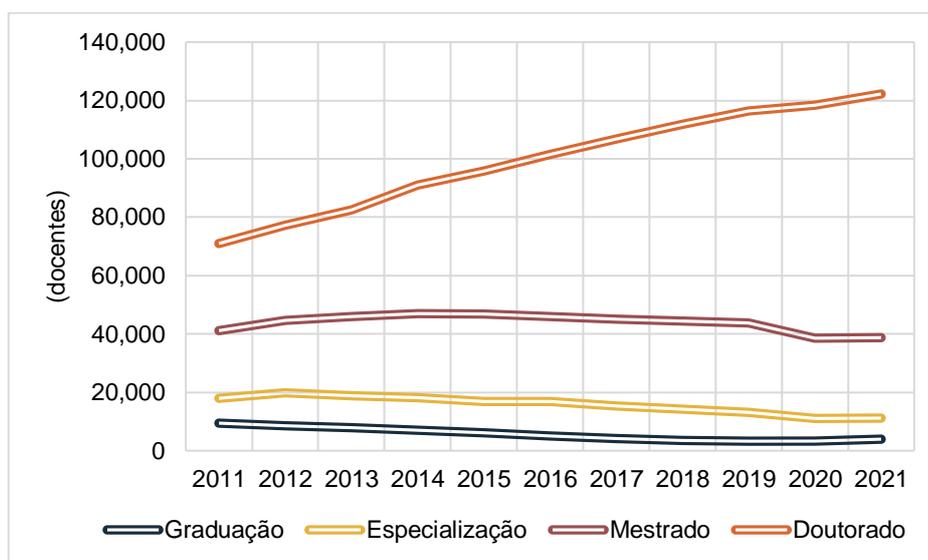
Gráfico 37 – Crescimento de IES no Brasil (2010-2021)



Fonte: INEP (2023b). Org.: a autora (2023).

Um dado importante acerca da educação brasileira e que integra o conjunto de informações aqui apresentadas trata do fato de que, mesmo o número de IES privadas sendo bem superior em número de instalações, cursos e docentes, é nas instituições públicas que há a maioria de professores com maior titulação (**Gráfico 38**).

Gráfico 38 – Titulação de docentes em exercício das IES públicas brasileiras (2011-2021)



Fonte: INEP (2023b). Org.: a autora (2023).

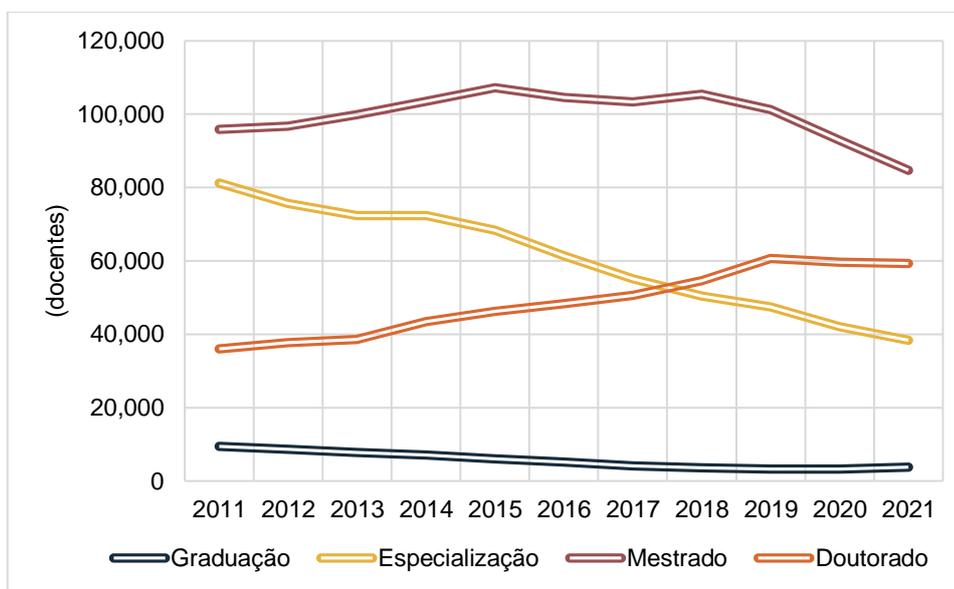
Entre 2011 e 2021, há uma redução de 60% no número de professores com apenas graduação no Ensino Superior nacional. Em 2011, estes somavam 9.437 em todo o país, caindo para 3.854 no ano de 2021. O número de professores apenas especialistas também apresenta queda, no mesmo período: em torno de 40%, reduzindo de 18.004 para 11.091, na esfera pública.

O número de docentes com mestrado apresentou a menor queda, de apenas 6%. É importante destacar que boa parte desses professores estão em IES que atuam também na Educação Básica, como os institutos federais (IF). O mais significativo, no quadro, é que, fruto da expansão de instituições públicas de Educação Superior no país, somada à expansão da pós-graduação, o número de doutores aumentou consideravelmente, em 42%, saltando de 70.990, em 2011, para 122.219, em 2021.

Embora, como já demonstrado, a quantidade de IES privadas no Brasil, no ano de 2021, seja mais de 7 vezes a quantidade de IES públicas e o número de matrículas

seja quase 5 vezes maior, o número de docentes (**Gráfico 39**), em contraste, é significativamente inferior nas privadas.

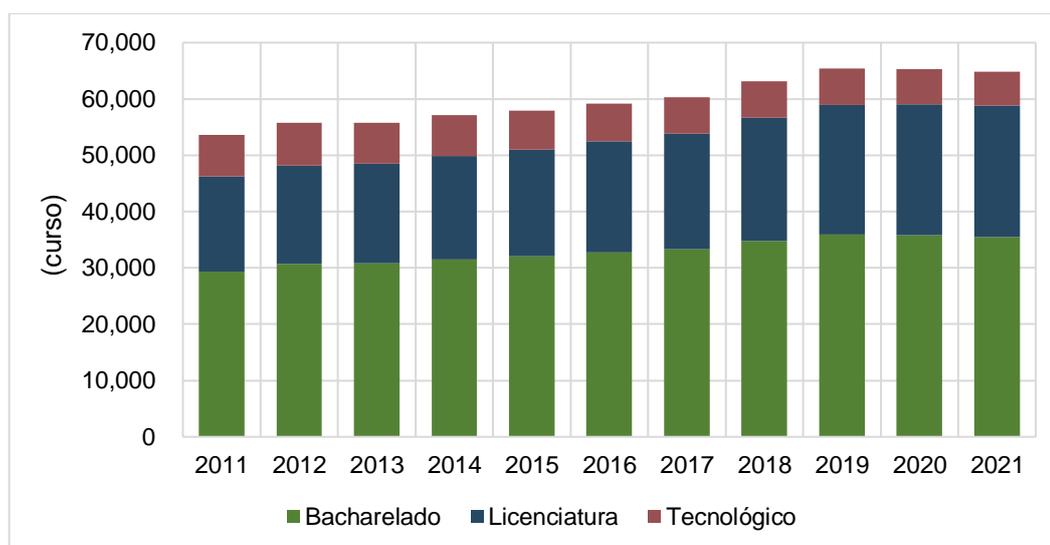
Gráfico 39 – Titulação de docentes em exercício das IES privadas brasileiras (2011-2021)



Fonte: INEP (2023b). Org.: a autora (2023).

Nas instituições privadas, o maior quantitativo de docentes é daqueles que possuem a titulação de mestre, seguido dos docentes especialistas, até o ano de 2017. Em 2021, existiam 122.219 doutores, nas instituições públicas, contra 59.390 doutores das instituições privadas. Esse quadro é salutar, não apenas na medida em que nos remete à compreensão de questões como pagamento de menores salários nas instituições privadas, mas também à política do não desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão, elementos fundamentais na ampliação da formação de qualidade do estudante.

Quanto às modalidades de cursos superiores presenciais ofertados no Brasil (**Gráfico 40**), o bacharelado é a modalidade de maior quantitativo no país, seguido das licenciaturas e, por fim, dos cursos tecnológicos.

Gráfico 40 – Cursos superiores no Brasil, por modalidade (2010-2021)

Fonte: INEP (2023b). Org.: a autora (2023).

Há de se destacar, porém, que, no período em destaque, os cursos de licenciatura tiveram crescimento de 5%, saindo de 31%, em 2011, para 36% em 2021, em contrapartida aos bacharelados, que se mantiveram com 55% do total geral. Os tecnólogos foram as únicas modalidades que tiveram queda no período, de 14%, em 2011, para 9%, em 2021.

Mesmo com o aumento dos cursos de licenciatura no país, entre 2011 e 2021, apenas uma licenciatura, Pedagogia, configurou-se entre os 10 cursos com maior número de matrículas, no período, e maior número de concluintes, no país, sugerindo, entre outras questões, a busca, cada vez menor, por cursos de formação de professores, no Brasil. Há de se destacar, todavia, o aumento da procura pelo curso de Licenciatura em Educação Física, que aparece entre os 10 maiores números de matrículas, entre 2016 e 2021.

Mesmo entre os 15 cursos de graduação na modalidade licenciatura, em 2021 (**Tabela 4**), há uma acentuada queda no volume de matrículas e, principalmente, uma disparidade entre o quantitativo de matrículas, se observada a relação entre Pedagogia e as demais áreas de formação.

Tabela 4 – Número de matrículas de graduação em licenciatura

Posição	Curso modalidade licenciatura	Matrículas
1	Pedagogia	789.197
2	Educação física formação de professor	122.289

3	Matemática formação de professor	98.250
4	História formação de professor	93.873
5	Letras português formação de professor	80.415
6	Biologia formação de professor	78.106
7	Geografia formação de professor	52.547
8	Letras português inglês formação de professor	42.958
9	Química formação de professor	37.374
10	Física formação de professor	29.997
11	Letras inglês formação de professor	27.761
12	Artes visuais formação de professor	25.968
13	Filosofia formação de professor	22.222
14	Música formação de professor	17.617
15	Ciências sociais formação de professor	17.515

Fonte: INEP (2023b). Org.: a autora (2023).

Tal cenário tem impacto na Educação Básica, a qual, mesmo com os avanços no quantitativo de cursos de licenciatura, no país, além dos programas de formação de professores diversos, ainda apresenta, em nível nacional, número alto de professores sem licenciatura, em sala de aula (**Tabela 5**).

Tabela 5 – Docentes com formação em licenciatura, no Ensino Fundamental e Médio, no Brasil (2022)

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Com Licenciatura	Sem Licenciatura	Com Licenciatura	Sem Licenciatura
2010	950.070	40.022	402.467	29.995
2011	979.201	45.767	413.186	35.676
2012	1.019.557	48.886	419.771	39.078
2013	1.051.937	44.671	433.482	37.192
2014	1.081.760	35.326	452.606	32.845
2015	1.078.011	36.230	449.781	35.076
2016	1.089.267	35.892	448.890	35.895
2017	1.091.061	34.880	442.274	34.352
2018	1.128.326	25.023	454.849	27.420
2019	1.150.907	60.954	449.736	42.365
2020	1.167.702	51.066	453.427	37.599
2021	1.187.216	40.120	472.957	30.028

2022 1.233.931 25.631 500.283 24.602

Fonte: INEP (2023a). Org.: a autora (2023).

É importante destacar que esse percentual é majoritariamente concentrado nas regiões com menores indicadores de desenvolvimento do país. Dos 25.631 professores sem licenciatura que atuam no Ensino Fundamental, 1.208 se encontram no Maranhão. De forma semelhante, dos 24.602 professores sem licenciatura, no Ensino Médio brasileiro, 557 deles também se encontram no Maranhão.

Quanto à pós-graduação na Educação Básica brasileira, embora tenha que se destacar as mudanças positivas, o percentual de professores com mestrado e doutorado ainda é muito pequeno em relação ao total de docentes. No Ensino Fundamental, o percentual de mestres é 5,45% e de doutores é de apenas 0,88%. No Ensino Médio, os percentuais, embora maiores – 20,35% para mestres e 4% para doutores –, ainda são extremamente pequenos.

Tabela 6 – Titulação dos docentes com formação em licenciatura, no Ensino Fundamental e Médio, no Brasil (2022)

Ano	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Especialização	Mestrado	Doutorado	Especialização	Mestrado	Doutorado
2010	341.204	12.034	1.160	147.147	13.908	2.054
2011	375.631	13.098	1.222	160.208	15.628	2.300
2012	404.307	15.145	1.389	164.812	17.939	2.723
2013	428.994	16.261	1.512	177.120	19.698	3.067
2014	444.844	16.941	1.545	185.478	21.321	3.551
2015	466.803	18.813	1.683	193.863	24.278	4.121
2016	489.840	21.364	1.981	198.124	27.788	5.173
2017	506.661	23.804	2.362	198.519	31.167	6.290
2018	522.093	26.198	2.779	199.792	34.564	7.530
2019	568.182	32.100	3.497	211.339	41.456	9.224
2020	585.709	36.675	4.826	215.917	46.281	11.070
2021	603.877	40.064	5.380	222.959	49.143	12.059
2022	663.279	42.108	6.297	234.319	51.963	16.488

Fonte: INEP (2023a). Org.: a autora (2023).

Nesse contexto, há de se evidenciar a crise sem precedentes que se consolida quase que como projeto estruturante de Estado no país, em face da grande dificuldade de ofertas e demandas por escolarização, tanto no que se refere à condição docente,

quanto à condição discente, sujeitos tão importantes para a emancipação social, superação de desigualdades socioeconômicas e desenvolvimento regional. Sobre a problemática:

Ela combina ingredientes de natureza muito diversa, mas o elemento-chave da sua explicação é o baixo valor do diploma de professor, sobretudo na educação básica, tanto no mercado de bens econômicos (salário) quanto no mercado de bens simbólicos (prestígio). Esse baixo valor do diploma expressa uma terrível contradição: quanto mais expandimos a oferta do ensino escolar, maior se revela nossa dificuldade de formar professores para atendê-la. Quanto mais escolarizada se torna nossa sociedade, maior é a sensação de que a escola não corresponde ao que esperamos dela no nosso tempo (ARANHA; SOUZA, 2013, p. 78).

Os problemas apresentados pelos autores, somados a inúmeros outros, como baixa procura, alto índice de desistência, a busca por seguir carreira na docência, após formatura, tem se mostrado verdadeiros entraves ao desenvolvimento da educação nacional, do ponto de vista macro, da profissão do professor e, em menor escala, no desenvolvimento regional de espaços onde faltam professores. Nessa compreensão, a crise da licenciatura é aqui entendida como entrave geral ao desenvolvimento regional, visto sob quaisquer escalas geográficas.

É a partir do contexto de difusão do Ensino Superior, como um dos fatores determinantes dentro do processo de desenvolvimento regional – uma vez que possibilita a formação de cidadãos capazes de transformar e agir nas regiões em que estão inseridos –, que o processo de formação de docentes ganha destaque. Desse modo, tem-se, através da formação de professores, um instrumento basilar no que diz respeito à melhoria da educação, contribuindo, assim, com uma educação de qualidade e com o desenvolvimento econômico de determinada região (GUMBOWSKY et al., 2020).

Com base nisso, vale ressaltar que a formação docente está intrinsecamente ligada à promoção de uma educação de qualidade. Dentro do contexto de desenvolvimento, a importância da educação de qualidade se destaca como um dos principais fatores. Nessa perspectiva, é evidente que o desenvolvimento regional também é impulsionado, sobretudo por meio do investimento na formação de docentes.

De acordo com Rostas (2019), pensar em educação de qualidade implica pensar na formação de professores. A partir disso, para compreender a importância da formação do professor para uma educação de qualidade, exige-se o entendimento

de que é fundamental a qualificação, valorização profissional e políticas adequadas. Dentro desse contexto, Rostas (2019) questiona: o que se entende por formação docente?

Conforme Rostas (2019), a formação docente não se dá apenas pela aquisição de conhecimentos e informações, porém é adquirida por diversas ações do professor no que tange a interações com livros, outros professores, aulas, pela internet, com os alunos, pela prática, busca de aprimoramento em IES, dentre outras tantas. Logo, essa formação é fortemente influenciada pelos interesses que direcionam esse processo e pelas interações que o professor tem a oportunidade de vivenciar.

Nesse sentido, a formação docente é compreendida como um processo complexo, ou seja, para que o professor possa crescer profissionalmente, deve se envolver em vários saberes, competências e conhecimentos. Os processos formativos surgem como base para que o professor possa ser capaz de executar suas atividades com êxito. Assim, uma formação inicial – apesar de ser importante – não é suficiente para a preparação do professor, uma vez que este deve aprimorá-la ao longo de sua experiência profissional, isto é, nas experiências como educador e como agente de transformação da realidade educacional em que atua (ROSTAS, 2019).

Para André (2010), a formação docente é um processo ininterrupto de desenvolvimento profissional que se inicia na formação acadêmica, passa pela experiência escolar e avança ao longo da vida. Esse processo vai além de apenas momentos de especialização e aperfeiçoamento, abarcando também questões relativas a salário, carreira, clima de trabalho, estruturas, níveis de participação e de decisão.

García (1999) define o objeto da formação docente como sendo o processo de formação inicial ou continuada que permite aos professores se apropriarem ou aprimorarem seus conhecimentos e habilidades para, assim, exercer sua atividade docente, de modo a melhorar a qualidade da educação. Isto é, a formação docente está intrinsecamente relacionada a uma educação de qualidade, a qual, por sua vez, é um dos principais fatores que proporciona o desenvolvimento econômico e social.

É a partir disso, de acordo com André (2010, p. 176), que a formação de professores tem que ser planejada “como um aprendizado profissional ao longo da vida, o que implica envolvimento dos professores em processos intencionais e planejados, que possibilitem mudanças em direção a uma prática efetiva em sala de

aula”. Nesse sentido, o docente sempre tem que se especializar, ao longo da vida profissional, adquirindo conhecimento para, então, pôr em prática na sala de aula. Isso visa a melhorias no ensino aos alunos, o que resulta em aprimoramentos na qualidade da educação.

Já para Gadelha (2020), a formação de docentes não é somente adquirir técnicas e regras para ensinar – compreende muito mais que isso. O docente deve sempre estar apto a desenvolver conhecimentos e habilidades, tanto na vida acadêmica, quanto profissional. Segundo o autor, educação de qualidade não se refere somente ao repasse de informações: é ajudar o aluno, enquanto ser social, a tomar consciência de si mesmo e da sociedade em que vive, tornando-se, assim, um ser crítico.

Silva e Bastos (2012) estabelecem alguns fatores que possibilitam a implementação de uma educação de qualidade, tendo em vista que esses fatores são influenciados pela formulação de políticas educacionais. Dentre esses fatores, estão: o reconhecimento do valor da profissão docente pela sociedade; os salários; as condições de trabalho que envolvem desde a infraestrutura até a organização do tempo e do espaço escolar; o plano de carreira; valorização profissional pelo próprio professor; e políticas de formação acadêmica.

Quanto a este último fator – as políticas de formação docente –, Damasceno e Fontes (2019, p. 3) destacam que reconhecer a relevância da formação do professor para aprimorar a qualidade da educação – e, conseqüentemente, o desenvolvimento de determinada região – é um “consenso no âmbito dos discursos acadêmicos e políticos e tem sido cada vez mais enfatizado no escopo das legislações concernentes à política educacional brasileira”. Desse modo, a formação docente é fundamental para a construção de uma educação de qualidade e para o desenvolvimento econômico e social (DAMASCENO; FONTES, 2019).

O professor é considerado o *profissional dos profissionais*, ou seja, é aquele que forma outros profissionais. Portanto, deve ser alvo de maior atenção por parte das políticas públicas. A partir disso, a LDB, Lei nº 9.394/96, ressalta, em seu artigo 62, que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 2017 [1996], p. 42).

Dentro dessa perspectiva, a LDB desempenha um papel fundamental ao estabelecer diretrizes relacionadas à formação de professores. Todavia, segundo Gadelha (2020), atualmente, um dos principais dilemas não é apenas formar professores, mas sim capacitá-los, dar instrumentos para prosseguir a profissão, possibilitar uma formação continuada. Nesse contexto, as principais instituições que possibilitam essa dinâmica são as próprias IES, especialmente as universidades.

Damasceno e Fontes (2019) enfatizam que, apesar das iniciativas de implementação de programas e ações do Estado voltadas à formação docente, nas últimas décadas, é necessário que o Estado proponha projetos que intensifiquem políticas públicas para promover a formação inicial e continuada de professores. Isso se justifica pelo fato de que a formação inicial e continuada desempenha um papel preponderante na busca por uma educação de qualidade.

Além disso, a ausência de investimentos em políticas educacionais resulta na ocorrência de impactos negativos no tocante ao desenvolvimento econômico e social de determinada região (DAMASCENO; FONTES, 2019). Concomitantemente, a qualidade no ensino das escolas de Educação Básica se refletirá na qualidade do Ensino Superior. A partir disso, segundo os autores, tem-se imperativa a elaboração de um plano abrangente para a educação, em todo o território nacional, sobretudo vinculado à ideia de desenvolvimento regional.

Conforme Diogo e Bianchetti (2020), a docência também precisa consolidar-se em uma interação entre a teoria e a prática, isto é, a relação entre o conhecimento teórico e a ação concreta no mundo real. Gadelha (2020) também ratifica essa concepção, ao afirmar que o professor deve fazer um paralelo entre a teoria e a prática, uma vez que uma está relacionada com a outra.

Segundo Rostas (2019), esse debate acerca do tema teoria e prática é algo comum dentro do meio acadêmico. Para o autor, por muitas vezes, a prática é proporcionada pelo senso comum, pelo conhecimento adquirido de forma cotidiana e não embasado em fundamentos teóricos sólidos que possam enfrentar situações complexas. Já a teoria acaba funcionando como um crivo para traduzir a experiência, a partir do contexto da prática real.

Dado o exposto, ressalta-se que a atividade docente deve ser construída na formação inicial e continuada, e em todo o percurso profissional do docente, levando-

se em consideração que a teoria, em conjunto com a prática, é um ótimo meio de qualificação e aprimoramento profissional. Ademais, atenta-se para que:

Os processos formativos precisam ser consistentes, preparando professores/as críticos/as e reflexivos/as em relação ao ensino e às condições sociais nas quais este se processa e fornecendo aportes teórico-práticos para o desenvolvimento das suas capacidades intelectuais (DIOGO; BIANCHETTI, 2020, p. 4).

Nesse sentido, de acordo com Gehring e Castela (2015), é preciso desfazer a concepção de que teoria e prática andam separadas, ou seja, precisa-se destruir essa dicotomia. Além disso, os autores ainda afirmam que a chave para uma educação de qualidade está na relação entre professor, escolas e universidade, o que leva a pensar e discutir sobre a formação inicial e continuada de professores. Há, portanto, a necessidade de se diminuir a distância existente entre profissionais docentes, as escolas e as universidades, na tentativa de melhorar o ensino.

É dentro desse contexto que se encontra o cerne da profissionalização, em que as universidades e demais IES representam um dos principais mecanismos para a profissionalização das carreiras, ou seja, para a formação e aprimoramento dos profissionais. Dessa forma, nas universidades, observa-se um polo de produção e legitimação do conhecimento, que também desempenha o papel de instituição de disseminação e certificação do saber, permitindo aos professores adquirirem uma identidade profissional sólida em direção ao profissionalismo (LIMA; MEDEIROS; SARMENTO, 2012).

Lima, Medeiros e Sarmiento (2012, p. 5, grifos dos autores) ainda complementam que é de competência das universidades e demais IES grande parte da formação inicial e continuada de professores, lançando luz para a necessidade de “[...] uma preparação teórica privilegiando uma filosofia da ‘sabedoria’, não só do conhecimento como é de práxis nas Universidades, mas uma ‘sabedoria’ que também promova a autonomia dos formandos”. Assim, apesar de as universidades serem fundamentais, dentro do processo de formação e qualificação docente, é importante salientar que essa preparação deve focar não apenas na transmissão de informações, mas também no desenvolvimento de habilidades e autonomia dos formandos.

Desse modo, a formação inicial e continuada deve contribuir para o desenvolvimento *global* da profissionalização do professor. Ela precisa ser enxergada como possibilidade ao docente de adquirir competências e saberes que lhe oferecem

a oportunidade de avançar e progredir em seu nível de profissionalização, permitindo-lhe construir e reconstruir sua própria carreira profissional (LIMA; MEDEIROS; SARMENTO, 2012).

Portanto, o papel das universidades é preponderante na formação do professor. Essa formação, tanto de forma inicial quanto continuada, possibilita aos professores se apropriarem e aprimorarem seus conhecimentos e habilidades para, assim, exercerem sua atividade docente de modo a melhorar a qualidade da educação. Conforme apresentado, a promoção de uma educação de qualidade é um dos fatores-chave para o desenvolvimento econômico e social de determinada região.

Assim, os efeitos das universidades, na dimensão territorial e regional, podem originar movimentos pendulares da população de estudantes. Por esse ângulo:

[...] o processo de desconcentração metropolitana realizado por intermédio da ampliação dos meios de mobilidade e comunicação redefiniu o sentido da cidade e região não a partir da metrópole, mas das cidades médias e pequenas, que passaram a criar vínculos pelos fluxos de deslocamento cotidianos horizontais da população (OJIMA; MARANDOLA, 2012 apud GUMIERO, 2022, p. 156).

Desse modo, o aumento no número de vagas nas universidades e demais formas de IES, em municípios do interior, é um importante fator que confirma a nova tendência de deslocamentos pendulares, de cidades pequenas e médias fora do perímetro metropolitano. Essa realidade, da interiorização das universidades, gera um impacto significativo em cidades pequenas e médias, ao proporcionar vagas em universidades, principalmente públicas, alinhando-se com a demanda local por ensino universitário. Além disso, oferece a oportunidade para a população desses locais ter acesso ao Ensino Superior público, anteriormente concentrado principalmente nas grandes metrópoles e capitais (GUMIERO, 2022).

Acerca dessa questão, de acordo com Carvalhaes e Ribeiro (2019, p. 196):

O acesso mais universalizado ao ensino superior é fundamental para diminuir as desvantagens de pessoas com origens nos grupos menos privilegiados. A diminuição da desigualdade de acesso ao ensino superior ocorre quando há expansão do número de vagas, que geralmente vem acompanhada da diversificação do sistema de ensino superior, que é o aumento do número de cursos e dos tipos de instituições nesse nível educacional.

Logo, a interiorização do Ensino Superior e a criação de novas vagas de acesso às universidades, nos *campi* do interior, possibilitam a diminuição das desigualdades

educacionais relacionadas a critérios de raça/cor, renda e localização geográfica (interior e capital), isto é, a interiorização do Ensino Superior permite que haja alterações no perfil dos estudantes universitários (GUMIERO, 2022).

Rodrigues e Costa (2021) enfatizam a importância das políticas públicas voltadas para a interiorização do Ensino Superior. Segundo os autores, as políticas de interiorização do Ensino Superior desempenham um papel fundamental no âmbito do desenvolvimento regional. Elas possuem efeitos significativos no processo de urbanização, na configuração regional e na reconfiguração territorial, promovendo a valorização de áreas que antes eram negligenciadas. Dessa forma, as cidades que recebem *campi* universitários se tornam agentes de metamorfoses socioespaciais, econômicas e culturais de grande relevância. Essas mudanças têm impactos expressivos tanto no espaço intraurbano, quanto no contexto regional.

Rodrigues e Costa (2021) ainda afirmam que essas políticas públicas de interiorização das universidades constituem-se como importante estratégia de inclusão, uma vez que permitem, com a criação de vagas, o acesso ao Ensino Superior de um maior contingente populacional, entre eles, pessoas de baixa renda que não têm condições de ir a uma cidade de médio ou grande porte. Logo, com a criação de universidades em uma pequena cidade, fora do rol metropolitano, há, mesmo que a longo prazo, a possibilidade de desenvolvimento econômico da região em que essas cidades estão inseridas, à medida que qualifica profissionais e atrai novos serviços para os lugares onde se fixam.

Além disso, cabe ressaltar que os efeitos sociais e econômicos advindos da interiorização do Ensino Superior – e, por extensão, das universidades – ampliam o quantitativo de profissionais de Nível Superior, refletindo, assim, na qualificação da mão de obra decorrente, o que reflete também nas alterações no modo de vida da população e no espaço intraurbano (RODRIGUES; COSTA, 2021). Desse modo, a interiorização do Ensino Superior, com as universidades e outras IES, não apenas possibilita oportunidades educacionais, contribuindo com o processo de inclusão social, como também contribui para o desenvolvimento regional, afetando a melhoria da qualidade de vida em regiões carentes e menos urbanizadas.

Acrescenta-se que esse movimento de interiorização da educação é salutar para dinamizar o espaço urbano regional, intensificando o processo de geração de postos de trabalho formais, com especializações de conhecimentos de Nível Técnico

e Superior, com forte tendência à interiorização do desenvolvimento científico, tecnológico, social e econômico (RODRIGUES; COSTA, 2021). Nesse contexto, considerando o debate até aqui expresso, é fundamental que se possa explorar o quadro analítico de professores no Maranhão, para, então, entender se existem transformações recentes a partir da formação destes na RMSM.

No Maranhão, em 2022, dos 44.093 professores ativos na sala de aula, no Ensino Fundamental, 1.208 não possuíam licenciatura. Para o Ensino Médio, dos 15.647 professores ativos na sala de aula, 557 ainda não possuíam licenciatura. Esses números, embora tenham melhorado, significativamente, na última década, ainda apresentam dissonância da meta 15 do PNE, Lei nº 13.005/2014, que tem por objetivo:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do **caput** do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014, p. 6, grifo no original).

Em específico, na RMSM, dos 4.520 professores da Educação Básica, 91 deles não apresentam licenciatura. Desse número, 90% se encontram em escolas de zona rural. Para o Ensino Médio, dos 1.662 professores, 48 ainda não possuem licenciatura.

Todavia, há de se destacar (**Tabela 7**) que o perfil de professor em sala de aula do Ensino Fundamental, quanto à titulação, tem passado por mudanças, primeiramente quanto ao número de docentes que, entre 2017 e 2022, passa a apresentar sua maior taxa de crescimento no quantitativo de docentes em sala de aula. Na RMSM, o percentual de aumento de docentes é de 42%, em 2022, superior ao do Maranhão, que fica em torno de 38%, para o mesmo período.

Os dados sugerem mudanças no desenvolvimento da estrutura de Educação Básica, no estado do Maranhão. Em primeiro lugar, pelo aumento no número de docentes incorporados à Educação Básica, fruto da realização de concursos e expansão de unidades estudantis. Em segundo lugar, sobre o aumento de professores especialistas no estado, resultado da expansão das pós-graduações lato sensu, principalmente as públicas e gratuitas da UEMA e, mais recentemente, UEMASUL. Por último, é oportuno destacar que, em 2002, tanto a RMSM quanto o Maranhão

atingiram seu maior número de professores com mestrado e doutorado na Educação Básica.

Tabela 7 – Número de docentes no Ensino Fundamental Regular, por titulação, na RMSM (2010-2022)

Ano	Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense			Maranhão		
	Especialização	Mestrado	Doutorado	Especialização	Mestrado	Doutorado
2010	744	13	0	6.371	125	9
2011	875	13	0	8.459	136	10
2012	1.122	13	0	10.445	140	11
2013	1.144	9	0	11.388	142	9
2014	1.425	10	1	13.655	111	12
2015	1.456	8	1	14.159	134	13
2016	1.736	14	1	15.774	165	14
2017	1.910	21	1	16.784	227	17
2018	1.931	16	1	17.978	246	18
2019	2.049	23	1	20.315	330	23
2020	1.961	38	1	20.977	394	27
2021	2.346	40	1	22.671	463	28
2022	2.773	42	7	25.971	583	48

Fonte: INEP (2023a). Org.: a autora (2023).

Para esta pesquisa, foram utilizados dados da atuação de professores na Educação Básica, na RMSM, entre 2013 e 2022, em três níveis educacionais: Ensino Fundamental: Anos Iniciais e anos finais; e Ensino Médio.

Os dados foram consultados na *Sinopse Estatística da Educação Básica* para o ano de 2022¹⁶, do INEP. Tais dados são fundamentais para entender mudanças estruturais dentro da sala de aula, a partir da formação de professores que atuam em determinada região. Dessa forma, apresentam-se como mecanismo metodológico para visualização de desenvolvimento regional através da educação.

As informações da *Sinopse Estatística da Educação Básica* considera: a) o docente é contabilizado em cada turma e disciplina que leciona; b) incluem-se os professores responsáveis pela regência de classe e os professores responsáveis pela regência de módulo ou disciplina de turma desenvolvida em curso de modalidade

¹⁶ Até a conclusão do presente trabalho, a *Sinopse Estatística da Educação Básica* para o ano de 2023 não havia sido finalizada.

EaD; c) o indicador classifica o docente segundo a adequação de sua formação inicial a cada disciplina que leciona na Educação Básica, levando-se em conta as normatizações legais vigentes (nacionais).

Os dados foram organizados e são apresentados no formato de gráficos, divididos em 5 grupos definidos pela *Sinopse*:

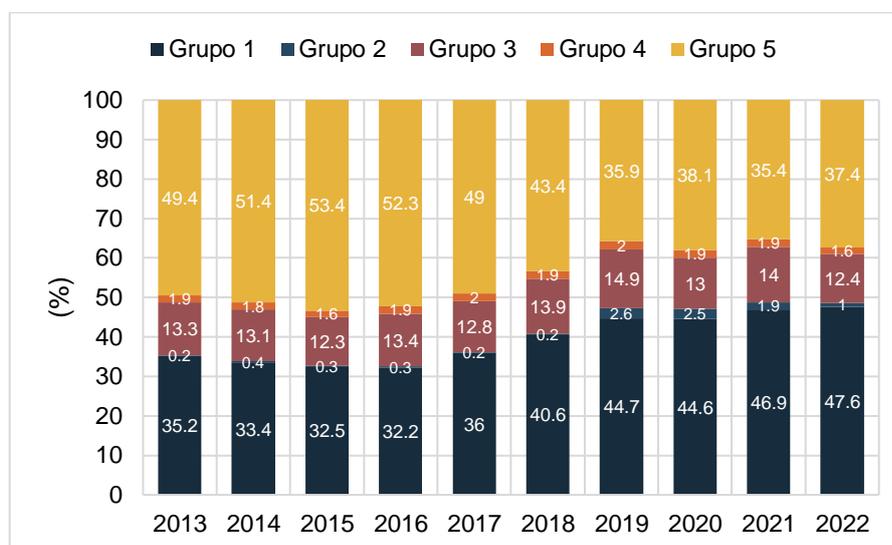
- a) *Grupo 1*: docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona;
- b) *Grupo 2*: docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona;
- c) *Grupo 3*: docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona;
- d) *Grupo 4*: docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores;
- e) *Grupo 5*: docentes sem formação superior.

É importante utilizar, como marco temporal, o ano de 2017, que é o de criação da UEMASUL. A criação da instituição vem acompanhada de reformulação na estrutura educacional regional e amplia, através de sua autonomia, a capacidade de ações político-institucionais na região. Tal recorte nos parece salutar para expor mudanças na estrutura educacional em sala de aula, a partir da formação de professores, que, certamente, são resultados de ações da UEMASUL enquanto agente regional.

Metodologicamente, são discutidos os dados agregados de todos os 22 municípios que compõem a RMSM, a partir da média ponderada. Além disso, a análise neste tópico foca nos grupos 1 e 5, muito embora os dados expressem informações sobre todos os cinco grupos.

Quando apresentados os dados sobre os indicadores docentes, para o Ensino Fundamental: Anos Iniciais, na RMSM (**Gráfico 41**), observa-se que o percentual de docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona (Grupo 1) salta de 35,2%, em 2013, para 47,6%, em 2022.

Gráfico 41 – Indicador de adequação da formação docente para o Ensino Fundamental: Anos Iniciais, na RMSM (2013-2022)



Fonte: INEP (2023a). Org.: a autora (2023).

Entre os anos de 2013 e 2016, o percentual de crescimento de professores do Grupo 1 foi de 1% ao ano. Entre 2017 e 2022, esse percentual tem crescimento de 4% ao ano, para os municípios estudados, número superior aos 3,88% ao ano do Maranhão e 3,26% do Brasil. Embora o percentual de docentes do Grupo 1 não se configure, até 2022, como metade da população estudada, é salutar destacar os 12,4% de aumento no recorte mostrado.

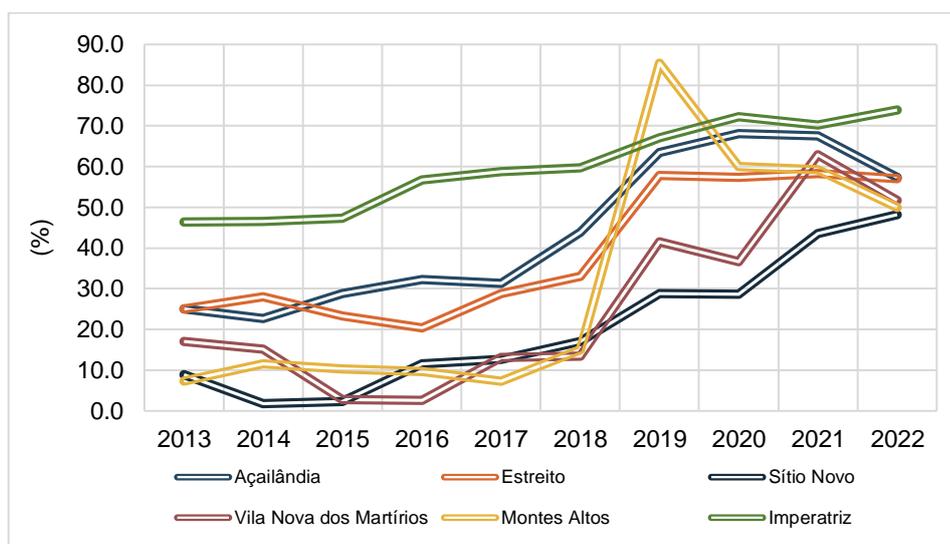
Ademais, é importante destacar que tal mudança reflete não apenas a ampliação da formação do professor em sala de aula lecionando em disciplina de sua formação. O exercício da docência em área do conhecimento de formação representa não apenas o respeito para com o profissional, considerando sua trajetória de formação, mas sobretudo a melhoria na qualidade de aula e aprendizado dos estudantes, a partir de profissional com maior aptidão para a área do conhecimento. Esse elemento se configura, entre outras questões, no papel que instituições como a UEMASUL apresentam na busca pelo alcance da meta 15 do PNE, já mencionada.

Todavia, é salutar destacar a queda dos percentuais relacionados ao Grupo 5, que tiveram queda de 49,4%, em 2013, para 37,4%, em 2022. O início da diminuição do percentual é também o ano de 2017. Trata-se de grupo preocupante, uma vez que ele reflete professores atuando sem nenhuma formação superior.

Ao considerarmos os seis municípios com maior aumento no percentual de docentes com formação superior de licenciatura na mesma área da disciplina que

leciona (**Gráfico 42**), ou seja, do Grupo 1, nota-se que três deles apresentam *campus* da UEMASUL (Açailândia, Estreito e Imperatriz) e um deles unidade de educação semipresencial do programa *Caminhos do Sertão* (Vila Nova dos Martírios), reiterando o papel da universidade pública, enquanto instituição física, presencial e próxima da comunidade como elemento relevante na mudança dos indicadores regionais.

Gráfico 42 – Municípios com maiores avanços no Grupo 1, no Ensino Fundamental: Anos Iniciais, na RMSM (2013-2022)



Fonte: INEP (2023a). Org.: a autora (2023).

O papel da interiorização da Educação Superior e a ampliação de cursos de formação, no desenvolvimento regional, revela-se ainda mais quando observados os dados individuais das seis cidades em destaque. Mesmo a cidade de Imperatriz, principal centro polarizador histórico de todos os municípios que compõem a RMSM, apresentava apenas 46,4% de professores no Grupo 1, em 2013. Esse percentual saltou para 73,9%, em 2022.

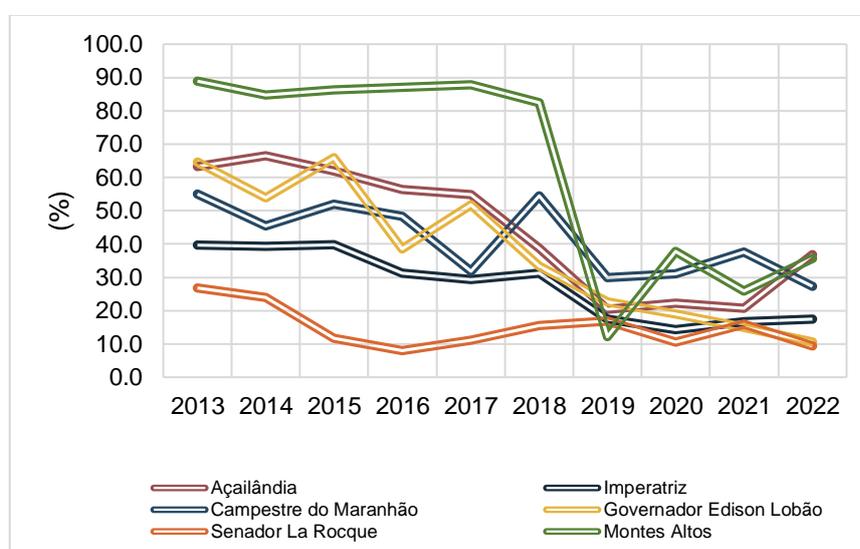
Essas transformações são ainda mais significativas quando observado que o centro de Sítio Novo apresentava 8,9%, em 2013, e saltou para 48,2%, em 2022; Vila Nova dos Martírios: 17,1%, em 2013, e 51,7%, em 2022; Montes Altos: 7,4%, em 2013, e 50%, em 2022; por fim, Açailândia e Estreito passaram de 25%, em 2013, para 57%, em 2022.

Embora deva se considerar todo o movimento de ampliação da educação brasileira, nas últimas duas décadas, é fundamental considerar o processo recente de interiorização da Educação Superior nesse contexto. A formação contínua e a

graduação de professores tendem a expandir a atuação de profissionais com formação apropriada na educação e a melhorar, conseqüentemente, a estrutura educacional e socioeconômica.

De forma semelhante, entre os seis municípios da RMSM onde houve maior queda nos percentuais do Grupo 5 (**Gráfico 43**), reitera-se o fato de que dois deles apresentam *campus* da UEMASUL: Açailândia e Imperatriz.

Gráfico 43 – Municípios com maiores quedas no Grupo 5, no Ensino Fundamental: Anos Iniciais, na RMSM (2013-2022)

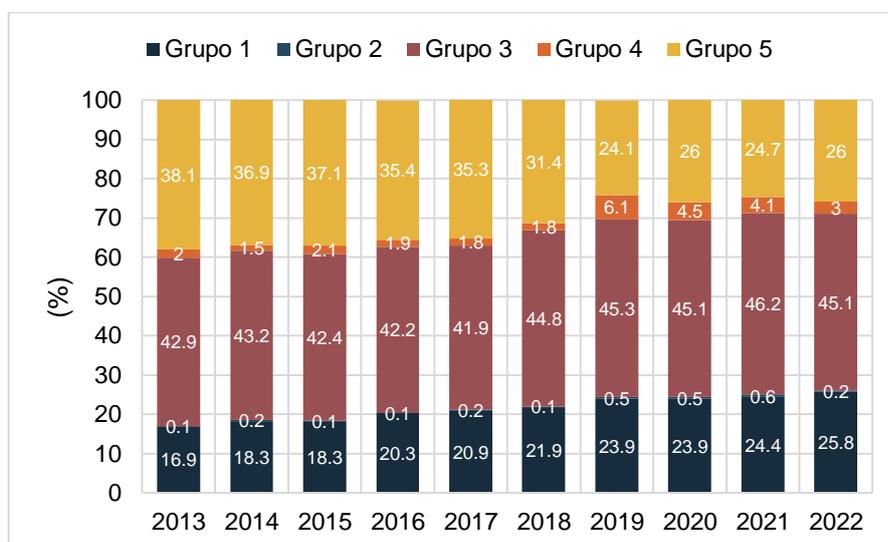


Fonte: INEP (2023a). Org.: a autora (2023).

A cidade de Imperatriz apresentava 39,6%, em 2013, número este que caiu para 17,5%, em 2022. É salutar destacar o percentual significativo, ainda, de professores sem formação superior, no início da série histórica estudada, mesmo para a segunda maior e mais importante cidade do Maranhão. Ademais, o município de Montes Altos teve redução de 88,9%, em 2013, para 35,7%, em 2022; Açailândia, de 63,3% para 36,9%; Governador Edison Lobão, de 64,9% para 10,3%; Senador La Rocque, de 26,8% para 9,4%; e Campestre do Maranhão, de 55% para 27,5%.

Quando observados os mesmos indicadores de formação docente para o Ensino Fundamental: Anos Finais, na RMSM, entre 2013 e 2022 (**Gráfico 44**), os dados informam que houve aumento no Grupo 1, de 16,9%, em 2003, para 25,8%, em 2022. Os dados são muito próximos ao do Maranhão, onde os percentuais do Grupo 1 eram de 19%, em 2013, e 26,7%, em 2022.

Gráfico 44 – Indicador de adequação da formação docente para o Ensino Fundamental: Anos Finais, na RMSM (2013-2022)

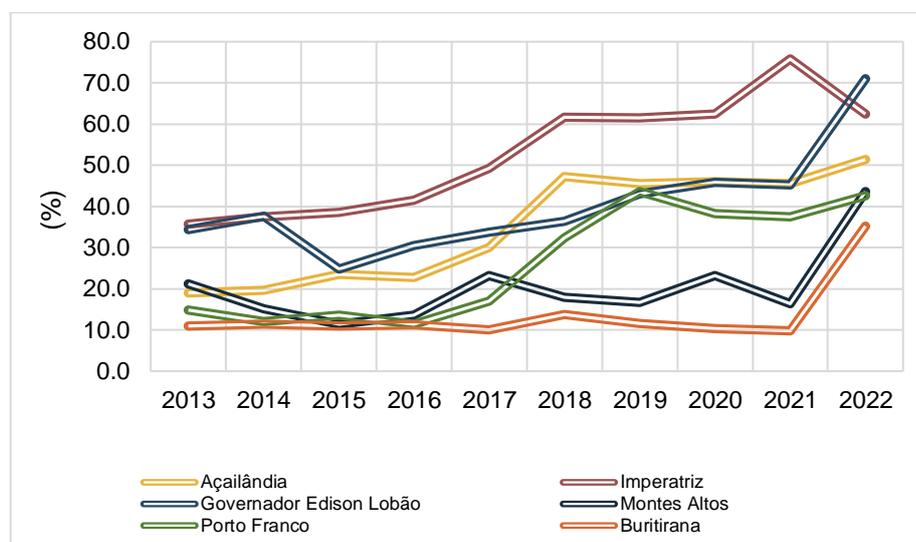


Fonte: INEP (2023a). Org.: a autora (2023).

Por outro lado, há de se destacar o quadro estrutural brasileiro, no qual, em 2013, os percentuais de professores atuando na mesma área de formação era de 59,9%, havendo uma queda para 48%, sugerindo problemas estruturais de ordem mais macro que apenas regional. Sobre os professores no Grupo 5, estes tiveram uma redução de 38,1%, em 2013, para 26%, em 2022, redução de 12,1% – muito próxima a do Maranhão, onde, no mesmo período, cai de 49,1% para 30%, redução de 19,1%. Entretanto, em âmbito nacional, há aumento de professores sem formação: de 8% para 17,4% no mesmo interstício.

Quanto à observação dos municípios individualizados que tiveram maior mudança positiva nos percentuais, entre 2013 e 2022 (**Gráfico 45**), nota-se que Açailândia salta de 19% para 51,4%; Imperatriz, de 35,7% para 62,4%; Governador Edison Lobão, de 34,4% para 71%; Montes Altos vai de 21,2% para 43,6%; Porto Franco passa de 14,9% para 42,6%; e, finalmente, Buritirana cresce de 11% para 35%.

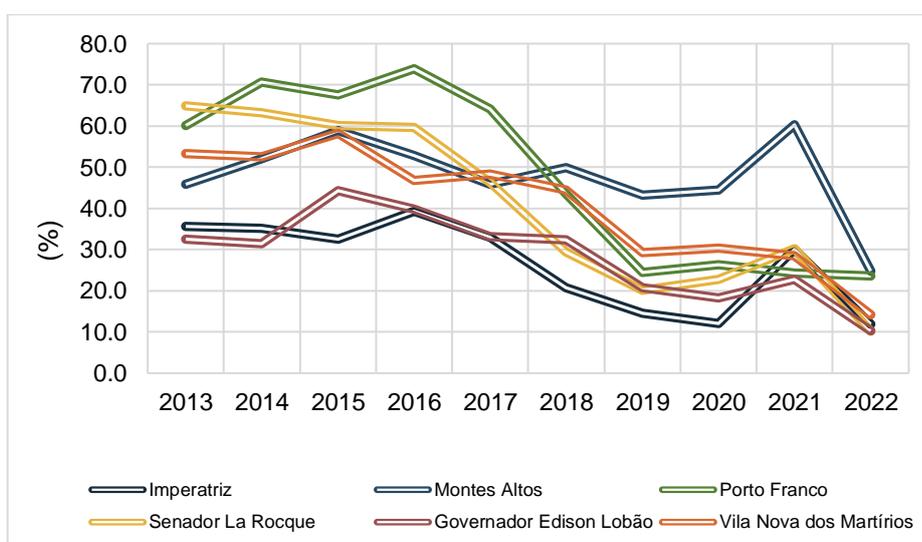
Gráfico 45 – Municípios com maiores avanços no Grupo 1, no Ensino Fundamental: Anos Finais, na RSM (2013-2022)



Fonte: INEP (2023a). Org.: a autora (2023).

Imperatriz continua a ser o município de maior redução no número de professores sem formação superior atuando no Anos Finais, na RSM, entre 2013 e 2022 (**Gráfico 46**). Montes Altos tem redução de 45,8% para 24,8%; Porto Franco, de 60,1% para 23,6%; Senador La Rocque, de 64,9% para 10,2%; Governador Edison Lobão, de 32,5% para 10,3%; e Vila Nova dos Martírios, de 53,3% para 14,2%.

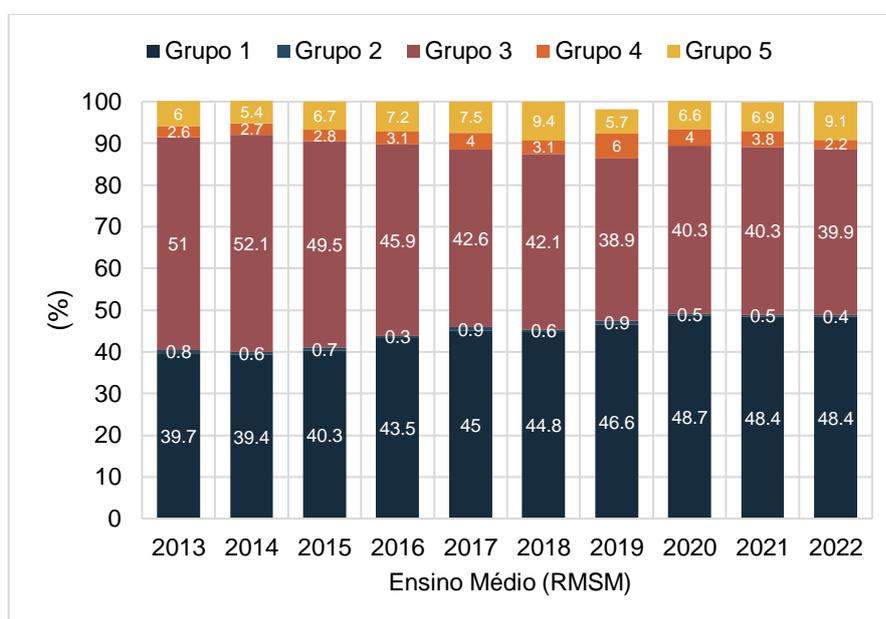
Gráfico 46 – Municípios com maiores quedas no Grupo 5, no Ensino Fundamental: Anos Finais, na RSM (2013-2022)



Fonte: INEP (2023a). Org.: a autora (2023).

Diferentemente do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Finais, o Ensino Médio (**Gráfico 47**) se apresenta como maior gargalo na superação das desigualdades regionais, quanto aos indicadores de adequação docente, na RMSM. Ao contrário do Ensino Fundamental, em que ocorre variação positiva significativa nos percentuais referentes aos Grupos 1 e 5, aqui há mudanças negativas nesses dois grupos: baixa elevação positiva do percentual de 39,7%, em 2013, para 48,4%, em 2022, para o Grupo 1, e aumento de 6% para 9,1%, no mesmo período, para o Grupo 5.

Gráfico 47 – Indicador de adequação da formação docente para o Ensino Médio, na RMSM (2013-2022)



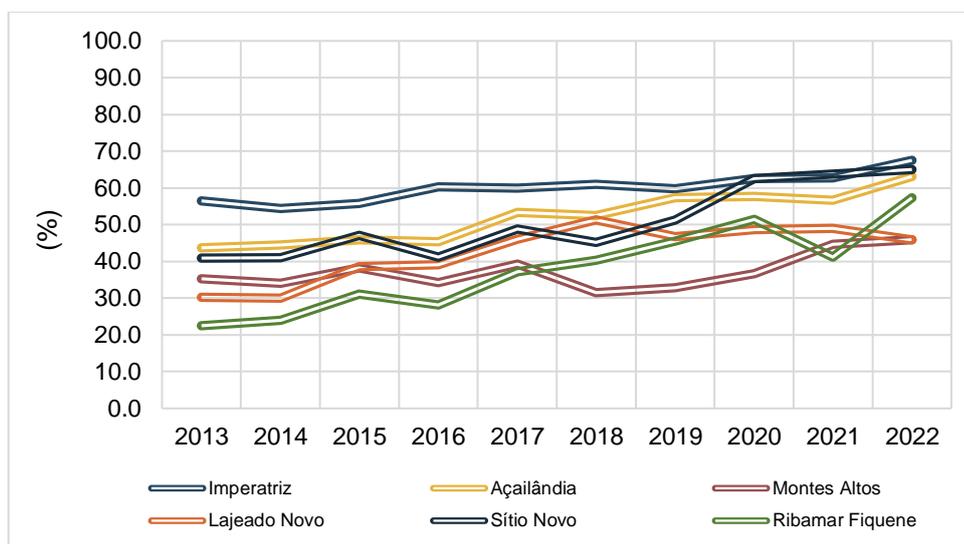
Fonte: INEP (2023a). Org.: a autora (2023).

Essa tendência de aumento é acompanhada pela média maranhense, a qual, no mesmo período, saiu de 49% para 58,3%, para o Grupo 1, e 6,5% para 7,3%, para o Grupo 5. No que diz respeito ao percentual brasileiro, há elevação de 57,8% para 67,6%, para o Grupo 1, no mesmo período. No tocante, o Ensino Médio é o único nível escolar que apresenta redução no Grupo 3, destinado a docentes com formação superior de licenciatura em área diferente daquela que leciona, caindo de 51% para 39%.

Quando observados os municípios individualmente (**Gráfico 48**), novamente Imperatriz e Açailândia aparecem no conjunto de cidades com maiores avanços para o Grupo 1, no período. Imperatriz apresenta aumento de 56%, em 2013, para 67%, em 2022. Açailândia cresceu de 43,7% para 63,1%; Montes Altos, de 35,2% para

45,9%; Lajeado Novo, de 30,3% para 45,9%; Sítio Novo, de 40,9% para 65%; e, por fim, Ribamar Fiquene foi 22,5% para 57,3%.

Gráfico 48 – Municípios com maiores avanços no Grupo 1, no Ensino Médio, na RMSM (2013-2022)



Fonte: INEP (2023a). Org.: a autora (2023).

Na lista dos municípios com menor diminuição no conjunto de professores sem formação atuando em sala de aula, ou seja, do Grupo 5, estão: Carolina, que teve redução de 6,3% para 2,9%; Amarante do Maranhão, de 17,5% para 11,5%; Porto Franco, de 9,4% para 5,4%; Ribamar Fiquene, de 18,1% para 11,4%; São Pedro da Água Branca, de 4,2% para 0%; e Vila Nova dos Martírios, de 18% para 9%.

No quadro geral apresentado, os dados secundários sugerem mudanças estruturais significativas na qualificação docente, nos municípios que compõem a RMSM, além de adequação de docentes quanto à formação e atuação na sala de aula, o que, de forma clara, reflete em melhorias na educação da região. Embora o Ensino Médio ainda se apresente enquanto desafio mais significativo, é importante destacar que o grupo de professores sem formação superior, enquanto média regional, ficou em 9,1%, no ano de 2023.

Há, nesse contexto, outros três aspectos relevantes: a) 2017 é um ano de referência para mudança nos dados regionais, o que coincide com a criação e a atuação autônoma da UEMASUL em sua área de jurisdição; b) os principais centros urbanos, na hierarquia regional, apresentam melhores indicadores de evolução e apresentam um *campus* da UEMASUL no ato de sua criação; c) ao se observar,

individualmente, os municípios, nota-se que aqueles de maior proximidade geográfica com a cidade de Imperatriz expressam relação de melhores indicadores ao longo do tempo, principalmente os que compõem a primeira formulação da RMSM, de 2005.

Essa questão da proximidade geográfica, e mesmo os deslocamentos de fluxos de estudantes, frente aos fixos promovidos pela Educação Superior, será ponto a ser analisado no próximo tópico, como elemento de finalização da análise proposta neste trabalho.

5.3 Polarização e centralidade dos fluxos de estudantes de licenciatura na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense

A região trata-se de uma categoria geográfica que reflete uma unidade de gestão, análise, aproximação e até mesmo diferenciação. É uma categoria teórico-metodológica que permite a constituição de recortes do espaço geográfico para que se estruturam análises a partir de múltiplas variáveis que se aproximam e se diferenciam.

Dessa forma, a região emerge como componente central no entendimento urbano-regional da rede urbana e das regiões geográficas. Como apontado por Boscariol (2017, p. 186, grifo do autor), o conceito se desenvolve “das regiões naturais, passando pelas regiões homogêneas e depois pelas regiões funcionais, [de modo que] o ‘desenho’ de regionalizações foi tido como uma forma de compreender, ordenar e planejar o território”.

Assim, o Brasil passou por algumas regionalizações propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira regionalização foi baseada nas *zonas fisiográficas*, em 1942, quando o IBGE dividiu o país em 228 zonas, levando em consideração aspectos físico-naturais. Posteriormente, também passou a considerar aspectos socioeconômicos. Através desse processo de regionalização, ficaram definidas as denominações regionais: Norte, Meio-Norte, Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental, Leste Setentrional, Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste brasileiro (IBGE, 2017; LUCIZANI; LIMA, 2021).

Essa regionalização perdura até 1968, quando o IBGE estabelece uma nova regionalização: as *microrregiões homogêneas*. A partir de então, a questão principal

considerada é uma série de variações econômicas. Os estudos regionais ficaram pautados, portanto, no planejamento do desenvolvimento econômico (IBGE, 2017).

Em 1976, o Brasil desenvolveu uma nova divisão regional, composta por um nível intermediário denominado *mesorregiões homogêneas*, resultante do agrupamento de microrregiões homogêneas, totalizando 87 mesorregiões homogêneas. Essa iniciativa surgiu da necessidade de estabelecer uma escala intermediária que viabilizasse a divulgação de informações censitárias sem o risco de individualização, fornecendo subsídios para políticas de planejamento. Esse sistema considerava a mesma estrutura das microrregiões, utilizando, como critérios de homogeneidade intragrupos, os setores fundamentais da economia, além das estruturas urbanas e rurais (LUCIZANI; LIMA, 2021).

Já em 1989, após a homologação da nova Constituição, em 1988, surge uma nova proposta de regionalizar o país: as *mesorregiões e microrregiões geográficas*. As primeiras são áreas individualizadas em uma unidade da federação que apresentam formas de organização do espaço geográfico e são definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o natural como condicionante e a rede de comunicação entre os lugares como elemento articulador espacial. Essas três dimensões possibilitaram que o espaço delimitado como mesorregião tivesse uma identidade própria, construída com base na realidade e ao longo do tempo (IBGE, 1990).

As microrregiões e mesorregiões geográficas captaram a realidade territorial brasileira, de um país não mais pautado somente na pecuária bovina ultraextensiva, mas articulado por um complexo agroindustrial, em um processo de transações. Esse processo viria a inserir o interior do Brasil na produção mundial de *commodities*, transformando o campo e a produção agropecuária brasileira em um segmento de cadeia produtiva organizada em escala mundial (IBGE, 2017).

Finalmente, em 2017, o IBGE estabelece parâmetros para uma nova forma de regionalizar o Brasil, substituindo o modelo anterior de microrregiões e mesorregiões geográficas por *regiões geográficas imediatas e intermediárias*, respectivamente. Essa nova abordagem de regionalização é fundamentada nos conceitos de território-rede e território-zona, demonstrando as diversas perspectivas sobre o espaço e sua relação com os atores sociais (IBGE, 2017).

Diante disso, com o novo modelo, a região se torna uma estrutura de conhecimento geográfico fundamentada nas dinâmicas recentes de transformação. Esse modelo é operacionalizado por meio de elementos concretos, como rede urbana, hierarquia urbana, fluxos, dependência, subordinação, polarização e outros fatores capazes de distinguir espaços regionais em escalas específicas (IBGE, 2017).

As regiões geográficas imediatas, estruturadas com base na rede urbana, são áreas que possuem um centro urbano principal. Esse centro atende às necessidades imediatas das populações dos municípios integrantes da região, fornece bens duráveis e não duráveis, oportunidades de emprego, acesso a serviços de saúde, educação e instituições públicas, como postos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério do Trabalho, entre outros (IBGE, 2017).

As regiões geográficas intermediárias representam uma escala intermédia entre as unidades da federação e as regiões geográficas imediatas. São formadas, preferencialmente, pela inclusão de Metrópoles ou Capitais Regionais. Para tanto, utilizam centros urbanos de menor porte que sejam representativos para o conjunto de regiões geográficas imediatas que compõem as respectivas regiões intermediárias. Elas organizam o território ao articular às regiões geográficas imediatas por meio de um polo de classificação superior, diferenciando-se pelos fluxos de gestão pública e privada, além da presença de funções urbanas mais complexas (IBGE, 2017).

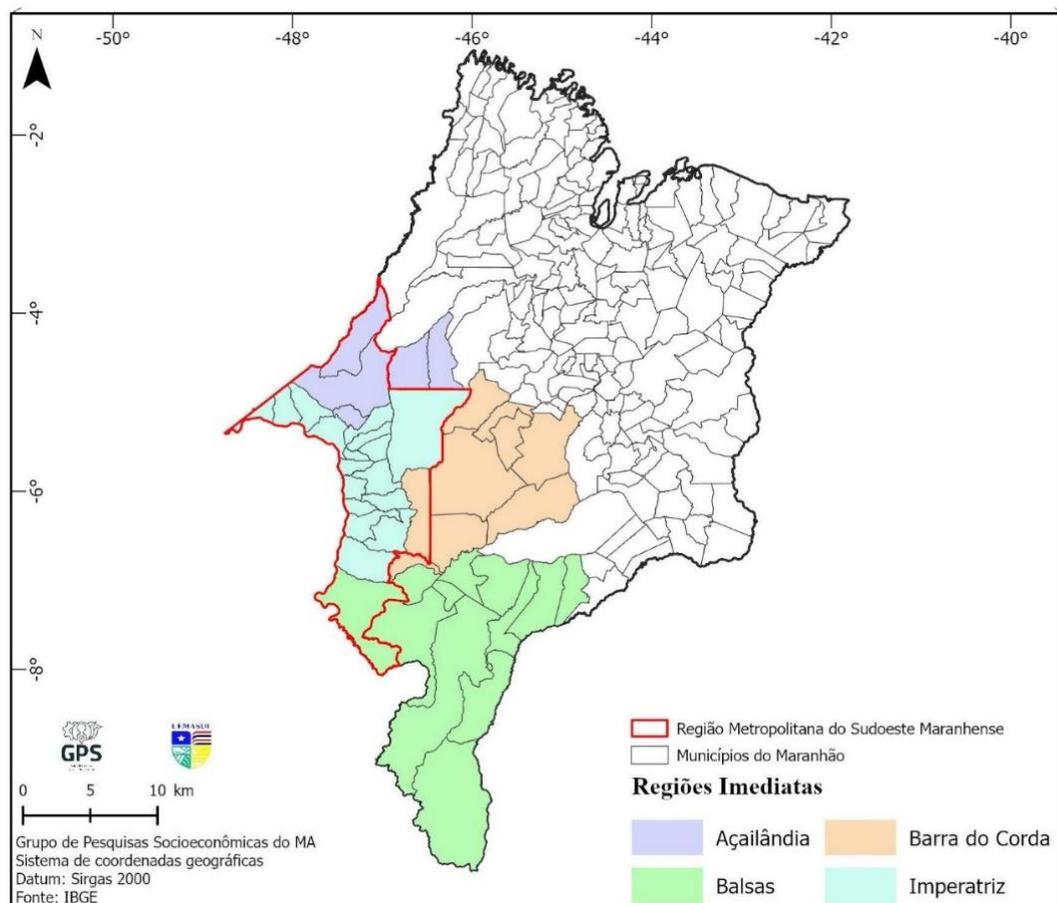
Nesse sentido, as regiões geográficas imediatas são baseadas na rede urbana, definidas por atividades econômicas, intercâmbio de serviços e fluxos populacionais. Para tanto, a rede urbana se pauta na organização das conexões de cidades em uma região, considerando suas funções e posições. Assim, “uma rede urbana pode ser compreendida como o conjunto de articulações entre os centros urbanos, no qual se tem a circulação de mercadorias, oferta de bens e serviços, como comércio em geral, saúde, educação, entre outros” (OLIVEIRA; SANTOS, 2023, p. 6).

A estruturação da RMSM é anterior ao modelo vigente de regiões geográficas do IBGE. Não obstante a segunda maior região geográfica do estado do Maranhão ser a Região Geográfica Intermediária de Imperatriz, o que se apresenta para a região metropolitana específica é uma sobreposição a outras quatro regiões geográficas imediatas, conforme demonstra o **Mapa 26**.

Embora se apresente, enquanto objetivo, a constituição de políticas destinadas a uma única regionalização, como a Metropolitana do Sudoeste Maranhense, a

definição das regiões geográficas se estabelece a partir de fluxos contínuos e relações de hierarquia e subordinação constituídos diariamente (OLIVEIRA; SANTOS, 2023). Dessa forma, a constituição da RMSM parece negligenciar estruturas de rede urbana menores, criadas pelas regiões geográficas, já previamente estabelecidas e que apresentam suas próprias singularidades.

Mapa 26 – RMSM frente às regiões geográficas imediatas



Fonte: IBGE (2023). Org.: a autora (2023).

O papel dos fluxos estabelecidos a partir dos movimentos diários, temporários ou definitivos das pessoas em busca de formação em Nível Superior reflete a estruturação de fixos que são estabelecidos em pontos estratégicos que são dados por movimentos distintos, ao longo do tempo. Tais fluxos expressam, inegavelmente, as inúmeras variáveis e até mesmo padrões de atração e polarização sobre determinados centros, a partir de cursos de formação de professores. Nesse caso, há de se considerar, enquanto hipótese, que existam cursos que apresentam maior

capacidade de atração que outros, no que diz respeito aos aspectos de quantitativo de municípios, distância destes ou mesmo intensidade.

Não há como se pensar nos fluxos sem se levar em conta os fixos, que são estabelecidos, fincados e até mesmo móveis no território, a partir de lógicas preexistentes. Dessa forma, entende-se a universidade como lócus central de fluxos e elemento de atração de fluxos de pessoas e componente na composição dos elementos que constroem as hierarquias, as subordinações da rede urbana, das regiões geográficas imediatas e intermediárias e, em especial, da cidade de Imperatriz, dentro do quadro urbano-regional que tem se apresentado.

Nesse caso, as forças centrífugas que atraem estudantes promovem verdadeiros movimentos que superam, em muito, as delimitações da Região Sudoeste do Maranhão. Por outro lado, considera-se que nem todos os municípios sejam contemplados nesses movimentos de expulsão e atração, mesmo com políticas institucionais e a própria proximidade geográfica.

Se, de um lado, precisamos entender a RMSM como subproduto de uma história comum compartilhada, majoritariamente, por municípios que faziam parte da unidade territorial do município de Imperatriz, é fundamental compreender as limitações que se apresentam nos contextos periféricos, já expostos, dos municípios que fazem parte de sua delimitação. Tal cenário reflete em dificuldades no desenvolvimento regional sob o aspecto da formação do professor, principalmente quando reiteramos os dados do INEP expostos no tópico anterior.

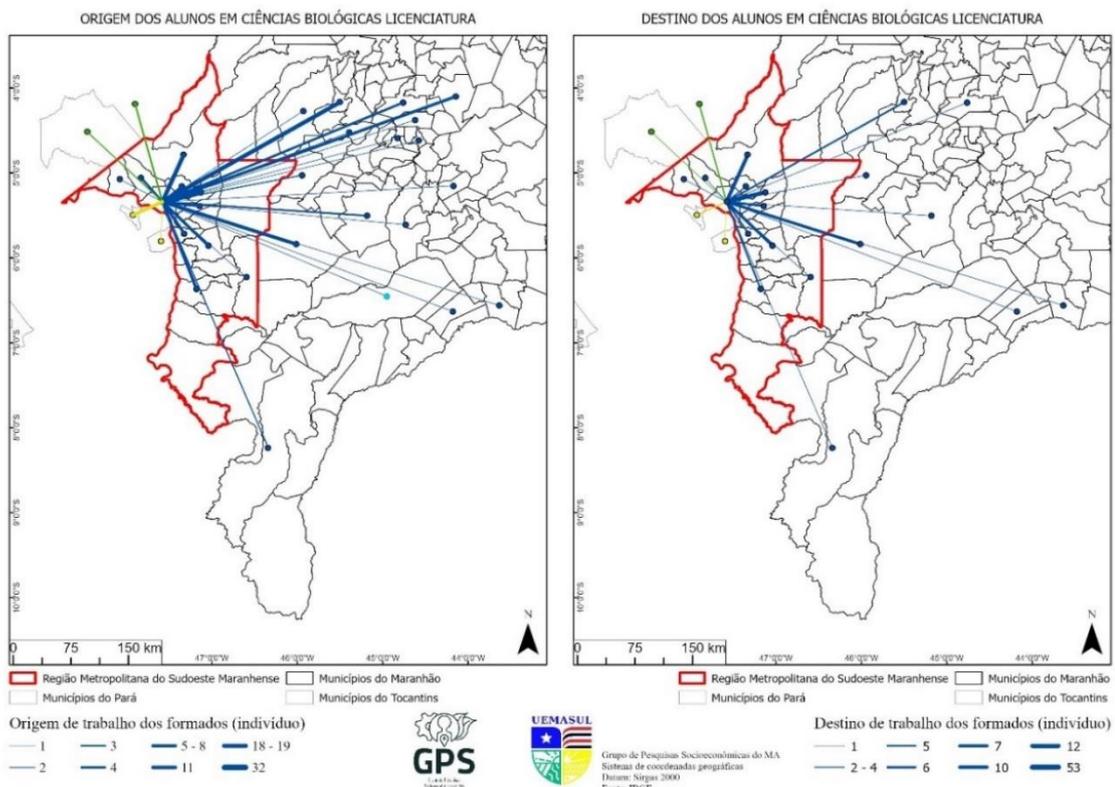
Dado o exposto, foram organizados dados coletados do sistema de acompanhamento de estudantes da UEMASUL para os ingressantes e formandos entre o período de 2018-2023 das nove licenciaturas presenciais existentes na instituição, além de dados de ingressantes dos cinco cursos do programa *Caminhos do Sertão* da instituição¹⁷. Buscou-se, assim, o entendimento das relações urbano-regionais que se desenvolvem em torno de Imperatriz, cidade sede da UEMASUL na atração de estudantes, considerando a captação e difusão de pessoas em busca de formação e formadas como fator preponderante no desenvolvimento regional¹⁸.

¹⁷ Há de se considerar subdimensionamentos das informações, dadas as dificuldades de sistematização dos dados coletados pela instituição, feita, em muitos casos, de forma rudimentar.

¹⁸ Atenta-se para que a análise é feita tendo em vista que não se pode definir padrões estatísticos para se estabelecer aqui o que é ou não *desenvolvimento*, a partir dos dados coletados e o papel recente da instituição na interiorização da Educação Superior.

Primeiramente, quando observadas as dinâmicas de origem de ingressantes no curso de Ciências Biológicas Licenciatura da UEMASUL, no período em apreço (**Mapa 27**), identifica-se que a polarização institucional apresentada na atração de pessoas em busca de cursos de formação de professores abrangeu 47 municípios, entre os estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

Mapa 27 – Origem e destino dos estudantes no curso de Ciências Biológicas Licenciatura da UEMASUL (2018-2023)



Fonte: UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

Imperatriz, com 133 estudantes, é o centro com o maior número de acadêmicos, seguido de João Lisboa (32), Açailândia (19), Altamira do Maranhão (18) e Grajaú (11). Dos 22 municípios da RMSM, metade deles não apresentaram estudantes à procura do curso em questão, na cidade de Imperatriz.

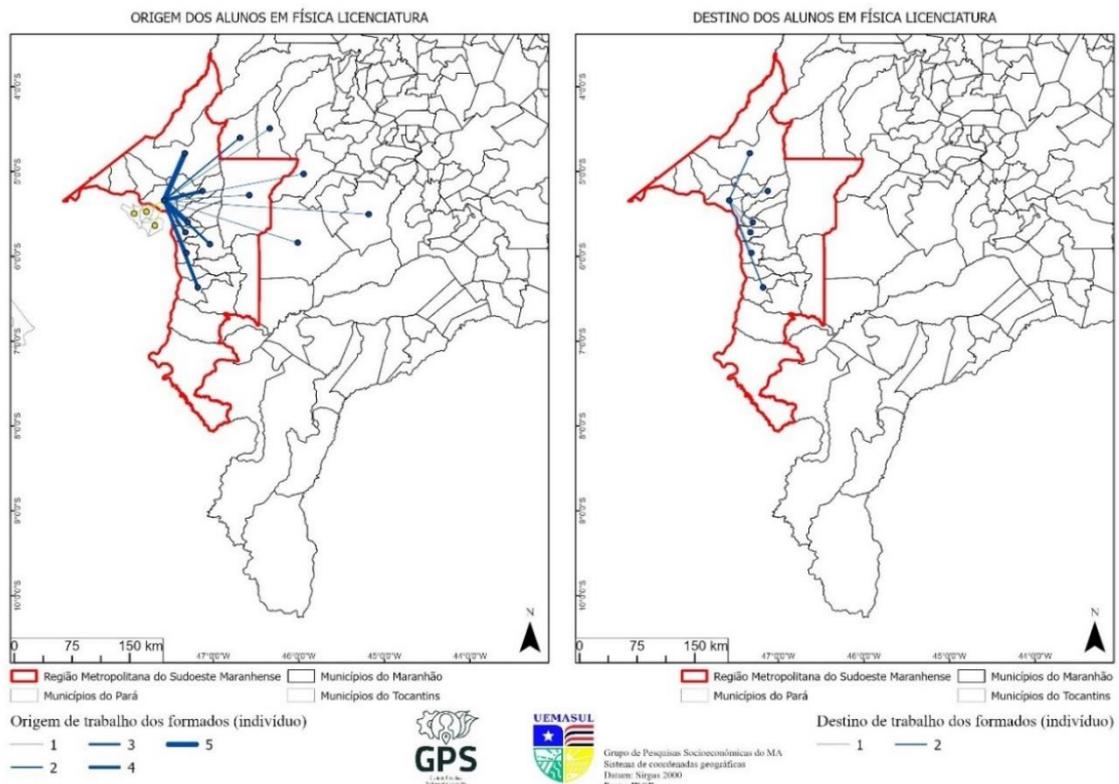
Quando observadas a partir do número de formandos – em que, claro, há uma redução em relação ao número de ingressantes –, 25 cidades aparecem como aquelas para onde eles pretendem se mudar, ou se mudaram, com vistas à possibilidade de atuação profissional na área como professor. Todavia, assim como em outros cursos que se seguirão ao longo deste tópico, parte dos recém-formados

não conseguirão atuar profissionalmente na área, e outra parcela acabará por ficar no centro com maior oferta de serviços – e, assim, com maiores perspectivas de trabalho como professor ou outra ocupação –, neste caso, o município de Imperatriz.

Embora os dados sejam significativos, se considerarmos os gargalos socioeconômicos regionais, podemos observar que oito municípios fora da RMSM foram contemplados com pessoas formadas em Ciências Biológicas Licenciatura, além de dois municípios no estado do Tocantins e dois no estado do Pará. Entretanto, 50% de todos os formandos acabam por considerar a cidade de Imperatriz como sua residência, temporária ou definitiva, para trabalho após a formatura.

Observando o **Mapa 28**, que trata da origem e destino dos estudantes do curso de Física Licenciatura, nota-se que a capacidade de polarização regional a partir desse curso é bem inferior, se comparada à de Ciências Biológicas, e até mesmo de outras licenciaturas que serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

Mapa 28 – Origem e destino dos estudantes no curso de Física Licenciatura da UEMASUL (2018-2023)



Fonte: UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

Em específico, foram encontrados registros de abrangência de apenas 18 municípios para o período em questão. Destes, oito municípios pertencem à RMSM e 10 outros municípios estão espalhados pelo Maranhão e Tocantins. É salutar destacar que municípios da divisa entre Maranhão e Tocantins aparecem com frequência na abrangência da UEMASUL, dada a proximidade geográfica e também a ausência de cursos superiores nessa área, compreendida como região do *Bico do Papagaio*¹⁹.

Imperatriz aparece como centro de origem de 49% de todos os estudantes ingressantes no período, enquanto o segundo município com maior percentual é Açailândia, com apenas 7% do total. Outros 14 municípios da RMSM não aparecem como centros de origem para os ingressantes, no período.

A discussão sobre as fragilidades cada vez maiores na formação de professores no Brasil, embora não seja tema central aqui desta pesquisa, é componente relevante do entendimento das dinâmicas urbanas que se apresentam. No Brasil, tem-se cada vez menor procura pelas licenciaturas, de modo geral, mas principalmente as de Matemática, Física e Química.

Essa problemática se torna mais expressiva em regiões periféricas, com baixos indicadores socioeconômicos e de educação, como os apresentados por muitos municípios da RMSM, onde não só a formação básica é comprometida, como também o deslocamento do estudante. Embora instituições como a UEMASUL apresentem programas de bolsas e auxílios para a manutenção desses estudantes, o ponto de partida inicial para a realização de inscrição, aprovação no vestibular, migração ou pendularidade ao local de estudo e conclusão do curso ainda se torna deficitário.

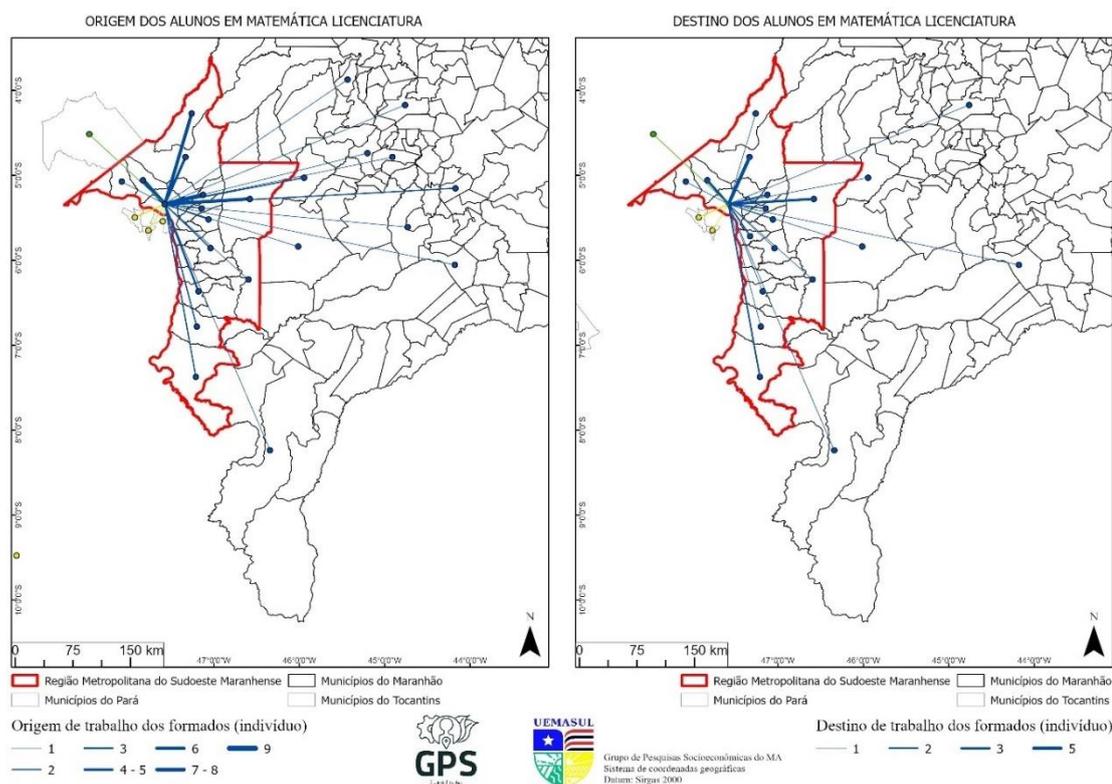
Além de aspectos como dificuldade para manutenção em cursos centrados em outros centros do domicílio original dos estudantes, Diogo e Gobara (2007) apontam que a falta de formação inicial que desperte capacidade de desenvolvimento do curso, além de aprovação no vestibular e baixa expectativa de renda em relação à futura profissão, bem como a falta de status social da profissão de professor são grandes entraves à atração de estudantes para cursos de licenciatura de forma geral. Como agravante, para cursos como Física, Matemática e Química, na maioria das vezes, os alunos têm professores com formação diferente da prática para lecioná-las, o que dificulta a formação básica e atração para essas áreas.

¹⁹ Situada no extremo norte do estado, a região do Bico do Papagaio é a área de transição entre o Cerrado e a Amazônia onde é feita divisa com o estado do Maranhão, por meio do rio Tocantins. Compõem a região parte dos municípios pertencentes à Região Geográfica Imediata de Araguatins.

Apenas sete municípios aparecem como destino de atuação profissional dos formados no período. Imperatriz se destaca novamente, respondendo por 67% do destino de trabalho dos professores. No tocante a esse resultado, todos os municípios evidenciados pertencem à RMSM, embora 15 deles não recebam professores formados na UEMASUL, no período, a partir desses dados.

De forma semelhante, contudo com um volume maior de estudantes e mesmo polarização municipal da UEMASUL em Imperatriz, está o curso de Matemática Licenciatura (**Mapa 29**), que apresentou atração sobre estudantes de 34 municípios, do Maranhão, Pará e Tocantins.

Mapa 29 – Origem e destino dos estudantes no curso de Matemática Licenciatura da UEMASUL (2018-2023)

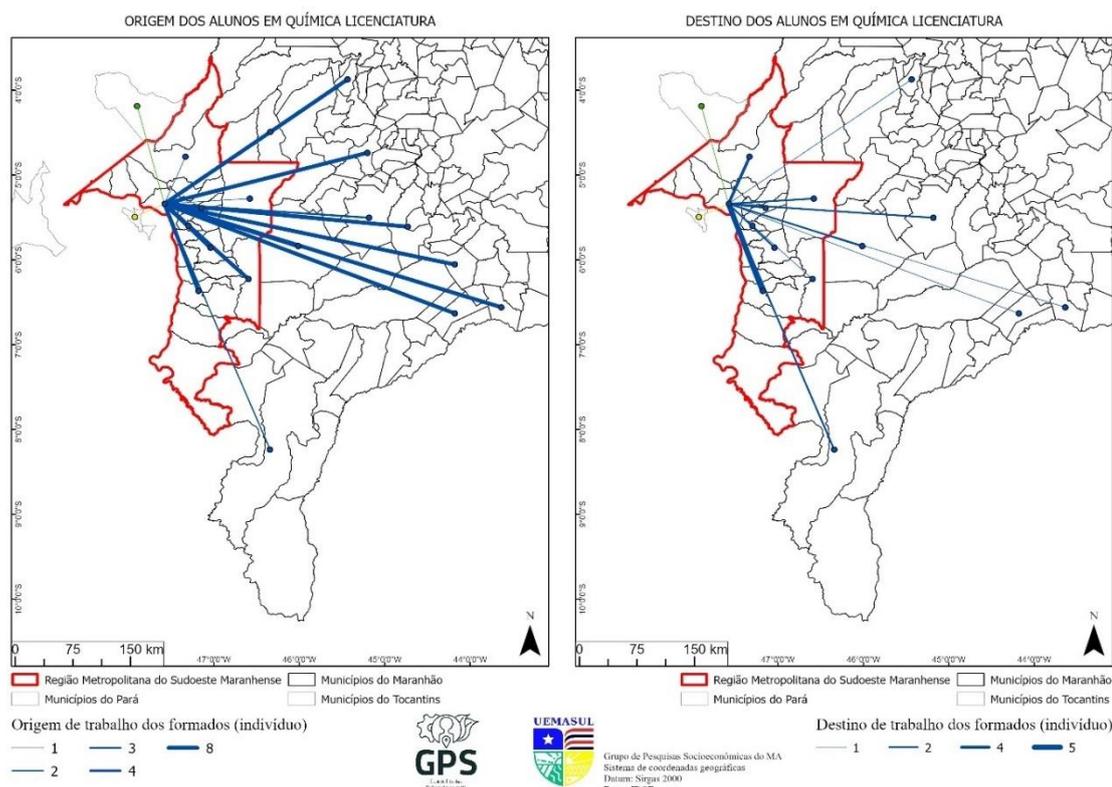


Fonte: UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

Quase a metade dos estudantes, 42%, são de Imperatriz, seguido dos centros de João Lisboa, Cidelândia, Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão e Açailândia. Entre os municípios da RMSM, 10 deles não apresentam nenhum estudante no período em destaque. Entre os estudantes que se formaram, 23 municípios aparecem como receptores dos recém-licenciados. Destes, 52% ficam na cidade de Imperatriz.

O mesmo acontece com o curso de Química Licenciatura (**Mapa 30**). Dos 26 municípios que se apresentam como emissores de estudantes para a formação no curso, apenas sete estão na RMSM. E, dos estudantes, 42% são de Imperatriz.

Mapa 30 – Origem e destino dos estudantes no curso de Química Licenciatura da UEMASUL (2018-2023)



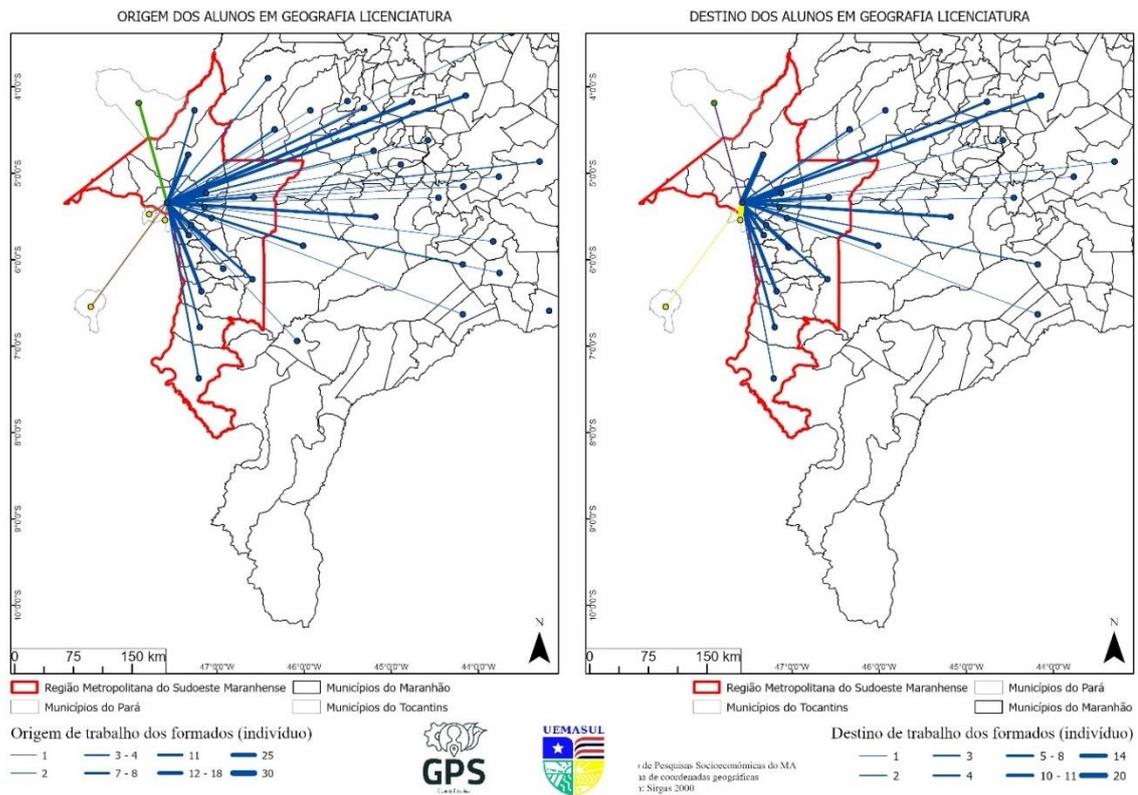
Fonte: UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

Com relação ao destino dos estudantes – professores recém-formados –, são verificados 19 municípios entre os receptores dos profissionais. Destes, oito estão na RMSM. Dentre esses recém-formados, 41% informam Imperatriz como local de domicílio e trabalho. A concentração em Imperatriz expõe-se novamente, mesmo sobre municípios expressivos que apresentam sua própria região geográfica imediata, como Açailândia. Ainda que seja centrado na formação de professores, o curso de Química Licenciatura tem permitido que estudantes atuem profissionalmente nos municípios regionalmente apresentados, mas em atuações de ordem técnica, em empresas e indústrias.

Os cursos da área de Ciências Humanas, como o caso da Geografia Licenciatura (**Mapa 31**), historicamente apresentam maior capacidade de polarização

municipal na atração de estudantes em busca de formação. Geografia Licenciatura se apresenta como uma das mais antigas licenciaturas da cidade de Imperatriz, da época da existência do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (CESI).

Mapa 31 – Origem e destino dos estudantes no curso de Geografia Licenciatura da UEMASUL (2018-2023)



Fonte: UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

Há significativa consolidação do curso de Geografia na formação de pessoas para todo o sudoeste maranhense, norte tocantinense e oeste paraense que tem permitido a atração expressiva de estudantes. Foram encontrados 48 municípios distintos na polarização da UEMASUL a partir do curso, novamente com a aparição de centros dos estados do Pará e Tocantins. Ao contrário do que ocorre com os cursos anteriores, 15 dos 22 municípios da RMSM aparecem como emissores de estudantes.

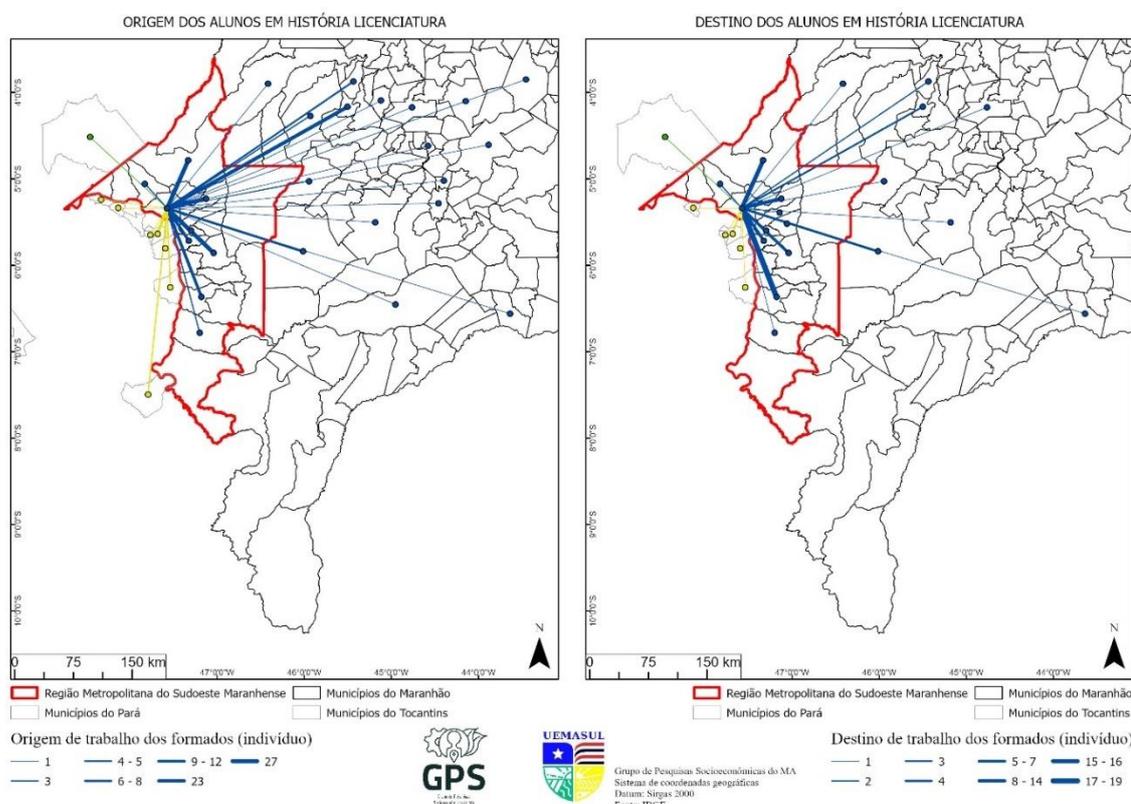
O quantitativo de estudantes em busca do curso também é superior ao dos cursos das áreas de Exatas e Tecnológicas, muito embora o número tenha caído, principalmente a partir da pandemia de Covid-19. Novamente, Imperatriz apresenta-se como grande concentradora da origem dos estudantes, seguida por Açailândia, João Lisboa, Governador Edison Lobão, Senador La Rocque e Porto Franco.

Ademais, são identificados 32 municípios como destino de trabalho dos professores formados em Geografia. Imperatriz novamente aparece como principal concentração da força de trabalho, seguida dos municípios que apresentam maior conturbação urbana com a cidade: João Lisboa, Senador La Rocque, Davinópolis, Governador Edison Lobão e Ribamar Fiquene.

Esses municípios se constituem, em sua maioria, daqueles que compõem a primeira formação da RMSM, estabelecida em 2007. Assim, a proximidade geográfica, em termos de distância, parece elemento relevante na atração de estudantes dos cursos de licenciatura. Essa particularidade não é um aspecto exclusivo da atração dos serviços de educação. Parte significativa de pessoas desses municípios – não quantificadas aqui neste estudo – trabalham em Imperatriz e, dada a proximidade, realizam fluxos de pendularidade diários.

De forma semelhante, o curso de História Licenciatura (**Mapa 32**) apresenta maior polarização sobre os municípios que fazem divisa territorial municipal com Imperatriz, fazem parte de sua região geográfica imediata e apresentam conturbação urbana expressa na primeira proposta da RMSM, de 2007.

Mapa 32 – Origem e destino dos estudantes no curso de História Licenciatura da UEMASUL (2018-2023)



Fonte: UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

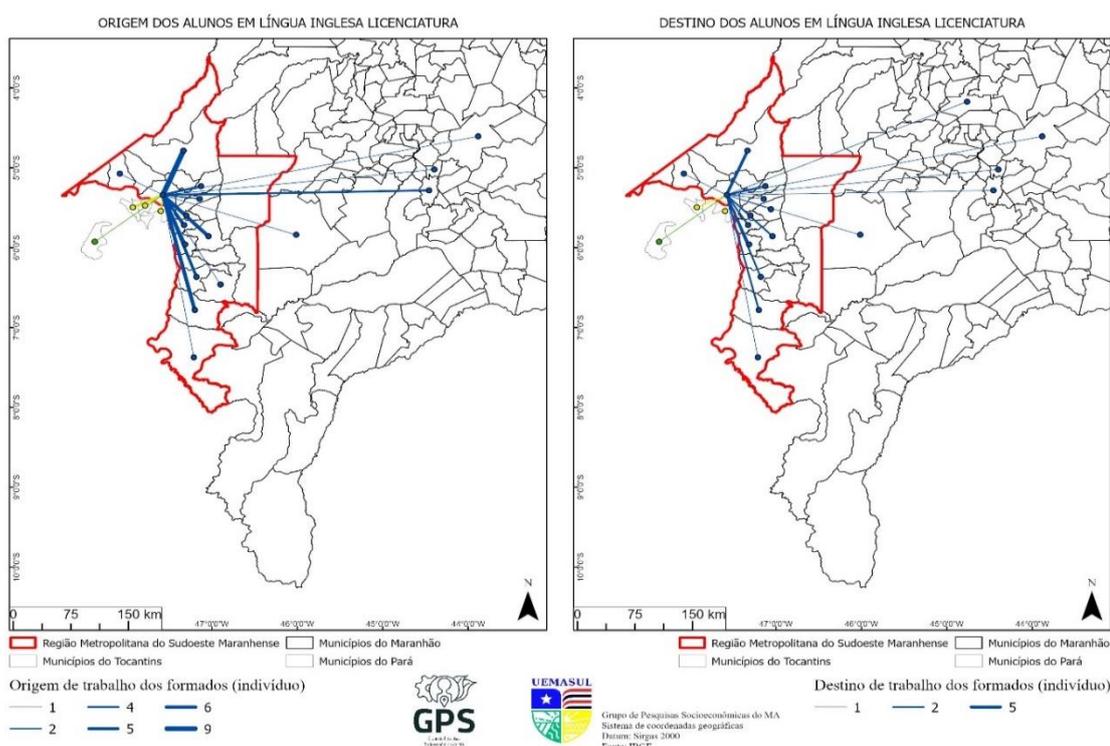
São encontrados 44 municípios destacados como origem dos estudantes que ingressaram no curso de História, no período destacado. Novamente, a atração atinge centros dos estados do Pará e Tocantins. Dos municípios da RMSM, 10 não aparecem como emissores de nenhum estudante. Imperatriz (27%), Açailândia (10%), João Lisboa (10%), Montes Altos (10%), Governador Edison Lobão (5%), Porto Franco (4%), Senador La Rocque (3%) e Davinópolis (2%) apresentam a maior concentração de estudantes originários.

Quando aos municípios de destino profissional, destaque para a manutenção de municípios na área de divisa do Maranhão com o Tocantins como destino dos estudantes. Embora haja uma diminuição de formandos e/ou áreas destinadas à atuação profissional, há relevante concentração destes dentro da RMSM. Os municípios com maior concentração de recém-formados são quatro: Imperatriz (62), Porto Franco (19), Açailândia (16) e João Lisboa (14), respectivamente.

Quando analisado o curso de Letras Inglês (**Mapa 33**), são apresentados 25 municípios de origem dos estudantes, divididos entre centros do Maranhão e Tocantins. Destes, apenas 13 municípios integrantes da RMSM aparecem nos dados. Dos alunos ingressantes, dois municípios se sobressaem como principais: Imperatriz, com 53% dos estudantes, e Açailândia, com 7%. Assim, a procura pelo curso apresenta indicadores semelhantes aos das Ciências Exatas.

Para Menezes (2015, p. 103), “a inexistência (ou fragilidade) de políticas públicas [...] focadas especificamente no ensino e no aprendizado de inglês [na educação básica e no ensino superior] resulta em um sistema escolar ineficaz para o ensino da língua devido a uma série de fatores” que inviabilizam a formação de qualidade no cenário nacional, o que se reflete no ensino da Educação Básica e consequente baixo interesse pela procura da formação em Nível Superior. Isso se acentua em contextos periféricos como o da RMSM, onde a má formação, na Educação Básica de muitos municípios (observada por indicadores do IDEB e dados do INEP, ambos já apresentados), e os baixos indicadores dificultam ainda mais e se apresentam como obstáculo no acesso ao Ensino Superior.

Mapa 33 – Origem e destino dos estudantes no curso de Letras Inglês da UEMASUL (2018-2023)

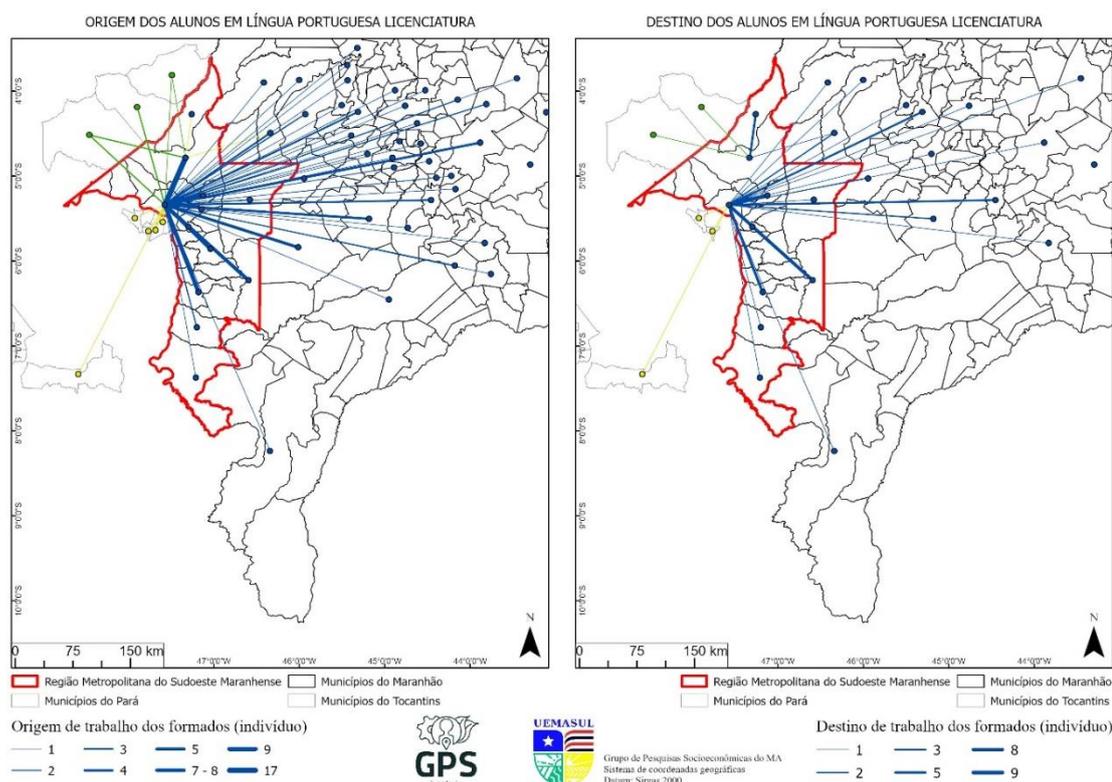


Fonte: UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

Quanto aos centros de busca por trabalho pós- formação, para o curso de Letras Inglês, 23 municípios aparecem nos dados. Destes, 13 são da RMSM, e 10 se dividem entre cidades do Maranhão e Tocantins. A presença maior de municípios da RMSM se apresenta como dado expressivo, considerando o papel de abrangência da UEMASUL. Todavia, há grande percentual de concentração desses professores em Imperatriz (63% do total) e Açailândia (7% do total).

O curso de Letras Português (**Mapa 34**), por sua vez, apresenta, de todas as licenciaturas da UEMASUL, a maior capacidade de polarização. Um dos principais elementos que podem sugerir tamanha capacidade de atração trata do fato de que ele é ofertado em dois centros: Açailândia e Imperatriz.

Mapa 34 – Origem e destino dos estudantes no curso de Letras Português da UEMASUL (2018-2023)



Fonte: UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

Ao todo, 94 municípios aparecem a partir da capacidade de polarização da UEMASUL, por meio do curso de Letras Português. Açailândia aparece com maior influência sobre municípios de sua região geográfica imediata e cidades vizinhas do

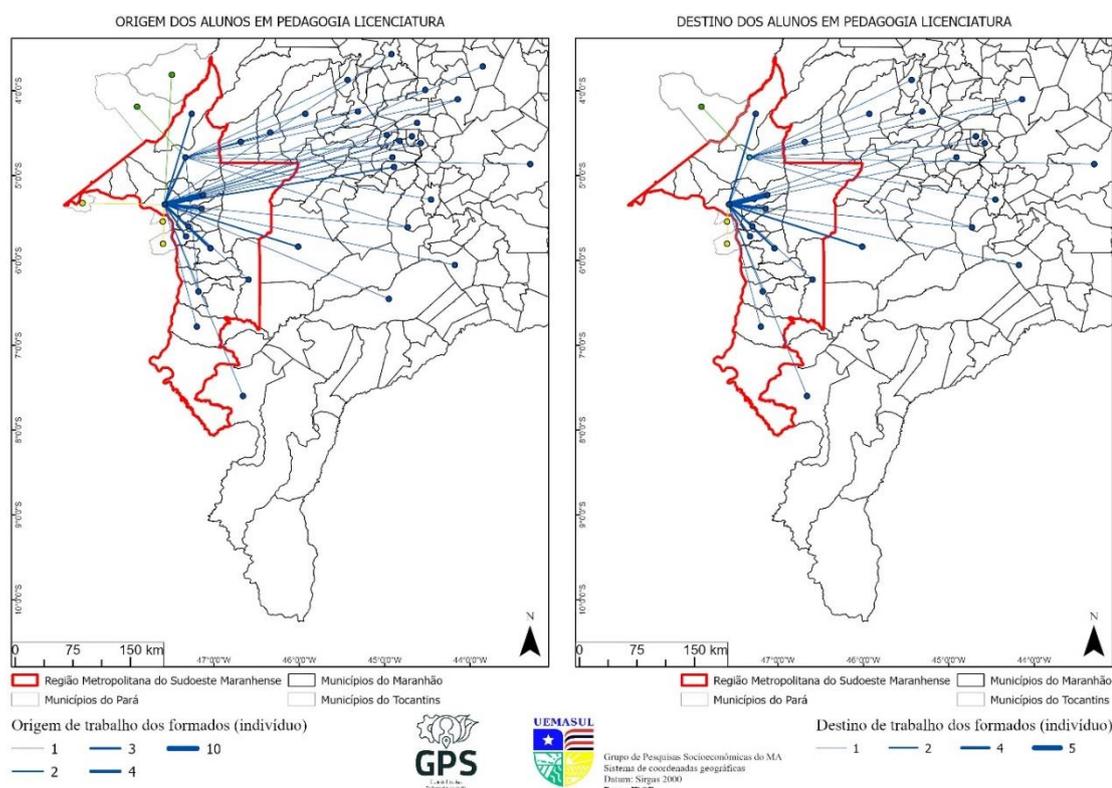
estado do Pará (Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Jacundá, Marabá, Parauapebas, Rondon do Pará, Buriticupu, Tucumã, Tucuruí, Ulianópolis e Uruçuí).

Dos 94 municípios que aparecem, 13 estão sob polarização direta de Açailândia e 81, de Imperatriz. Dos estudantes do curso de Letras Português do *campus* de Açailândia, 78% são originários do próprio município. Já para o caso de Imperatriz, que apresenta alcance bem maior, a concentração é de 32% de todo o alunado que ingressou no curso no período. 12 municípios da RMSM apresentam, pelo menos, um estudante no tempo estudado.

No que diz respeito ao destino dos professores recém-formados em Açailândia, 10 municípios aparecem como destino. Desses professores, 85% se concentram na própria cidade. No caso de Imperatriz, a concentração se apresenta em torno de 44%, de um total de 36 municípios.

De modo semelhante, o curso de Pedagogia (**Mapa 35**) é ofertado em dois *campi*, Imperatriz e Açailândia. A partir do curso, a instituição apresenta capacidade de atração sobre 56 centros dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Levando em conta o curso e o tempo em recorte, Açailândia exerce polarização sobre 18 municípios, com concentração de 80% de todos os estudantes na própria cidade; e Imperatriz, sobre 38 municípios, com concentração de 70% daqueles que buscaram Pedagogia como curso de formação superior.

Mapa 35 – Origem e destino dos estudantes no curso de Pedagogia da UEMASUL (2018-2023)



Fonte: UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

Foram registrados 35 municípios como destino de atuação profissional dos recém-formados no curso em questão. A partir do *campus* de Açailândia, foram detectados 13 municípios, de modo que 80% se concentraram na própria cidade. Para Imperatriz, foram evidenciados 22 municípios, com 72% se concentrando também no próprio centro de oferta de formação.

A problemática do retorno dos estudantes e concentração no principal centro é particularidade que vai ser reproduzida em todos os cursos de licenciatura da instituição. Embora exista certa capacidade de difusão de professores recém-formados por municípios que, no passado, enviaram estudantes, ou mesmo em processos de migração, por meio de contratações e concursos, o papel de atração desenvolvido pelo principal centro regional se estende não apenas no ingresso na instituição, mas também quanto à oferta de serviços e até mesmo à perspectiva de melhores condições de vida.

A respeito dessas questões, foram entrevistados três²⁰ recém-formados de cada um dos nove cursos de licenciatura que, embora não sejam originários do município, optaram por ficar na cidade. Assim, o universo dos entrevistados compreendeu 27 estudantes²¹. Quando questionados acerca dos principais motivos de o município de origem não se transformar em atrativo, sob a perspectiva profissional, as respostas se concentram em dois aspectos, expostos no **Quadro 8**, a seguir.

Quadro 8 – Aspectos do retorno de acadêmicos recém-formados pela UEMASUL a seu município de origem

Motivação	Percentual
Ausência de concurso público no município de origem	60%
Baixos salários municipais	26%
Outros	14%

Fonte: Pesquisa de campo (2023). Org.: a autora (2023).

O quadro regional que se apresenta à questão da polarização e concentração de professores pode ser observado a partir do papel que os maiores centros – neste caso, as cidades médias – representam na oferta de serviços sob o ponto de vista de consumo, mas também do emprego. O *ser professor* é, antes de tudo, um prestador de serviço. Como tal, demanda que sua força de trabalho seja alugada e paga por instituições de ensino, para que ele, sob a dimensão da divisão técnica e social do trabalho, consiga viver.

Nesse universo, como aponta Corrêa (1989), o processo de diferenciação e hierarquização, entre os centros urbanos, ocorre junto ao avanço do capitalismo, acentuando a forma como a sociedade e a economia se organizam. Os meios de produção, controlados por uma pequena parcela da população, em detrimento de uma grande parcela, resultam na concentração de recursos e oportunidades em determinadas cidades, em detrimento dos centros urbanos menos favorecidos. Essa

²⁰ Entrevistas realizadas durante as refeições de grau do primeiro e segundo semestre do ano de 2023. Este número variou de curso para curso. Entretanto, para termos um padrão nas entrevistas optando pela média de três estudantes recém-formados.

²¹ Número geral de todos os estudantes entrevistados. Dada a situação da recém formatura, houve dificuldade no retorno por parte dos estudantes quantos às respostas dos questionários.

distribuição desigual de serviços gera centros urbanos mais desenvolvidos, oferecendo uma ampla variedade de serviços.

Assim, a polarização que Imperatriz apresenta como principal centro urbano da RMSM ou de sua região geográfica não se trata apenas da capacidade de atrair estudantes a partir da existência da UEMASUL. Significa também, e sobretudo, atrair trabalhadores em busca de formação e, posteriormente, oferta de força de trabalho que acabam por ficar, em detrimento, em alguns casos, de centros com deficiências profissionais das mais variadas, como expostos nos dados do INEP, no tópico anterior.

Sobre a ampliação de oportunidades de emprego desencadeadas por centros mais relevantes na RMSM, o mesmo grupo anterior, entrevistado e exposto no **Quadro 8**, ao serem questionados sobre a motivação para a permanência em Imperatriz (**Quadro 9**), destacam:

Quadro 9 – Aspectos da permanência, em Imperatriz, de acadêmicos recém-formados pela UEMASUL

Motivação	Percentual
Ter conseguido emprego	40%
Melhores oportunidades de vida e trabalho em Imperatriz	46%
Outros	14%

Fonte: Pesquisa de campo (2023). Org.: a autora (2023).

As oportunidades de trabalho, mas sobretudo de vida, no contexto do capitalismo periférico, apresentam – em associação com a desvalorização salarial profissional – a ampliação de aspectos de concentração de reprodução de assimetrias históricas na lógica urbana entre os maiores centros e os menores. Assim, centros mais relevantes apresentam maiores quantitativos populacionais, maior dinamismo econômico, maior número de escolas, maiores oportunidades de emprego, melhores salários.

As aglomerações e dispersões que resultam de condições técnicas, políticas e econômicas específicas que permeiam a formação de professores acabam por intensificar zonas urbanas históricas de densidade e rarefação que explicam os usos e contradições apresentados no território. Dessa forma, há municípios que

concentram mais recursos e atividades, enquanto outros são menos desenvolvidos, com acesso reduzido a serviços e oportunidades (CORRÊA, 1989; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

As zonas de densidade, na estrutura da rede urbana, são os centros mais desenvolvidos, que oferecem uma ampla gama de bens e serviços. Por outro lado, as zonas de rarefação são compostas por centros menos favorecidos, com menor oferta de serviços e oportunidades (CORRÊA, 1989; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Essas relações que se apresentam como zonas de densidade e rarefação se desdobram de forma exemplificativa nos dados do INEP expostos no tópico anterior.

Para os municípios que conseguem polarizar e atrair os professores formados, ao longo do tempo, e inserir esses profissionais no mercado de trabalho, cria-se zonas de densidade em crescimento, com resultados positivos, a partir da atuação da UEMASUL. Nesse caso, ocorrem zonas de desenvolvimento, em que os indicadores²² tendem a melhorar. Para os demais, resta se transformarem em zonas de rarefações, em que há pouca capacidade de envio de futuros profissionais e captação destes após a formatura, o que se reflete em verdadeiros gargalos a serem superados, com vistas ao desenvolvimento regional.

Ao observarmos a síntese da polarização de Imperatriz, por meio da UEMASUL e seus cursos de licenciatura, na RMSM, durante o período estudado (**Tabela 8**), alguns apontamentos nos parecem fundamentais. O primeiro deles trata do fato de que as cidades de maior nível hierárquico na rede urbana apresentam maior participação nos percentuais de estudantes em tais cursos, na UEMASUL.

Os dados remetem à compreensão de elementos que fundamentam a constituição dessas hierarquias. Estas, entre outros aspectos, estão estabelecidas a partir do fato de esses centros serem mais dinâmicos socioeconomicamente e ofertarem maior nível de serviços em diversos âmbitos, proporcionando maior capacidade de polarização sobre outros centros.

Nesse contexto, centros mais dinâmicos economicamente não apenas tendem a apresentar maior capacidade de oferta de serviços, mas sobretudo de empregos, o que contribui na capacidade de escolhas dos estudantes de cursos superiores, desde que, claro, com participação efetiva de instituições de ensino públicas e de qualidade.

²² O professor, entendido aqui como um dos elementos de um complexo sistema educacional, não pode ser analisado apenas como o único elemento, como o único e exclusivo responsável pelas melhorias na educação. Deve-se compreender, de forma holística, diversos outros elementos.

Assim, dos cinco municípios de maior nível hierárquico da instituição, três apresentam *campi* presenciais com oferta de cursos de licenciatura. Os três centros mais dinâmicos também apresentam o envio de estudantes para a formação em todos os cursos de licenciatura existentes.

Dessa forma, o olhar sobre o urbano-regional, no contexto de formação de professores, deve ser entendido de forma sistêmica. Busca-se entender a universidade como elemento central de formação, mas também compreender o papel dos municípios nesse processo conjunto de desenvolvimento regional, uma vez que os estudantes demandam por uma série de elementos que contribuem ou obstaculizam seu processo de graduação.

Outro aspecto crucial diz respeito à relevância de se considerar as regiões geográficas imediatas dentro da estruturação de metropolizações, visto que prescindir desse elemento pode significar a negligência a fatores relevantes que impulsionam ou não fluxos de pessoas. A exemplo, o centro de Itinga do Maranhão apresentou maior influência sob a UEMASUL quando observado a partir do papel da Região Geográfica Imediata de Açailândia, na qual ele está inserido.

Tabela 8 – Síntese da atuação da UEMASUL na RMSM, a partir dos cursos de Licenciatura (2018-2023)

Município	Nível hierárquico	Biologia	Física	Matemática	Química	Geografia	História	Letras Português	Letras Inglês	Pedagogia
Imperatriz	Capital Regional C	44%	50%	42,3%	42,1%	29%	39%	35%	52%	45,5%
Açailândia	Centro Sub-Regional B	6%	6,5%	3%	4,2%	10,2%	10%	30%	6,2%	29%
Porto Franco	Centro Sub-Regional B	2%	5,3%	2,2%	8,5%	5%	12%	2,5%	3,5%	0,7%
Estreito	Centro de Zona A	1,3%	-	1,5%	1%	2%	0,6%	0,5%	4,1%	0,4%
Itinga do Maranhão	Centro de Zona B	0,3%	-	4,4%	-	1%	0,6%	2%	-	0,7%
Davinópolis	Centro Local	0,3%	6,7%	-	3,2%	1%	1,2%	2,5%	2,8%	0,7%
Governador Edison Lobão	Centro Local	1,6%	4%	4%	1%	7%	4,4%	1%	3,5%	0,7%
João Lisboa	Centro Local	10,4%	5,3%	6%	-	7,1%	9%	5%	2,7%	3,3%
Montes Altos	Centro Local	2,2%	4%	1,5%	8,5%	4%	4,4%	1%	4,1%	1%
Ribamar Fiquene	Centro Local	0,3%	4%	0,8%	-	1%	0,6%	0,5	3,5%	1%
Senador La Rocque	Centro Local	2,6%	-	1,5%	4,2%	1,5%	1,2%	1%	1,4%	1,4%
Buritirana	Centro Local	-	-	1,5%	-	1%	0,6%	0,5%	0,7%	0,7%
Amarante do Maranhão	Centro Local	-	1,3%	4,4%	2,1%	2,5%	-	0,5%	-	-
Campestre do Maranhão	Centro Local	-	-	-	1%	-	-	-	0,7%	-
Carolina	Centro Local	-	-	-	-	1%	-	0,5%	0,7%	-
Cidelândia	Centro Local	1,3%	-	6%	-	-	1,2%	-	-	-
Lajeado Novo	Centro Local	-	-	-	-	1%	-	-	-	-
São Francisco do Brejão	Centro Local	1,3%	-	-	-	-	-	-	-	-
São João do Paraíso	Centro Local	-	-	-	-	-	-	-	0,7%	-
São Pedro da Água Branca	Centro Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sítio Novo	Centro Local	0,3%	-	-	-	-	1,8%	4,1%	-	-
Vila Nova dos Martírios	Centro Local	0,3%	-	0,8%	-	-	-	-	0,7%	-

Fonte: UEMASUL (2023). Org.: a autora (2023).

Assim, a proximidade geográfica, em termos de distância, associada ao papel gravitacional das conurbações urbanas, apresenta papel relevante na capacidade das universidades de polarizarem municípios circunvizinhos. Os municípios que fazem parte da primeira formulação da RMSM, em 2007 – Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Davinópolis, Buritirana, Governador Edison Lobão, Ribamar Fiquene e Montes Altos – conurbados com Imperatriz e em destaque na **Tabela 9**, apresentam grande participação no quadro geral de subordinação e polarização na região, a partir dos cursos de formação de professores.

Quanto ao último grupo, formado pelos municípios de menor alcance dos cursos de licenciatura, é importante destacar que eles compõem o grupo com os piores indicadores socioeconômicos da RMSM, o que reforça o papel do alcance da universidade em seus contextos. Em paralelo, esses municípios apresentam o maior percentual de área rural, entre todos da RMSM, e também menor dinamismo econômico, estabelecido, principalmente, em atividades vinculadas ao setor primário. Esse fator é de grande interesse, quando se observa a perspectiva do futuro estudante em visualizar onde trabalhar profissionalmente, após formado.

Quando cruzados os dados do INEP (2022) com os da UEMASUL (2023), a partir da RMSM (**Tabela 9**), observa-se que os municípios com menor busca por cursos de formação de professores apresentam os piores indicadores de atuação profissional de docentes na sala de aula, o que reforça, ainda mais, o papel da formação de professores como elemento fundamental na superação de desigualdades e promoção de desenvolvimento, na região.

Tabela 9 – Municípios com menor influência dos cursos de formação de professores na RMSM

Municípios	Ensino Médio			Ensino Fundamental		
	Grupo 1	Grupo 3	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 3	Grupo 5
Amarante do Maranhão	26,1%	53,4%	11,4%	16,5%	43,5%	39,4%
Campestre do Maranhão	35,3%	34,7%	16,0%	40,5%	21,7%	25,2%
Carolina	53,8%	34,6%	2,9%	27,6%	20,1%	46,9%
Cidelândia	51,7%	46,6%	1,7%	30,3%	44,4%	22,7%
Lajeado Novo	45,9%	54,1%	-	12,9%	28,0%	59,1%

São Francisco do Brejão	43,4%	48,4%	8,2%	30,6%	35,2%	25,6%
São João do Paraíso	31,3%	16,9%	51,8%	16,3%	17,5%	65,6%
São Pedro da Água Branca	42,9%	57,1%	-	41,8%	28,4%	29,8%
Sítio Novo	65,0%	35,0%	-	34,6%	39,3%	25,2%
Vila Nova dos Martírios	26,8%	64,2%	9,0%	45,5%	40,3%	14,2%

Fonte: UEMASUL (2023); INEP (2022). Org.: a autora (2023).

Em nenhum dos municípios, há 100% de docentes com formação superior de licenciatura na mesma área da disciplina que leciona para o Ensino Médio (Grupo 1). O mais alto indicativo fica com a cidade de Sítio Novo, que, mesmo assim, só aparece como procedência em três cursos de licenciatura. Amarante do Maranhão apresenta o menor indicador, apenas 26,1%. Este último município só se expressa em cinco dos nove cursos de licenciatura oferecidos pela UEMASUL.

Ainda para o Grupo 1, só que no Ensino Fundamental, o maior percentual verificado é de apenas 45,5%, da cidade de Vila Nova dos Martírios, que só se manifesta em três ocasiões de cursos de formação de professores. O menor percentual é de Lajeado Novo, que não aparece em nenhum.

Quanto ao Grupo 3, dos docentes com formação superior de licenciatura em área diferente daquela que leciona, para o Ensino Médio, novamente Vila dos Martírios detém o maior percentual, de 64,2%. São João do Paraíso, que aparece para apenas um curso superior, apresenta 16,9%. Já no Ensino Fundamental, Cidelândia, que ocorre em apenas três cursos de formação, expressa 44,4%, enquanto São João do Paraíso conta com 17,5%, no mesmo quesito. Por fim, para o Grupo 5, o mais problemático de todos, que se refere àqueles docentes sem formação superior, São João do Paraíso aparece com percentual de 51,8%, para o Ensino Fundamental, e 65,6%, para o Ensino Fundamental.

Esses dados indicam onde há maior promoção de transformações frente à formação de professores por meio da polarização urbano-regional. Em contrapartida, também fornecem indicativos de onde estão os centros com maiores obstáculos e sobretudo onde a integração, por meio dos fluxos de pessoas, no caso da Educação Superior, ainda é deficitária na RMSM.

Capítulo 6

CONCLUSÃO

O papel que a cidade de Imperatriz assume no sul do Estado do Maranhão, e mais especificamente no sudoeste, vai muito além de mero centro urbano que se desenvolve ao longo dos anos e se consolida como entroncamento comercial as margens do rio Tocantins. A própria história do sudoeste do estado se confunde com a Imperatriz, sobretudo pelo fato de que, quase toda a porção territorial que compõem os atuais 22 municípios foram no passado parte da imensa área de Imperatriz.

Neste sentido, continuidade, conectividade, compartilhamento, fluxos, passado comum, hierarquia, subordinação, polarização e outros componentes, fazem parte do entendimento comum do que se trata toda a área aqui estudada. Por isso, buscar vislumbrar o sudoeste maranhense a partir de Imperatriz, embora não seja uma tarefa fácil, é fundamental.

Desta forma, conhecer os processos históricos de desmembramento territorial dos municípios que compõem a RMSM e sua relação com a centralidade regional da cidade de Imperatriz, expresso pelo objetivo específico “a” implicou no entendimento que os movimentos políticos, sobretudo aqueles desencadeados no ano de 1994 se somaram a outros anteriores para compor o agrupamento de municípios que compõem a RMSM.

Tais processos de desmembramento territoriais não foram acompanhados de devida autonomia econômica de parte significativa destes municípios, proporcionando a manutenção de antigas dependências e criando outras novas. Assim, Imperatriz não só se mantém como principal centro urbano-regional, como intensifica sua relação de polarização a municípios muito além do sudoeste, como aqueles localizados em toda a porção sul do estado e em áreas de fronteira, como aqueles do estado do Tocantins e Pará.

Há de forma clara a compreensão de Imperatriz como cidade média, e sua inequívoca capacidade de polarização e hierarquização regional a partir da sua oferta de serviços diversos e geração de emprego. Os dados oficiais apresentados em todo o trabalho reforçam este papel.

Tal diferenciação que coloca o município no centro regional e também do estudo aqui apresentado, fica mais evidente quando observados os indicadores socioeconômicos dos municípios que compõem a RMSM. Em sua grande maioria são municípios de base rural, processo de urbanização recente, economia estabelecida no setor primário e terciário (especialmente aqueles de ordem pública).

Tal cenário socioeconômico, aponta para o nível inequívoco de vulnerabilidade que muitos municípios apresentam, principalmente quando considerados os dados de desenvolvimento humano e concentração de renda. Tais aspectos de desenvolvimento periférico dos municípios intensifica os níveis de subordinação e dependência dentro do quadro urbano, sobretudo para a educação.

O processo de metropolização da região, embora fruto de ação política do Governo do Estado do Maranhão, nos parece um tanto distante dos fluxos e continuidades de conurbação em que as regiões metropolitanas estão constituídas. A RMSM, sobretudo a partir da compreensão de sua legislação, apresenta mais característica de zonas de integração ou de interesse de desenvolvimento do Estado que uma região metropolitana propriamente dita.

Mesmo com a existência de unidade territorial histórica comum e elementos de continuidade, subordinação e dependência, a propositura de 2005 do Governo do Estado parece mais real quanto a criação de uma região metropolitana, a partir dos municípios que deste recorte fazem parte.

A última atualização da RMSM de 2017 em que são agrupados novos municípios coincide com o principal movimento de interiorização do ensino superior no Estado do Maranhão, a partir da criação da UEMASUL. Assim, discutir o processo recente de interiorização da educação superior no Maranhão perpassou neste trabalho, não apenas pelo entendimento do papel nacional que programas como o PROUNI, FIES, REUNI tiveram, mas também pelo processo recente das duas últimas duas décadas no Estado.

Desta forma, considera-se que, o primeiro objetivo específico, pautado na composição territorial da RMSM foi atingido de forma satisfatória, permitindo que exista significativa compreensão acerca de alguns indicadores que constituem os 22 municípios que dela fazem parte.

Neste sentido, a criação da UEMASUL, se configura, certamente, como o mais importante movimento de interiorização da educação superior no estado do

Maranhão, não apenas sob o ponto de vista da formação de professores, mas do entendimento do estágio periférico de desenvolvimento regional que se encontra a RMSM.

O Maranhão desta forma, em 2017, teve a sua primeira universidade regional autônoma. O que representa, significativo componente no desenvolvimento da região. Concepção esta, compartilhada em todo o trabalho, de que a educação entendida sob suas múltiplas formas, é vital no desenvolvimento das regiões e emancipação de grupos sociais.

Neste contexto, ao analisar o papel da UEMASUL no processo de interiorização da Educação Superior na RMSM, estabelecido pelo objetivo específico “b”, observou-se não apenas a promoção de novos cursos em região com inúmeras vulneráveis, principalmente aquelas de ordem de educação, mas sobretudo, na construção de uma continuidade de formação de professores para atender fortemente toda uma região.

Embora o movimento de criação da UEMASUL seja recente, e a melhoria de indicadores na educação seja responsabilidade compactuada por inúmeros agentes e atores, principalmente aqueles envolvidos nas esferas municipais, há de se destacar que houve melhoras nos indicadores de docentes com formação superior de licenciatura na mesma área da disciplina que leciona, de docentes com formação superior de licenciatura em área diferente daquela que leciona e docentes sem formação superior para a educação básica na RMSM no período recente, muito embora tais avanços ainda não foram tão significativos para o ensino médio.

Assim, considera-se que tal objetivo foi atingido de forma satisfatória, o conjunto de dados levantado permitiu que dialogássemos com o processo de interiorização no Brasil e no Maranhão, evidenciando o papel da UEMASUL em um contexto regional de enormes desigualdades.

Ao buscarmos identificar as complexas relações de polarização e subordinação na rede urbana RMSM, a partir dos cursos de formação de professores estabelecidos pela UEMASUL, expresso pelo objetivo “d” notamos que, para além das variáveis em nível nacional que acometem os cursos de licenciatura, questões entre relacionadas a polarização e hierarquia na rede urbana influenciam na atração para a formação e atuação profissional de futuros professores.

Os municípios de maior hierarquia urbana na rede tendem a ofertar maior número e fluxos de estudantes em busca de formação e também de captação destes

para atuar profissionalmente. Estas relações, embora não esmiuçadas neste trabalho, estão ligadas a capacidade de oferta de emprego e renda para os futuros profissionais e a capacidade de ofertar serviços de transportes intermunicipais para os estudantes.

Assim, inúmeros componentes regionais se apresentam como condicionantes e desafios no âmbito aqui proposto: a proximidade geográfica e consequente, existência de conurbação urbana em alguma medida exerce força sobre estes estudantes, na medida em que, as relações diárias por busca de serviços e trabalho entre os municípios mais próximos, permite a criação e manutenção de fluxos diários de pessoas em busca de educação superior na UEMASUL. Os dados apontam para os municípios existentes na regulamentação de 2005 como aqueles que apresentam maior nível de envio de estudantes para a universidade.

Municípios mais distantes geograficamente, com piores indicadores socioeconômicos e menores níveis de urbanização tendem a ter menor nível de influência da UEMASUL na rede urbana sobre a captação de estudantes que buscam as licenciaturas. Neste caso, a expansão da universidade aproximando-a dos centros mais vulneráveis se apresenta como fundamental.

Os dados indicam onde há maior promoção de transformações frente à formação de professores por meio da polarização urbano-regional. Em contrapartida, também fornecem indicativos de onde estão os centros com maiores obstáculos e sobretudo onde a integração, por meio dos fluxos de pessoas, no caso da Educação Superior, ainda é deficitária na RMSM.

Outro ponto relevante trata dos municípios de maior base rural ou que se tornaram somente recentemente urbanos, esta realidade, somada aos baixos indicadores socioeconômicos criam verdadeiros obstáculos na atração de estudantes, tais centros apresentam a menor influência na educação superior para os cursos de licenciatura.

A dinâmica econômica se apresenta como outro elemento que, pouco estabelece estímulos aos estudantes para que eles saiam e retornem aos seus municípios. A captação de estudantes para o curso de licenciatura é de forma relevante relacionada a possibilidade de empregabilidade, nem sempre visualizada nos municípios de origem, por isso, Imperatriz se mantém como centro de atração centrífuga para os formandos e professores formados.

A centralidade de imperatriz como principal centro urbano regional se apresenta como elemento relevante de formação regional de professores, mas também de concentração destes profissionais. Muito desta realidade se reflete por sua dinâmica econômica, frente as fragilidades dos demais municípios em apresentar dinamismo socioeconômico para os profissionais formados.

Há expressiva polarização sobre municípios do Tocantins e Pará, que tendem também a ser regiões a receberem os professores recém-formados, em média 20% dos estudantes da UEMASUL são destes municípios. O principal desafio que se apresenta para análise aqui regional desenvolvida, está na construção de sólida relação entre a UEMASUL e os municípios da RMSM no que compete a promoção de empregabilidade para os formados e ampliação da atração de estudantes para estes cursos.

Estes e outros aspectos apontam para transformações recentes da UEMASUL na RMSM e gargalos que, tendem a ser superados. As questões urbanas desta forma, se apresentam como inegáveis condicionantes, e o ainda distanciamento municipal da universidade pública como verdadeiro desafio ao desenvolvimento regional. De forma inegável, a constituição de estratégia sólida de atração de estudantes em número cada vez maior destes municípios que apresentam os menores percentuais e a criação de estruturas de emprego que promovam a inserção no mercado de trabalho são elementos fundamentais para a superação de desigualdades das mais diversas naturezas.

A pesquisa resultou no acesso a um número significativo de variáveis que podem e devem ser estudadas em nível de rede urbana frente a influência da UEMASUL. Elas se apresentam como verdadeiros questionamentos quanto a compreensão do papel da universidade pública em contextos tão complexos como o apresentado na RMSM, que podem ser compreendidos a partir das particularidades de cada área do conhecimento. Tais possibilidades se apresentam, de forma inevitável, como futuras possibilidades de estudos sob a perspectiva da rede urbana e o desenvolvimento regional.

Neste contexto, há de se destacar a possibilidade para uma agenda de pesquisa de investigação sobre as relações entre a rede urbana e os desdobramentos urbano-regionais entre os diferentes cursos ofertados em uma universidade com menos de 10 anos de criação. As intrínsecas relações que permitem que a partir dos

diversos cursos se tenham diversas diferenciações e movimentações na rede urbanas a partir das relações entre curso-cidade-universidade. Cabe destacar também nessa agenda de pesquisa o estudo dos cursos de bacharelados e a forma com que ele se apresenta dentro da rede urbana maranhense, mas também fora delas, além de contínuo estudo da conjuntura da UEMASUL enquanto universidade regional e seu desdobramento no interior do estado a partir dos seus programas institucionais e indução à pesquisa.

Por fim, destaca-se enquanto principais obstáculos na execução desta pesquisa a área de estudo, que concentra 22 municípios e exigiu demasiada análise de dados secundários e variáveis para a construção de documento final que fosse o mais verosímil possível diante do rigor teórico-metodológico. O processo de pandemia de covid-19 que, diante dos isolamentos e distanciamentos sociais implicou em diversas reestruturações na condução da pesquisa, como a realização de entrevistas com gestores municipais e outros atores políticos que se tornou inviável. Ademais, destaca-se a dificuldade em retorno de questionários tanto por parte dos professores como estudantes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. *In*: OLIVEIRA, L. L. (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. p. 42-59.
- AGAPITO, A. P. F. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, v. 16, n. 32, p. 123-140, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14064>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- AMARAL, S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. **Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia**. [Relatório Técnico, Programa de Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas, Ação “Métodos, modelos e geoinformação para a gestão ambiental”]. [São José dos Campos]: INPE/Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.
- AMORIM FILHO, O. B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 69-87. (Geografia em Movimento).
- AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., nov. 2002, Ouro Preto. **Anais Eletrônicos [...]**. Ouro Preto: Abep, 2002. p. 1-22. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1109>. Acesso em: 12 maio 2021.
- AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In*: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.
- ANDRADE, T. A.; LODDER, C. A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. (Relatório de pesquisa, 43).
- ANDRÉ, M. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8075>. Acesso em: 08 ago. 2023.
- ARANHA, A. V. S.; SOUZA, J. V. A. As licenciaturas na atualidade: nova crise? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 29, n. 50, p. 69-86, out./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/34745>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- ARAÚJO, A. B. A.; PASQUALETTO, A.; PIETRAFESA, P. A.; BELTRÃO, I. M. J. Ensino superior brasileiro e sua influência no desenvolvimento regional. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 10, p. 1-17, 2021.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18759>. Acesso em: 07 ago. 2023.

ARAÚJO, J. A. V. **A região de influência de Imperatriz – MA**: estudo da polarização de uma capital regional, destacando a regionalização dos serviços públicos de saúde. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17859>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ARRAIS, T. A.; CASTILHO, D.; AURÉLIO NETO, O. P. Integração nacional e fragmentação regional: o sentido territorial da BR-153 no centro-norte brasileiro. **GEOgraphia**, Niterói, v. 18, n. 36, p. 62-85, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13743>. Acesso em: 24 set.2016.

AZEVEDO, M. P. **Os ciclos econômicos do Maranhão**: do algodão ao minero-metalúrgico. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4188>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BALTAR, K. D. FIES, PROUNI e REUNI: uma análise sobre o papel dessas políticas públicas na inclusão social de jovens no ensino superior brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2021.

BARREYRO, G. B. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. (Relatos de Pesquisa, 37).

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia (RGB)**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3/4, p. 357-371, jul./dez. 1985. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/902>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BESSA, K.; LUZ, R. A. A pandemia de Covid-19 e as particularidades regionais da sua difusão no segmento de rede urbana no estado do Tocantins, Brasil. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 6-28, ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/63987>. Acesso em: 22 set. 2020.

BORJES, E. S. A expansão do ensino superior público no Brasil: um olhar sobre as políticas de democratização do acesso. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 143-160, jan./mar. 2016.

BOSCARIOL, R. A. Região e Regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). *In*: MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; PINTO, C. V. S. (org.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira. Brasília: IPEA; INCT, 2017. *E-book*. v. 1. p. 145-162.

BOTELHO, J. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort, 2007.

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. Cidade: espaço da cidadania. *In*: GIOMETTI, A. B. R.; BRAGA, R. (org.). **Pedagogia cidadã: cadernos de formação – ensino de Geografia**. São Paulo: UNESP-PROPP, 2004. p. 105-120.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008]. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. *E-book*.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**: seção 1: Poder Executivo, Brasília, DF, ano 144, n. 79, p. 7, 25 abr. 2007a.

BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. [Lei nº 9.394/1996; Lei nº 4.024/1961]. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. *E-book*.

BRASIL. Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; [...] e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 144, n. 3, p. 1-3, 4 jan. 2007b.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 138, n. 135-E, p. 2-4, 13 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 140, n. 10, p. 7-8, 14 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 149, n. 169, p. 1-2, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 1-7, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário**

Oficial da União: seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 152, n. 8, p. 2-3, 13 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **IFs:** um novo modelo de educação profissional e tecnológica. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/sobre-o-mec/atuacao-e-competencias/ifs-escolas-tecnicas-historico-e-estatisticas>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **O novo sistema de ação do governo federal na Amazônia.** Rio de Janeiro: Spencer, 1967. (Legislação Básica, 1).

CARLOS, A. F. A. **Espaço urbano.** 2. ed. v. 1. São Paulo: Labur/GESP, 2007.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 195-233, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/135035>. Acesso em: 24 set. 2022.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany.** Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 7, p. 3-15, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>. Acesso em: 07 ago. de 2023.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia (RGB)**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/963>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33. (Geografia em Movimento).

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L. **Trajatórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, E. M. Cidades médias: contributos para a sua definição. **Finisterra:** Revista Portuguesa de Geografia, Lisboa, v. 37, n. 74, p. 101-128, 2002. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1592>. Acesso em: 28 jun. 2021.

COSTA, F. A. Nem tudo no ouro reluz: considerações para uma economia política da garimpage na fronteira amazônica. *In*: MHATIS, A.; REHAAG, R. (org.).

Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental da Amazônia. Belém: Buntstif/FASE/Katalyse, 1993. p. 10-20.

COUTINHO, M. **Imperatriz**: subsídios para a história da cidade. São Luís: SIOGE, 1994.

CUNHA, C. da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981.

CUNHA, F. A Madre Superiora e o Presidente da República. Imperatriz Maranhão, anos 1960. **Museu Virtual Imperatriz – MA**. [S. l.], 25 jan. 2018. Disponível em: <http://museu-virtual.blogspot.com/2018/01/presidente-da-republica-jucelino.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. rev. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

DAMASCENO, L. L.; FONTES, M. G. Formação de professores para a qualidade na educação básica: contextos que conduziram à implementação do Parfor. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 13, n. 44, dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/67995>. Acesso em: 08 ago. 2023.

DIOGO, M. F.; BIANCHETTI, L. Qualificação docente e desenvolvimento regional: um estudo de caso em uma faculdade municipal. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 14, p. 1-15, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3097>. Acesso em: 08 ago. 2023.

DIOGO, R. C.; GOBARA, S. T. Sociedade, educação e ensino de física no Brasil: do Brasil Colônia ao fim da Era Vargas. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA, 17., 2007, São Luís. **Anais [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Física, 2007.

DINO, S. **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)**. São Luís: EDUFMA, 1996.

DURHAM, E. R. Educação superior, pública e privada. *In*: SCHWARTMAN, S.; BROCK, C. (org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Tradução de R. Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 191-233.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. São Paulo: NUPES, 2003. (Documento de trabalho, 3).

FERNANDES, C. M. B.; LIMA, L. A. Evolução e desafios da educação superior brasileira. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 31, n. 3, p. 727-740, 2015.

FERREIRA, B. **As relações cidade/campo no vale do Tocantins**: o caso de Imperatriz no Maranhão. 1995. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

- FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2008.
- FRANKLIN, A. **Breve história de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2005. (Série Ciências Humanas, 1).
- FREITAS, R. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanae**, Recife, v. 4, n. 1, p. 44-53, 2010. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/54>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- GADELHA, R. M. A formação inicial e continuada de professores. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, 7., 2020, Maceió. **Anais eletrônicos [...]**. Campina Grande: Realize, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67637>. Acesso em: 09 ago. 2023.
- GARCÍA, C. M. **Formação de professores:** para uma mudança educativa. Porto: Porto Ed., 1999.
- GEHRING, F. M. M.; CASTELA, G. S. O papel da universidade na formação inicial de professores: um olhar para os projetos político pedagógicos do curso de Letras de uma universidade pública. **Travessia**, Cascavel, v. 9, n. 2, p. 26-44, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/13343>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2001.
- GUMBOWSKY, A.; JURASZEK, L.; NOERNBERG, E. I.; MAIA, E. D. W. Educação e desenvolvimento regional: a Unesco e as interseções com o desenvolvimento regional. **Interação: Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Varginha, v. 22, n. 2, p. 79-93, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/371>. Acesso em: 08 ago. 2023.
- GUMIERO, R. G. Expansão e interiorização do ensino superior na Universidade Federal da Grande Dourados-MS: uma avaliação do Reuni. *In*: MACEDO, F. C.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. (org.). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI.** Brasília: Ipea, 2022. p. 151-176. *E-book*.
- HAESBAERT, R. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** Tradução de A. C. da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].
- IBGE. Censo Demográfico 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Regiões de influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Departamento de Geografia. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

IBGE. Departamento de Geografia. **Regiões de influência das Cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Diretoria de Geociências. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. Diretoria de Geociências. **Regiões de Influência das Cidades: revisão do estudo Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

IMESC. **Enciclopédia dos municípios maranhenses: Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense**. v. 6. São Luís: IMESC/SEPE, 2020.

IMESC. **Enciclopédia dos municípios maranhenses: Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense**. v. 7. São Luís: IMESC/SEPE, 2021.

IMESC. **Produto interno bruto dos municípios do estado do Maranhão 2015**. v. 11. São Luís: IMESC/SEPE, 2017.

INEP. **Censo da Educação Superior 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/censo-superior>. Acesso em: 17 dez. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas**. Brasília, 2021a. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/notas_estatisticas/notas_estatisticas_censo_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 17 dez. 2022.

INEP. **Expansão da Educação Superior Federal no Brasil (2003-2012): análise dos indicadores de cobertura e interiorização**. Brasília, 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/expansao/2014/expansao_educacao_superior_federal_brasil_2003_2012.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Ministério da Educação, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 14 ago. 2023.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2021**. Brasília: Ministério da Educação, 2021b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 01 fev. 2023.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2022**. Brasília: Ministério da Educação, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 15 ago. 2023.

LEITZKE, A.; FRESCA, T. M. Londrina não é cidade média. *In*: SEMANA DE GEOGRAFIA, 25.; SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ, 4., 2009, Londrina. **Anais Eletrônicos [...]**. Londrina: UEL, 2009. p. 1-15.

LENCIONI, S. Observações sobre os conceitos de cidade e urbano. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74098>. Acesso em: 12 jun. 2021.

LIMA, A. E. M. A Teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 24, n. 45, mar. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10848>. Acesso em: 07 ago. 2023.

LIMA, N. R.; MEDEIROS, E. A.; SARMENTO, M. A. Formação inicial e continuada de professores: tecendo reflexões. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 6., 2012, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: UFS, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10181/55/54.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LIMA, R. M. **O rural no urbano**: uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz. Imperatriz: Ética, 2008.

LIRA, S. R. B. **Morte e ressurreição da SUDAM**: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/2327>. Acesso em: 12 abr. 2021.

LUCIZANI, J. N.; LIMA, J. F. Regionalizações brasileiras do último século. **Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 11, n. 2, p. 116-139, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/2919>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MARANHÃO. Decreto nº 32.396, de 11 de novembro de 2016. Dispõe sobre a área de atuação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.525, de 3 de novembro de 2016. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: Poder Executivo, São Luís, ano 110, n. 211, p. 1-2, 14 nov. 2016a.

MARANHÃO. Governo amplia regionalização e interiorização do ensino superior no estado. **Agência de Notícias**, [São Luís], 27 out. 2016b. Disponível em: <https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=154283>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MARANHÃO. Lei Complementar nº 089, de 17 de novembro de 2005. Cria a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: Poder Executivo, São Luís, ano 99, n. 221, p. 1-3, 17 nov. 2005.

MARANHÃO. Lei Complementar nº 204, de 11 de dezembro de 2017. Cria o Colegiado Metropolitano da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, altera a Lei Complementar nº 089, de 17 de novembro de 2005, que cria a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: Poder Executivo, São Luís, ano 111, n. 230, p. 1-5, 12 dez. 2017.

MARANHÃO. Lei nº 7.844 de 31 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado com alteração da Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: Poder Executivo, São Luís, ano 97, n. 22, p. 3-7, 31 jan. 2003.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, out./dez. 2000. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v14n04/v14n04_03.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 5-6, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGZ8yZdYjHHQ/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MEIRELLES, M. M. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar, 1994.

MENEZES, D. A. Ensino de inglês e formação de professores: reflexões sobre o contexto brasileiro. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, p. 101-119, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/6196>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MESQUITA, B. A.; MOTTA, C. M.; PEREIRA, J. J.; FERREIRA, N. C.; BARBOSA, Z. M. Formação socioeconômica do estado do Maranhão. In: CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. (org.) **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 225-319. (Coleção Formação Regional da Amazônia, 2).

MONBEIG, P. O estudo geográfico das cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 277-314, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12543>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações

espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/38>. Acesso em: 09 set. 2021.

MOURA, S. T. **Serra Pelada**: experiência, memórias e disputas. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13071>. Acesso em: 12 abr. 2021.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. *In*: DWYER, T.; ZEN, E. L.; WELLER, W.; SHUGUANG, J.; KAIYUAN, G. (org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. *E-book*. p. 95-124.

NINA RODRIGUES, M. R. **Maranhão**: do europeísmo ao nacionalismo – política e educação. São Luís: SIOGE, 1993.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. S.; ARAÚJO, M. R. S. Transportes e dinâmicas econômicas no desenvolvimento do Maranhão. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 30, n. 2, p. 91-109, jul./2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/41982>. Acesso em: 15 set. 2021.

OLIVEIRA, A. B.; SANTOS, R. F. Aspectos regionais da difusão de covid-19 na rede urbana da Região Geográfica Imediata de Açailândia, Maranhão, Brasil. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 41, e65426, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/65426>. Acesso em: 18 set. 2023.

OLIVEIRA, A. B.; SILVA, D. L.; LEAL, M. C. M. Indústria extrativista e mobilidade do capital e do trabalho na Amazônia Legal Maranhense. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2 [Especial], p. 1-17, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20583>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PANTOJA, P. L. R.; PINTO, B. C. M. Educação e desenvolvimento regional: um estudo sobre o trabalho artesanal e a sustentabilidade na Vila de Carapajó, Cametá-PA. *In*: SEIBT, C. L.; OLIVEIRA, J. P. G.; RODRIGUES, D. S. (org.). **Educação e desenvolvimento regional**: desafios e perspectivas. Cametá: CUNTINS, 2011. p. 87-99. *E-book*.

POPPER, Karl S. A lógica da pesquisa científica. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

RODRIGUES, A. H. V.; COSTA, M. C. L. A interiorização do ensino superior e seus efeitos no espaço urbano cearense. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021, on-line. **Anais eletrônicos [...]**. Campina Grande: Realize, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78486>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ROSTAS, M. H. S. G. Formação de professores: aspectos de um processo em construção. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetinga, v. 4, n. 2, p. 169-185, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/183>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2000.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: NUPES, 1991. (Documento de trabalho, 8).

SANCHES, E. (org.). **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL*, 9., 2009, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: INPEAU/UFSC, UNMdP, AEGES, UTIC, UNTREF, UDE, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35836>. Acesso em: 12 jun. 2021.

SANTOS, E. O. **Dinâmicas de desenvolvimento, redes e trajetórias migratórias no contexto da formação histórica de Imperatriz – MA**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/2240>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, R. L.; NUNES, F. G. Imperatriz do Maranhão: proposição para a compreensão do processo de ocupação e consolidação da cidade. **GeoTextos**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 117-141, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/26988>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SERRA, M. A.; FERNÁNDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643046>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SICSÚ, A. B.; LIMA, J. P. R. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 109-138, jul. 2000. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2145>. Acesso em: 7 fev. 2021.

SILVA, V. F.; BASTOS, F. Formação de professores de ciências: reflexões sobre a formação continuada. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 151-188, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/37718>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SIMÕES, C. C. S.; OLIVEIRA, L. A. P. Evolução da população urbana no Brasil. *In*: IBGE. Diretoria de População e Social. **Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil**: aspectos sócio-econômicos da mortalidade infantil em áreas urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. p. 15-26.

SOARES, B. R. Cidades médias: uma revisão bibliográfica. *In*: ALVES, A. F.; FLÁVIO, L. C.; SANTOS, R. A. (org.). **Espaço e território**: interpretações e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão: Geterr/Unioeste, 2005. p. 273-286.

SOUSA, F. E.; FREIESLEBEN, M. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 163-178, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/571>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SOUSA, J. M. **A cidade na região e a região na cidade**: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na Região Tocantina. Imperatriz: Ética, 2009.

SOUSA, J. M. **Enredos da dinâmica urbano-regional sulmaranhense**: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16008>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SOUSA, M. F. C.; SILVA, V. A.; SILVA, W. C. Desafios da expansão do ensino superior no estado do Maranhão: reflexões a partir dos dados do Censo da Educação Superior de 2016. **Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Universitária**, v. 6, n. 1, 2019.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. B. Desafios para o estudo das cidades médias. *In*: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 11., 2010, Mendoza. **Anais [...]**. Mendoza: UNCUYO, 2010. p. 1-18.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, set./dez. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13670>. Acesso em: 07 ago. 2023.

TRINDADE JR., S.-C. C. Estado e gestão do espaço urbano na Amazônia: a experiência das cidades-empresas. *In*: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (org.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. v. 1. São Paulo: Contexto, 2003. p. 136-145.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. (Cadernos IMESC, 5).

UEMASUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2017-2021**. Imperatriz, 2017.

UEMASUL. Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras. Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas**. Imperatriz, 2021.

UEMASUL. Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras. Curso Geografia Licenciatura. **Projeto Pedagógico do Curso de Geografia Modalidade – Licenciatura/Presencial**. Imperatriz, 2019a.

UEMASUL. UEMASUL chega ao município de Estreito. **Portal UEMASUL**: Notícias, Imperatriz, 31 maio de 2019b. Disponível em: <https://www.uemasul.edu.br/portal/uemasul-chega-a-estreito/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A Rodovia Belém-Brasília**: estudos de geografia regional. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967. (Biblioteca Geográfica Brasileira, Série “A”, Publicação n. 22).

VERÍSSIMO, A.; PEREIRA, D. Produção na Amazônia Florestal: características, desafios e oportunidades. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 19, n. 38, p. 13-44, jan./jun. 2014.

WANDERLEY, L. J. M. **Geografia do ouro na Amazônia brasileira**: uma análise a partir da porção meridional. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ZAMBELLO, A. V. **A expansão das universidades federais no Brasil**: momentos e instrumentos (2000-2013). 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7533>. Acesso em: 15 jun. 2021.

APÊNDICE A

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Projeto de Tese REDE URBANA E A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE: Condicionantes e Desafios para o Desenvolvimento Regional, que está sob a responsabilidade da pesquisadora e doutoranda da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) MARIA DO ROSÁRIO SÁ ARAÚJO, com endereço na rua 25 de abril – 500 – cidade – Imperatriz – MA – CEP – 65913040 – Telefone – 99 999772229. Também participam desta pesquisa o pesquisador e orientador Dr. professor do PGDR – residente na cidade Santa Cruz do Sul – RS. Antecipadamente agradeço a colaboração pela entrevista e disponibilidade do seu tempo.

Entrevista não estruturada destinada a gestores da UEMASUL (Reitora, Pró-Reitores e Gestores de programas especiais na formação de professores no ano de 2023)

Diálogo I - Sobre a UEMASUL enquanto instrumento na interiorização da educação superior no Maranhão.

Diálogo II - Sobre o programa Caminhos dos Sertões no processo de ampliação da formação de professores da RMSM.

Diálogo III – Sobre as relações de origem e destino de estudantes de licenciatura na rede urbana do sudoeste maranhense.

APÊNDICE B

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Projeto de Tese REDE URBANA E A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE: Condicionantes e Desafios para o Desenvolvimento Regional, que está sob a responsabilidade da pesquisadora e doutoranda da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) MARIA DO ROSÁRIO SÁ ARAÚJO, com endereço na rua 25 de abril – 500 – cidade – Imperatriz – MA – CEP – 65913040 – Telefone – 99 999772229. Também participam desta pesquisa o pesquisador e orientador Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira professor do PGDR – residente na cidade Santa Cruz do Sul – RS. Antecipadamente agradeço a colaboração pela entrevista e disponibilidade do seu tempo.

Questionário estruturado destinado a estudantes de cursos de licenciatura da UEMASUL recém-formados. Foram realizados em duas coletas de grau distintas no ano de 2023.1 e 2023.2.

1ª Questão: Seu município de origem é Imperatriz?

() Sim

() Não

2ª Questão: Pretende retornar a seu município de origem após formado?

() Sim

() Não

3ª Questão: Para aqueles que responderem “Sim” na pergunta anterior: Mencione o motivo – sob o aspecto profissional - pelo qual você pretende retornar para seu município de origem após formado.

4ª Questão: Para aqueles que responderem “Não” na pergunta anterior: Mencione o motivo – sob o aspecto profissional - pelo qual você pretende retornar para seu município de origem após formado.

ANEXO A

LEI COMPLEMENTAR Nº 089 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2005

Área de Interesse: Planejamento Orçamento Finanças e Gestão

Órgão: GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Cria a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 089 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2005

Cria a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, unidade organizacional geoeconômica, social e cultural, constituída pelo agrupamento dos Municípios de Imperatriz, João Lisboa, Senador La Roque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos e Ribamar Fiquene, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Parágrafo único. A participação dos municípios de que trata o caput deste artigo na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense não implicará perda de autonomia e dependerá de prévia aprovação da respectiva câmara municipal.

Art. 2º A ampliação da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:

I - evidência ou tendência de conturbação;

II - necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;

III - existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.

Art. 3º Para efeito de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum afetas a dois ou mais municípios integrantes do espaço territorial metropolitano e que exijam ação conjunta dos entes públicos a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense poderá ser dividida em sub-regiões, devendo, para tanto, formar consórcios intermunicipais.

Art. 4º Para fins desta Lei considera-se:

I - âmbito metropolitano, o território abrangido pela Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, compreendendo a cidade e a zona rural;

II - cidade metropolitana, o conjunto de áreas urbanizadas conurbado ou não, dentro do âmbito metropolitano;

III - interesse metropolitano, toda ação que concorra para o desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense;

IV - interesse comum no âmbito metropolitano, toda ação de interesse metropolitano, para cuja execução sejam necessárias relações de compartilhamento intragovernamental dos agentes públicos;

V - função pública de interesse comum no âmbito metropolitano, atividades relativas a:

a) planejamento, a nível global ou setorial das questões territoriais, ambientais, sociais, econômicas e institucionais;

b) execução de obras e à implantação, operação e manutenção de serviços públicos;

c) financiamento da implantação, operação e manutenção de obras e serviços, bem como sua remuneração e recuperação de custos;

d) supervisão, controle e avaliação da eficácia da ação metropolitana.

§ 1º As funções públicas de interesse comum, a que se refere o inciso V deste artigo, serão exercidas em campos de atuação, tais como:

I - o estabelecimento de políticas e diretrizes do desenvolvimento e de referencias de desempenho dos serviços;

II - a ordenação territorial de atividades, compreendendo o planejamento físico, a estruturação urbana, o movimento de terras e o parcelamento, o uso e a ocupação do solo;

III - o desenvolvimento econômico e social, com ênfase na produção na geração e distribuição de renda;

- IV - a infra-estrutura econômica relativa, entre outros, a insumos energéticos, comunicação, terminais, entrepostos, rodovias, ferrovias, dutovias;
- V - o sistema viário e o trânsito, os transportes e tráfico de bens e pessoas;
- VI - a captação, a adução, o tratamento e a distribuição da água potável;
- VII - a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final dos esgotos sanitários;
- VIII - a macrodrenagem das águas superficiais e o controle de enchentes;
- IX - a destinação final e o tratamento dos resíduos humanos;
- X - a política da oferta habitacional de interesse social;
- XI - o controle da qualidade ambiental;
- XII - a educação e a capacitação dos recursos humanos;
- XIII - a saúde e a nutrição;
- XIV - o abastecimento alimentar;

§ 2º Declarado o interesse comum no âmbito metropolitano, a execução das funções públicas dele decorrente dar-se-á de forma compartilhada pelos municípios e pelo Estado, observando-se critérios de parceria definidos pelo órgão deliberativo do sistema gestor metropolitano.

Art. 5º Os agentes envolvidos no exercício das funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano, devem adotar, permanentemente, as medidas legais administrativas necessárias a:

- I - estabelecimento de procedimentos administrativos, para que suas atividades se compatibilizem com suas diretrizes de desenvolvimento e com os padrões de desempenho dos serviços na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense;
- II - definição de estrutura orçamentária que permita destacar os recursos necessários a respectiva no financiamento dessa função;
- III - recepção e processamento, nos seus respectivos níveis governamentais, das deliberações do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, nos termos do art. 7º desta Lei;
- IV - fixação de normas de compatibilização com interesse comum;
- V - estabelecimento de outras medidas necessárias a respectiva participação na efetivação dessas funções;

Art. 6º - Fica criado o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, com as seguintes finalidades:

- I - declarar as atividades, os empreendimentos e os serviços que devem ser admitidos entre as funções públicas de interesse comum no âmbito nacional;
- II - estabelecer políticas e diretrizes de desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense e referenciais para o desempenho dos serviços no âmbito metropolitano;
- III - estimular a ação integrada dos agentes públicos envolvidos na execução das funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano, no intuito de assegurar eficiência à promoção do desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense;
- IV - deliberar sobre a iniciativa de elaboração de planos, programas e projetos de interesse da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, bem como sobre as proposições neles contidas;
- V - supervisionar a execução das funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano;
- VI - encaminhar às entidades, aos órgãos, às autoridades competentes as proposições relativas às funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano, recomendando:
 - a) o estabelecimento de instrumentos normativos, administrativos e técnicos necessários ao desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense;
 - b) as diretrizes básicas metropolitanas a serem consideradas nas Leis dos Planos Plurianuais, de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais.
- VII - deliberar sobre a instituição dos instrumentos de planejamento de interesse metropolitano, entre eles o Plano de Desenvolvimento, os Planos Diretores Setoriais, os Planos Sub-Regionais, o Sistema de Informações Metropolitanas e o Sistema de Financiamento Metropolitano;
- VIII - deliberar sobre o Programa Anual de Investimento e a Proposta Orçamentária Anual do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense-FUNDOESTE;
- IX - manter sistemático e permanente processo de informação às Câmaras Municipais e às Assembléias Legislativas sobre as atividades da gestão metropolitana;
- X - deliberar sobre a inclusão de outros campos de atuação das funções públicas de interesse comum não referidos no parágrafo único do art. 4º desta Lei;
- XI - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 7º O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense será composto pelos prefeitos dos municípios integrantes da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense e por igual número de representantes do Poder Executivo Estadual, nomeados por ato do Governador do Estado.

§ 1º Os representantes do Poder Executivo serão escolhidos entre os titulares das Secretarias e de órgãos setoriais;

§ 2º O Conselho terá um Presidente e um Vice-Presidente eleito dentre os seus membros para um mandato de dois anos, permitida reeleição.

§ 3º A atividade do Conselheiro não será remunerada, mas considerada de relevante interesse público.

Art. 8º O Conselho da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense será apoiado por Câmaras Técnicas, a serem para um ou mais campos de que trata o § 2º do art. 4º.

Art. 9º Fica criado o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, com a finalidade de dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum da região metropolitana.

Parágrafo único. São recursos do Fundo:

I - recursos de natureza orçamentária que lhe forem destinados pela União, pelo Estado e pelos Municípios situados na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense;

II - produtos de operação de créditos realizados pela União, Estado e Municípios situados na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, destinados ao financiamento de atividades e projetos integrantes de programas de interesse metropolitano;

III - retorno financeiro de empréstimos para investimentos e obras e serviços no âmbito metropolitanos;

IV - renda auferida com a aplicação de seus recursos no mercado financeiro;

V - recursos provenientes de taxas e contribuições de melhoria, arrecadadas pelo Estado e pelos municípios, relativas a empreendimentos e serviços de interesse metropolitano;

VI - transferências a fundo perdido, proveniente de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VII - recursos provenientes de outras fontes.

Art. 10. Os investimentos e incentivos da administração pública estadual, direta ou indireta, a serem aplicados na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, deverão ser previamente compatibilizados com os planos e políticas de desenvolvimento metropolitano, aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Art. 11. Esta Lei Complementar será regulamentada mediante decreto do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias de sua vigência, definindo inclusive o setor responsável pela movimentação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei Complementar pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 17 DE NOVEMBRO DE 2005, 184º DA INDEPENDÊNCIA E 117º DA REPÚBLICA.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

Governador do Estado do Maranhão

LOURENÇO JOSÉ TAVARES VIEIRA DA SILVA

Secretário Chefe da Casa Civil

ANEXO B

LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Área de Interesse: Educação

Órgão: GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Cria o Colegiado Metropolitano da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, altera a Lei Complementar nº 089, de 17 de novembro de 2005, que cria a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Cria o Colegiado Metropolitano da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, altera a Lei Complementar nº 089, de 17 de novembro de 2005, que cria a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Fica criado o Colegiado Metropolitano da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense - RMSM.

Art. 2º O Colegiado será composto por:

- I - Governador do Estado;
- II - Secretário-Chefe da Casa Civil;
- III - Secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano;
- IV - Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento;
- V - Secretário de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos;
- VI - Secretário de Estado da Infraestrutura;
- VII - Secretário de Estado da Saúde;
- VIII - Secretário de Estado do Desenvolvimento Social;
- IX - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- X - Secretário de Estado da Cultura e Turismo;
- XI - Secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária;

- XII - Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Energia;
- XIII - Secretário de Estado da Mulher;
- XIV - Secretário de Estado de Governo;
- XV - Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular;
- XVI - Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca;
- XVII - Secretário de Estado da Agricultura Familiar;
- XVIII - Secretário de Estado da Segurança Pública;
- XIX - Secretário de Estado do Esporte e Lazer;
- XX - Secretário de Estado Extraordinário da Juventude;
- XXI - Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico;
- XXII - Secretário de Estado da Educação;
- XXIII - Prefeito do Município de Imperatriz;
- XXIV - Prefeito do Município de João Lisboa;
- XXV - Prefeito do Município de Senador La Roque;
- XXVI - Prefeito do Município de Buritirana;
- XXVII - Prefeito do Município de Davinópolis;
- XXVIII - Prefeito do Município de Açailândia;
- XXIX - Prefeito do Município de Governador Edson Lobão;
- XXX - Prefeito do Município de Montes Altos;
- XXXI - Prefeito do Município de Ribamar Fiquene;
- XXXII - Prefeito do Município de Vila Nova dos Martírios;
- XXXIII - Prefeito do Município de São Pedro da Água Branca;
- XXXIV - Prefeito do Município de Cidelândia;
- XXXV - Prefeito do Município de São Francisco do Brejão;
- XXXVI - Prefeito do Município de Carolina;
- XXXVII - Prefeito do Município de Itinga;
- XXXVIII - Prefeito do Município de Sítio Novo;
- XXXIX - Prefeito do Município de Amarante;
- XL - Prefeito do Município de Campestre;
- XLI - Prefeito do Município de Porto Franco;
- XLII - Prefeito do Município de Estreito;
- XLIII - Prefeito do Município de São João do Paraíso;
- XLIV - Prefeito do Município de Lajeado Novo.

Art. 3º Ao Colegiado Metropolitano compete:

I - promover a elaboração, o acompanhamento e aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Planos Setoriais, bem como ratificar as revisões que se fizerem necessárias;

II - encaminhar, acompanhar e avaliar a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, bem como aprovar as modificações que se fizerem necessárias à sua correta implementação;

III - especificar, decorrentes da dinâmica da metropolização, novas funções públicas de interesse comum no âmbito da RMSL, bem como promover sua integração ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

IV - compatibilizar e deliberar sobre a aplicação de recursos oriundos de distintas fontes, destinados ao atendimento das funções públicas de interesse comum, em consonância com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMSM;

V - estabelecer as diretrizes da política tarifária dos serviços de interesse comum metropolitanos;

VI - promover a articulação dos municípios da região metropolitana entre si e com organizações privadas, órgãos e entidades federais e estaduais, objetivando o planejamento e a gestão integrada das funções públicas de interesse comum;

VII - propor critérios de compensação financeira aos municípios cujo desenvolvimento seja afetado ou que suportem ônus decorrentes da execução de funções públicas de interesse comum;

VIII - encaminhar, em tempo hábil, programas e projetos do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para incluir/integrar ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual do Estado e dos municípios integrantes da RMSM;

IX - constituir Câmaras Setoriais para análises, debates e proposições dos programas e projetos relativos às funções públicas de interesse comum;

X - tornar público e dar acesso a seus trabalhos e decisões objetivando a transparência de suas atividades.

§ 1º O Colegiado Metropolitano compatibilizará suas deliberações com as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado para o desenvolvimento urbano e regional.

§ 2º O Colegiado Metropolitano expedirá instruções provisórias de definições de programas e projetos de funções públicas de interesse comum enquanto não for aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

Art. 4º O assessoramento técnico ao Colegiado Metropolitano será realizado pela Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense, criada por Lei específica.

Art. 5º A Lei Complementar nº 089, de 17 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criada a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, unidade organizacional geoeconômica, social e cultural, constituída pelo agrupamento dos Municípios de Imperatriz, João Lisboa, Senador La Roque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos, Ribamar Fiquene, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca, Cidelândia, São Francisco do Brejão, Açailândia, Itinga, Carolina, Sítio Novo, Amarante, Campestre, Porto Franco, Estreito, São João do Paraíso e Lajeado Novo, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Parágrafo único. A execução das funções públicas de interesse comum aos municípios integrantes da Região ocorrerá a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense - RMSM.

Art. 2º A adesão de novos municípios à RMSM deverá ser feita com base em estudos técnicos prévios, a serem elaborados por instituição pública de pesquisa com notório conhecimento e experiência em estudos regionais e urbanos, que deverá ser aprovado pelo Colegiado Metropolitano, para posterior encaminhamento à Assembleia Legislativa do Maranhão, considerando os seguintes critérios:

I - articulação funcional entre os municípios, com contiguidade e/ou descontinuidade da mancha de ocupação (portos, aeroportos, serviços complexos, cidade dormitório, pesquisa e inovação, grandes investimentos econômicos e de infraestrutura, aterro sanitário, mananciais hídricos, etc.);

II - inserção na região de influência da cidade de Imperatriz;

III - taxa de crescimento anual da população acima da média do Estado;

IV - existência ou necessidade de funções públicas de interesse comum;

V - elevado interesse turístico, de proteção ambiental e de valorização cultural;

VI - relevante movimento pendular da população para trabalho e/ou estudo.

Parágrafo único. Integram-se automaticamente à RMSM os municípios que vierem a ser constituídos em virtude de desmembramento de município pertencente à RMSM.

Art. 3º O Colegiado Metropolitano, com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMSM, especificará as funções públicas de interesse comum aos municípios que integram a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, dentre os seguintes campos funcionais:

- I - o estabelecimento de planos, programas e projetos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para o desenvolvimento econômico e social;
- II - saneamento básico, incluindo os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos;
- III - planejamento e uso do solo;
- IV - transporte e sistema viário e hidroviário metropolitano;
- V - meio ambiente e recursos hídricos;
- VI - a política habitacional, regularização fundiária e fomento agropecuário;
- VII - saúde, educação e capacitação dos recursos humanos;
- VIII - turismo, cultura, esporte e lazer;
- IX - segurança pública e defesa civil;
- X - atendimento e assistência social.

Parágrafo único. As funções públicas de interesse comum são aquelas para cuja execução sejam necessárias às relações de compartilhamento interfederativa dos agentes públicos, visto que transcendem a competência dos municípios por incidirem em um espaço aglomerado.

Art. 4º A implantação da governança interfederativa da RMSM, através da colaboração, articulação e integração entre o Estado e os Municípios da região metropolitana, deve resultar, fundamentalmente, nos seguintes benefícios:

- I - otimização dos potenciais e oportunidades de desenvolvimento da RM e a disseminação dos seus efeitos para o Estado como todo;
- II - redução das desigualdades sociais e econômicas entre os municípios e entre os segmentos sociais;
- III - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de metropolização;
- IV - consolidação da consciência e identidade metropolitana;
- V - gestão democrática e controle social.

Parágrafo único. Na governança interfederativa da RMSM, o Estado e os Municípios integrantes da região metropolitana compartilharão responsabilidades e ações de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

Art. 5º A estrutura de governança interfederativa da RMSM compõe-se de:

- I - Colegiado Metropolitano, com caráter executivo e deliberativo;
- II - Conferência e Conselho Participativo Metropolitanos, com caráter consultivo e deliberativo;
- III - Agência Executiva Metropolitana, com caráter consultivo, executivo e de apoio técnico e operacional ao Colegiado e ao Conselho Metropolitano;
- IV - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense - FUNDOESTE.

Art. 6º O Conselho Participativo da RMSM é composto por:

- I - Presidente da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense;
- II - 1 (um) representante do Município de Imperatriz
- III - 1 (um) representante do Município de João Lisboa;
- IV - 1 (um) representante do Município de Senador La Roque;
- V - 1 (um) representante do Município de Buritirana;
- VI - 1 (um) representante do Município de Davinópolis;
- VII - 1 (um) representante do Município de Governador Edison Lobão;
- VIII - 1 (um) representante do Município de Montes Altos;
- IX - 1 (um) representante do Município de Ribamar Fiquene;
- X - 1 (um) representante do Município de Vila Nova dos Martírios;
- XI - 1 (um) representante do Município de São Pedro da Água Branca;
- XII - 1 (um) representante do Município de Cidelândia;
- XIII - 1 (um) representante do Município de São Francisco do Brejão;
- XIV - 1 (um) representante do Município de Açailândia;
- XV - 1 (um) representante do Município de Itinga;
- XVI - 1 (um) representante do Município de Carolina;
- XVII - 1 (um) representante do Município de Sítio Novo;
- XVIII - 1 (um) representante do Município de Amarante;
- XIX - 1 (um) representante do Município de Campestre;
- XX - 1 (um) representante do Município de Porto Franco;
- XXI - 1 (um) representante do Município de Estreito;

XXII - 1 (um) representante do Município de São João do Paraíso;

XXIII - 1 (um) representante do Município de Lajeado Novo;

XXIV - 2 (dois) representantes dos movimentos populares relativos a questões de moradia, saneamento ou transporte;

XXV - 2 (dois) representantes de entidades sindicais de trabalhadores;

XXVI - 2 (dois) representantes de entidades empresariais;

XXVII - 2 (dois) representantes de conselhos profissionais;

XXVIII - 2 (dois) representantes de instituições universitárias;

XXIX - 3 (três) representantes de empresas concessionárias de serviços públicos (saneamento, iluminação, transporte, etc.);

XXX - 4 (quatro) representantes dos Conselhos das Cidades dos Municípios integrantes da RMSM.

Parágrafo único. O Conselho Participativo terá o apoio técnico e operacional da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense para a organização e execução das suas atividades.

Art. 7º O Conselho Participativo da RMSM tem por finalidade:

I - elaborar propostas para apreciação das demais instâncias da RMSM;

II - apreciar matérias relevantes previamente à deliberação do Colegiado Metropolitano;

III - propor a constituição de Grupos de Trabalho para a análise e debate de temas específicos;

IV - convocar audiências e consultas públicas sobre matérias de sua apreciação.

§ 1º Os encaminhamentos do Conselho Participativo da RMSM serão aprovados pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º Cada representante terá um suplente para substituí-lo em suas ausências e impedimentos, a ser indicado pelo titular do órgão representado.

Art. 8º A escolha dos representantes dos segmentos da sociedade civil será realizada em Conferência Metropolitana regulamentada pelo Colegiado Metropolitano, organizada e coordenada pela Agência Metropolitana, para mandato de 2 (dois) anos permitida uma recondução em nova conferência.

Parágrafo único. Os candidatos a membro do Conselho Participativo da RMSM deverão ser de reconhecida atuação nas funções públicas de interesse comum à

Região Metropolitana, com sede e atuação na mesma e com residência em municípios distintos.

Art. 8º-A O Conselho Participativo da RMSM pode constituir Câmaras Técnicas Setoriais.

Parágrafo único. As Câmaras Setoriais são unidades de apoio ao Conselho Participativo da RMSM e à Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense, criadas para suporte técnico a especificidades setoriais, no debate, análise e encaminhamento de proposições de projetos e programas relativos às funções públicas de interesse comum.

(...)

Art. 10. (...)

Art. 10-A. O Sistema de Planejamento Metropolitano é constituído pelos seguintes planos:

I - instrumentos indicados no art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades;

II - instrumentos indicados no art. 9º da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, Estatuto da Metrópole;

III - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMSM;

IV - planos setoriais locais;

V - Sistema de Informações Metropolitanas.

Art. 10-B. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI conterà as diretrizes para o planejamento metropolitano, inclusive para os planos setoriais metropolitanos e para os planos setoriais locais, contemplando, no mínimo:

I - as diretrizes para as funções públicas de interesse comum, incluindo projetos estratégicos e ações prioritárias para investimentos;

II - o macrozoneamento da unidade territorial urbana;

III - as diretrizes quanto à articulação dos municípios no parcelamento, uso e ocupação no solo urbano;

IV - as diretrizes quanto à articulação intersetorial das políticas públicas afetas à unidade territorial urbana;

V - a delimitação das áreas com restrições à urbanização visando à proteção do patrimônio ambiental ou cultural, bem como das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais, se existirem;

VI - o sistema de acompanhamento e controle de suas disposições.

§ 1º O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI corresponde ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) instituído pela Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, Estatuto da Metrópole, e abrangerá todos os municípios integrantes da Região Metropolitana e do colar metropolitano.

§ 2º Em conformidade com a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, Estatuto da Metrópole, no processo de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e na fiscalização de sua aplicação, serão assegurados:

I - a promoção de audiências públicas e debates com a participação de representantes da sociedade civil e da população, em todos os Municípios integrantes da unidade territorial urbana;

II - a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III - o acompanhamento pelo Ministério Público.

§ 3º Atendidos os procedimentos previstos no parágrafo anterior, a Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense editará:

I - o plano setorial metropolitano de habitação e de regularização fundiária;

II - o plano setorial metropolitano de mobilidade urbana;

III - o plano setorial metropolitano de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos);

IV - outros planos setoriais metropolitanos, relativos às funções públicas de interesse comum, nos termos de decisão do Colegiado Metropolitano.

Art. 10-C. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e os planos setoriais metropolitanos poderão ser elaborados mediante estudos produzidos por setores de planejamento das municipalidades, entidades e fundações universitárias, ou de desenvolvimento institucional e científico, ou que tenham sido elaborados ou contratados por órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta dos Municípios integrantes da Região Metropolitana.

Parágrafo único. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI deverá ser revisto e atualizado no máximo a cada 10 (dez) anos.

Art. 10-D. Em complemento ao plano setorial metropolitano, poderá o Estado ou Município integrante da Região Metropolitana editar plano setorial local, o qual, salvo disposição em contrário de plano setorial metropolitano, somente terá eficácia após sua homologação pelo Colegiado Metropolitano.

Art. 10-E. Os municípios integrantes da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, o Estado e os órgãos de atuação regional compatibilizarão seus planos e programas às diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado ou de plano setorial metropolitano.

Art. 10-F. O sistema de informações metropolitanas reunirá dados estatísticos, cartográficos, ambientais, geológicos e outros relevantes para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum na RMSM.

Art. 10-G. A Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense ficará responsável pela coleta, sistematização, divulgação, controle e apreciação dos dados do Sistema de Informações Metropolitanas.

Art. 10-H. O sistema de informações metropolitanas da RMSM deverá:

I - construir base cartográfica georreferenciada da região metropolitana;

II - modelar dados estatísticos referentes ao desenvolvimento da região;

III - organizar e centralizar informações que estavam isoladas em bancos de dados dos governos federal, estadual e das prefeituras;

IV - definir os indicadores e índices de monitoramento do desenvolvimento da RMSM;

V - definir e caracterizar as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) da Região Metropolitana.

Parágrafo único. A Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense deverá disponibilizar, com periodicidade anual, informações atualizadas sobre a situação das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) na Região Metropolitana.

Art. 10-I. As funções de secretaria e de suporte administrativo do Colegiado Metropolitano e do Conselho Metropolitano serão desempenhadas pela Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Art. 10-J. Enquanto não houver disposição em contrário do Colegiado Metropolitano, a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de titularidade estadual ou municipal vinculados diretamente às funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana serão exercidas por entidades estaduais.

Art. 10-K. O Poder Executivo Estadual expedirá decreto regulamentando o funcionamento dos órgãos mencionados neste Capítulo e sobre a criação e funcionamento das Câmaras Setoriais, bem como poderá criar outros órgãos, permanentes ou temporários.

Art. 10-L. Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos especiais;

II - proceder à incorporação, no orçamento vigente, das classificações orçamentárias incluídas pelos créditos autorizados no inciso I deste artigo, promovendo, se necessário, a abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 10-M. Com base nas diretrizes do art. 21 da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, Estatuto da Metrópole, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado deverá ser elaborado e aprovado em lei estadual em um prazo de até 3 (três) anos após a efetivação da RMSM.

Art. 10-N. Os municípios integrantes da RMSM compatibilizarão seus planos diretores com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado no prazo de até 3 (três) anos da aprovação deste PDDI através de lei estadual.

Parágrafo único. Os municípios integrantes da RMSM que não possuírem planos diretores deverão elaborá-los, compatibilizando-os com o PDDI, respeitando o prazo estipulado no caput deste artigo.

(...)"

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei Complementar pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 11 DE DEZEMBRO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO C

LEI Nº 10.525 DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, com sede na cidade de Imperatriz.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, com sede na cidade de Imperatriz e atuação nos municípios a serem fixados em Decreto.

Art. 2º - Nos municípios especificados nos termos desta Lei cessará a atuação da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA no dia 31 de dezembro de 2016.

§ 1º - Todos os bens imóveis e móveis atualmente pertencentes ou afetados à UEMA, vinculados à sua atuação nos municípios que passarão à competência territorial da UEMASUL, passarão também a integrar o patrimônio da UEMASUL a partir de 1º de janeiro de 2017.

§ 2º - Todos os servidores integrantes do quadro da UEMA, a qualquer título e qualquer que seja a natureza do vínculo, com atuação nos municípios que passarão à competência territorial da UEMASUL, serão redistribuídos automaticamente para os quadros desta no dia 1º de janeiro de 2017.

§ 3º - Todos os contratos e convênios em que a UEMA seja parte, e que se refiram à sua atuação nos municípios que passarão à competência territorial da UEMASUL, terão esta última como sucessora, assumindo todos os direitos e obrigações anteriormente pactuados.

Art. 3º - Os alunos atualmente vinculados à UEMA, nos municípios que passarão à competência territorial da UEMASUL, estarão vinculados automaticamente à UEMASUL a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 4º - No prazo de 15 dias após a publicação desta Lei, o Governador do Estado designará Comissão de Transição e Instalação da UEMASUL, com a seguinte composição:

- I - três representantes do Poder Executivo, sendo dois obrigatoriamente professores universitários;
- II - um representante da Administração da Universidade Estadual do Maranhão;
- III - um professor da UEMA que tenha exercício em um dos municípios que passarão à competência territorial da UEMASUL;
- IV - um aluno da UEMA que estude em um dos municípios que passarão à competência territorial da UEMASUL; e
- V - um Procurador do Estado, que prestará consultoria e orientação jurídica aos trabalhos da Comissão.

§ 1º - Os membros da Comissão de Transição e Instalação referidos nos incisos III e IV do caput deste artigo serão escolhidos pelo Governador do Estado, a partir de listas tríplices elaboradas por Assembleias dos respectivos segmentos diretamente envolvidos.

§ 2º - Competirá à Comissão de Transição e Instalação:

- I - propor em 30 dias, a contar do início dos seus trabalhos, o organograma e composição do quadro de pessoal da UEMASUL;
- II - adotar todas as medidas cabíveis para transição no que se refere a contratos, convênios, bens e pessoal, da UEMA para a UEMASUL, conforme fixado nesta Lei;
- III - acompanhar, junto à Secretaria de Planejamento do Estado, todas as providências orçamentárias e financeiras para o funcionamento da UEMASUL a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 5º - Até a elaboração e aprovação do Estatuto e normas complementares da UEMASUL, esta será regida pelo que for vigente na UEMA no dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 6º - O processo de escolha dos dirigentes da UEMASUL ocorrerá no segundo semestre de 2017, conforme o que for fixado nas normas respectivas.

Parágrafo único - Até a consumação do processo mencionado no caput, a UEMASUL será dirigida, mediante designação do Governador do Estado, por Reitor "pro tempore", que nomeará o Vice-Reitor e três Pró-Reitores, cujas investiduras nos

cargos cessarão com a posse da nova administração superior no segundo semestre de 2017, ou em face de novo ato administrativo, bem como sobrevivendo motivo de força maior.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 3 DE NOVEMBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil